



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem

VÍTOR PEQUENO

TECNOLOGIA E ESQUECIMENTO:
Uma crítica a representações universais de linguagem

CAMPINAS
2019

VÍTOR PEQUENO

TECNOLOGIA E ESQUECIMENTO:
Uma crítica a representações universais de linguagem

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO VITOR PEQUENO E
ORIENTADA PELO PROF. DR. LAURO
JOSÉ SIQUEIRA BALDINI

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Dionary Crispim de Araújo - CRB 8/7171

P399t Pequeno, Vitor, 1986-
Tecnologia e esquecimento : uma crítica a representações universais de
linguagem / Vitor Pequeno. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Lauro José Siqueira Baldini.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Tecnologia - Linguagem. 3. Editor de textos
(Programas de computador). I. Baldini, Lauro José Siqueira, 1972-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III.
Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Technology and forgetting : a critique to universal representations
of language

Palavras-chave em inglês:

Discourse analysis

Technology - Language

Text editors (Computer programs)

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutor em Linguística

Banca examinadora:

Lauro José Siqueira Baldini [Orientador]

Solange Mittmann

Juliana da Silveira

Rafael de Almeida Evangelista

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Data de defesa: 19-06-2019

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-4506-0667>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9306020217546706>



BANCA EXAMINADORA:

Lauro José Siqueira Baldini

Rafael de Almeida Evangelista

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Juliana da Silveira

Solange Mittmann

**IEL/UNICAMP
2019**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

“Vitor: - Manda aí! Qual é mesmo o real da língua?!?”
“Gabriela: - A I C M L T D !”

- Conversa por WhatsApp

Para Pêcheux.
Com quem eu tão desesperadamente quis conversar, e seguir, até onde pude.
Pois ele é também vertiginoso.
E sempre será.

Para a minha mãe.
Que com passar dos anos se tornou.
A melhor parte de mim.

AGRADECIMENTOS

Ao Leo, pra quem dar créditos em uma secção de agradecimentos parece pouco demais. Tudo que tive que aprender sobre computação, programação e engenharia ele teve que aprender antes de mim, pra me ensinar. A parte mais computacional dessa tese foi inteiramente possível somente por causa dele. E, mesmo assim, por mais marcada que fique no texto a sua participação, o que fica marcado em mim é uma paciência surpreendente, uma compaixão estonteante, uma amizade inabalável.

À Unicamp, ao pessoal da limpeza, da logística, da secretaria, que segurou a minha barra com paciência e determinação: eu tô sempre tão perdido... E a indelicadeza de uma menção especial ao Cláudio, sem o qual essa tese verdadeiramente não teria saído quinze vezes uma em cima da outra.

À Cláudia e à Suzy, que, ambas, me lembram sempre de como as posições são complicadas e heterogêneas. Pois são sim acadêmicas do mais alto calibre, professoras de talento exuberante, mas, e talvez especialmente pra mim, também família. Foram testemunhas, cuidaram de mim, e me apoiaram com um uma facilidade humilhante e o carinho resolutivo de alguém cuja dívida não é uma obrigação, mas uma marca de amor; e gratidão. A dívida é agora minha, e a gratidão; também.

Ao João, que tem um hábito e a incrível habilidade de colocar os meus dois pezinhos leves no chão. É no chão que as coisas crescem, é no chão que as coisas vivas nascem. Por me ajudar a sonhar com um futuro possível.

À Laise, pelo amado percurso e por ter suportado, comigo, a bela e estonteante maravilha do fracasso.

Ao Lauro, que de forma bem psicanalítica, como de costume, fez ausência quando a ausência foi produtiva, presença quando a presença foi necessária, e corte quando o corte iluminaria. Por confiar em mim... mesmo quando eu não confiei.

Ao Rafael, pela aposta! Por apostar, durante anos, que tínhamos conversa, que tínhamos chão pra percorrer juntos. Por me colocar, e não só a mim, mas vários da A.D. pra fora da porta, pelo diálogo honesto, carinhoso e vivo. E com a esperança de que continuaremos tentando nos encontrar.

À Juliana, meu Deus, pelo encontro imprevisto! Que me dá fé e me faz entender a cada conversa, favor, piada, link, que construir as nossas redes não é tão impossível assim. Pelo futuro.

À Gabriela, que nem sabe nem nunca vai saber quantas vezes salvou a minha vida. Por me lembrar que não estamos fadados à repetição, e cujas marcas indeléveis estão espalhadas por essas páginas. E por mim.

Ao meu pai, eterno em mim que o estou pensando, de tanto que o perdi de não pensá-lo. Por ter sido o meu pai antes de ter morrido. Pela graça sabida de ter me dito que tinha orgulho de mim, e que confiava em mim, na hora exata em que eu fui capaz de ouvi-lo. E, no fim, por permanecer quem era, intransigente, pra sempre ali, na terceira margem do rio.

À minha mãe. ...Por...

RESUMO

A tese nas mãos do leitor é um trabalho nos contextos da Análise de Discurso francesa, desenvolvido no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas entre 2015 e 2019. A proposta aqui foi a de realmente pensar tecnologias ligadas aos gestos de linguagem e a medida na qual fazem ou podem fazer parte de todo o arcabouço teórico-analítico da nossa disciplina. O pressuposto foi o de que questões relacionadas às materialidades técnicas das práticas languageiras, apesar de constitutivas do gesto languageiro, não são suficientemente opacas no contexto teórico da Análise de Discurso e, portanto, não são passíveis de se agregar ao dispositivo teórico. O percurso foi, portanto, o de demonstrar uma certa regularidade histórica nas formas sociais de discursivização das tecnologias languageiras (como “*representação* da linguagem”, “da fala”, ou “do pensamento”), tanto quanto demonstrar uma espécie particular de esquecimento relacionado ao uso dessas tecnologias. No percurso de análise do editor de texto Microsoft Word, acabamos por demonstrar como o aplicativo não só é costurado por uma discursividade própria, mas é também condição de possibilidade para um gesto languageiro específico a esse aplicativo, colocando em questão, portanto, a unidade teórico-metodológica de certas concepções inatistas do significante *linguagem*. Fazemos, finalmente, uma travessia pela questão do arquivo, na medida em que, no contexto das tecnologias digitais, a Análise de Discurso muito se preocupa com a questão do “tratamento automático dos textos”, e se beneficia de um estudo de como as tecnologias languageiras (aqui na forma das práticas técnicas e de conhecimento da programação) atravessam as formas de produção dos arquivos atuais.

Palavras-chave: Tecnologia; Práticas Técnicas; Esquecimento; Arquivo; Escrita; Editor de Texto; Computação; Programação; Filosofia da Linguagem; Análise de Discurso

ABSTRACT

The present thesis is a project developed in the context of French Discourse Analysis, developed at the Institute for Language Studies at the Campinas State University between 2015 and 2019. The proposal here was to actually think about technologies connected to language gestures and the extent to which those technologies are or can be a part of the whole theoretical-analytical framework of our discipline. The presupposition was that questions relating to the technical materialities of language practices – though constitutive of the language gestures – are not sufficiently opaque in the context of Discourse Analysis and, therefore, cannot be integrated into the theoretical dispositif. Our process was, therefore, to demonstrate a certain historical regularity in the social forms of discourse relating to technologies of language (like “the representation of language”, “of speech”, or “of thought”), as well demonstrating a type of forgetting related to the use of such technologies. During the process of analysis of the Microsoft Word text editor, we have come to demonstrate not only the discursivity which is constitutive of it, but how it is also the condition of possibility of a unique language gesture, specific to this technology, which puts in question certain theoretical and methodological idealist conceptions of the *language* signifier. Finally, we took a path through the question of the archive, to the extent to which – in the context of digital technologies – Discourse Analysis is very much concerned with the problem of the “automatic treatment of text”, and benefits from a study pertaining to how language technologies (in the form of technical and knowledge practices related to programming) are part of the current forms of archive production.

Keywords: Technology; Technical Practices; Forgetting; Archive; Writing; Text Editor; Computation; Programming; Language Philosophy; Discourse Analysis

SUMÁRIO

ABERTURA	14
NOTA INTRODUTÓRIA	17
PROPOSTA, PROBLEMA, PERCURSO	18
Proposta	19
Problema e Percurso	25
Ordem e Organização: uma distinção entre organização como pressuposto e como objeto	26
Voltando ao Percurso e ao Problema: a questão das clivagens subterrâneas	28
A Escrita na Grécia Antiga: e a transformação das condições de possibilidade do gesto linguageiro	30
A Questão do Campo Prático: e a relação comanda/demanda em <i>“Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social”</i>	34
A questão geral do campo prático, e a questão específica do transistor	35
Empirismo Lógico, a Questão da Computação e da Cibernética	40
Por um alfabeto do pensamento humano	41
Por uma lógica do pensamento humano	44
Por uma escrita do pensamento humano	46
DA ESCRITA: UM MÉTODO DISCURSIVO PARA AS MATERIALIDADES TÉCNICAS	50
Notas iniciais sobre o objeto escrita e suas vicissitudes	51
Escrita: o alfabeto grego	51
Escrita: a representação da fala	53
Escrita: e a mente alfabética	55
Notas iniciais sobre método e nossa posição em relação aos estudos da escrita	58
Escrita, práticas técnicas da escrita, discursos de escrita	61
A Grafia: ou a prática pela qual se marca aquilo que se quer escrever	64
O Alfabeto: ou o sistema pelo qual se escreve o que se quer marcar	76
A Sentença: ou o que se transforma quando se marca o que se quer escrever e se escreve o que se quer marcar	86

O Esquecimento: ou a condição de possibilidade de se escrever o que se diz e se dizer o que se escreve	95
A história de um esquecimento: sobre as especificidades modernas daquilo que desapareceu	96
A historicidade dos esquecimentos: sobre aquilo que insiste em desaparecer	99
DO MICROSOFT WORD: MEMÓRIA, TECNOLOGIA, ESQUECIMENTO	103
Nota Introdutória	104
Introdução	105
O Objeto Microsoft Word	107
A questão do código e da interface, uma interpretação discursiva	108
A Faixa de Opções: pré-construído e paráfrase no aplicativo	117
A faixa de opções: o apagamento da história técnica	119
A faixa de opções: paráfrase, polissemia e o martelo	121
Salvar: leitor, pré-construído e(m) prática	126
Salvar: <i>efeito-leitor</i> e(m) prática técnica	129
Salvar: arquivar, arquivos (em pastas) e memória (RAM), materialidade e metáfora	135
Selecionar: permanência, sequencialidade e estabilidade em jogo	141
Selecionar: o imagético, o bidimensional, o abstrato	147
Selecionar: a instituição, a formulação e o <i>efeito de fecho</i>	151
Revisão: a materialidade técnica dos efeitos	156
Revisão: circulação e o lastro material do efeito de fecho	160
Revisão: prática discursiva, posição-sujeito e a questão da circulação	162
Retomada	167
DO ARQUIVO: NOTAS SOBRE AS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO E A ORDEM DOS DISCURSOS	172
O Objeto Arquivo: a ferramenta arquivo, e nosso ponto de partida	173
O Arquivo: substância e historicidade em um banco de dados	175
Arquivo: e o trabalho de abstração do mundo	177
Arquivo: e a invenção da <i>informação</i>	180
O Arquivo: Google e o sonho de liberdade	182

O Arquivo: de Funes, que não pensa, à questão da <i>query</i> : da integridade como técnica, e da <i>neutralidade</i> política	186
Funes, o memorioso e sua integridade técnica	189
Funes, o memorioso e sua neutralidade política	193
Conclusões: arquivo como prática técnica, clivagem e esquecimento	198
CONCLUSÃO: NA TRILHA DE UMA MATERIALIDADE, CARA A CARA COM O ESQUECIMENTO	205
Esquecimento e Materialidade	206
Esquecimento e Representação	208
Representação: uma era em seu inescapável fim	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS: O SONHO DE UMA MÁQUINA DO MUNDO	215
Representação Como Ética e Como Máquina do Mundo	216
Representação Sitiada	218
Representação: campo de batalha ou campo de encontro?	220
BIBLIOGRAFIA	223

ABERTURA

Pêcheux deixa muito claro¹ que a intervenção do materialismo histórico sobre a Linguística não estava ali para cometer os mesmos erros teóricos que as ciências encomendadas pela união soviética fizeram ao fornecer resultados definitivos sobre o problema do sentido. Pelo contrário estava ali para “abrir um campo de questões”, que muito especificamente significa dizer: colocar o eterno problema filosófico da condição de possibilidade do sentido em termos históricos e materiais, o que, inevitavelmente levaria a um trabalho inacabado, já que, como a Análise de Discurso não cessa de demonstrar, os sentidos derivam sobre os trilhos da história.

O limite, entretanto, desse “campo de questões” está, ainda, para que nós, analistas, o decidamos. Suas fronteiras são, na verdade, as fronteiras da criatividade, da ética e do desejo do que um analista se dispõe a analisar. O espaço, o tempo, o corpo, o desejo, são todas experiências simbólicas para o animal simbólico. E então, na medida em que a história vai nos colocando novos desafios analíticos, é igualmente verdade para a Análise de Discurso o que Lacan disse sobre a psicanálise: que “antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época”².

A totalidade do vigor desse trabalho é sustentada pela simples premissa e pela certeza de um gesto que insiste em reiterar que as questões postas pelas formas de dizer e ser dito no contexto das tecnologias digitais não podem ser respondidas pelas mesmas vias que foram respondidas as questões da escrita e da oralidade. Que nos encontramos em um momento onde tomar riscos teóricos é necessário. Tomar riscos envolve a capacidade de encarar o fracasso e a limitação, mas é também uma forma de existência.

Então qual o tamanho do campo que Pêcheux nos abre?

Quando ainda muito pequeno, durante o doutorado na *École Supérieure de Philosophie* de minha mãe, em Paris, fomos visitados por amigos brasileiros. De acordo com relatos, esse querido amigo me trouxe um brinquedo na época

¹ PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 80.

² LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 321.

exageradamente caro, um robô que girava e andava e piscava com luzes e tocava uma sirene alta enquanto passeava pela casa. A história se resume mais ou menos ao fato de que *assim* que aquele robô foi ligado e começou a girar e andar e buzinar e piscar sem nenhuma interação da minha parte, eu – 5 anos de idade – fiquei profundamente irritado, gritei para que o desligassem, peguei a caixa vazia e fui brincar no meu quarto sozinho. Acontece que aparentemente eu nunca muito gostei de brinquedos que brincassem por mim. Por isso minha fascinação por Lego, que eu tive até a adolescência. Era montar alguma coisa por mim mesmo, o trabalho interessante. Talvez... eu tenha sido feito para essa pesquisa que agora se apresenta na minha frente.

Pois a tecnologia digital, na medida em que se torna programas de comunicação, redes sociais, aparelhos de gestão pública, sistemas de transporte, novas formas de amor, pode também ser pensado como *um brinquedo que brinca por nós*. Quer dizer: um brinquedo que usamos sem saber como desmonta-lo, ou reconstruí-lo. Um brinquedo que, na transparência do trabalho técnico (que é sempre tão “neutro”, tão “desinteressado”, tão “apolítico”) cria novas formas de vida e sofrimento sem o costumeiro discurso partidário: como simples *representação* das formas já dadas de relação social, de demanda econômica, de gestão institucional. É claro que (algum)as crianças têm o luxo de se esconder em seu quarto. Brincar. Mas para nós, que namoramos pelo Tinder, porque o tesão é um logotipo; para nós que nos locomovemos pelo Uber pois são as máquinas que deveriam organizar o trabalho; para nós que lembramos com o Evernote porque esquecer se tornou obsoleto; para nós que conversamos com o WhatsApp já que a presença se transformou em empecilho; para nós que consumimos com o Youtube, que investigamos com o Google, que fofocamos com o Instagram, que participamos com o Twitter, que vamos dormir com o Netflix e que acordamos com o Calendar.. para nós não basta mais bater pequenos pés e se retirar da sala. É preciso dar o próximo passo, tentar mais uma vez realizar essa promessa sempre ainda por vir da Análise do Discurso de uma relação menos ingênua com o sentido das coisas no mundo.

Mais tarde na vida, minha casa ganhou seu primeiro computador, que era efetivamente meu, já que eu não o largava. Logo eu sabia montar e demonstrar um computador inteiro, e alguma coisa muito mais complexa do que aquele robô insuportável se tornou o meu novo Lego. Com um pouco de esforço até as máquinas mais complexas se rendem a curiosidade de uma criança. Na época eu não tinha as

ferramentas para entender o segredo da questão, mas o segredo da questão, a política da questão, o coração da questão é que não era necessário se retirar ao quarto com uma caixa vazia. A máquina estava ali, esperando para ser desmontada. Nas engrenagens, sem dúvida teríamos encontrado a assinatura de seu arquiteto: o encontro entre a substância da engrenagem, a demanda do mercado, e o gesto humano.

Então qual o tamanho do campo que Pêcheux nos abre? Ora, como o sumiço da análise de discurso de grande parte do mundo acusa: o campo permanece aberto e se expande somente na medida em que suportamos que ele o faça. Somente na medida em que o suportamos aberto, incessantemente exigindo que recomecemos, incessantemente insistindo em resistir a asserções definitivas, incessantemente demandando que suportemos as luzes piscando, as buzinas urgindo, os motores girando e correndo de um lado pro outro da sala, pois o campo ainda está aberto, o trabalho ainda inacabado, e porque nós ainda não desistimos de uma relação menos ingênua com o sentido das coisas no mundo.

A máquina estava ali, esperando para ser desmontada. De alguma certa forma ela espera ainda. Não a deixemos mais esperando.

NOTA INTRODUTÓRIA

O que o leitor encontrará aqui é um trabalho que pretende se enquadrar e se limita em falar de dentro do campo da análise de discurso de vertente francesa, da forma em que ela foi desenvolvida no Brasil desde a década 80 do século XX. Se sustenta nos trabalhos de Michel Pêcheux, de Eni Orlandi, e dos inúmeros teóricos, tanto europeus quanto brasileiros que desenvolveram esse panorama teórico até os limites nos quais se encontra hoje.

Esse trabalho também é uma tentativa de contribuir com esse panorama e com os limites teórico-metodológicos contra os quais a análise de discurso se esbarra hoje, centralmente na medida em que precisa pensar a questão da tecnologia digital.

Por ser um trabalho sustentando na perspectiva materialista-histórica de Pêcheux, toma como dado que o gesto linguageiro pode ser traçado de volta ao encontro entra a materialidade da história e a materialidade da língua. O que o trabalho sugere, através de uma tomada das práticas envolvidas no gesto linguageiro desde o advento da escrita alfabética na Grécia antiga, é que devemos e podemos considerar também a materialidade técnica do gesto linguageiro, nos estudos discursivos.

Considerar a materialidade técnica como parte dos estudos discursivos significa também pensar a técnica *ideologicamente*. Portanto, esse trabalho é também uma sugestão metodológica para o campo no qual quer se inscrever. Uma forma de trabalhar com a máquina, com o código, com a técnica, a partir dos mesmos princípios que o analista já usa para trabalhar com o enunciado, com o texto, com a língua.

Não acreditamos que esse projeto constitua um retorno ao empirismo. Ao contrário: consideramos essa tentativa como uma negação radical ao empirismo na forma de uma apropriação do concreto pelo simbólico: o ideológico por todas as partes.

PROPOSTA, PROBLEMA, PERCURSO

Uso a palavra para compor meus silêncios.
Não gosto das palavras
fatigadas de informar.
Dou mais respeito
às que vivem de barriga no chão
tipo água pedra sapo.
Entendo bem o sotaque das águas
Dou respeito às coisas desimportantes
e aos seres desimportantes.
Prezo insetos mais que aviões.
Prezo a velocidade
das tartarugas mais que a dos mísseis.
Tenho em mim um atraso de nascença.
Eu fui aparelhado
para gostar de passarinhos.
Tenho abundância de ser feliz por isso.
Meu quintal é maior do que o mundo.
Sou um apanhador de desperdícios:
Amo os restos
como as boas moscas.
Queria que a minha voz tivesse um formato
de canto.
Porque eu não sou da informática:
eu sou da invencionática.
Só uso a palavra para compor meus silêncios.

Manoel de Barros – O Apanhador de Desperdícios

PROPOSTA

No episódio *Star Trek: The New Generation* intitulado “Darmok”, a sociedade futurística humana, tecnocrática e iluminista, tenta fazer contato com uma civilização alienígena, os *Tamarianos*, com a qual a *comunicação* foi, previamente, impossível. Nesse futuro, a sociedade humana dispõe de um *tradutor universal*, tornando a comunicação entre espécies alienígenas algo absolutamente natural. No contexto dessa ficção, a primeira coisa que desaparece, portanto, é a heterogeneidade das línguas.

No entanto, nesse caso, mesmo o tradutor universal não dá conta do recado: ele é capaz de traduzir palavras, e mesmo assim, um povo não entende o que o outro fala. A *Enterprise*, a nave humana é, como sempre, repleta do jargão clichê da ficção científica hollywoodiana: “Acionando o campo de dispersão”, “Refratores de Dilitium em 0.28” e “[...] campo de partículas na ionosfera do planeta”. Mas os Tamarianos, sempre que falam, contam uma estória. Quando se encontram pela primeira vez dizem para os humanos: “Rai e Jiri em Lunga. Rai que veio de Luani, Luani embaixo de duas luas, Jiri que veio de Umbaia, Umbaia de encruzilhadas, Umbaia em Lunga, Lunga, seu céu acinzentado”. Os Tamarianos se surpreendem com a incapacidade humana de entender o simples enunciado. Algum astronauta Tamariano ri da estupidez humana no fundo. O capitão Tamariano não tolera que se zombe de uma raça inferior, e interrompe a piada, irritado: “O Rio Termak! No inverno”.

O episódio se passa com os dois capitães na superfície de um planeta, lutando contra um monstro juntos, sem a ajuda de seus soldados ou tecnologias avançadas. É no percurso de uma aventura comum e local que o capitão humano começa a entender que a língua Tamariana se sustenta em algo que os humanos desse futuro tecnocrático tentaram apagar. A saber: o *não logicamente estabilizado*, o equívoco e o regional. Ironicamente, esses exploradores espaciais do nosso futuro distante ainda existiam sob a lógica da cosmologia Ptolomaica, onde tudo são esferas, girando perfeitamente sob uma redoma esférica sustentada pelo tradutor universal³. Os Tamarianos insistiam nas estórias ao invés de na História, e no jogo entre metáfora e metonímia que anima a linguagem: suas ciências eram causos, suas vidas,

³ Mais tarde veremos que por mais inverossímil que pareça o tradutor universal, nós já inventamos sua primeira forma, que é o transistor.

transmissão. Eram avançados pois de alguma forma, ainda misteriosa a nós, fizeram as pazes com o inadmissível que é o real da história e da língua.

Essa luta retratada em “Darmok”, entre o universal e o particular, entre o logicamente estabilizado da lógica e o equívoco da linguagem na história, é um pouco do que nos preocupa, nesse trabalho. Essa luta, que constitui a nosso ver uma corrente subterrânea na política, nas ciências e nas práticas de produção de arquivo, é uma luta pelo sentido das coisas. Pela construção das condições de possibilidade de alguma ou outra forma de vida.

Seria um erro trágico do leitor imaginar que isso nos coloca em uma posição reacionária em relação às tecnologias digitais. Pelo contrário. Como já tentei descrever na abertura, sou também filho dessa nova máquina de mundo. E, claro: não só eu. O Papa tem Twitter. O revolucionário e o reacionário agora brigam no mesmo espaço: aquele que Silveira e Gallo⁴ chamaram de o espaço enunciativo informatizado. Mas em “Darmok”, os Tamarianos não eram menos desenvolvidos por não se organizarem em volta dos discursos logicamente estabilizados da matemática, da engenharia, da cibernética, etc. Pelo contrário. Entre os discursos ordenados pela lógica e aqueles ordenados pela metáfora⁵ há uma distância imensa. Na constituição, mesmo, dos sujeitos. Nas formas de vida. É justo dizer que é de olhar para essa ordem das coisas que se ocupa esse trabalho, na medida em que essa ordem se costura na construção dos aplicativos e nas formas de enunciação.

Nesse sentido é necessário ressaltar desde já que esse trabalho se inscreve no campo de estudos da linguagem. Quer pensar as condições de possibilidade para os efeitos de sentido e para a constituição dos sujeitos *dos discursos*. E portanto, por mais que também pensemos em questões de lógica de acúmulo e consumo, e na historicidade dos aplicativos desenvolvidos no contexto da forma histórica capitalista, evitamos, ao máximo, questões marcadamente infraestruturais do que, por exemplo, Zuboff chamou de capitalismo de vigilância⁶,

⁴ GALLO, S. L.; SILVEIRA, J. Forma-Discurso de Escritorialidade: processos de normatização e legitimação. In: BENEDETTO, G. F. (et al). *Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. Vol. 3. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

⁵ E mais tarde demonstramos como o primeiro é estruturado pela via do segundo.

⁶ ZUBOFF, S. *Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação*. In: *Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.

relacionada ao desenvolvimento dos sistemas produtivos ligados ao desenvolvimento das tecnologias de *dados*. Não se trata de crítica, pelo contrário: Pêcheux já falou da

[...] multiplicidade das “técnicas” de gestão social dos indivíduos: marca-los, identifica-los, classifica-los, compará-los, coloca-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de coloca-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protege-los e de vigiá-los, de leva-los à guerra e de lhes fazer filhos...⁷

Pensamos, portanto, nosso trabalho como complementar a estes que tratam de como nossa sociedade está, estruturalmente, se vendo com os desenvolvimentos tecnológicos do campo digital desde o pós-guerra até hoje. Pois estes trabalhos também lucram de análises de como a linguagem é constitutiva desse processo, como Pêcheux logo em seguida descreve:

Este espaço administrativo (jurídico, econômico e político) apresenta ele também as aparências da coerção lógica disjuntiva: é “impossível” que tal pessoa seja solteira e casada, que tenha diploma e que não tenha, que esteja trabalhando e que esteja desempregado, que ganhe menos de tanto por mês e que ganhe mais, que seja civil e que seja militar, que sido eleito para tal função e que não o tenha sido, etc...⁸

Fundamentalmente, queremos levantar um ponto bastante específico que é o nosso próprio esquecimento em relação às tecnologias languageiras das quais dependemos para existir subjetivamente. Esse é, portanto, um trabalho que busca pensar os *gestos e práticas languageiras na sua relação com as especificidades e materialidades técnicas digitais que as sustentam e constroem*.

No fim, o que encontramos quando estudamos a história dos desenvolvimentos das tecnologias languageiras são partes contraditórias de um todo organizado imaginariamente. Portanto, nosso foco é mais específico ainda: pois ele também tentou evitar olhar para as formas de apropriação dessas tecnologias que, justamente, dizem muito, ou quase tudo sobre seu destino. A imprensa, a máquina de datilografia, o *smartphone*, a rede social, todos esses não são o que seus arquitetos imaginaram pois da mesma forma que um enunciado, uma tecnologia languageira é também um jogo entre um efeito autoral e um leitor imaginário. Algo acontece no

⁷ PÊCHEUX, M. O Discurso: estrutura ou acontecimento. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 30.

⁸ Ibid., p. 30.

encontro, novas formas de vida nascem nas superfícies assépticas dos programas. O mundo faz como Pêcheux prescreve:

[...] não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...⁹

Mas no gesto de construção de uma tecnologia languageira, como por exemplo o editor de texto Microsoft Word, que usamos para desenvolver essa tese e que analisamos mais a fundo a seguir, há uma posição inscrita. Essa posição denuncia toda uma forma-histórica e as formas de vida que a ela correspondem. É uma forma de fazer história que atravessa as tecnologias, as práticas sociais, e mais do que tudo: a linguagem.

Vamos desenhar, então, o mapa do nosso problema e do percurso no qual ele nos colocou. Começamos com um esquema do todo (os objetos organizados nas suas relações), e na medida em que progredimos nessa leitura/escrita compartilhada, vamos nos atendo com mais carinho aos detalhes. Esse esquema do todo é nada mais, na verdade, do que

1. um esboço do problema,
2. uma descrição de certos achados, e
3. as leituras e avanços que nos levaram do primeiro ponto ao segundo.

Que o leitor nos perdoe a antecipação¹⁰, mas na tentativa de facilitar a leitura, abrindo a porta para o processo de escrita, nos vemos obrigados a começar delineando exatamente esse trajeto, sem a preocupação de mantermos uma ordem linear, mas mais preocupados com o claro mapeamento dos caminhos tomados.

Podemos começar formulando uma série de perguntas que podem provocar o leitor a entrar nesse barco conosco: o gesto languageiro é constituído, ou determinado, ou influenciado por isso que poderíamos chamar de tecnologias languageiras (como o editor de texto ou os smartphones)? Se sim, então em que medida? De que forma? De que maneira é diferente a mesma sentença quando a

⁹ PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas, Volume 19: 7-24, 1990/2. p. 17.

¹⁰ Os *spoilers*, como agora se chamam.

escrevo e quando a digito? De que maneira escrever no editor de textos digital (como faço agora) é diferente de escrever à mão, em uma máquina de datilografia, na areia de uma praia, num celular?

Teoricamente, consideramos que o trabalho aqui foi descrever, do ponto de vista materialista da relação entre práticas técnicas, práticas de conhecimento e práticas discursivas¹¹, uma certa indistinção, que já sugere Haraway quando diz que

A fronteira é permeável entre ferramenta e mito, instrumento e conceito, sistemas históricos de relação social e anatomias históricas dos possíveis corpos, incluindo objetos de conhecimento. De fato, mito e ferramenta se constituem mutuamente.¹²

A própria concepção de cibernética, que poderíamos definir como um estudo da comunicação independente da especificidade de seus interlocutores, acusa o estado histórico de indistinção no qual se encontra não só nosso objeto, mas também este analista. Precisamos abraçar essa indistinção, entre o maquínico e o biológico, entre a memória metálica e a discursiva, entre as linguagens lógicas e práticas técnicas, e a vida dos corpos simbólicos. A indistinção dá frutos.

Pois uma das mais importantes questões de nosso tempo é justamente: onde termina o humano e onde começa a máquina? Ou, dada a ubiquidade das máquinas, a ordem não seria a inversa? Onde termina a máquina e onde começa o humano? Ou ainda, dada a geral promiscuidade entre o humano e a máquina, não seria o caso de se considerar ambas as perguntas simplesmente sem sentido?¹³

No plano teórico, nosso trabalho também é uma olhada para o quanto nos esquecemos de tudo isso ao falar. O quanto nos esquecemos não só do nosso lugar (da constituição dos dizeres), e da especificidade da língua (da formulação dos dizeres), mas também das tecnologias através das quais falamos.

¹¹ Das quais falaremos mais adiante.

¹² HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue. In: TADEU, T. Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 64.

¹³ TADEU, T. Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 11.

A motivação desse trabalho é a tentativa de olhar a fundo e de perto, mesmo de experimentar, o quanto, ou o como que uma prática técnica participa, faz acontecer, constitui ou costura os efeitos de sentido.

A seguir o leitor encontrará, portanto, um esqueleto das questões sobre as quais trabalhamos, e o percurso teórico que nos trouxe até elas.

PROBLEMA E PERCURSO

O nosso percurso pelo problema de como pensar o atravessamento das tecnologias digitais nos gestos de linguagem começa em 2013, quando começamos a trabalhar em uma análise das redes sociais, orientada pela professora Cristiane Dias¹⁴. O trabalho consiste em tentar pensar não os acontecimentos transcorridos nas redes sociais, mas as escolhas feitas por seus programadores. Tentar pensar essas escolhas como discursivas, e as redes como tecnologias de linguagem e de arquivo. A ideia surge da famosa citação de Pêcheux em *Lire L'Archive Aujourd'hui*:

Os grandes debates memorialistas, filosóficos ou literários (tal qual ressoam no espaço ideológico e cultural francês) são os mais frequentemente estruturados através dos confrontos sobre temas, posições ou, às vezes, sobre métodos de trabalho. Mas, mesmo neste último caso, *a questão da leitura* permaneceu quase sempre implícita: há, entretanto fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina [à] clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de *ler o arquivo* (entendido no sentido amplo de “campo de documentos disponíveis e pertinentes sobre uma questão”).¹⁵

Em conversa, Paul Henry nos contou que a expressão “*clivagens subterrâneas*” tinha sido sugestão sua: herança de seu avô geólogo. E a expressão realmente sugeriu, e sugere ainda, um desafio de pensar a ordem do corpo concreto dos gestos languageiros. Explicar esse desafio exige uma breve incursão na diferença discursiva entre ordem e organização, que vai nos ajudar a fazer uma distinção entre tomar a organização dos dizeres como princípio epistemológico (o que o analista de discurso, por definição, não faz) e como objeto de estudo (o que o analista de discurso deve, na nossa opinião, fazer cada vez mais).

¹⁴ PEQUENO, V. Nos Subsolos de Uma Rede: sobre o ideológico no âmago do técnico. Dissertação. UNICAMP, Campinas, 2015.

¹⁵ PÊCHEUX, M. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, E. (orgs.). Gestos de Leitura: da história no discurso. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 51.

ORDEM E ORGANIZAÇÃO: UMA DISTINÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÃO COMO PRESSUPOSTO E COMO OBJETO

A distinção que buscamos refazer a partir de agora é essencialmente epistemológica e metodológica para os estudos da linguagem. Ou seja: diz respeito ao que se considera como objeto, e como se trabalha esse objeto. A análise de discurso, herdeira do materialismo histórico, sempre precisou pensar para além das categorias *dadas* pelos discursos institucionais e pela lógica formalista de organização dos dizeres. Podemos olhar para o problema pela importante distinção que Orlandi sempre fez entre ordem e organização. A autora define ordem da seguinte forma:

Parte-se do princípio de que há um real da língua e um real da história, e o trabalho do analista é justamente compreender a relação entre essas duas ordens de real. Em nossos estudos, bem cedo nos ficou claro – na medida em que o analista de discurso tem uma postura crítica em relação ao empirismo e sua contraparte que é o formalismo – que não era a organização da língua que nos interessava (pensada na linguística sob o modo da oposição ou da regra) mas a sua ordem: ordem simbólica, ordem do discurso.¹⁶

Então se a organização é o trabalho técnico e principalmente epistemológico realizado para ordenar o empírico da língua pela via da regra, da divisão e agrupamento, e da categorização, então a ordem daria conta de pensar a sua relação com a história, e portanto também a consequência do imperativo de interpretação que é a posição historicamente determinada do sujeito. O analista, portanto, nunca analisa a partir da posição da organização, e nunca toma as categorias formais como ferramentas metodológicas. Entretanto (e chegamos aqui ao nosso ponto), a organização não é inútil para o analista, pois ela indica algo. Não serve como forma de pensar os discursos, mas serve *como* discurso, como posição na ordem dos discursos. A própria Orlandi o explica:

O analista trabalha com a organização. Para atingir o que constitui a ordem significante, ele tem que considerar o que esta organização indica em relação ao real, seja da língua, seja da história. Só assim atravessará a instância do

¹⁶ ORLANDI, E. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 45-46.

imaginário para apreender, no funcionamento discursivo, o modo de constituição do sujeito e dos sentidos.¹⁷

Portanto, veja, a questão teórica que foi central para a estruturação do nosso trabalho de dissertação foi justamente entender que há ordem e há organização, mas que também há ordem na organização, que a organização também deve ser pensada pelos parâmetros da ordem dos discursos (os parâmetros do real da história, da língua, do inconsciente). Pensar a organização não é voltar ao empirismo nem ao logicismo nem ao formalismo. É admitir que essa organização, como corpo de práticas e saberes denuncia algo sobre a ordem dos discursos e a forma-histórica de produção dos sentidos e, portanto, também dos sujeitos. Pêcheux o formula da seguinte forma:

- quanto à cultura científica, ela finge por precaução “metodológica” ignorar tudo do *fato* mesmo da língua, e destina-se a tratá-la como uma materialidade qualquer. Isso não significa, entretanto, que esta cultura não transporte, ela também suas próprias evidências de leitura, mas ela as inscreve em outro lugar: no espaço lógico-matemático onde, outra vez, a materialidade da língua é denegada, através das ilusões da metalinguagem universal.¹⁸

Isso é importante para um trabalho sobre tecnologia digital, pois muitos dos campos do que agrupamos como “as tecnologias digitais”, como por exemplo a programação orientada a objetos, a cibernética, a engenharia de hardware, e assim por diante, muitos desses campos são atravessados pelo logicismo e pelo empirismo. Não podemos descartar o que e como esses campos *dizem* (a forma como discursivizam suas práticas). Olhar para essas formas de organização dos saberes e dos dizeres é parte de analisar os objetos que se constituem dentro desses campos.

Tomemos uma biblioteca como exemplo. Os livros de uma biblioteca são *organizados* a partir de várias categorias lógicas, empíricas e formais. Os livros são agrupados em disciplinas de estudo, em grandes áreas, seus autores dispostos alfabeticamente, e assim por diante. Todo esse trabalho sobre o livro constitui uma coleção de práticas que funcionam no nível da organização. Mas, e aqui está a questão, esse trabalho *justamente* também nos diz alguma coisa sobre a ordem dos

¹⁷ Ibid., p. 50.

¹⁸ PÊCHEUX, M. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, E. (orgs.). Gestos de Leitura: da história no discurso. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 57.

discursos. Se olhamos para essas práticas de organização a partir da materialidade histórica na qual se costumam, podemos derivar daí, por exemplo, algo sobre a relação do saber com a forma histórica, o lugar da ciência na sociedade industrial, as formas de produção do saber contemporâneo, o jogo entre as inúmeras práticas científicas heterogêneas e o discurso lógico de univocidade do saber, e assim por diante. Ou seja: O analista precisa retornar à organização, como defendeu Orlandi, e devolver a ela sua historicidade. Nesse gesto ele é capaz de repensar a organização, não como dado, mas como discurso. É isso que constitui o centro da noção de clivagens subterrâneas. É entender que não só aquilo que se organiza, mas que as próprias formas de organização *falam*. Essas formas de organização são frequentemente práticas e objetos de natureza predominantemente técnica.

VOLTANDO AO PERCURSO E AO PROBLEMA: A QUESTÃO DAS CLIVAGENS SUBTERRÂNEAS

Dada essa distinção entre ordem e organização, a noção de clivagens subterrâneas constitui então a tentativa de olhar para a ordem das formas de *organização* que se constituem a partir dos campos da tecnologia digital. Viemos a desenvolver a noção de clivagens subterrâneas como sendo *os dispositivos técnicos de ordenação das possibilidades materiais de leitura*. Ordem, pois da perspectiva materialista, as formas de organização fazem parte da ordem discursiva.

Então se nos guiamos pela citação anterior de Pêcheux (sobre as clivagens subterrâneas), devemos adicionar a ela um trecho que escreve em seguida:

Mas é também grande, pelo menos, a ameaça de assistir a uma *restrição* política dos privilégios da leitura interpretativa (no quadro da “reprofissionalização” do trabalho intelectual e cultural), sobretudo se o essencial do debate informático desse ponto de vista é silenciado: não considerar os procedimentos de interrogação de arquivo como um instrumento neutro e independente (um aperfeiçoamento das técnicas documentais) é se iludir sobre o efeito político e cultural que não pode deixar de resultar de uma expansão da influência das *línguas lógicas de referentes unívocos*, inscritos em novas práticas intelectuais de massa. Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de “terapêutica da linguagem” que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados. É uma das significações políticas do desígnio neopositivista, esta de visar construir logicamente, com a bênção de certos linguistas, a produção e interpretação dos enunciados

científicos, tecnológicos, administrativos... mas também (um dia, por que não?) dos enunciados políticos.¹⁹

Deixando de lado a assustadora capacidade de previsão do autor, que escreve essas palavras em 1982, vemos que seu problema aqui circula em volta dos instrumentos, dos objetos técnicos, que produzem formas diferentes de leitura. Chegamos à conclusão, então, que seria justamente nesse campo estranho ao literato: do informático e do unívoco (não cansamos de dizer: campos dominados pela lógica da organização), que a discussão precisaria ser aberta e que a análise precisaria ser efetuada:

Logo: nem ceder às facilidades verbais da pura denúncia humanista do “computador”, nem se contraidentificar ao campo da informática (o que tornaria a reforçar o projeto desta), mas tomar concretamente partido, *no nível dos conceitos e dos procedimentos* [...] ²⁰

Quando Pêcheux termina sua definição de arquivo com “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” ele lança um desafio, pois como acaba de defender no mesmo artigo, a leitura não é feita a partir de um campo aberto e igualitário, onde se depositariam os documentos disponíveis e pertinentes. Não, ele acaba de defender o contrário: existem dispositivos e práticas que *dividem, constroem cisões* naquilo que *pode* vir a ser lido. As aspas sugerem, portanto, um efeito. Da mesma forma como o complemento: “entendido no sentido amplo de”. Ele está nos dizendo: é assim que o arquivo foi sempre entendido, mas os conflitos explícitos nos remetem à possibilidade de que haja ainda uma escavação, uma configuração particular no sedimento dos edifícios de leitura que separa, agrupa, atrasa, seleciona, preserva, protege, ignora e até deleta esses documentos fazendo com que esse “campo” na verdade sejam muitos campos, fragmentados e heterogêneos, produzindo *o efeito* de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Essa escavação, essa configuração particular das coisas não é, obviamente, do nível da organização, apesar de insistir em se fazer prática e produto por essa via (como por exemplo no caso da biblioteca, do algoritmo

¹⁹ Ibid., p. 55.

²⁰ Ibid., p. 59.

de filtro, e assim por diante). Em nossa dissertação, portanto, retornamos a esse artigo e chamamos essas práticas e produtos de clivagens subterrâneas.

Dada essa proposta de trabalho estabelecida em nossa dissertação, partimos então, na tese, para a materialidade da história, e para a especificidade das tecnologias de linguagem historicamente datadas. Nos propusemos a começar com um estudo que não fosse da tecnologia digital, justamente pela suposição de que assim teríamos um escopo maior de como o problema poderia ser tratado, ou pelo menos uma definição melhor do problema de pesquisa. Fomos em direção à escrita.

A ESCRITA NA GRÉCIA ANTIGA: E A TRANSFORMAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DO GESTO LINGUAGEIRO

Parte da exigência para o doutoramento da Unicamp é um trabalho de área, realizado em outro campo de estudo que não o da tese, e que realizamos no departamento de História das Ideias Linguísticas orientados pela professora Suzy Lagazzi. O trabalho foi centralmente um levantamento do que precisamente se diz, por exemplo no caso de Auroux, quando se fala “tecnologia de linguagem” ou “revolução tecnolinguística”. Levantamos para isso alguns autores que comentam o período não de invento da escrita (demasiado vago e abrangente), mas de desenvolvimento do alfabeto grego, marco importantíssimo na prática da grafia no ocidente (e um recorte mais razoável do imenso campo de estudos em questão)²¹.

O nosso trabalho, mesmo com seus defeitos, nos sugeriu um caminho muito valioso para o progresso da pesquisa. Alguns autores (nos apoiamos fortemente em Havelock, Goody e Auroux, mas há tantos e tantos outros²²) ressaltam as práticas

²¹ Embora mesmo assim vale ressaltar que nosso levantamento é bastante tangencial e limitado, visto que não nos coube nem por treino nem por limite de tempo uma pesquisa mais extensa no campo da paleografia.

²² Recentemente o Prof. Flávio Ribeiro de Oliveira do departamento de Linguística nos apresentou ao trabalho de Rosalind Thomas (2005), que modula e relativiza muitas das teses centrais dos trabalhos mencionados. Sua contribuição para a aplicação dessa pesquisa aqui foi inestimável.

técnicas de grafia (como por exemplo o desenvolvimento do alfabeto grego, alguns instrumentos de grafia, o desenvolvimento do papiro e assim por diante) como sendo determinantes das formas de produção dos gestos linguageiros subsequentes. Por exemplo, que a lógica não é possível sem o alfabeto vocálico-consonantal, que a matemática não é possível sem a bidimensionalidade do papel, que a história e a gestão urbana não são possíveis sem a durabilidade do registro escrito, e assim por diante²³. Isso tem, obviamente, implicações para o nosso entendimento de como se constituem os efeitos de sentido.

A questão é que não está explícito na fórmula “real da língua - real da história” onde, exatamente, incluir a determinação da invenção do alfabeto grego, do desenvolvimento da imprensa, ou da chegada dos sistemas digitais. Qualquer linguista (e aqui, queremos ser claros: qualquer linguista leitor de Saussure) sabe que a língua, como estrutura, tem uma materialidade específica e definida, justamente com a qual Pêcheux trabalha na primeira parte de *Semântica e Discurso* (1975), para descrever os efeitos do encaixe sintático e do pré-construído.

Isso tudo é nossa forma de defender o problema que constitui motor para a tese, a saber, que *a materialidade da escrita não é a materialidade da língua*, não pode ser confundida com a materialidade da língua. Da mesma forma também não é as instituições, as formas-históricas, as formações discursivas e não pode ser confundida com a materialidade da história. E, entretanto, a escrita tem materialidade própria, e tem seus efeitos sobre o enunciado como condição específica de sua possibilidade. A escrita, a imprensa, o aplicativo de conversas no seu smartphone, esses todos têm um estatuto próprio, e são todos constitutivos das formas como produzimos sentido. Gilbert Simondon formula um problema paralelo em *Du Mode d'Existence des Objets Techniques* (1969) da seguinte forma:

A cultura é desequilibrada porque reconhece determinados objetos como é o caso do objeto estético e lhes concede direitos de cidadania no mundo dos significados enquanto repele outros objetos, e em particular os técnicos, no

²³ Entraremos em mais detalhes no decorrer deste trabalho, que contém uma versão fortemente modificada e desenvolvida do trabalho de área em questão. Por enquanto vale só explicar em que direção essas descobertas nos levaram.

mundo sem estrutura do que não possui significado mas apenas utilização, uma função útil.²⁴

E, portanto, compartilha o espírito de restituir aos nossos instrumentos a sua opacidade, como já defendeu Pêcheux no mesmo artigo que citamos antes:

[...] mas a obsessão explícita é a de transpor mais rápido os obstáculos da “língua natural”, para se livrar disso em proveito de quadros estatísticos de resultados, ou de microuniversos lógicos aptos a acolher os cenários conceituais purificados da inteligência artificial. Nesses dois casos [...] a materialidade da língua desaparece. Tal materialidade não terá sido (na melhor das hipóteses) senão um meio transparente, ou (na pior) a vidraça empoeirada através da qual se incita a espreitar “as próprias coisas”. É a existência desta *materialidade da língua na discursividade do arquivo* que é urgente se consagrar [...]²⁵

Não é nova a ideia de que o campo científico largamente se recusou a pensar para além (ou talvez aquém) da herança positivista que produziu e produz ainda a divisão essencial entre natureza e civilização, instintivo e aprendido, orgânico e maquínico. Também não é nova ou pequena a contingência de acadêmicos devotados a combater os efeitos nocivos dessa dicotomia organizatória produzindo ruídos nos estudos da ordem simbólica. Latour define a missão da seguinte forma:

[...] a questão é sempre a de reatar o nó górdico atravessando, tantas vezes quanto forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos a natureza e a cultura. Nós mesmo somos híbridos, instalados precariamente no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, um terço instruídos sem que o desejássemos; optamos por descrever as tramas onde quer que estas nos levem.²⁶

Mas a contribuição mais significativa que faz aqui é ressaltar que a nossa recusa em admitir isso que chama de objetos híbridos é tanto filha da modernidade quanto é o humanismo:

²⁴ SIMONDON, G. *Du Mode D’existence des Objets Techniques*. Paris : Editions Montaigne, 1969. p. 10. [tradução nossa].

²⁵ PÊCHEUX, M. *Ler o Arquivo Hoje*. In: ORLANDI, E. (orgs.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 59.

²⁶ LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos : ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. p. 9.

[...] embaixo, os híbridos continuavam a multiplicar-se como uma consequência direta deste tratamento em separado. É esta dupla separação que precisamos reconstituir, entre o que está acima e o que está abaixo, de um lado, entre os humanos e os não-humanos, de outro.²⁷

Haraway também tem um papel famoso na batalha pelos objetos híbridos.

No final do século XX, nosso tempo, um tempo mítico, nós somos todos quimeras, híbridos de organismo e máquina teorizados e fabricados. Ou seja, somos ciborgues. O ciborgue é nossa ontologia; ele nos dá a nossa política. [...] Na tradição da ciência e da política “ocidental” – a tradição do capitalismo racista e dominado por homens; a tradição do progresso; a tradição da apropriação da natureza como recurso para a produção da cultura; a tradição de reprodução do *eu* a partir dos reflexos do outro – a relação entre organismo e máquina tem sido uma guerra de fronteiras. Os espólios dessa guerra fronteiriça tem sido os territórios da produção, da reprodução e da imaginação.²⁸

No contexto desses e muitos outros grandes avanços das ciências humanas do século XX, podemos defender a posição de que uma mesma ordem simbólica governa o funcionamento dos corpos orgânicos, e de seus apêndices, órgãos, juntas e contrapartes mecânicas. Dizer, portanto, que esse é um trabalho que investiga como as tecnologias digitais afetam ou fazem circular os gestos languageiros constitui justamente o equívoco profundo e mal entendimento do problema que queremos criticar. *A questão é como integrar o estudo dos procedimentos, das técnicas e dos objetos técnicos na nossa compreensão geral do processo de identificação, de interpelação e de produção dos gestos languageiros. Essa é a missão.*

Como queremos deixar claro até o fim desse trabalho, supomos inclusive que esse não é nem mesmo um problema inteiramente contemporâneo. A questão é, na verdade essa que Auroux explicita ao citar Aristóteles: “Os sons emitidos pela voz são os símbolos dos estados de alma e as palavras escritas, os símbolos das palavras emitidas pela voz”²⁹. A citação é obviamente muito antiga, mas chama atenção para essa corrente de pensamento que fez, de muitas formas, parte do imaginário de uma tradição ocidental, e está relacionada, justamente, ao que nos recusamos a pensar:

²⁷ Ibid., p. 19.

²⁸ HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue. In: TADEU, T. Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 37.

²⁹ ARISTOTELES Apud AUROUX, S. A Filosofia da Linguagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. p. 66.

“o que eu digito é o que eu escrevo, o que eu escrevo é o que eu digo, o que eu digo é o que eu penso³⁰”. Nesse contexto, a materialidade das práticas concretas que constituem o gesto linguageiro seriam irrelevantes. Ora, a análise de discurso é justamente uma disciplina *de e para* pensar a materialidade do gesto linguageiro. O faz de forma ímpar quando se tratando da materialidade da língua e das materialidades significantes, e pode fazê-lo também se tratando de questões de objetos e práticas técnicas.

Para isso, entretanto, precisaríamos nos localizar no dispositivo teórico-analítico e nas noções que precisaríamos do materialismo. Felizmente, Pêcheux já levantou muito do que precisávamos em um artigo de 1966 ainda sob o nome de Thomas Herbert. Descrevemos então um pouco mais de nossa dívida em relação ao autor.

A QUESTÃO DO CAMPO PRÁTICO: E A RELAÇÃO COMANDA/DEMANDA EM “REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO TEÓRICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E, ESPECIALMENTE, DA PSICOLOGIA SOCIAL”

Maldidier nos conta³¹ que é em 1966 que Pêcheux escreve seu primeiro artigo no contexto do CNRS da França, *Reflexões Sobre A Situação Teórica Das Ciências Sociais E, Especialmente, Da Psicologia Social* (1966). Desde lá, o autor traz algumas questões cruciais para o percurso que tomamos no resto do trabalho. Não há de se negar que o artigo vai na direção de tirar algumas conclusões sobre o estatuto das ciências sociais, principalmente em relação à forma histórica e às ciências exatas. Entretanto, no percurso nos deixa com alguns índices importantes de como pensar a questão das *práticas técnicas* e suas formas de relação com o todo complexo das práticas sociais.

Podemos começar definindo uma prática técnica como “[...] transformação de matérias-primas extraídas da natureza – ou produzidas por uma técnica preliminar

³⁰ A partir da tradição iluminista europeia, poderíamos adicionar: “[...] o que eu penso é o que eu sou”.

³¹ MALDIDIER, D. A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

– em produtos técnicos, por meio de instrumentos de produção determinados”³². Está, portanto, fortemente associada com o *modo de produção* de uma sociedade dada. Ou seja: é importante lembrar que os produtos técnicos são parte da forma de sustentação da “existência social dos homens”, para emprestar a frase de Marx, e então olhar para um smartphone, ou para a internet, ou para um editor de texto é se perguntar sobre as formas nas quais um objeto é costurado nas relações produtivas de uma sociedade.

Nosso segundo ponto aqui é que essa costura é descritível, e começa na questão da demanda:

Notamos imediatamente que a prática técnica se efetua tendo em vista o produto, ou dito de outra forma, que a técnica tem uma estrutura teleológica externa: ela vem preencher um desejo, uma falta, uma demanda que se define fora da própria técnica. O lugar onde se define a falta que indicará sua função em relação a esta técnica particular *não é* esta técnica, mas o todo organizado da própria prática social, que dizer, em primeiro lugar, o modo de produção, tal como o definimos.³³

Isso não é, obviamente, dizer que o produto técnico *termina* no seu uso social, mas é dizer que ele *começa* ali. Ou seja: que o nascimento de um objeto técnico não é espontâneo nem acidental, mas determinado por uma *demand*a social. Isso significa dizer que uma análise que pensa gestos de linguagem atravessados por produtos técnicos digitais é *necessariamente* uma análise que pensa as relações produtivas da forma histórica capitalista contemporânea, e suas raízes modernas.

A questão geral do campo prático, e a questão específica do transistor

Entretanto, a relação não é causal, mas interdeterminativa, pois a história das práticas e produtos técnicos é também a história da construção de um certo campo (o campo prático, diz Pêcheux), onde a prática social acontece. Citamos:

[...]assim surgiu o que nós chamaremos de um “instrumento-modelo”, quer dizer, um aparelho técnico cuja função é de produzir por si mesmo o real sob

³² PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 24.

³³ *Ibid.*, p. 28-29.

uma forma pertinente à técnica em questão. Vê-se que um conjunto como este pode funcionar ao mesmo tempo como modelo-simulador (produção de um futuro astronômico a se verificar) e como instrumento verificador (verificação presente de um futuro projetado) [...]³⁴

Isso também significa dizer que as práticas de conhecimento interligadas as práticas e produtos técnicos funcionam em um trilho de responder a perguntas que elas mesmas se põe. “Trata-se aí de uma questão de definição”, diz Lacan: “*Minha prometida vem sempre ao encontro marcado, porque quando ela não vem, deixo de chamá-la de minha prometida*”³⁵.

Vamos, ora, ao exemplo da computação. Na base de toda a arquitetura computacional contemporânea está uma única peça chamada de *transistor*. O transistor, herdeiro dos mais antigos tubos de vácuo, é parte de um circuito elétrico. É uma base de silício alterada quimicamente e configurada mecanicamente de forma que uma corrente elétrica pode ou não circular pelo transistor, dependendo de um sinal elétrico (e não mecânico, como por exemplo no caso do interruptor de luz de uma casa).

As descrições filosófica do transistor podem, frequentemente, fazer o produto técnico parecer uma peça *evidente* de tecnologia, algo tão simples e natural quanto a divisão natural/artificial ou cultural/genético: o transistor não é nada mais do que um dispositivo de representação da oposição sim/não, 0/1, aberto/fechado, e assim por diante. Essa metáfora do transistor é interessante por *datar* a sua invenção, pois é característico do discurso científico produzir pela via da ferramenta, a evidência de um modo de funcionamento anterior à sua existência.

A partir do momento em que o homem pensa que o grande relógio da natureza roda sozinho e continua marcando a hora, mesmo quando ele não está aí, nasce a ordem da ciência. A ordem da ciência está vinculada ao seguinte – de oficiante da natureza o homem passou a ser seu oficioso. Ele não a governará, a não ser obedecendo a ela. E tal como escravo, ele tenta fazer seu senhor cair sob sua dependência, servindo-o bem.³⁶

³⁴ Ibid., p. 30.

³⁵ LACAN, J. O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. p. 372.

³⁶ Ibid., p. 371-372.

De fato, o transistor é intensamente mais complexo do que a metáfora que o precede. É um produto técnico que exige processos produtivos extremamente complexos, misturas químicas precisas de elementos raros, e um processo de montagem a nível molecular³⁷. Mais do que isso, seus componentes e processos produtivos não são livres das questões geopolíticas de extração de recursos naturais e das formas de exploração da força de trabalho associadas à sua produção.

Mas pensamos que a metáfora do transistor como simples porta é fundamental para entender como se constrói o *campo prático*, o espaço onde se sedimentam as práticas concretas de uma sociedade. Lacan diz: “A partir do momento em que nos é dada a possibilidade de encarnar no real este 0 e este 1, notação da presença e da ausência, de encarná-la num ritmo, uma escansão fundamental, algo passou para o real [...]”³⁸. Ou seja: O próprio objeto técnico, suas práticas constitutivas e usos particulares retroalimentam o espaço onde ele se dá, de forma que em termos institucionais, de práticas técnicas, de conhecimento, isso é, em termos da vida material dos homens, se constituem novos *dados*, novas transparências, que se refletem nas práticas discursivas. Fazemos esse ponto importante para ressaltar a continuidade na qual estão as práticas técnicas e as práticas políticas (que são práticas discursivas). Pêcheux o formula da seguinte forma:

A observação que fizemos no começo, a saber, que a prática técnica e a ideologia técnica estavam em continuidade (pertenciam ao mesmo processo) parece acontecer mesmo; constatamos, com efeito, que a necessidade de responder a uma demanda social levava cada prática técnica a colocar suas próprias questões ao real, de tal modo que ela realiza seu real próprio como um sistema coerente relativamente autônomo [...]³⁹

Essa questão é importante para entender justamente duas coisas. A primeira é que a “realização desse real” acontece no nível do esquecimento produzido pelo uso transparente do produto técnico: “Mesmo quando pretendia agir, a Alquimia se colocava, na realidade, no *ponto de vista interpretativo* que “dita o real”, o ponto

³⁷ A página de papel na qual esse trecho de texto será impresso tem (em média) 100,000 nanômetros de espessura. Os transistores do processador Intel que alimenta o computador no qual escrevo esse texto têm em média 14 nanômetros de largura...

³⁸ Ibid., p. 379.

³⁹ PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 32.

que “sempre-já” fala para dizer aquilo que é, como se o próprio real falasse⁴⁰. Ou seja: a continuidade entre prática técnica, prática de conhecimento e prática política produz o campo no qual o todo da prática social acontece de forma que o sujeito sempre parte do interior dessa injunção. As tecnologias digitais de linguagem que surgem, portanto, não são nunca totalmente estranhas ao contexto produtivo no qual surgem pois herdam suas especificidades do *sempre-já-lá* que fala “como se o próprio real falasse”. Estamos aqui *especificamente* nos endereçando à questão do transistor como “representação” do real moderno no que Frege⁴¹ chamaria de o “valor de verdade” das proposições, ou seja: de se uma proposição pode ou não ser declarada como verdadeira. O transistor como *instrumento modelo* é parte, junto com a filosofia moderna, a lógica, a filosofia da linguagem, da produção desse campo prático onde um binômio como verdadeiro/falso produz os efeitos que produz.

Isso nos permite dizer que o invento de um produto técnico é sempre cercado de certas práticas de conhecimento e certas relações institucionais (o sistema coerente relativamente autônomo) que fazem com que se solidifique o espaço onde as leis que regem o funcionamento daquele produto técnico se tornam *evidentes*, e seu referencial teórico e institucional, *logicamente estabilizado*, na medida em que o uso do produto técnico confirma sua razão de ser e reforça as leis a partir das quais ele é produzido. Dito de outra forma: podemos retrair, ao estudar as práticas técnicas, como que aquilo que é logicamente estabilizado *vem a se estabilizar* de tal maneira.

Se voltarmos ao transistor como nosso exemplo, podemos concluir que na medida em que realiza seu trabalho (organizar a entrada de sinais elétricos de forma que obtemos saídas inteligíveis e previsíveis), produz também um campo no qual toda sua complexidade (de engenharia elétrica, mecânica, química) é reduzida a uma “imanência do real”, onde há, “por natureza”, o sim e o não, o aberto e o fechado, o verdadeiro e o falso e assim por diante. O transistor produz uma sociedade onde essa dicotomia é *proveniente da natureza*, e onde o produto simplesmente se vale dessa característica natural das coisas, para funcionar.

⁴⁰ Ibid., p. 33.

⁴¹ FREGE, G. Sobre o Sentido e a Referência. In: FREGE, G. Lógica e Filosofia da Linguagem. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Esse fato, dos produtos e práticas técnicas como produtores de um certo campo prático no qual são evidentes, será importantíssimo para entendermos o esquecimento na sua relação com os as tecnologias de linguagem, mas há ainda mais uma questão importante que devemos extrair dessa leitura:

As práticas técnicas, dissemos, recebem demandas às quais elas fornecem respostas: a interdeterminação aqui é flagrante. Com efeito, as práticas técnicas são determinadas, uma vez que elas recebem de algum lugar uma demanda, e determinantes de vez que é o leque das respostas possíveis por elas propostas que torna possível a existência da demanda. Seria inútil buscar aqui uma prioridade: a prática política encontra a *matéria-prima a transformar* sob a forma de relações sociais “sempre-já-lá”; ela não tem origem histórica marcada.⁴²

Existe, portanto, uma interdeterminação entre as práticas técnicas e seus produtos, e as práticas políticas (que são discursivas), e que por sua vez têm como função a reformulação da demanda social. “[...] demanda é também comanda, no sentido duplo que entendemos daqui por diante”⁴³.

Isso nos permite entender como que, dado um produto técnico (como por exemplo o transistor, o computador, ou a internet), e dada a relação entre esse produto e as práticas discursivas que nele se engendram, a *demand*a relacionada a ele se transforma, de forma que: mesmo enquanto o produto técnico funciona transparentemente, ele se transforma, nesse processo de demanda/comanda com o todo da prática social.

Quando se fala em práticas técnicas, portanto, deve-se lembrar que elas só são distinguíveis das práticas discursivas na instância concreta de sua origem e na instância material de sua posição no sistema produtivo. De fato, constroem um contínuo que não é passível de separação: o funcionamento dos produtos técnicos também depende da sua relação com a prática social em um campo de memória e esquecimento. Isso é o que, na nossa leitura, constitui o *ciborgue* de Haraway para o materialismo histórico. “Seria inútil aqui buscar uma prioridade”, a saber: não há sobredeterminação mas somente interdeterminação entre as práticas técnicas e políticas que constituem o todo da prática social.

⁴² PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 34.

⁴³ *Ibid.*, p. 35.

EMPIRISMO LÓGICO, A QUESTÃO DA COMPUTAÇÃO E DA CIBERNÉTICA

Começamos propondo que o nosso trabalho está sustentado na necessidade de pensar como o gesto linguageiro é atravessado pelas tecnologias digitais.

Sugerimos que ao olhar para produtos técnicos estamos também olhando para os procedimentos de organização a partir da perspectiva teórica que preza a ordem dos discursos.

Sugerimos também que a Análise de Discurso já tem uma noção que dá conta da questão da leitura das práticas e produtos técnicos, que é a noção de clivagens subterrâneas.

Defendemos⁴⁴ a importância de pensar esses produtos e práticas que são transparentes no gesto de linguagem e que, portanto, são frequentemente tomados como produtos que não tem relação com a condição de possibilidade do sentido, a não ser o “afetando” externamente.

Finalmente, também tentamos mostrar como que, do ponto de vista do materialismo histórico, as práticas técnicas, seus produtos resultantes e as práticas de conhecimento associadas e elas produzem um campo prático e um sistema coerente e relativamente autônomo onde se dão as relações produtivas. Isso é importante para entender, justamente, como que os gestos de linguagem se dão a partir de práticas e produtos técnicos associados (como por exemplo a escrita, a imprensa, o editor de texto, o smartphone, e assim por diante) aparentemente *óbvios*: não se percebe aquilo do qual se está no interior.

O único ponto que nos resta preparar como parte do mapeamento desse problema é a questão da *especificidade* da tecnologia digital, como herdeira de uma corrente filosófica específica e como produtora de uma prática de conhecimento particular. Isso pois, se a ordem dos efeitos de sentido é sempre somente legível nas suas determinações históricas, os produtos técnicos não são exceção.

⁴⁴ O que acreditamos já estar implícito no campo da Análise de Discurso.

Por um alfabeto do pensamento humano

A ideia de um procedimento computacional não é contemporânea. Poder-se-ia dizer que é uma noção moderna por excelência, até inevitável, dadas algumas das principais tendências epistemológicas que se configuraram a partir do período do iluminismo europeu. Ora, se o universo é um grande relógio, uma máquina de peças discretas e calculáveis, se a matemática é a mãe das ciências naturais e a descrição coerente e autônoma do funcionamento do mundo é somente uma questão de tempo, então é também somente uma questão de tempo a construção de objetos e procedimentos para a realização desses cálculos!⁴⁵

Mas o procedimento computacional é essencialmente um procedimento de linguagem de referencial logicamente estabilizado, produzido no interior de um sistema coerente e autônomo. Assim foi que os desenvolvimentos em matemática a partir do século XVII abriram o campo para mais uma metáfora (como a metáfora da simplicidade do transistor) sobre o que constituiria uma linguagem perfeita. Davis descreve da seguinte forma talvez seu primeiro visionário, Gottlieb Wilhelm Leibniz (1646-1716):

Leibniz tinha uma visão de incrível escopo e grandeza. A notação que ele tinha desenvolvido para o cálculo diferencial e integrado, a notação que ainda usamos hoje, fez fácil a realização de cálculos complexos com poucos esforços. Era como se a própria notação fizesse o trabalho. Na visão de Leibniz, algo similar poderia ser feito para todo o escopo do conhecimento humano. Ele sonhava com uma compilação enciclopédica, com uma linguagem matemática artificial na qual todas as facetas do conhecimento poderiam ser expressas, sonhava com regras de cálculo que poderiam revelar as interrelações lógicas entre propostas. Finalmente, ele sonhava com máquinas capazes de realizar cálculos, libertando a mente para o pensamento criativo.⁴⁶

Leibniz, então, foi o pioneiro moderno de uma ideia que até hoje constitui um projeto científico importante: de um alfabeto que não fosse a representação de sons e interrupções, mas de ideias e conceitos, e uma linguagem na qual fosse

⁴⁵ Essa proposta é marcada com um certo tom de ironia, mas não sem consideração a uma problemática: muitos campos de conhecimento atuais ainda funcionam sob esse pressuposto, e as ciências humanas não estão inteiramente vacinadas contra essa fantasia.

⁴⁶ DAVIS, M. *The Universal Computer: the road from Leibniz to Turing*. New York: CRC Press, 2012. Capítulo 1, [tradução nossa].

possível determinar quais enunciados são verdadeiros e quais são falsos. Em suas próprias palavras:

Há duas espécies de verdade, as de razão e as de fato. As verdades de razão são necessárias e seu oposto é impossível. Quando uma verdade é necessária, podemos encontrar sua razão pela análise, resolvendo-a em ideias e em verdades mais simples até chegar às mais primitivas. Mas a razão suficiente deve ser encontrada também nas verdades contingentes ou de fato, isto é, na sequência de coisas espalhadas pelo universo das criaturas; onde a resolução em razões particulares poderia ir a um detalhe sem limites, por causa da variedade imensa das coisas da natureza e da divisão dos corpos ao infinito. Há uma infinidade de figuras e de movimentos presentes e passados que entram na causa eficiente de minha escrita presente, e há uma infinidade de pequenas inclinações e disposições de minha alma, presentes e passadas, que entram na causa final.⁴⁷

Não era somente, entretanto, a questão da *verdade* que estava em jogo em Leibniz, na medida em que, no contexto da filosofia moderna, vamos observar uma insistência parafrástica do contínuo *verdade – razão – pensamento – matemática – linguagem*. Poderíamos sugerir, e mais a frente tentaremos descrever brevemente *como*, que é esse contínuo que embasa o discurso filosófico dos séculos XVII e XVIII, que dá, por via do *corte epistemológico*⁴⁸, luz à *Lógica* e suas práticas herdeiras.

[...] nenhum mortal até agora viu o verdadeiro princípio pelo qual cada coisa pode ser dada seu próprio número particular. [...] ninguém produziu uma linguagem ou característica que encarna, ao mesmo tempo, a arte da descoberta e a arte do julgamento, isto é, uma linguagem cujas marcas ou caracteres fizessem a mesma tarefa que marcas aritméticas fazem nos números ou que marcas algébricas fazem pelas magnitudes consideradas abstratamente. E entretanto, quando Deus concedeu essas duas ciências à raça humana, parece que ele queria sugerir a nós que um segredo bem maior estava escondido no nosso intelecto, um segredo do qual essas duas ciências são somente sombras⁴⁹.

⁴⁷ LEIBNIZ Apud PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 42.

⁴⁸ Explicitado mais a frente, é a noção Althusseriana que explica como que através de certas práticas metodológicas e discursivas, certas práticas de conhecimento apagam suas relações com as posições ideológicas dadas na forma histórica, produzindo assim o efeito de “discurso neutro” ou o equivalendo a “discurso científico”. Ver *Por Marx* (2015).

⁴⁹ LEIBNIZ, G. *Philosophical Essays*. Indiana: Hackett Publishing Company, Inc., 1989. Parte 1.2., [tradução nossa].

Mas é claro, Leibniz não foi o único ou o último filósofo a construir essa relação epistêmica entre linguagem, lógica e matemática. A questão importante de notar é que ao contrário do que afirma Pêcheux, o trabalho começa sim, como uma tentativa de livrar *toda* a comunicação humana da bagunçada imprecisão das línguas naturais. Pêcheux recusa esse projeto:

Não se pode negar que a Lógica, como teoria das línguas artificiais, tenha, de fato, se desenvolvido tomando como matéria-prima a linguagem “natural”, mas é preciso acrescentar, de imediato, que esse trabalho sempre teve exclusivamente por fim libertar *as matemáticas* dos efeitos da linguagem “natural” (de modo que a Lógica tem se tornado progressivamente uma parte do domínio das matemáticas), mas nunca pretendeu libertar a própria linguagem “natural” de suas “ilusões” *em geral*. Caso contrário, a Lógica conteria nela todas as ciências – para retomar uma afirmação do próprio Frege com respeito à Psicologia⁵⁰.

Entretanto, como vemos na citação de Leibniz acima, esse é *exatamente* o projeto de sua *característica universal*. A questão estará então em observar como que o projeto se *transforma*, e passa pelo que o próprio Pêcheux, retomando a noção Althusseriana, explicita ser o *corte epistemológico*:

[...] sabemos, a partir de agora, que ela [a prática científica] não se produz jamais, desprendendo do “real” as generalidades que se organizariam em conhecimentos, da forma como queria o mito empirista. Uma ciência, como campo de generalidades científicas, nasce sempre pela transformação de uma generalidade ideológica inicial, por meio de uma generalidade intermediária, que desaparece no resultado: por aí, a prática científica entra na definição geral da prática, uma vez que há uma matéria a trabalhar (a ideologia encontrada), um instrumento de trabalho (a generalidade G2), e um produto (a generalidade científica G3).⁵¹

É nesse ponto, nesse apagamento entre a posição dada ideologicamente e a generalidade científica, que dizemos que há um trabalho aqui, uma prática que transforma um em outro:

O trabalho teórico de transformação consiste, então, em desarticular a constelação dos conceitos ideológicos iniciais produzindo, pelo “corte

⁵⁰ Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 87.

⁵¹ PÊCHEUX, M. Análise de Discurso. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 44.

epistemológico”, uma configuração científica que articula os conceitos de novo⁵².

Conseguir descrever esse percurso é recuperar a historicidade desse ponto de ancoragem para a tecnologia digital, que é o transistor e suas práticas e produtos herdeiros.

Por uma lógica do pensamento humano

O renomado matemático George Boole (1815-1864), cujas contribuições no campo da matemática são frequentemente mencionadas como as bases teóricas para o desenvolvimento da computação, também produz, no seu percurso de trabalho, uma certa concepção do que se trata a linguagem e seu uso:

Em todo discurso, seja a mente conversando com seus próprios pensamentos, ou do indivíduo em troca com outros, há um assumido ou expresso limite dentro do qual os sujeitos dessa operação estão confinados. O discurso mais livre é aquele no qual as palavras que usamos são compreendidas em seu sentido mais amplo, e nessa instância, os limites do discurso são co-extensivos aos limites do próprio universo. Mas mais frequentemente nos confinamos a campos menos espaçosos. Às vezes, nos discursos sobre os homens nós deixamos implícito (sem expressar esse limite) que é somente de homens sob certas circunstâncias ou condições que falamos, como de homens civilizados, ou homens no vigor da vida, ou de homens sob alguma condição ou relação. Ora, qualquer que seja a extensão do campo dentro do qual todos os objetos do nosso discurso são encontrados, esse campo pode apropriadamente ser denominado de o “universo dos discursos”⁵³.

Veja que nessa concepção do gesto enunciativo⁵⁴ o que é *pré-construído* não é de ordem histórica, mas *lógica*. É uma categoria lógica que determina os limites do “universo de discurso” e não uma determinação da dominante histórica. Essa concepção não é surpreendente se considerarmos o trabalho matemático de Boole como sendo um trabalho de lógica simbólica que manipula, por suas operações,

⁵² Ibid., p. 47.

⁵³ BOOLE, G. An Investigation of The Laws of Thought: on which are founded the mathematical theories of logic and probabilities. London: Walton and Maberly, 1854, capítulo 3.1.4. [tradução nossa].

⁵⁴ Não reproduziremos o termo “discurso” quando nos referindo à citação de Boole. Isso para não criar confusões: “discurso” tem um sentido técnico e específico para nós, nada relacionado ao que o autor denomina de discurso.

classes ao invés de números: seu objetivo era costurar na estrutura da lógica formal, as operações aritméticas. De forma que, por exemplo, se x é uma classe de coisas e y é outra, poderemos escrever xy para denominar a classe de coisas que são ao mesmo tempo x e y . Nada poderia, portanto, ao mesmo tempo pertencer e não pertencer a uma classe. O leitor de Pêcheux já percebeu a relação estreita entre essa posição epistemológica e a questão da distinção entre as relativas explicativas e as restritivas desenvolvidas na *Lógica de Port-Royal* (1992): “Constatamos, com efeito, na leitura dessa última obra, que a gramática (ou arte de falar) é homogênea à lógica (arte de pensar) na medida em que os mesmos princípios encontram-se aí em ação”⁵⁵.

Mas essa não foi a única questão de nota produzida pela álgebra Booleana, no contexto da computação e dos estudos da linguagem. Como seu trabalho é a construção de operações algébricas que se aplicassem à *lógica*, Boole chega à conclusão de que quando se tratando de classes, os números 1 e 0 e somente esses números seriam necessários, construindo assim as categorias de *verdadeiro* e *falso*. O que queremos notar aqui, voltando à questão do corte epistemológico, é que essas categorias não são as mesmas que as que encontramos em Leibniz, e não tem relação *visível*, por assim dizer, com o discurso filosófico da filosofia moderna. Isso é, não se trata mais do problema das verdades contingentes e das verdades necessárias, como ressaltamos acima nas palavras do próprio autor.

O trabalho já está removido dessa origem filosófica e passa, aqui, por seu corte epistemológico. Isso é importante: as categorias de verdadeiro e falso aqui são categorias de funcionamento interno, *exatamente* o que Pêcheux chamou de um sistema coerente e autônomo. São resultados matemáticos. São esses passos de distanciamento de uma origem filosófica (e, sejamos claros, da posição ideológica que engendra) que fazem com que esse sistema, eventualmente, produza seu referencial logicamente estabilizado, e nesse caso contribua para o nascimento do transistor e do computador, como realizações do real do “verdadeiro” e “falso” como categorias além de qualquer suspeita.

Vale ressaltar que nosso objetivo aqui não é o mesmo de Pêcheux na primeira parte de *Semântica e Discurso* (1975). Enquanto o autor retraça o percurso de certas correntes filosóficas que tem um impacto direto no trabalho de Saussure e especificamente na concepção de linguagem dada no par língua/fala, nós aqui sim

⁵⁵ PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 38.

passamos por alguns dos mesmo autores, mas para mostrar como certas teorias da linguagem e do conhecimento constroem o campo onde a computação, como a conhecemos hoje, é possível. A questão é ressaltar as práticas de conhecimento (que são sempre práticas ideológicas produzidas por um corte epistemológico) que constituem o *sinequanon* desse campo prático onde se dão os gestos de linguagem. A questão é, na verdade, o esquecimento.

Por uma escrita do pensamento humano

O subtítulo do trabalho seminal *Begriffsschrift* (1879) de Gottlob Frege (1815-1864) acusa o passo que está sendo dado nesse percurso de construção dos alicerces para o nascimento da tecnologia digital, e é traduzido como “*uma linguagem-fórmula, modelada na da aritmética, do puro pensamento*”. Novamente, mesmo que transfigurado, vemos aqui a mesma paráfrase do jogo *verdade – razão – pensamento – matemática – linguagem*.

Em Frege, observamos, já se completa a transição que faz com que o trabalho conceitual-filosófico moderno (da filosofia analítica e da lógica) se torne manifestação *dos aspectos da natureza*. De fato, é na forma do “pensamento” que Frege faz a ponte entre lógica e linguagem (o pensamento não sendo muito mais, nesse contexto, do que certas *operações lógicas* que nós, seres humanos, *naturalmente* fazemos). Pêcheux bem o nota:

“[...] para Frege, o funcionamento da língua tem ‘alguma coisa a ver’ com o funcionamento do que ele chama aqui de *o pensamento*: o que ele *acredita* estar discernindo é que o funcionamento da língua (no caso, a relação entre independente e subordinada relativa) induz no ‘pensamento’ uma *ilusão* [...]”⁵⁶.

A construção de um *pensamento* aqui é, portanto, a articulação entre propostas e operadores *linguísticos*. O leitor deve notar aqui o problema: é do interior da estrutura (relativamente independente) da língua que essa corrente filosófica defende a insuficiência das línguas naturais para expressar o *verdadeiro pensamento*. Não é à toa que são justamente estes operadores (como as orações explicativas e

⁵⁶ PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 86.

restritivas) que produzem o que Pêcheux chama de *efeito de sustentação* e que é responsável pelo esquecimento nº 2, relacionado à articulação da estrutura (sintática e morfológica) da língua.

É justamente, portanto, essa confusão entre *gesto linguageiro* e “pensamento” que leva à conclusão lógica dos defeitos congênitos das línguas naturais. Frege diz:

[...] a linguagem ordinária sofre deste defeito de com ela podemos formar expressões que, do ponto de vista da forma gramatical, parecem determinadas e adequadas para designar um objeto, enquanto, em certos casos, essa determinação falha, pois depende da verdade de uma proposição.⁵⁷

O problema aqui, como Paul Henry já demonstrou em *A Ferramenta Imperfeita* (2013), é o *pressuposto*. O pressuposto é o que, justamente, não provem do “pensamento”, mas de “uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”⁵⁸, a saber: do *pré-construído*.

Não salientamos esse ponto numa tentativa (irrisória) de desmontar as premissas do trabalho em lógica de Frege, mas para demonstrar aquilo que já foi proposto teoricamente no interior da questão do *campo prático*, e que agora vemos na especificidade da questão da linguagem/lógica/computação.

O que é importante demonstrar é a questão de uma forma específica de apagamento, onde *a materialidade da língua se confunde com o imaginário do pensamento*. Se as proposições lógicas derivam de operações linguísticas, então temos, no mínimo, três posições possíveis de interpretação.

A primeira defenderia que os dois eventos, o do “pensamento” e o da linguagem não estão relacionados e suas similaridades são coincidências. Essa posição é extremamente difícil de defender dada a abundância de exemplos dessa coincidência.

A segunda posição, que poderíamos essencialmente caracterizar como idealista, diria que as operações linguísticas são expressões das formas do

⁵⁷ FREGE, G. Sobre o Sentido e a Referência. In: FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 146.

⁵⁸ PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 89.

pensamento humano. Essa corrente filosófica informou toda a história do pensamento ocidental, desde a filosofia grega até, por exemplo, a noção Chomskyana de *gramática universal*. A materialidade da língua, nesse contexto epistemológico seria, portanto, a *expressão de uma condição universal do pensamento humano*. Esse pressuposto, implícito nos trabalhos de todos os pensadores aqui apresentados, é o que sustenta a ideia de um alfabeto, de uma estrutura e de uma escrita do “pensamento humano”⁵⁹. Chomsky falando sobre os propósitos da gramática gerativa, explica:

O outro propósito era descobrir o que a mente está realmente fazendo. Quais são os mecanismos internos através dos quais a mente desempenha as atividades que culminam no comportamento e que, uma vez escritas, produzem textos?⁶⁰

E mais tarde completa exatamente na trilha dessa herança que viemos aqui comentando: “Isso é o que integra o estudo da linguagem em particular, e as ciências humanas de modo geral, nas ciências naturais”⁶¹.

Muito bem. Uma terceira posição possível em resposta a essa relação entre a materialidade da língua (especificamente de sua estrutura, como no caso das relativas) e o imaginário do pensamento humano, poderíamos chamar de materialista e se dá em duas etapas. Primeiro diríamos: não é a *natureza do pensamento humano* que é condição de possibilidade para as operações linguísticas, mas claramente o contrário: é a estrutura da língua que dá ao “pensamento” sua forma. Logo depois completariamos: não há nenhuma evidência, entretanto, desse tal “pensamento”, e é muito mais fácil dizer que é da estrutura da língua (como estrutura simbólica relativamente autônoma) a materialidade das operações de encaixe e jogo que servem de sustentação para os *gestos linguageiros*. Pêcheux a descreve:

Daremos a essa relação o nome *efeito de sustentação*, destacando que é ela que realiza a *articulação* entre as proposições constituintes. O fato de que a supressão da explicativa não destrói em nada o sentido da proposição de base [...] marca claramente seu caráter *incidente*: pode-se dizer que ela

⁵⁹ Respectivamente referenciando os *projetos* de Leibniz, Boole e Frege.

⁶⁰ CHOMSKY, N. A Linguística Como Ciência Natural. In: Mana. Rio de Janeiro, 3(2): 183-198, 1997. p. 184.

⁶¹ Ibid., p. 185.

constitui a *evocação lateral* daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base⁶².

É assim, portanto, que nos debruçando sobre a questão da história moderna da lógica damos dois passos importantes.

O primeiro é estabelecer a materialidade histórica que constitui o campo no qual a computação nasce como prática social e produtiva e demonstrar o *corte epistemológico* que produz, a partir dos discursos políticos do iluminismo, a *expressão natural* do binarismo verdadeiro/falso por via da lógica e mais tarde do transistor.

O segundo passo, talvez ainda mais importante, é demonstrar a manobra materialista que se fará de frente a qualquer tecnologia de linguagem no percurso desse trabalho. Pêcheux a descreveu da seguinte forma:

Para resumir, diremos que o essencial da tese materialista consiste em colocar a independência do mundo exterior [...] em relação ao sujeito, *colocando simultaneamente* a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior [...]. Em outros termos, a proposição materialista “a matéria é independente do espírito” não poderia ser convertida em “o espírito é independente da matéria” sem abalar as próprias bases do materialismo.⁶³

Portanto, enquanto em outro lugar, pode se tomar os desenvolvimentos tecnológicos como expressões da necessidade ou do pensamento humano, aqui se inverte sempre a equação, dispensando a presença da dimensão “psicológica” em favor da análise dos *gestos materiais*, seus atravessamentos por objetos e práticas técnicas, e suas relações com a prática social.

⁶² PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 101.

⁶³ PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 73.

DA ESCRITA: UM MÉTODO DISCURSIVO PARA AS MATERIALIDADES TÉCNICAS

Escrever é um gesto importante, porque não só articula como também produz aquele estado mental chamado de “consciência histórica”. A história começa com a invenção da escrita, não pela razão banal frequentemente sugerida de que a escrita nos permite reconstruir o passado, mas pela razão mais pertinente de que o mundo não é percebido como processo, “historicamente”, a não ser que alguém dê a entender isso por meio de sucessivos símbolos, por meio da escrita.

– Vilém Flusser, O Mundo Codificado.

NOTAS INICIAIS SOBRE O OBJETO ESCRITA E SUAS VICISSITUDES

Essa secção do nosso trabalho consiste em uma tomada materialista de algumas questões relacionadas às práticas técnicas e às práticas de conhecimento relacionadas ao exercício da escrita. Consiste em uma releitura e reorganização de nosso trabalho de área, realizado em 2017, com extensas reformulações do problema e das conclusões.

Além de algumas notas que o leitor achará no percurso da secção sobre como interpretar a questão das tecnologias languageiras, podemos ressaltar, desde já, algumas questões que se fazem presentes a seguir, que materializam nosso interesse na questão tecnológica da escrita, e constituem fundamento para o nosso trabalho de pensar o gesto languageiro no contexto das tecnologias digitais.

Também vale notar que o leitor encontrará no decorrer do texto referências a “práticas técnicas languageiras” e a “tecnologias languageiras”. Enquanto a especificidade dessa diferença só poderá ficar mais clara no fim do capítulo, desde já podemos explicitar que enquanto as práticas técnicas se referem às materialidades históricas e heterogêneas, as tecnologias languageiras são seus efeitos consequentes. Então se o manuscrito ou o editor de texto são tecnologias languageiras, a miríade de práticas que se entrecruzam histórica e tecnicamente para que algo como um manuscrito ou um editor texto seja possível são suas práticas técnicas. *Tecnologias* são efeitos de sentido produzidos pelo processo de discursivização de certas práticas. Demonstraremos isso aqui.

ESCRITA: O ALFABETO GREGO

Uma primeira questão que se fará presente ao leitor é nossa revisão do surgimento da escrita alfabética na Grécia, entre o século VIII e VII a.C.. A questão aqui é importante de precisar. Não sendo um estudo clássico (para o qual não teríamos a mínima competência), não nos interessa determinar a importância ou o lugar do invento da escrita alfabética *no mundo antigo*. Também, como Rosalind

Thomas já muito bem enunciou, não se trata de caracterizar uma sociedade como letrada ou oral.

[...] à primeira vista, a Grécia antiga parece claramente uma sociedade extensivamente apoiada na palavra escrita, que incluía um número muito grande de letrados entre sua população, a qual, em suma, poderia ser considerada uma “sociedade letrada”. Afinal, são essas realizações literárias da civilização grega que a sociedade ocidental herdou. Não obstante, a Grécia antiga era, em muitos aspectos, uma sociedade oral, na qual a palavra escrita vinha em segundo plano em relação à palavra falada. Ouvia-se e falava-se – em vez de se escrever e ler – muito mais do que se pode imaginar.⁶⁴

Os resultados do nosso estudo são completamente indiferentes a tais definições, de “sociedades orais” ou “sociedades letradas”. Também não se trata aqui de estabelecer a primazia do alfabeto Grego sobre outras formas de escrita. Primeiro justamente por causa da questão da comanda/demanda que já desenvolvemos, aplicada ao caso das tecnologias languageiras: que é o equivalente a formular que não há prática técnica avançada ou simples, mas ao invés disso prática que *pega*⁶⁵ – para emprestar a fórmula Althusseriana – no contexto produtivo de uma sociedade. Ou seja: aquela que, na contingência estrutural das relações sociais, se inscreve e passa a fazer parte da existência social dos homens.

Quando tratamos da questão do desenvolvimento do alfabeto Grego, estaremos olhando especificamente para as questões da contingencialidade e da “representatividade”.

A questão da contingencialidade se resume a demonstrar como que, talvez na “ficção da infinidade dos mundos possíveis”⁶⁶, devemos dizer que mesmo enquanto determinativo das formas de dizer, aquilo que é hoje dado como evidente na relação do gesto languageiro com suas práticas poderia, sempre, ter acontecido de outra forma. É inteiramente por condições contingentes que o alfabeto grego, predominantemente entendido como um desenvolvimento de crucial importância na

⁶⁴ THOMAS, R. Letramento e Oralidade na Grécia Antiga. São Paulo: Odysseys Editora, 2005. p. 3-4.

⁶⁵ ALTHUSSER, L. A Corrente Subterrânea do Materialismo do Encontro. In: Crítica Marxista. Campinas, Volume 20: 09-48, 2005.

⁶⁶ Noção que Pêcheux resgata de Leibniz em Semântica e Discurso (2009), relacionada à questão da diferença entre verdades necessárias e verdades contingentes. Ver páginas 42-43.

história da civilização ocidental, nasce e se estabelece no ocidente. Demonstraremos as especificidades desse ponto mais à frente.

Um detalhe, entretanto, que deve ser ressaltado desde já é a heterogeneidade dos produtos e práticas que tomamos como objeto unívoco. Da mesma forma que a computação, a escrita alfabética é também um aglomerado de disciplinas e produtos de temporalidades diferenciadas, para emprestar a expressão Althusseriana⁶⁷, que são tomadas como objeto único somente no apagamento histórico de sua espessura material. Essa questão se tornará crucial para o desenvolvimento do trabalho e é dela que deriva a nossa diferenciação entre *práticas técnicas* linguageiras e *tecnologias* linguageiras.

Os dois pontos podem parecer evidentes, mas são cruciais para estabelecermos a noção de *representação* da fala como *efeito*, e não como *produto* das práticas técnicas da escrita.

ESCRITA: A REPRESENTAÇÃO DA FALA

Thomas deixa mais claro aquilo de uma forma ou de outra, muitos dos estudos sobre a escrita demonstram, a saber, que:

Num nível fundamental, chegou-se até a sugerir que nossa própria ideia de escrita é muitas vezes condicionada pelo próprio alfabeto e por nossa experiência de como o alfabeto funciona: escrita “apropriada” é inconscientemente definida como escrita alfabética - e às vezes uma ideia errônea de escrita alfabética – e outros sistemas de escrita julgados de acordo com isso. Pois, de fato, o próprio alfabeto representa claramente uma mera aproximação à pronúncia – como a ortografia inglesa e a pronúncia regional deixam tão claro. *Não* há um ajuste exato entre som e sinal: quase tudo é puramente convencional.⁶⁸

Devemos admitir esse enunciado em dois sentidos.

No primeiro e mais patente, admitimos que a ideia de um alfabeto que representasse *exatamente* os processos fonéticos é realmente exagerada, e o alfabeto grego (e suas adaptações que usamos até hoje) é na verdade tomado como

⁶⁷ ALTHUSSER, L. *Ler o Capital*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

⁶⁸ THOMAS, R. *Letramento e Oralidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseys Editora, 2005. p. 77.

ideal pelo seu sucesso como prática no período em que foi concebido. Aqui voltamos à questão da contingencialidade, ou seja: de que a ideia (que permeia a história do alfabeto grego) de que se trata de uma invenção que perfeitamente representava o exercício da fala acontece *a posteriori* da sua progressiva entrada nas relações sociais.

Mas mais interessante, devemos também compreender que, os sinais grafados sendo de espécie totalmente diferente que os sons falados, podemos dizer que o processo de construção de um sistema de grafia será sempre tomado como uma questão de *convenção* (“nível de compatibilidade”, ou “adequação representacional”) já que é *justamente* parte do efeito dessa tecnologia de linguagem (que é a escrita) *representar a fala* ou o *pensamento humano* (dependendo da discursivização analisada). Essa posição é construída em toda parte que não há uma tomada crítica em relação a natureza da escrita⁶⁹, até mesmo em sua própria historiografia! Fisher o define da seguinte forma: “A comunicação do pensamento humano, em geral, pode ser alcançada de inúmeras maneiras – a fala é apenas uma delas. E a escrita, entre outros usos, tem o de transmitir a fala humana”⁷⁰. Em DeFrancis, é “sistema de símbolos gráficos que pode ser usado para transmitir todo e qualquer pensamento”⁷¹, e em Diringer “a parte gráfica da fala, a fixação da linguagem falada em uma forma permanente ou semi-permanente”⁷².

Temos, em alguns casos portanto, no campo dos estudos sobre a escrita, uma relação incestuosa entre pensamento, fala e escrita: não há, nesses casos, o reconhecimento de processos materiais e históricos diferenciados e interdeterminados, mas ao invés disso a *imanência a-histórica do exercício fundamental do pensamento, que é a linguagem*.

Embora essa não seja há muito tempo a posição da maioria dos historiadores e antropólogos sobre o assunto, revela valores costurados nas nossas concepções de escrita:

⁶⁹ Que, sejamos claros, não é o caso de Thomas, cujo trabalho é justamente uma crítica às concepções universalistas e fundamentalistas do letramento nas sociedades antigas.

⁷⁰ FISCHER, S. História da Escrita. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 13.

⁷¹ DEFRANCIS Apud FISCHER, S. História da Escrita. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 14.

⁷² DIRINGER Apud FISCHER, S. História da Escrita. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 14.

É o caso de começar a indagar com que frequência esses efeitos podem ocorrer e em que medida essas análises se baseiam simplesmente na cômoda – e incorreta – correlação entre valores ocidentais, modernidade, desenvolvimento econômico e letramento.⁷³

As consequências epistemológicas dessa relação incestuosa entre pensamento, fala e escrita, já começamos a descrever na primeira parte desse trabalho. Até Saussure, que aponta para o problema e acusa a confusão que acontece no interior da tradição de estudos da linguagem, ao mesmo tempo reitera essa representatividade da fala pela escrita:

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto linguístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto. Mas **a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem**, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto.⁷⁴

Veja que a questão é compreender que não se trata de quão “bem” ou “mal” um alfabeto ou silabário consegue “representar” os fonemas que a língua falada produz *anteriormente* a tal alfabeto. Se trata de compreender que a *materialidade histórica de uma prática não pode ser tomada pela outra*. Que se trata de duas práticas distintas, com lugares sociais e produtivos distintos. Isso significa dizer também que historicamente, são práticas técnicas que se costumam com práticas discursivas distintas, levando, por exemplo, ao que Gallo chamou de *Discursos de Escrita*⁷⁵, por exemplo. A questão a entender aí é que há uma espécie de *identificação* entre fala e escrita (e às vezes pensamento), construída como efeito e reproduzida até hoje.

ESCRITA: E A MENTE ALFABÉTICA

⁷³ THOMAS, R. Letramento e Oralidade na Grécia Antiga. São Paulo: Odysseys Editora, 2005. p. 27.

⁷⁴ SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012. p. 58, [grifo nosso].

⁷⁵ E que elaboraremos mais tarde. Ver: GALLO, S. L. Discurso da Escrita e Ensino. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

A terceira questão crucial nesse capítulo é uma que fundamenta os procedimentos de análise de nosso objeto, o editor de texto Microsoft Word, e que é pensar exatamente de que formas que as práticas e produtos técnicos ligados aos gestos languageiros determinam o que se *pode* dizer. Ou seja: de que forma essas práticas e produtos são condição de possibilidade do sentido. A questão aqui gira em torno de entender que, dependendo da tecnologia languageira a partir da qual se enuncia, alguns enunciados são mais facilmente produzidos, outros se tornam mais difíceis, alguns se tornam possíveis e outros deixam de o ser.

Uma das interpretações possíveis, dada no interior da história da escrita, para as consequências desse processo é uma mudança fundamental nas capacidades cognitivas ou intelectuais dos povos. Havelock a descreve da seguinte forma:

No essencial, os estudos contidos neste livro limitam-se a investigar as condições materiais que constituíram as circunstâncias de uma mudança nos meios de comunicação social e interpessoal entre seres humanos. Subjacente à análise, acha-se quase sempre implícita, mas de algum modo perceptível, a possibilidade de uma tese mais abrangente e chocante, a saber, que a referida mudança tornou-se o meio de introduzir um novo estado mental – a mente alfabética, se me é permitida a expressão.⁷⁶

Essa é uma tese com a qual deveremos estabelecer relações contraditórias ao navegar. Por um lado, rejeitamos completamente – não no sentido crítico, mas metodológico – o objeto *mente*. Ele simplesmente não é necessário para os nossos propósitos. Não deixamos de insistir que se trata de um problema de *práticas* concretas relacionadas à materialidade da língua e da história, e como essas práticas se costuram nas relações sociais.

Por outro lado, é absolutamente necessário o pressuposto de que uma mudança fundamental nas práticas técnicas languageiras (como por exemplo no procedimento da escrita, ou no invento do alfabeto grego) é uma mudança nas condições de possibilidade dos sentidos. Aqui o ponto crucial é metodológico para a Análise de Discurso e pode ser formulado da seguinte forma: não se trata de uma mudança da materialidade da língua. No caso da mudança entre a fala, a escrita e a

⁷⁶ HAVELOCK, E. A. A Revolução da Escrita na Grécia e Suas Consequências Culturais. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 15.

digitação, a materialidade significativa continua sendo a *língua*. Se trata das mudanças determinadas pelas práticas técnicas associadas aos gestos languageiros.

Desenvolvemos as especificidades dessa questão em seguida.

NOTAS INICIAIS SOBRE MÉTODO E NOSSA POSIÇÃO EM RELAÇÃO AOS ESTUDOS DA ESCRITA

Pêcheux é insistente em remeter as bases da análise de discurso ao epistemologicamente intransponível da materialidade: há um real da história, do inconsciente, da língua. É o gesto de castração, por assim dizer, que coloca a A.D. na posição de precisar suportar e abrir o espaço teórico-analítico para o silêncio, para o non-sense, para os pontos de deriva, enfim, para tudo aquilo que atravessa o sentido na instância de seu acontecimento.

Acrescento imediatamente que não previmos nenhum dispositivo que neutralize as marcas em questão: o fato de que há fala e de que há escrita – dito de outra forma, de que há discurso – não nos autoriza a considerar de entrada que, em certo nível de generalidade, homogeneizante e autolimpante, nós todos falamos a mesma coisa.⁷⁷

É também o que dá à A.D. o seu método, que é sempre um método de recuperar a historicidade e a materialidade significativa de um enunciado, devolvendo a ele, assim, a opacidade de uma posição. Precisamos começar, portanto, nos arriscando a perguntar sobre um aspecto mais geral das tecnologias linguageiras que é: qual é seu lugar nessa conjunção epistemológica? Se pensamos o enunciado produzido por uma posição-sujeito como determinado no nível da materialidade da história e da língua, qual é o lugar, por exemplo, do corpo no gesto da fala, ou do papiro e da imprensa nos gestos de escrita, ou da resolução do monitor que uso para a digitação de um texto?

Ora, sabemos que essas práticas têm efeitos sobre a formulação e sobre a circulação dos sentidos. Mas quais são as especificidades desses efeitos? E mais: podemos depreender algo geral, ou regular, sobre esses efeitos? Pois, e por mais que seja evidente, vale ser repetido: o real da língua não é o real da escrita. O que isso significa para nós?

Dizer que há um real da história, da língua, do inconsciente, é também uma forma que Pêcheux acha para formular o problema de que há uma heterogeneidade irreduzível na fonte daquilo que chamamos de discurso. Ou seja: que no berço das

⁷⁷ PÊCHEUX, M. *Materialidades Discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. p. 23.

condições de possibilidade do sentido há algo que – a partir do prisma epistemológico que nos encontramos – resiste à apropriação. Algo que – poderiam dizer seus profissionais – é inerente à clínica, particular à enunciação, parte da luta de classe. Não nos encontramos, portanto, exatamente num campo científico como classicamente determinado, já que nosso objeto se encontra em muitas partes, de várias formas, em movimento. Nos encontramos, na verdade, num espaço de questões que nunca pode e nunca deve se disciplinarizar. Sua existência depende desse ato de resistência em relação à prática científica. Quando Pêcheux fala da escrita na citação acima, ele a coloca ao lado da fala para demonstrar justamente aquilo que tem efeito de homogeneizar as práticas discursivas: há algo na escrita que nos une, mesmo que por efeito de sua prática. Mas qual a natureza desse efeito? A saber: O que é, dessas práticas languageiras (da fala, ou da escrita) que faz parte do efeito de que todos falamos a mesma coisa?

A essa altura, o leitor pode estar justificadamente desconfiado: se partimos do pressuposto materialista, o que nos adiantaria olhar para os efeitos da escrita quando nosso objetivo geral é chegar no gesto languageiro no contexto da tecnologia digital?

Não nos localizamos, pois, nem na linguística clássica nem na paleografia, mas no interstício materialista que entre os achados dessas duas disciplinas, vasculha por outra coisa. Sabemos que não podemos realizar essa análise a não ser atravessando a existência material de certas práticas (técnicas, de conhecimento e políticas) como a escrita. A escrita é, afinal, parte do que fez possível a adoção fervorosa da tecnologia digital⁷⁸. A materialidade do código se vale de inúmeras práticas que vemos originalmente na escrita, como por exemplo a permanência da grafia e o desenvolvimento de um método de reprodutibilidade do registro (todas essas veremos ao longo desse estudo): a computação é herdeira direta de técnicas da escrita.

Há 200 mil anos, os primeiros indícios de *Homo Sapiens* aparecem como petróglifos nas paredes de cavernas africanas. Ali, se inscreve não só um rastro indelével de sua existência, mas a própria forma dessa existência *como* rastro, como registro de si própria. Como sabemos da existência do homo sapiens? Também por causa do traço: o homem é aquele que inscreve a si próprio na pedra. Se vamos em

⁷⁸ Isso demonstraremos ao longo dessa tese, começando por esse capítulo.

direção à tecnologia digital, devemos começar aqui. Não podemos fazê-lo sem nos atermos à instância da marca, do *rastro* mesmo, que nela se inscreve. Isso por inúmeros motivos, entre os quais está o fato de que é a partir das instituições que se constituem nos Discursos da Escrita que a tecnologia digital é possível.

Dessa forma nos sentimos autorizados a fazer da escrita objeto de nossa fundamentação teórica e epistemológica na investigação da tecnologia digital e, quem sabe no percurso, costurar um corpo teórico à questão da escrita, especificamente na medida em que se relaciona com o sistema de circulação.

Sabemos também que as práticas técnicas languageiras (como a escrita e o código computacional) todas têm suas próprias histórias, e mesmo estas são – como pretendemos demonstrar – o resultado de um apanhado de práticas heterogêneas de temporalidades diferenciadas. Está aí a diferença que fizemos entre “tecnologia” e “prática técnica”.

O que defendemos aqui é que *no jogo histórico da soma e apagamento dessas práticas, o gesto languageiro produz o efeito de ser livre do aspecto técnico que é determinante em sua produção*. Passaremos a extensão desse trabalho defendendo essa tese, que constitui um motor para o que aqui elaboramos. Dizer o que sublinhamos acima significa dar lugar proeminente para o papel da *circulação* na constituição dos sentidos e levar o mais longe possível o que Pêcheux propõe em *Ler o Arquivo Hoje* (1982) quando afirma que “há entretanto fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina à clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes de *ler o arquivo*”⁷⁹.

Se nos propomos a nos ver – e a fazer a Análise de Discurso se ver - com a questão do substrato técnico que subjaz a constituição e a formulação dos sentidos, então precisamos da ousadia – talvez demasiado arriscada - de colocar outras disciplinas a atravessar esse campo. Isso, acreditamos, é incontornável. Se trata de um problema da física, da química, da lógica e suas aplicações nas engenharias em particular.

Começaremos, então, pela paleografia, e pelo estudo da escrita na Grécia antiga. Antes disso, entretanto, vale fazermos mais algumas distinções.

⁷⁹ PÊCHEUX, M. *Ler o Arquivo Hoje*. In: ORLANDI, E. *Gestos de Leitura*. 3ª ed.: Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 51

ESCRITA, PRÁTICAS TÉCNICAS DA ESCRITA, DISCURSOS DE ESCRITA

Em Análise de Discurso, a ideia de Discurso da Escrita já é muito bem definida como conceito: se trata do campo de formações discursivas e instituições que historicamente atravessaram e foram atravessadas pela prática da escrita de forma a transformar ambas: o império romano, se apropriando do alfabeto grego ocidental por via da variação etrusca viu uma proliferação inédita de formas e usos para a escrita. E, entretanto, os séculos V e VI trazem mudanças irremediáveis para o exercício da escrita no ocidente:

O que mudou nessa época foram as condições econômicas e sociais da arte de escrever. Com o resfriamento da atividade econômica, provocado pela progressiva diminuição do poder de troca, desapareceu a confecção “comercial” de edições de luxo. A decadência da administração nos reinos bárbaros e a degenerescência da ata em matéria probatória também provocaram uma considerável diminuição do uso da escrita. A rarefação do papiro egípcio e a baixa produção do pergaminho também tiveram influência no mesmo sentido restritivo. Mas se em geral a escrita cedeu terreno e se a cultura clássica foi golpeada pela esterilidade, o despertar da vida religiosa e o surgimento do monarquismo ocidental nos séculos VI e VII abriram um campo novo para a atividade escriturística e para a produção de livros. A regra de São Bento supõe a existência de uma biblioteca em cada mosteiro. O desenvolvimento da liturgia aumentou o número de livros sagrados necessários a cada igreja. A escrita e a preparação dos manuscritos se tornaram uma das ocupações cotidianas e o apanágio quase exclusivo de monges e clérigos.⁸⁰

Depois do século VII, o ocidente experimenta, junto com a mudança progressiva e estrutural nas suas formas de relação de produção, também uma mudança de posição da escrita como prática dos contextos produtivos, e consequentemente de seus efeitos de sentido. Gallo escreve⁸¹:

Sabemos que [...] a *Escritura* era, na Idade Média, a *única escrita possível*. *Escritura* e *Escrita* se identificavam. Desse modo, enquanto “sagrada”, a *Escritura* era inquestionável e imutável, pois era tida como “palavra de Deus”. A *Escrita* (Letra), enquanto “forma” da palavra de Deus, também ela, nessas condições, produzia um efeito de sentido único e verdadeiro.

⁸⁰ HIGOUNET, C. História Concisa da Escrita. 10ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 115-116.

⁸¹ GALLO, S. L. Discurso da Escrita e Ensino. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. p. 47.

Se inscreve, então, na genética da escrita medieval e depois moderna a memória que a produz como um espaço dos sentidos unívocos. Isso não tem somente relação com a estrutura da *língua*. Também está certamente relacionada com a história das tecnologias languageiras e suas afiliações no campo das relações de produção, já que nesse estágio a escrita não só é de acesso a poucos (justamente os institucionalmente legitimados para o gesto da *leitura*), mas que a escrita, por ser permanente e invariável, faz parte do efeito de legitimidade no contexto histórico de uma sociedade predominantemente oral (como a europeia medieval).

Propomos: há uma relação íntima entre legitimidade e univocidade institucional (no nível das relações produtivas), as formações discursivas resultantes (no nível discursivo), e a permanência da palavra escrita (no nível da prática técnica). Dessa forma, a memória que atravessa os discursos produzidos pela prática da escrita vem a produzir, justamente, *Discursos de Escrita* cuja origem pode ser traçada de volta a essas primeiras associações históricas que faz com a Igreja, mais tarde com o Direito e finalmente com a Ciência.

A escrita, como imbricação de práticas técnicas, portanto, atravessa e é atravessada pelas instituições que determinam sua posição como tecnologia languageira e os efeitos que essa tecnologia produz no campo das relações de produção.

E, entretanto, queremos ressaltar que a história da escrita *como emaranhado de práticas técnicas* ainda pode ser traçada com outro foco que não os *Discursos de Escrita*, e esse foco nos trará importantes dados sobre como uma tecnologia languageira se inscreve nas formas de interpelação dos sujeitos. É isso que buscamos realizar aqui.

Como tentamos demonstrar na primeira parte do trabalho, um dos movimentos da filosofia da linguagem moderna foi o de produzir, epistemologicamente, uma *identidade* para a linguagem. Essa posição não é a única nem a predominante posição em relação ao estatuto ontológico da linguagem em seus campos de estudo, mas constitui, sim, uma corrente subterrânea que se manifesta em inúmeros estudos e no trabalho de autores reconhecidos.

Dentre esses suportes transpostos, o mais importante é incontestavelmente o suporte gráfico, não somente porque ele utiliza a bidimensionalidade do espaço plano, mas ainda porque **é o primeiro suporte que permitiu à fala humana subsistir sem a presença de som emissor**. [...] Compreende-se por suporte transposto qualquer substituição do suporte áudio-oral em proveito de um outro, enquanto permanece a identidade da linguagem⁸².

Portanto, a linguagem é aqui um exercício que, independentemente de sua materialização, retém uma unidade ontológica (“a expressão do pensamento”, “a predecessora à lógica”, “a codificação das relações sociais”, e assim por diante...) e não deixa de ser uma mesma coisa: a linguagem. Essa posição se justifica a partir de uma episteme idealista, cujo pressuposto é o de que *há uma origem (como o pensamento)*, do qual a linguagem é *efeito*. Nosso trabalho aqui é também, portanto, demonstrar como não há identidade para a linguagem, ou: como que de cada tecnologia languageira decorrem novos gestos languageiros e novas formas de produzir sentidos.

Começamos propondo um pressuposto fundamental para a análise dessa prática que pode ser assim formulado: *não nos vale entender a escrita como um produto acabado, mas como um agrupamento heterogêneo de práticas em constante transformação*. Essa é justamente a diferença que antes introduzimos entre práticas técnicas languageiras e tecnologias languageiras. Dessa forma, não tomamos o significante “escrita” como dado, mas o usamos como ponto de partida para a análise de um grupo de práticas que acaba – contingencialmente – determinando, em parte, o destino do ocidente a partir de suas especificidades materiais.

Propomos aqui tentar demonstrar a heterogeneidade desse grupo, e assim elegemos destacar *três instâncias mais uma*, da escrita. Quer dizer, três grupos de práticas que no seu jogo de relações compõe isso a que damos unidade imaginária na forma da tecnologia languageira da *escrita*: a grafia, o alfabeto, e a sentença escrita. A quarta instância é justamente a unidade imaginária, o esquecimento que apaga a heterogeneidade desse grupo de práticas para produzir o efeito de “representação da fala”.

⁸² AUROUX, S. A Filosofia da Linguagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. p. 63. [grifo nosso]

A GRAFIA: OU A PRÁTICA PELA QUAL SE MARCA AQUILO QUE SE QUER ESCREVER

Se voltarmos à citação anterior de Auroux, vemos que pode-se ler implícita ali também a tese de que a escrita, em última instância, é representação da fala: “[a escrita] permitiu à fala humana subsistir sem a presença de som emissor”.

Uma questão que não nos cabe aqui resolver é o que a escrita realmente foi, em cada instância histórica de seu desenvolvimento, como prática social. Se sabe, e nossa tese não busca contradizer esse ponto, que os efeitos do letramento numa sociedade não são nem uniformes nem universais:

O significado mais amplo da escrita é muito controverso. Teorias influentes a consideram um agente fundamental da mudança – tanto para o funcionamento de sociedades quanto para a mentalidade dos indivíduos. Afinal, ela é ou não é um agente poderoso? [...] A maioria dos historiadores e antropólogos parece mais satisfeita com um conceito relativista de letramento, que dá conta de implicações diversas em sociedades e períodos diversos; psicólogos se inclinam para a concepção fundamentalista. A controvérsia não dá sinais de esmorecimento.⁸³

Se queremos pensar, não nos efeitos universais do letramento, mas nas consequências materiais do alfabeto grego para os gestos de linguagem, devemos começar olhando para a prática concreta da grafia. Por grafia, queremos dizer pouco: a prática de produzir, por meio visual, uma marca durável e com padrão reconhecível. Isso pois não queremos aqui dar estatuto final para o que constitui a grafia: ela aconteceu como nós em séries de cordões, como intrincadas pinturas enunciativas, como sulcos na cerâmica, e assim por diante. Não temos necessidade, inclinação ou competência para determinar uma natureza da grafia, só buscamos deixar claro que quando especificamos grafia, estamos nos concentrando no que – do gesto de produzir a marca – constitui condição de possibilidade do sentido. Por exemplo, será que haveria, entre a cunha (da escrita cuneiforme) e o pincel (da escrita logográfica), diferenças suficientes para justificar a afirmação de que dessas práticas divergentes resulta uma diferença fundamental na forma como se diz, na posição que se ocupa ou no efeito que esse dizer produz? Esse tipo de pergunta constitui o foco na questão da grafia. Nos concentraremos, entretanto, na grafia da letra alfabética.

⁸³ THOMAS, R. *Letramento e Oralidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseys Editora, 2005. p. 21.

A grafia específica do nosso alfabeto (da mesma forma que o significante Saussuriano) parece, em primeira análise, arbitrária. Quer dizer: não há nada na nossa letra “Aa” que seja necessário ao som, nem a construção das palavras. Por mais estranho que hoje nos pareça, poderíamos ler “Oo” como “Aa” “Aa” como “Zz”, e assim por diante. Da mesma forma que o ilustre exemplo do cavalo no jogo de xadrez, qualquer elemento que substituísse “Aa” faria seu papel.

Entretanto, essa interpretação da letra é parcialmente falsa: nosso “Aa”, no exemplo anterior, é derivado do alfabeto latino, que por sua vez é uma adaptação etrusca de *alpha*, quando esse ainda era marcado como um A, com seu traço mediano ligado a partir da perna direita ao meio interior da figura. O detalhe aí é que o alfabeto grego antigo não é o ponto de origem da escrita ocidental. Sua versão unificada, o jônico, e suas vertentes antigas regionais, são todas derivadas do fenício, língua semítica da qual a Grécia helênica herdou seu sistema.

[...] Em grego, a notação da frase não pode dispensar as vogais como nas línguas semíticas. Com efeito, nas línguas semíticas, a posição da palavra indica sua categoria e função e, portanto, sua vocalização. Em grego, são as desinências que desempenham essa função; por isso era preciso fixá-las com precisão. Ora, a língua fenícia tinha, por outro lado, consoantes guturais que o grego não possui. O grego, ao contrário, tem consoantes aspiradas desconhecidas nas línguas semíticas. Por isso os gregos transformaram os sinais das guturais semíticas, inúteis para eles, em sinais necessários à notação das vogais. O ‘*alef* foi transformado na vogal *alpha*; o *hê* se transformou em *épsilon*; o *wau*, inicialmente *digama*, em seguida veio a dar no *ypsilon*, o *yod*, foi transformado em *iota* e o ‘*ain* em *omicron*.⁸⁴

Sem grandes exageros, estaria então aqui o passo técnico que constitui a fundação do alfabeto grego, uma das mais ubíquas práticas languageiras na história de qualquer civilização ocidental. Além de uma questão de praticidade, a coisa poderia ser tomada aqui como conceitual: o grego seria nesse contexto o primeiro alfabeto que teria “abstraído”⁸⁵ os sons das interrupções e transformado assim todo o exercício da escrita. Veremos a seguir, entretanto, que essa interpretação não é nem necessária, nem inteiramente correta. Além do mais, conta com um passo conceitual de “abstração” que, para o analista de discurso, constitui um problema. Precisaremos

⁸⁴ HIGOUNET, C. História Concisa da Escrita. 10ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 89-90.

⁸⁵ O colocamos entre aspas já que a questão da *abstração* é justamente um dos pontos centrais dessa tese. Isso fica mais claro que passarmos a tratar das questões da programação computacional e do arquivo.

lidar com a questão da abstração bem mais à frente. Por enquanto, voltemos à prática técnica.

No fenício *alef* era um triângulo isósceles deitado, com um traço vertical o atravessando. Mas o alfabeto fenício (fortemente difundido no mundo antigo por causa das atividades de navegação da cidade de Tiro⁸⁶) deriva seus tipos gráficos de traçados hieroglíficos-sintéticos ainda mais antigos, e o *alef* é, na verdade, o antigo desenho esquemático da cabeça de um boi. Nossa letra “Aa” é, portanto, menos uma marca arbitrária e mais a marca de um tipo específico de sociedade, de prática e de história. Mesmo longínqua, compreende em si a memória da cabeça de um boi, e todos os sentidos associados à presença da agropecuária nas sociedades antigas do mediterrâneo. Sejam claros: não se trata, portanto, de uma “abstração”, mas de uma relação concreta com a historicidade de práticas sociais e políticas.

A mesma coisa se passa com quase todas as letras de nosso alfabeto: “Bb” (bet) é o antigo desenho de uma casa ou tenda; “Yy” a representação de um prego, e assim por diante. Isso não nos permite dizer que “Aa” tem qualquer relação com a escrita logográfica ou com os pictogramas anteriores a escrita, mas nos remete a um fato importante: é justamente aquilo da prática da escrita que parece abstração, que é mais concreto, e é aquilo que parece esquemático e sistemático, que é mais contingencialmente agrupado: o alfabeto grego, por exemplo, e depois o latino ocidental, são repletos de transformações aleatórias e tentativas falhas, muitas vezes por figuras proeminentes da época como grandes escritores ou líderes políticos:

Das consoantes gregas aspiradas, *j*, *y*, *q*, que não eram mais empregadas, o latim fez, como se verá, sinais de numeração. Por outro lado, uma variante do *c*, o *g*, apareceu no século III para notar a diferença entre essas duas guturais surda e sonora, e a obrigação de transcrever palavras gregas levou a adotar, por volta da época de Cícero, diretamente do alfabeto jônico dessa vez, os sinais *y* e *z*, que foram acrescentados ao fim do alfabeto. [...] Subsequentemente algumas tentativas de introduzir novas grafias fracassaram: a do gramático Valério Fraco que, nas proximidades de nossa era, queria notar o *m* mal percebido no fim da palavra com a metade anterior da letra apenas; assim como as do imperador Cláudio (41-54), que imaginou o *digamma* invertido para diferenciar o *u* vogal do *u* consoante, o *antissigma* para o som intermediário entre o *u* e *i*.⁸⁷

⁸⁶ HIGOUNET, Charles. História Concisa da Escrita. 10ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 66-68.

⁸⁷ Ibid., p. 104-105.

Portanto, esse efeito de *sistema* e de *abstração* que as letras produzem é consequência de um esquecimento (que é sempre esquecimento em relação à historicidade da materialidade em questão). *O sistema é posterior à letra, não o contrário.*

A mesma coisa se passa com a diferença entre o que alguns paleógrafos chamam de escrita maiúscula e comum do latim. A forma dominante que a escrita latina toma (e então empresta para as variantes europeias) está relacionada com os acontecimentos históricos e econômicos que definiram a virada da era antiga para medieval, e que mencionamos há pouco.

Mas porque razão insistimos na demonstração das características históricas da grafia? Ora, em todo lugar em que a escrita é compreendida como o mapa da fala (pois representa seus sons, e foi construída precisamente com esse intuito) precisamos reivindicar a contingencialidade histórica a partir da qual se produziu o *efeito* de representação pelas práticas de convenção. E em todo lugar onde a escrita é compreendida como arbitrária (pois uma ferramenta é simplesmente seu uso) e poderia ser trocada por qualquer outra, precisamos reivindicar a historicidade da letra, que é a cabeça de um boi, uma tenda, que é escrita de tal forma por razão dos tabletes de barro no qual eram gravadas, que foram criados ou sumiram de acordo com alguma conquista ou desastre, e assim por diante. Historicidade e contingencialidade são duas características fundamentais que assombram todo e qualquer estudo sobre tecnologia ou práticas, a partir do materialismo histórico.

É justo dizer que toda escrita constitui o que, por excelência no materialismo histórico, chamamos de uma prática, pois algo se transforma como consequência de um procedimento. Uma prática é definível como a transformação de um produto primário (ou matéria prima) em produto secundário, através de um procedimento dado⁸⁸. Grafar é transformar algo. Mas de que espécie? Qual é o elo comum entre a notação de nós em cordões, os tambores da África Ocidental, os hieróglifos egípcios, e o texto que se apresenta agora na frente do leitor? Se sabemos que essa prática técnica da escrita tem relação com o ato de grafar, mesmo assim não está claro exatamente qual a matéria prima ou produto primário que esse procedimento transforma. Finalmente, também não está claro precisamente o que é

⁸⁸ Ver: *Reflexões Sobre a Situação Teórica das Ciências Sociais e, Especialmente, da Psicologia Social* (1966). In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

produto “final” desse procedimento. Essa última questão é particularmente importante, pois se assumíssemos a posição tacitamente idealista de que a escrita é a prática de transformação de pensamentos em palavras ou sentenças, então precisaríamos agrupar a fala e a escrita no mesmo conjunto de práticas, quando o que fazemos aqui é justamente uma importante distinção entre as duas. Poderíamos colocar a questão da seguinte forma: o que, do que resulta da escrita, é particular à escrita?

Retomemos a citação anterior de Auroux ao falar de suporte: “não somente porque ele utiliza a bidimensionalidade do espaço plano, mas ainda porque é o primeiro suporte que permitiu à fala humana subsistir sem a presença de som emissor”.⁸⁹

Não podemos ignorar que a questão da relação entre fala e escrita ainda está por ser examinada em mais detalhes aqui. Ainda assim, duas noções parecem construídas como *efeito* desse trecho, em relação à existência física da grafia:

1. A escrita engendra os seus efeitos por sua materialização bidimensional. Ou seja: a bidimensionalidade tem um papel importante na escrita.
2. A escrita é a fala subtraída de som: 2.1. *Há fala.* 2.2. *A fala se manifestou até então pelo som.* 2.3. *O invento da escrita é a manifestação dessa fala na ausência de som.*^{90 91}

Propomos, então, um experimento.

Pensemos a primeira noção, da bidimensionalidade da escrita, por via de uma exceção. O código Morse, desenvolvido durante o século XIX, é uma tecnologia linguageira que (se for grafada) se grafa em linha (da mesma forma que a escrita alfabética), mas que diferentemente da escrita alfabética, não é graficamente

⁸⁹ AUROUX, S. A Filosofia da Linguagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. p. 64.

⁹⁰ O leitor pode notar que a distinção aqui entre fala e linguagem não é forte. Isso se tornará cada vez mais significativo no percurso dessa tese.

⁹¹ Vale notar aqui uma ressalva: a transição entre uma tecnologia linguageira e outra não é de natureza técnica, mas sempre historicamente datada não pelo invento da técnica, mas pela inscrição da técnica nas relações sociais, dito de outra forma, na sua relação com a superestrutura. Como exemplo apócrifo, citamos o livro VI das *Confissões* de Santo Agostinho, onde ele descreve sua admiração e surpresa por seu mestre Ambrose de Milão ao tomar o pouco tempo que tinha sozinho para ler e que ao ler “seus olhos passavam por entre as páginas, e seu coração buscava o sentido, mas sua voz e sua língua se mantinham em repouso”. Poder-se-ia pensar, portanto, que a escrita tomou séculos antes de parar de produzir sons.

bidimensional, mas unidimensional. Se grafado, é um alfabeto que se estende graficamente somente no eixo horizontal da página, e não no vertical. O faz na forma de pontos, traços e espaços em branco ao longo do eixo. Uma “unidade de medida” preenchida (por um som curto, um ponto desenhado, um impulso elétrico breve, e assim por diante) no código Morse constitui um ponto. A mesma unidade sem preenchimento é considerada um espaço. Três unidades de medida preenchidas são um traço, vazias são o espaço entre letras. A somatória de pontos, espaços e traços equivale a letras, e assim, formam-se as palavras. Dessa forma, quando é grafado, o código Morse produz grafemas unidimensionais⁹². Poder-se-ia argumentar que o código Morse não constitui grafia pois foi originalmente desenvolvido para o telégrafo, que transmitia o código por impulso eletromagnético, e não grafema. Mas o código Morse *pode* ser grafado, no sentido importante de que ele é uma codificação do alfabeto latino que utilizamos hoje. Ou seja: nesse caso, há evidência de que não são duas, mas *no mínimo uma* dimensão necessária para que se grafe uma palavra. Poderíamos pensar que uma das razões de um alfabeto bidimensional ser utilizado até hoje não é tanto técnica, quanto econômica: a extensa e complexa ordenação de traços e pontos que compõe a totalidade do alfabeto latino em código Morse faz com que seja muito mais prático manter em uso as 26 letras do alfabeto. Isso não é um problema novo no século XIX:

Esta forma brilhante de escrita – um, e só um sinal para cada fonema – espalhou-se para o Sinai e Canaã e revolucionou a escrita em termos de flexibilidade e economia. Não era mais preciso aprender centenas de sinais; em geral, menos de trinta “letras” (sinais em um alfabeto) eram necessárias para transmitir todos os fonemas consonantais de qualquer idioma. Dessa forma, a escrita se tornou acessível para todos.⁹³

O leitor deve ter notado que bidimensionalidade vs. unidimensionalidade, entretanto, não é a questão em jogo aqui. O que o código Morse faz ao se reduzir a uma única dimensão é demonstrar o que, de alguma forma, Saussure já averiguou sobre a prática da escrita, a saber que a linha se trata de uma forma de *(re)produzir um tempo*. Ele diz:

⁹² Ele também é uma forma de código binário. Mas essa questão não cabe aqui agora.

⁹³ FISCHER, S. História da Escrita. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 109.

O significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: 1) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha. [...] Por oposição aos significantes visuais (sinais marítimos etc.), que podem oferecer complicações simultâneas em várias dimensões, os significantes acústicos dispõem apenas da linha do tempo; seus elementos se apresentam um após o outro; formam uma cadeia. Esse caráter aparece imediatamente quando os representamos pela escrita e substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos.⁹⁴

O argumento implícito aqui é que o que se faz ao grafar é se utilizar da dimensão do espaço para *representar* a dimensão do tempo. Entretanto, grafar é precisamente a prática técnica que causa uma transformação radical da relação entre a textualização e o instante (a instância) da pronúncia. Grafar é deixar para depois.

Temos, então, uma aparente contradição no âmago da prática da grafia. A avaliação da linguística clássica afirma que a prática de grafar em linha é uma forma de ‘representar’ o tempo da fala, *mas a própria materialidade da grafia é justamente o ato de retirar a palavra da ordem do tempo, e da passagem do tempo*. Ora, a escrita não justamente nasce para subtrair da fala o seu componente temporal? Para dizer em outro momento, para dizer depois? Então grafar é “representar” um tempo, mas subtrair do tempo. Retirar de um tempo e inscrever em outro. Grafia é um gesto languageiro na partitura de um tempo que não existe, pois ao ser representado, se transforma em *outro*. Não se trata do que a escrita “não tem”, ou ao que a ela falta. Se trata de entender que ela funciona em um registro diferente de temporalidade. A temporalidade não é algo que *falta* à escrita, mas que produz efeitos diferentes no contexto de uma prática e de outra. Esse é o efeito que uma materialidade significativa produz na relação com a particularidade da instância de sua textualização.

O que pode ficar confuso aqui, portanto, é a diferença entre a *empiricidade* do aqui e agora, (no tempo e no espaço físico) e o *efeito* de aqui e agora (efeito simbólico de legitimidade, veracidade, fidelidade e assim por diante). Pois a relação do texto com as particularidades da matéria na qual toma corpo tem efeitos no próprio texto. Essa é a questão central da dimensão da linha da escrita. *Há* um aqui e um agora da escrita. Ele só não é nem dito aqui, nem agora. Se fosse seria fala. A linearidade (o tempo *representado* na linha) não é, portanto, uma representação do tempo da fala, mas uma invenção da técnica da escrita: a invenção da temporalidade da escrita. Essa *temporalidade*, efeito da materialidade da escrita, é parte crucial dos

⁹⁴ SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. 27ª ed., São Paulo: Cultrix, 2006. p. 84.

efeitos de legitimidade e univocidade mais tarde construídos como resultado da interdeterminação dessas práticas com outras, institucionais, certas formações discursivas, e assim por diante.

Devemos deixar muito claro: não estamos afirmando em nenhum momento que a palavra escrita assim se destaca de suas *condições de produção*! Pelo contrário: sua condição de produção agora é essa, ela é atravessada por uma prática que inscreve, no gesto linguageiro, essa camada espessa de efeitos que agora investigamos. Não admitimos em nenhum momento aqui o exercício filosófico de falar sobre a *natureza* da escrita. Sempre a tomamos pelos seus efeitos da grafia no texto. Portanto, devemos nos permitir certa flexibilidade ao deparar a questão material do sentido (na forma da Análise de Discurso) com a questão da materialidade técnica daquilo que é condição de possibilidade do sentido.

No que Shelley escreve: “Desperto de sonhar contigo / No Primeiro suave sonho da noite” sua composição é um ato de imaginação pessoal. Ele não carecia de falar a seu amor em carne e osso, nem mesmo de o ter, se ausente, invocável no momento da composição. Sua inspiração podia auto-engendrar-se sem ajuda de uma relação operante com um objeto externo presentificado pelo sentimento, fosse uma pessoa única ou uma multidão. Já a poesia grega está imune a essa espécie de idealização privada. Ela é, em sua forma e substância, “orientada para o outro”, não num sentido abstrato, mas no sentido de que o outro é uma audiência, um “público” externo à pessoa que fala: um público muitas vezes simbolizado, no vocativo, como um indivíduo, mas sempre percebido de modo palpável como um ouvinte, o qual é ainda um parceiro na poesia. Isso se dava porque a poesia criou-se primeiro em sociedades de comunicação oral, as quais tinham também essa “orientação para o outro.”⁹⁵

De novo aparece aqui a questão da *abstração*. E vemos como é possível ressaltar a noção discursiva de *leitor* para pensar esses efeitos da materialidade da escrita. Pois, na Análise de discurso, o leitor não é a pessoa física que lê, mas a projeção imaginária que o autor, na posição discursiva que ocupa, produz como efeito no texto.

Essa materialidade já traz, em si, um efeito-leitor, produzido, entre outros, pelos gestos de interpretação de quem o produziu, pela resistência material da textualidade (formulação) e pela memória do sujeito que lê. A textualidade

⁹⁵ HAVELOCK, E. A Revolução da Escrita na Grécia e Suas Consequências Culturais. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 28.

é feita desses gestos. Estão assim articulados os gestos de interpretação, que correspondem a pontos de subjetivação, e a formulação.⁹⁶

Se trata de entender, também, que a permanência da grafia coloca o autor em outro tipo de relação imaginária com o texto e com o interlocutor.

Mas mais importante, podemos afirmar que entender a *linha* da escrita como uma representação do tempo (da fala) constitui um exemplo típico do tipo de idealismo inscrito nas nossas concepções de tecnologia, onde o exercício que a prática técnica e de conhecimento viabiliza é sempre entendido como exterior e anterior a própria prática. *Escrita como marcação da fala. Linguagem como anterior ao seu exercício.*

Tomemos a segunda parte da citação de Aurox, sobre a escrita ser a fala na ausência de som, como reiteração desse ponto. Aqui a questão é que um avanço que traz a escrita é permitir a ausência do aparelho emissor da fala. Dito de outra forma: como se a fala pudesse, por meio da escrita, acontecer sem si mesma. A saber: que possa haver fala sem a instância da fala. E, entretanto, essa asserção se sustenta em dois pressupostos. O primeiro, que já vimos ser falso quando discutimos o Discurso da Escrita, tem relação com as formações discursivas. É o pressuposto de que aquela posição-sujeito que se sustenta nos campos (de saber, de produtividade, de relação social) da fala pode ser a mesma posição que se sustenta nos campos da escrita, e circula pelos dois campos igualmente bem: isso sabemos não ser verdade. Como Pêcheux já muito bem demonstra e exemplifica em *Delimitações, Inversões, Deslocamentos* (1982)⁹⁷, o jogo contraditório das divisões e dos invisíveis que permeiam a estrutura social sempre se materializa na língua, e essas divisões acontecem também no campo das instituições e das determinações de quem é que escreve, lê, escuta, obedece, ordena, etc.

O segundo pressuposto que sustenta a ideia “é o primeiro suporte que permitiu à fala humana subsistir sem a presença de som emissor” é o de que o que acontece ao fim da escrita é um gesto de fala. Ou seja: de que depois de escrita, a palavra, ao chegar nas mãos de seu interlocutor, retorna a produzir efeito de palavra

⁹⁶ ORLANDI, E. Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 63-64.

⁹⁷ PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas, Volume 19: 7-24, 1990/2.

falada, ou seja: retoma a temporalidade da fala. Mas como já vimos, essa temporalidade não é retomável. A fala só poderia se tornar escrita se nenhuma das duas tivesse qualquer materialidade, já que a palavra escrita é justamente *alguma outra coisa que não a fala*.

Podemos entender então que parte dos efeitos dos discursos da escrita já estão inscritos como condição de possibilidade da própria permanência da letra. Podemos ver isso nas marcas particulares dos discursos da escrita, que carregam (também) as projeções imaginárias de campos de saber cuja temporalidade (sempre imaginária) não é a da fala, mas a da escrita: a *ética* do Direito, a *verdade* da religião, a *certeza* das ciências são todos exemplos de efeitos que exigem e em parte se sustentam na permanência física da letra grafada e na materialidade consequente. Por exemplo, a palavra de Deus é *sempre* a palavra de Deus. *Sempre* não é a mesma coisa que “por muito tempo”. A técnica de esquentar a cerâmica, o tipo de ferramenta de entalhe, os desenvolvimentos de tintas variadas e a produção do papiro e do pergaminho possibilitaram, então, a longa duração da palavra, mas fazê-lo teve uma consequência inesperada: fazer a palavra durar para além da vida de seu autor a colocou no plano imaginário da eternidade. O que se fala acontece agora, o que se escreve acontece para sempre.

O que o interlocutor tem, com a palavra escrita nas mãos, com certeza tem um tanto em comum com aquilo que um interlocutor tem ao ouvir a fala de um outro. Nos dois há um *leitor*, nos dois há a especificidade da formação discursiva, o corpo da língua, o atravessamento da memória, etc.

Mas também há um tanto de diferença. Um aspecto importante dessa diferença é justamente a consequência desse efeito de produção de uma temporalidade específica da escrita. Podemos começar a pensar assim, em uma inversão. Ao invés de pensar na escrita como uma representação da linguagem, pensar aquilo que se escreve como uma consequência da própria escrita. É de novo aqui a questão que introduzimos durante o primeiro capítulo desse trabalho: uma indistinção entre tecnologia e subjetividade caracteriza nosso percurso e é a partir de tal indistinção que criticamos a posição idealista que defende uma *linguagem sem corpo*.

A inversão materialista inscrita nessa manobra, entretanto, precisa ser cuidadosa. De novo: não estamos defendendo (na linha de alguns importantes pensadores da paleografia) uma mudança na *mentalidade* ou uma condição de

possibilidade para a *Razão* e assim por diante. Estamos falando simplesmente sobre a possibilidade de pensar certas práticas (técnicas e de conhecimento) como determinantes de certos efeitos de sentido.

Charles Higounet (seguindo a fórmula de Jean Mallon) nos lembra que é necessário estabelecer parâmetros para o estudo da grafia. Diz: “[...] além do registro material subjetivo e das características internas do texto: as formas, o ângulo de escrita, o ducto, o módulo, o peso”⁹⁸. Questões tão específicas devem ter importância no âmbito do materialismo histórico?

Na Mesopotâmia, o “hardware” determinava o “software”, o uso do suporte de argila estimulou o sistema de cunhagem em que pintura e símbolo eram forçados a se render mais e mais aos sons; essa elaboração fonética então permitia outros idiomas – nem remotamente relacionados com o sumério – a pegarem emprestado e adaptar essa escrita.⁹⁹

Nos concentramos em demonstrar, sobre a grafia, o papel fundamental que faz no desenvolvimento da escrita. Se nos apoiamos na suposição de que a escrita não *representa*, mas *inventa* formas diferentes de linguagem e de sujeito, então nosso objetivo aqui se resume em remontar as particularidades dessa invenção e nos atentar à contingencialidade disso que pareceu, até tão recentemente, evidente e inevitável.

Embora haja outras possíveis interpretações, o peso da evidência acumulada leva a considerar que a ideia da escrita completa pode ter emergido apenas uma vez na história da humanidade. A partir de um repertório padronizado de pictogramas e símbolos – destilação de um longo desenvolvimento de entalhes a tabuletas – os sumérios da Mesopotâmia elaboraram o que desde então se tornou a ferramenta mais versátil da humanidade. Todos os outros sistemas de escrita e caracteres são, talvez, derivativos dessa única ideia original – foneticismo sistêmico – que emergiu entre 6.000 e 5.700 anos atrás na Mesopotâmia.¹⁰⁰

Um leitor poderia reivindicar: se a forma de grafar teve papel tão proeminente na forma como escrevemos e pensamos, seu desenvolvimento deve ser

⁹⁸ HIGOUNET, C. História Concisa da Escrita. 10ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 21.

⁹⁹ FISCHER, S. História da Escrita. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 59.

¹⁰⁰ Ibid., p. 31.

sustentado em algo fundamentalmente humano, fundamentalmente ligado com as categorias do pensamento humano (como o tempo, por exemplo). Mas o que Fischer nos lembra acima é que somente o contrário é historicamente verificável: que o desenvolvimento de uma escrita ao invés de outra é algo inteiramente contingente¹⁰¹. Nos leva a pensar sobre a instabilidade inicial de um sistema fonético “completo” cujo modo de funcionamento é hoje tão hegemonicamente evidente.

Não estamos, aqui, defendendo que a linearidade da grafia é o seu aspecto material mais importante. Muito provavelmente não seja. Ainda há muito a se pesquisar sobre o assunto. Mas se voltarmos a nossa pergunta inicial: “o que, do que resulta da escrita, é particular à escrita?”, podemos começar a apontar especificidades na materialidade da prática técnica que produzem certos efeitos na textualização. Esses efeitos constroem condições de possibilidade para que certas formas (e não outras) de constituição dos sujeitos e formulação dos sentidos venham a se desenvolver. Esse é o nosso intuito.

¹⁰¹ Sua asserção sobre a contingencialidade da escrita “completa” não nos leva a lugar algum, já que “completa” é uma métrica insustentável sob os padrões materialistas. Também pelo fato de que a partir dos estudos em história das ideias sabemos dos inúmeros lugares dos quais nasceram as formas heterogêneas de escrita que praticamos até hoje. Mas ela com certeza se aplica à escrita ocidental cuja raiz é o alfabeto grego.

O ALFABETO: OU O SISTEMA PELO QUAL SE ESCREVE O QUE SE QUER MARCAR

Queremos agora voltar à questão da reprodutibilidade por outra perspectiva, mais material. Retornamos para as especificidades do alfabeto vocálico/consonantal grego, desenvolvido por volta de VIII a.C., e que - com poucas alterações - é o alfabeto que utilizamos até hoje.

O alfabeto grego não foi o primeiro alfabeto fonético. De fato, ele pode ser pensado como o último. Isso significa dizer que não queremos aqui defender alguma grande revolução tecnológica grega, da mesma forma que os próprios gregos helênicos não o fizeram: seu alfabeto era chamado *phoenika gramata* (letras fenícias). E, entretanto, há alguma diferença entre esse alfabeto grego e todos os que o precederam na forma de pequenas variações práticas como a descrita mais acima na adaptação do fenício, mas que, como resultado, produziram um sistema inédito na história do letramento.

Steven Roger Fischer, que é ávido defensor da importância central da contribuição do sistema de escrita egípcia afirma que: “No entanto, em vista de sua simplicidade e adaptabilidade, a contribuição dos gregos cipriotas deve ser encarada como a última grande inovação na história da escrita”¹⁰². Eric A. Havelock afirma algo ainda mais significativo para as nossas investigações:

O alfabeto grego, por contraste, é apresentado aqui, ao irromper no cenário da Grécia, com uma peça de tecnologia explosiva, revolucionária por seus efeitos na cultura humana, de uma maneira que nada tem de exatamente comum com qualquer outra invenção. Funda-se a alegação dessa singularidade no fato de que, tendo emergido de um processo de experimentação, o qual se desdobrou, quiçá, pelos três precedentes milênios, ele todavia representou o termo desse processo. Uma vez inventado, **o alfabeto forneceu a resposta integral a um problema**, e nunca mais houve necessidade de reinventá-lo. [...] Pode-se afirmar que o esquema forneceu a base conceitual para a construção das ciências e filosofias modernas.¹⁰³

Bom, em primeiro lugar, o que há de diferente no alfabeto grego? No decorrer dos 3 milênios anteriores que Havelock menciona, cada sistema de escrita

¹⁰² FISCHER, S. História da Escrita. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 112.

¹⁰³ HAVELOCK, E. A Revolução da Escrita na Grécia e Suas Consequências Culturais. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 14-15. [grifo nosso].

tenta se adequar da melhor forma possível às demandas econômicas e sociais das sociedades nas quais se desenvolvem. O fazem a partir daquilo que está no horizonte de possibilidade tecnológica/prática dessa própria sociedade, de forma que nunca uma demanda existe sem que haja junto a ela a semente de sua resposta. Essa fórmula básica não é diferente daquilo já estipulado em Marx:

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. [...] As relações de produção burguesas são a última forma antagonica do processo de produção social, antagonica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo.¹⁰⁴

e que retorna em Pêcheux na forma da noção de comanda/demanda¹⁰⁵. Reiteramos essa fórmula central para deixarmos claro que não se trata de uma questão de evolução. Retomando a citação vista anteriormente:

As práticas técnicas, dissemos, recebem demandas às quais elas fornecem respostas: a interdeterminação aqui é flagrante. Com efeito, as práticas técnicas são determinadas, uma vez que elas recebem de algum lugar uma demanda, e determinantes de vez que é o leque das respostas possíveis por elas propostas que torna possível a existência da demanda. Seria inútil buscar aqui uma prioridade: a prática política encontra a *matéria-prima a transformar* sob a forma de relações sociais “sempre-já-lá”; ela não tem origem histórica marcada.¹⁰⁶

Não há escrita mais ou menos desenvolvida, embora haja práticas de escrita mais ou menos adaptadas às formas históricas e econômicas de uma sociedade. Entretanto, essa fórmula tem suas ressalvas, pois esses desenvolvimentos passam a retroalimentar as formas sociais, como pretendemos demonstrar a seguir.

¹⁰⁴ MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 48.

¹⁰⁵ PÊCHEUX, M. Reflexões Sobre a Situação Teórica das Ciências Sociais e, Especialmente, da Psicologia Social. In: PÊCHEUX, Michel. Análise de Discurso. 3ª ed, Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

¹⁰⁶ Ibid., p. 34.

Por enquanto, basta salientar que os sistemas dos quais o grego herda seu alfabeto passaram por um processo de transição da escrita analítica (isto é, escrita *de palavras*, de acordo Hiugounet) para a escrita fonética (de sons), e do silabário para o *alfabeto*, do qual o grego é, em certo sentido, o representante final.

O que os gregos fazem do alfabeto fenício está centrado na adaptação de certos sinais para marcação mais precisa e específica dos sons vocálicos. Há um *gesto*, uma escolha sobre a separação do *som* (a vogal) e do obstáculo (a consoante) que juntos constroem as sílabas de uma palavra em Grego. Esse gesto de construção do alfabeto é centralmente consequência das diferentes exigências do grego em relação ao fenício do qual herdamos as letras. A diferença entre esse alfabeto e seus antecessores mais próximos é, na verdade, *mínima* e, entretanto, acaba por ser uma diferença extremamente significativa no percurso da história do ocidente. O alfabeto resultante é inerentemente distinto de todos os que vieram anteriormente, especificamente no sentido de que acaba por *pensar* (e não fazer pensar) diferentemente o que constitui o som.

Os sistemas pré-gregos tentam imitar a língua tal como ela é falada nessas unidades silábicas. O sistema grego deu um salto para além da língua e do empirismo. Ele concebeu a ideia de analisar a unicidade linguística em dois de seus componentes teóricos, a vibração da coluna de ar e a ação da boca sobre essa vibração. O primeiro elemento pode existir por si mesmo na linguagem, na forma de exclamações do tipo de “Ah!”, o segundo não pode. Trata-se, portanto, de uma abstração que foi feita: um não-som, uma ideia na mente. O sistema grego conseguiu isolar esse não-som e dar-lhe sua própria **identidade conceitual**¹⁰⁷, na forma do que chamamos uma “consoante”.¹⁰⁸

Quando dissemos, portanto, que o grego era o representante central do alfabeto, é somente no sentido de que, conceitualmente, o alfabeto ao qual nos referimos hoje é *inventado* por esse procedimento técnico e de conhecimento sobre a natureza dos sons da fala e o um sistema gráfico de descrição de sons resultante.

Dessa forma, por razões puramente práticas (relacionadas à praticidade) do funcionamento da escrita na infraestrutura produtiva - razões como a adequação

¹⁰⁷ A noção de “identidade conceitual”, pensamos, também está na trilha parafrástica de “abstração” e “representação”.

¹⁰⁸ HAVELOCK, E. A Revolução da Escrita na Grécia e Suas Consequências Culturais. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 80.

do alfabeto fenício à fala grega – o alfabeto grego (e não seus inventores míticos) constitui algo como o primeiro *sistema de valores* (em terminologia Saussuriana) linguísticos.

Explicamos: a paleografia tende a admitir que os desenvolvimentos da escrita estão estritamente relacionados com os gastos “energéticos” (mais precisamente econômicos) disponíveis. Isso já estabelecemos antes, mas significa admitir que:

Um alfabeto não é um “degrau mais alto” na “evolução” da escrita, mas meramente outro método de reproduzir a fala. O fato é que empregar um alfabeto é estatisticamente mais eficiente para a maioria das línguas do que os hieróglifos egípcios, as sílabas cuneiformes mesopotâmicas ou os caracteres chineses. O mesmo alfabeto pode ser compartilhado por muitas línguas, pois é facilmente adaptável, acrescentando um pequeno número de marcas, pontos e sinais extra às letras existentes.¹⁰⁹

Do ponto de vista paleográfico, o alfabeto grego apresenta uma novidade no sentido de oferecer o menor número de símbolos possíveis para “todas” as possibilidades de representação necessárias. Isso não se dá *somente* ou pela primeira vez no grego, mas é aperfeiçoado no grego (e somente *para* o grego) de forma a produzir o efeito de um alfabeto universal (quando a diferença mínima razão de seu sucesso é justamente ser *mais particular*).

O problema fora industriar um sistema de “moldes” (como os gregos apropriadamente os chamavam) nos tamanhos pequenos convenientes, com a máxima economia (até aí, façanha dos fenícios), e tais que, a despeito de seu número reduzido, quando vistos (ou, como dizemos, “lidos”) numa variedade sem fim de arranjos lineares, automaticamente acionam uma memória acústica de todo o discurso falado neles repertoriado. O dispositivo grego, por causa de seu sucesso na resolução do último estágio desse problema, trouxe à existência o que chamamos de “literatura” no sentido moderno, isto é, pós-alfabético. Pode-se afirmar que o esquema forneceu a base conceitual para a construção das ciências e filosofias modernas.¹¹⁰

O mesmo alfabeto utilizado pelos mais altos especialistas (historiadores, poetas e administradores) é utilizado também pelos mercadores e contadores. O alfabeto é simples o suficiente para ser útil ao mercador, e generalista o suficiente

¹⁰⁹ FISCHER, S. História da Escrita. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 76.

¹¹⁰ HAVELOCK, E. A Revolução da Escrita na Grécia e Suas Consequências Culturais. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 14-15.

para ser útil ao especialista (de novo: generalista dentro dos contextos *daquele* período e como tecnologia para *aquela* língua). Afirmamos que é dessa forma, e com o passar do tempo, que ele passa a produzir o efeito de “representação da fala”, não por representar a fala, de fato, mas por reinventar *para todos* (e não somente para alguns) os espaços enunciativos e as práticas discursivas. Essa não é a primeira vez que a ideia do alfabeto é operacionalizada na forma de tecnologia linguageira:

A língua de Ugarit se classifica no grupo semítico cananeu. O aspecto de sua escrita é cuneiforme. Mas seus sinais, traçados com o junco de ponta em tabulas de argila, só têm em comum com os caracteres sumero-acádios esse aspecto [ser traçados a junco]. Seu desenho muito simples foi uma criação artificial e seu número, apenas trinta, os separa de qualquer sistema analítico ou silábico. Cada sinal faz a notação de apenas uma consoante ou de um dos três sons vocálicos, *a*, *e*, e *u*, combinado com o sutil *alef* semítico. Tem-se, então, por conseguinte, um verdadeiro alfabeto consonantal. É uma intuição genial dos escribas de Ugarit: ao modificar a seu modo o tradicional material cuneiforme e reduzi-lo de uma só vez a trinta caracteres, eles “inventaram” a ideia do alfabeto.¹¹¹

Mas é a primeira vez que isso acontece na sociedade da qual *nós* herdamos nosso alfabeto. Esse é, também, o grande diferencial do alfabeto grego. É ele que herdamos e contar sua história é, também, contar a nossa.

Esse projeto é então também materializado no alfabeto grego, que tomamos aqui como o exemplo relevante do alfabeto (como prática técnica e de conhecimento). Na síntese de Saussure, um estado no qual: “a palavra escrita tende a substituir, em nosso espírito, a palavra falada”¹¹².

Precisamos aqui ressaltar uma importante nota anterior. *Não* nos interessa participar da discussão sobre a “importância” do alfabeto grego como tecnologia linguageira. Não nos cabe decidir se se trata, ou não, de uma tecnologia do intelecto, como defendem alguns autores. Também não nos cabe decidir sobre o efeito do letramento *na sociedade grega*. O pouco que sabemos sobre o assunto parece indicar que, mesmo muito após o invento do alfabeto, a sociedade helênica continuou como uma sociedade predominantemente oral:

¹¹¹ HIGOUNET, C. História Concisa da Escrita. 10ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p. 64.

¹¹² SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. 27ª ed., São Paulo: Cultrix, 2006. p. 36.

A extensão da comunicação oral necessita de uma ênfase específica para os estudiosos da cultura clássica; eles estão tão familiarizados com o mundo antigo mediante a leitura de textos escritos que é preciso um esforço de imaginação para apreciar toda a extensão na qual textos escritos simplesmente não eram criados nem usados. [...] A maior parte da literatura grega, porém, tinha por finalidade ser ouvida ou cantada – transmitida oralmente, portanto – e havia uma forte corrente de aversão pela palavra escrita, mesmo entre os altamente letrados: documentos escritos não eram considerados, por si mesmos, prova adequada em contextos legais até a segunda metade do século IV a.C. A política era conduzida oralmente. Os cidadãos da Atenas democrática ouviam pessoalmente os debates na Assembleia e votavam ali mesmo. Muito pouco era escrito e a palavra mais próxima para “político” era “orador” (*rhetor*). A tragédia era assistida no teatro, e a retórica – ou a arte de falar – era uma parte importante da educação grega.¹¹³

A questão aqui não é, portanto, a transformação da Grécia em uma “sociedade letrada”. Não nos importa *quantos* eram aqueles que escreviam. A questão é: *dada a escrita (e nesse caso a escrita alfabética)* como tecnologia linguageira, quais seriam seus efeitos como condição de possibilidade dos enunciados e das relações sociais.

O alfabeto grego é, pois, uma exceção histórica importante no desenvolvimento da nossa questão aqui, que é tratar das especificidades da tecnologia linguageira da escrita. Importante pois constitui, como afirmamos antes, um *sistema de valores*, algo que poderíamos qualificar da mesma forma que Saussure, quando define valor.

[...] verifiquemos inicialmente que, mesmo fora da língua, todos os valores parecem estar regidos por esse princípio paradoxal. Eles são sempre constituídos: 1º por uma coisa *dessemelhante*, suscetível de ser *trocada* por outra cujo valor resta determinar; 2º por coisas semelhantes que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa [...]¹¹⁴

O alfabeto grego como visto até agora, portanto, quebra as últimas relações que a escrita tem com a materialidade da pronúncia, para se tornar (e Havelock o sugere quando descreve seu desenvolvimento como “um passo para além do empirismo”) um sistema fechado: cada peça do sistema tem uma relação intrínseca com todas as outras, por estabelecer com elas uma relação de proximidade ou

¹¹³ THOMAS, R. Letramento e Oralidade na Grécia Antiga. São Paulo: Odysseys Editora, 2005. p. 4.

¹¹⁴ SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. 27ª ed., São Paulo: Cultrix, 2006. p. 162.

distância. Não se trata, reafirmamos, da diferença entre o sistema analítico e sintético. Isso já é desenvolvimento de inúmeras escritas, inclusive a hieroglífica egípcia:

Símbolos gráficos se tornaram sinais de um sistema de escrita só quando o valor fonético de um símbolo começou a superar seu valor semântico em um sistema de valores limitados e semelhantes. Foi cortada a ligação com o referente externo e priorizado o potencial do sistema para expressar quase tudo de um discurso articulado. Não se percebia mais no símbolo gráfico (ou pictograma) apenas um objeto externo ou abstrato (“céu”), começava-se a ler um som por seu valor independente.¹¹⁵

O grande passo tomado pelo sistema grego é deixar para trás todo e qualquer relação de descrição do *gesto da fala*. Um alfabeto serve como escrita de palavras, mas também para listar e para enumerar, serve como variável matemática desconhecida, como logotipo, como abreviação, e assim por diante. Quer dizer, o alfabeto grego já não retém nenhuma característica concreta indissociável à fala. Se torna um sistema *de valores*: um sistema cujo lastro é interno e não externo. O alfabeto grego é fonético em função, mas em estrutura, se trata de um sistema de identidade e diferença. A consoante é reinventada como *condicional* ao invés de fônica (ela não mais soa, mas “soa com”): a partir de então pôde-se pensar na consoante como a variável da função vocálica. E a vogal se separa finalmente de toda consoante, formando um sistema de categorias: uma categoria *somente* de sons, e outra *somente* de obstáculos.

Retomamos então à questão da reprodutibilidade do alfabeto, somando a ela essa segunda questão, que é a do alfabeto como sistema de valores.

O que nos parece importante aqui é que a expressão “um passo para além do empirismo”, que Havelock emprega, parece definir todo um divisor de águas muito mais significativo histórica e economicamente do que o que a adição sistemática das vogais e a organização das consoantes no alfabeto nos faria prever. Esse passo – lembramos - é dado às cegas por escribas que tentavam somente *adequar* o alfabeto fenício ao grego, ou seja: produzir um novo campo de convenções. Ele poderia ser entendido, a partir de certas correntes da linguística ou da filosofia da linguagem,

¹¹⁵ FISCHER, S. História da Escrita. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 76.

como inevitável, subordinando assim à contingência, que é a argamassa da escrita: à necessidade de algo como a “expressão da linguagem”. Pêcheux o aponta em *Semântica e Discurso* ao lembrar: “[...] a solução do idealismo racionalista consiste, em seu princípio, em subordinar idealmente o contingente ao necessário, mesmo se essa subordinação toma formas historicamente diferentes”¹¹⁶.

Mas de fato, do ponto de vista do materialismo que tentamos adotar aqui, o contrário deve ser assumido, e por respeito à história, devemos continuar o exercício de subordinar o necessário ao contingente, e supor que o segundo veio sempre antes do primeiro. Dessa forma, o que temos como resultado é que a semente – a condição de possibilidade – para esse passo para além do empirismo é consequência da materialidade contingente de uma prática. Nesse caso, uma prática linguageira de escrita, para todos os efeitos aqui personificada pelo (mas não limitada ao) alfabeto grego. Pois há algo da escrita, e especialmente da escrita alfabética (por suas desassociações com o concreto da fala) que é da ordem do impossível para a fala. Isso pois a fala, por razão de sua materialidade tanto quanto de seu uso, acarreta sempre numa variabilidade impossível para a escrita:

Pode-se caracterizar globalmente a passagem do oral ao escrito pela standardização, quer dizer, *a colocação em formas fixas*. Mesmo se o conceito de unidades linguísticas discretas (por exemplo, o de “palavra”) não parece fazer falta a línguas puramente orais, somente a língua escrita impõe (qualquer que seja aliás o tipo de representação adotado) um recorte sistemático e tornado consciente de toda mensagem em unidades gráficas discretas. Esta formalização tem como consequência um declínio inelutável da variabilidade. Qualquer que seja o grau de unificação de uma comunidade linguística, o oral permanece indissolúvelmente marcado por especificidades individuais [...] e sociais [...]. Em contraste, o escrito é muito mais universalizante e se ele porta marcas de uma origem social [...] é nas suas “falhas” e não intrinsecamente.¹¹⁷

A questão que precisa ser reiterada aqui é que a própria experiência linguageira da invariabilidade da repetição, ou da permanência do enunciado *depende*, em larga escala, da própria escrita. É um gesto linguageiro perfeitamente distinto da fala.

Entretanto, isso ainda é propriedade de *qualquer* escrita, então o que nos leva ao alfabeto grego? Ora, há ainda uma mais na espessura dessas camadas

¹¹⁶ PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*. 4ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 62.

¹¹⁷ AUROUX, S. *A Filosofia da Linguagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. p. 70.

práticas da escrita, que é a questão da reprodutibilidade da letra. Voltemos ao código Morse!

O código Morse é particularmente adepto a ser reproduzido pois, da mesma forma que o alfabeto grego, se distancia o máximo possível da variabilidade da fala. Por cima do alfabeto latino, ele ainda adiciona uma camada de codificação (de pontos e traços, que são então convertidos em letras e números). Seus caracteres discretos são objetos tão simples que podem ser reproduzidos de inúmeras formas: por impulso eletromagnético, fita magnética, sinal de rádio, sinal visual (como o acender e apagar de luzes) e até mesmo por som¹¹⁸. O que importa notar aqui é que *o procedimento em ambos os casos é o de aumentar o nível de complexidade do sistema de forma que seu uso se simplifique e de distanciar o sistema das particularidades do uso para que o sistema se generalize*. Ora, as camadas técnicas envolvidas no desenvolvimento do código Morse são incalculáveis. Foi necessário o alfabeto, mas também a imprensa, pois se necessitava da noção do tipo gráfico. Foi necessário conhecimento em eletromagnetismo e engenharia de produtos e sistemas, além de toda a custosa infraestrutura de comunicação que começa na Europa e nos EUA: enfim, uma miríade de técnicas, processos e conceitos que se somam para fazer possível que do código Morse se subtraísse ainda mais um grau da instância da variabilidade. O mesmo é verdade para a letra, que necessitou de desenvolvimentos nas práticas de produção de pergaminho, tintas, nos instrumentos de grafia, e assim por diante.

A letra alfabética, como já vimos, é também uma espécie muito particular de produto técnico. No mundo antigo é vastamente mais simplificada em desenho e execução do que a escrita cuneiforme, a hieroglífica e hierática, e a logográfica oriental. Além disso é única em ser de número muito baixo: menos de 30 unidades compondo a totalidade necessária para a escrita. Mas mais do que isso, a letra alfabética – como vimos – é particularmente subtraída da especificidade da fala que supostamente busca representar (“O sistema grego deu um salto para além da língua e do empirismo”):

A escrita foi reduzida a um truque; não tinha valor intrínseco em si mesma como escrita, e isto distinguiu-a de todos os sistemas anteriores. Veio a ser um traço característico do alfabeto o fato de que os nomes das letras gregas,

¹¹⁸ Mas perceba que a transmissão do código Morse por som não é fala. É uma dobra da escrita em direção à outra forma de transmissão.

emprestadas do fenício, pela primeira vez se tornaram sem sentido: *alpha*, *beta*, *gama*, etc.¹¹⁹

Assim voltamos à questão da reprodutibilidade. O alfabeto grego é um sistema tecnicamente estabilizado o suficiente para responder a demandas de instituições e estruturas sociais que nem haviam ainda nascido ou estavam nas vias de nascer. Por ser um sistema comparativamente simples e de fácil reprodução, generalizado e universal, ele produz como efeito técnico a subtração da temporalidade específica do gesto linguageiro *da fala*. Mas ao fazê-lo, vem a produzir seus próprios efeitos de temporalidade e legitimação.

Qualquer que seja o grau de unificação de uma comunidade linguística, o oral permanece indissolúvelmente marcado por especificidades individuais (sexo, idade, estado de saúde, estado de tensão do locutor) e sociais (origem geográfica, origem social do locutor). A mensagem oral pode até mesmo portar as marcas da relação (social, simbólica) entre o locutor e o interlocutor. [...] A variação dialetal é corrente (se não sistemática) nas práticas linguageiras orais de todas as comunidades humanas. Ela praticamente não tem equivalente no escrito.¹²⁰

Aquilo que é da ordem da instância da pronúncia, da instância do particular, do concreto de um corpo que fala – e que recobre por todas as partes o gesto da fala – é passível de ser pensada na escrita como *falha*, como Auroux descreve. Mas, claro, o que é *falha* na escrita é a variabilidade e a particularidade que até então era condição *sine qua non* de qualquer gesto linguageiro. É isso que *escrever* suprime: não o *autor* – efeito de ponto de origem da enunciação, mas um tipo particular de efeito-autor, relacionado com os efeitos dessa temporalidade particular da fala.

O efeito de “aqui e agora” da instância de pronunciamento é centro da fala, e o *resto* na escrita. Escrever (e isso é mais verdadeiro depois do alfabeto grego) é produzir o efeito, a partir do próprio nível material do funcionamento técnico da escrita, de subtração da instância do indivíduo concreto que pronuncia, as excentricidades dos corpos que falam. Essa é uma das condições materiais (comandas) necessárias para o desenvolvimento em larga escala das instituições.

¹¹⁹ . HAVELOCK, E. A Revolução da Escrita na Grécia e Suas Consequências Culturais. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 83.

¹²⁰ AUROUX, S. A Filosofia da Linguagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. p. 70.

A SENTENÇA: OU O QUE SE TRANSFORMA QUANDO SE MARCA O QUE SE QUER ESCREVER E SE ESCREVE O QUE SE QUER MARCAR

Como já vimos no caso da grafia, há sempre um rastro de história na prática “arbitrária” do tipo gráfico, da inscrição da letra. Da mesma forma, há sempre também um tanto de contingência nessa prática gráfica que hoje pode parecer evidente. Mais interessante: o efeito que as tecnologias da grafia e do alfabeto têm na estrutura da sociedade não estava previsto na sua confecção: ele é posterior às diferenças mínimas que separam (por exemplo) a escrita maiúscula, da comum, da tipográfica; ou que separam as escritas sintéticas, das analíticas, das silabarias e alfabéticas. E, entretanto, essas diferenças produzem sim um ponto de mutação: um ponto a partir do qual essas diferenças passam a informar mudanças profundas nas formas de produção dos sentidos. Um ponto a partir do qual seus efeitos passam a ser condição de possibilidade para certos enunciados.

Como defendemos acima, o alfabeto grego é a epítome de um gesto interpretativo sobre *o que é que se faz quando se fala*, e no centro desse gesto há um movimento em direção à “abstração” (que é, de fato, um tipo específico e concreto de prática relacionada às letras, que se tornam cada vez menos símbolos e cada vez mais signos), à generalização (a facilidade das técnicas de grafia e a simplicidade do alfabeto tornam seu uso possível para a mais ampla variedade de propósitos), e ao universalismo (na forma de um sistema particular o suficiente para se sustentar em primeiro lugar como sistema de valores e se subtrair do gesto da pronúncia).

O leitor atento deve ter previsto que essa linha de inquérito não nos leva à aceção ordinária do que constitui o exercício da escrita. A ideia de que a escrita é a representação da fala (da mesma forma que a fala é a representação do pensamento) é amplamente admitida de uma forma ou outra desde Aristóteles até Auroux, que inclusive diferencia a escrita do que chama de grafismo: qualquer desenho (por mais representativo que seja) que não seja a representação de uma palavra. O que vimos a admitir no percurso desse trabalho, e que aqui defendemos, é que não só a escrita não é representação da fala, mas que isso se deve porque as práticas de fala e escrita não se organizam de forma linear (primeiro fala, depois escrita; ou, mais simples fala, mais complexo, escrita; e assim por diante): elas se imbricam em um jogo historicamente marcado de interrelação. Dito de outra forma, a célebre asserção de

Saussure na qual a palavra escrita tende a substituir a palavra falada se sustenta em um certo esquecimento¹²¹, não tanto determinado pelas vantagens ou desvantagens de uma ou outra forma de produzir sentido, mas pela relação histórica entre a escrita e as posições institucionais. A historicidade dessa relação, e mais especificamente das condições de possibilidade do invento da escrita é, inevitavelmente a questão da luta de classes, como muito bem lembra Lévi-Strauss:

O único fenômeno que parece sempre e em toda parte ligado ao aparecimento da escrita, não somente no Mediterrâneo oriental, mas na China proto-histórica, e até nessas regiões da América onde esboços de escrita apareceram antes da conquista, é a constituição de sociedades hierarquizadas que se encontram compostas de senhores e de escravos, de sociedades que utilizam uma parte de sua população para trabalhar em proveito da outra parte.¹²²

Dito de outra forma: como já demonstra Thomas (2005), não é para *todos* que a palavra escrita substitui, no espírito, a palavra falada, nem é pacificamente que esse processo se dá, nem homogeneamente.

Entretanto, insistiremos em seremos guiados, por enquanto, pelas especificidades da *prática* da escrita, e suas consequências. Se defendemos, afinal, que há mudanças nas formas de subjetivação como consequência do desenvolvimento da escrita no ocidente, tudo deve se dar em um nível concreto do gesto da escrita: nas práticas de grafia, nas práticas escolares e de ensino da língua, que no jogo histórico de infra/superestrutura, produzem seus efeitos.

Essas instâncias devem ser pensadas na complementariedade de seus efeitos: uma imbricação histórica. O que acontece na Grécia não é resultado das novas técnicas de grafia, nem do alfabeto adaptado, mas do encontro dessas práticas com um tipo específico de demanda, que no percurso histórico das cidades-Estado do mar Egeu vem a desenvolver novas formas de produção dos sentidos – sim, inclusive no nível da fala – em uma experiência que, como já sugerimos antes, alguns autores vêm a caracterizar como uma mudança no próprio *pensamento humano*: “a

¹²¹ Que ele próprio defende, sugerindo que o prestígio da escrita é “imerecido”.

¹²² LÉVI-STRAUSS Apud AUROUX, Sylvain. A Filosofia da Linguagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. p. 67.

referida mudança tornou-se o meio de introduzir um novo estado mental – a mente alfabética, se me é permitida a expressão”¹²³.

Essa tese não é de forma alguma inédita: em *A Domesticação da Mente Selvagem*, Jack Goody defende algo similar:

Não é a ausência de pensamento abstrato, como Lévy-Bruhl acreditava; nem sequer a oposição entre a “ciência do concreto” e a “ciência do abstrato” de que fala Lévi-Strauss. Os lodagaa [por exemplo] têm um sistema numérico “abstrato” que se aplica tanto a *cowries* quanto a vacas. Mas as formas em que eles usam esses conceitos estão engastadas na vida diária. A capacidade de ler e escrever e o processo que se segue a uma educação em sala de aula traz uma mudança na direção de um maior “abstracionismo”, na direção da descontextualização do conhecimento [...]¹²⁴

Auroux dedica um tanto de sua atenção a esse mesmo problema, sob outro nome e encaixe teórico, na forma do que chamou de razão gráfica:

Os algoritmos e o infinito matemático são inconcebíveis sem a escrita. Mas realmente, o acesso à escrita não é uma simples comodidade, como o seria um vulgar desdobramento da linguagem falada. No desenvolvimento intelectual da humanidade, seu aparecimento é uma etapa tão importante quanto o aparecimento da linguagem articulada. É preciso ver nisso, como J. Goody (1977) propôs, o acesso a uma nova forma de tecnologia intelectual, e por conseguinte a uma nova forma de racionalidade; os tradutores franceses de seu livro (1978) deram-lhe o nome de *raison graphique* (razão gráfica). Esta concepção tem consequências profundas que não foram ainda verdadeiramente exploradas pelos filósofos. [...] Trata-se incontestavelmente de uma nova técnica de generalização, diferente da construção de conceitos gerais. Ela abre acesso a um *pensamento simbólico*.¹²⁵

E não se trata somente de uma questão dos campos de saber, como lembra Rodríguez:

[...] a história da escrita e da gramática está relacionada à história da cidade, [...] os processos de gramatização que se desencadearam a partir da escrita estiveram sempre acompanhados por processos de urbanização, nas mais diferentes formas que tais processos assumiram ao longo da história, de acordo com as condições sociais, culturais e políticas muito heterogêneas em que se operam. Esse fato recorrente nos faz voltar a

¹²³ HAVELOCK, E. *A Revolução da Escrita na Grécia e Suas Consequências Culturais*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 15.

¹²⁴ GOODY, J. *A Domesticação da Mente Selvagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 25.

¹²⁵ AUROUX, S. *A Filosofia da Linguagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. p. 74-75.

atenção para uma coincidência histórica inaugural e bem conhecida, a de que escrita e cidade nascem juntas, que a *revolução da escrita*, como a designa Auroux, é contemporânea e indissociável dos processos políticos e econômicos que produzem a *revolução urbana* [...].¹²⁶

Os mais diferentes ramos do desenvolvimento histórico das civilizações estão todos atrelados ao desenvolvimento de certas práticas como a escrita que, em seu rastro, deixam como consequência novas formas de subjetivação, novas bases para as relações sociais. Além de defender a relação da escrita com as ciências e a literatura, como citamos anteriormente, Havelock ainda defende sua relação com o desenvolvimento da Ética (como disciplina do conhecimento) e com a história:

O verdadeiro pai da história não foi um “escritor” como Heródoto, mas o próprio alfabeto. A memória oral trata fundamentalmente com o presente. Ela capta e recolhe o que está sendo feito, ou o que é apropriado para o momento presente. Ela registra as instituições do presente, não do passado. Não é provável que ela remonte em busca de pormenores mais além da geração dos avós [do sujeito], e talvez nem tão longe vá em sociedades com pequena expectativa de vida. O que ela preserva do passado é parcial e incidental, e é a fantasia que lhe dá coerência, como sucede com o horizonte micênico erigido nos poemas homéricos.¹²⁷

Francamente, o escopo de evidências que estabelecem a escrita como um ponto de mutação ímpar na história das civilizações ocidentais não cabe neste trabalho. O que devemos fazer frente essa evidência é reiterar nossa posição e nos ater à nossa questão.

Do ponto de vista do materialismo histórico e da teoria do discurso, devemos ressaltar que é irrelevante e, de fato, impossível de verificar se há alguma mudança nisso que alguns autores chamam de *razão*, outros de *mente*, outros de *mentalidade*, e assim por diante. Nem temos, no nosso campo epistemológico, objetos similares para verificar.

A questão a qual devemos nos ater aqui é: de que forma essas mudanças específicas e limitadas em escopo (das técnicas da escrita) têm efeitos tão monumentais sobre as sociedades humanas? Aqui Havelock pode auxiliar-nos:

¹²⁶ RODRIGUEZ, C. **Escrita e Gramática Como Tecnologias Urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas**. Caderno de Estudos Linguísticos: Campinas, 53(2): 197-217, Jul./Dez.2011. p. 199.

¹²⁷ HAVELOCK, E. *A Revolução da Escrita na Grécia e Suas Consequências Culturais*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 30.

[...] algo mais profundo também estava a acontecer. Um artefato visível podia ser preservado sem recurso à memória. Podia ser recomposto, reordenado, repensado, a fim de produzir formas de declaração e tipos de enunciação antes indisponíveis – por não serem facilmente memorizáveis. Se fosse possível designar o novo discurso por uma palavra nova, o termo seria *conceitual*. A fala iletrada favorecera o discurso descritivo da ação [leia-se: indicativo]; a pós-letrada alterou o equilíbrio em favor da reflexão. A sintaxe do grego começou a adaptar-se a uma possibilidade crescente de enunciar proposições, em lugar de descrever eventos. [...] tanto a lei como a ética, tais como hoje as entendemos, querendo dizer estruturas verbalizadas que definem princípios e descrevem suas aplicações, vieram à existência como resultado de uma mudança na tecnologia da comunicação. Aquilo que as precedeu era da ordem da praxe, mais que do âmbito dos princípios.¹²⁸

Perceba aqui como a questão da tecnologia languageira da escrita, composto de práticas nascidas centralmente de demandas de *circulação*¹²⁹, começam a afetar as possibilidades de formulação dos sentidos e até a estrutura, mesmo, da língua.

De novo aqui nos encontramos com uma questão de *tempo*. A frase escrita é algo que pode ser repensado, editado. Ela comporta uma quantidade de orações subordinadas insuportáveis para um gesto de fala; de injunções, parênteses, travessões e interrupções que só são possíveis *em outro tempo que o da interlocução*. Essa latência que a frase escrita tem em relação à sua enunciação é efeito da materialidade da escrita (e de novo: não da língua). O historiador e o filósofo, o poeta e o literato; (mais tarde) o cientista e o jornalista; essas figuras contam também com o *leitor* (a projeção imaginária de seu leitor concreto) que aquele que se comunica com um gesto de fala. Ou seja: não falta nada ao escritor que o falante tenha: a relação é sempre imaginária. Mas a materialidade de sua prática é diferente, pois ao olhar para o enunciado, ao poder revogá-lo, editá-lo, apagá-lo, algo da relação do sujeito com o seu gesto languageiro necessariamente muda. Essa *latência* tem efeitos sobre as condições de possibilidade dos sentidos, como as mudanças da sintaxe do grego antigo bem demonstram.

¹²⁸ Ibid., p. 16.

¹²⁹ Perceba que estressamos aqui o papel da circulação como relacionada com o desenvolvimento da tecnologia languageira já que, como vimos pela citação, o nível da formulação não começa a ser afetado até que a tecnologia já começa a fazer parte das relações produtivas. Essa mesma tecnologia começa a afetar o nível da constituição dos discursos (com a questão dos discursos de escrita) somente em um terceiro momento, muito mais tardio.

Nesse mesmo nível da espessura da sentença, precisamos apontar para o fato do arquivamento¹³⁰. Quando Havelock chama a atenção para a relação entre a escrita e a História, ele chama atenção para o fato de que se abre um campo de possibilidades de sentido novo quando aquilo que se enuncia perdura – imaginariamente – pelos séculos afora. É claro que esse sistema é imaginário, e a forma como se constituem precisamente os sistemas de circulação são complexos e heterogêneos, mas o efeito imaginário dessa consequência técnica da escrita não deixa de dar frutos no enunciado: as instituições que se costumam com os discursos de escrita produzem seus efeitos de legitimação também a partir dessa propriedade fundamental de arquivamento da escrita. Como seria fraco o efeito de legitimidade dos discursos de escrita, se fosse sustentado na materialidade variável da fala! Como se espalharia a Palavra de Deus, se ela mudasse regionalmente (apesar de que, de fato, muda)? Como se estabeleceria um método científico, se os experimentos tivessem resultados que dependessem de quem os relata (apesar de que, de fato, dependem)? Como se instituiria a integridade jornalística, se o fato fosse parecido com a opinião (como, de fato, é)?

Então sejamos claros: tratamos aqui dos efeitos de uma materialidade. O único passo incomum que talvez estejamos fazendo para o analista de discurso é que estamos olhando para os efeitos *da materialidade da escrita*, ao invés de olhar para os efeitos da materialidade da língua.

Não se trata aqui de resolver o problema da *relatividade linguística*, nem nos atentar aos limites da realidade experiencial, como determinada pela língua. Não se trata de um problema ontológico, como na tese de Sapir-Whorf¹³¹, nem temos as ferramentas nem as inclinações para formular o problema como um problema do “pensamento” ou da experiência fenomenológica do mundo. Se trata aqui de conseguirmos observar como que certas práticas técnicas e de conhecimento reformulam as formas de relação social e mesmo de interpelação, por via de certos efeitos que são suas consequências, dando ênfase especial a partir de agora aos

¹³⁰ A questão do arquivo, na medida em que é uma noção em A.D. que precisa ser trabalhada, fica para uma parte posterior do trabalho. Agora tratamos somente das especificidades concretas desse objeto.

¹³¹ A questão nesse caso é filosófica e gira em torno de tentar precisar o quanto que a aquisição da linguagem é determinante dos limites experienciais (como por exemplo do tempo, da subjetividade, e assim por diante). Uma introdução a esse problema está em AUROUX, S. A Filosofia da Linguagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. p. 190-194.

mecanismos pelos quais esse processo é apagado. Isso, obviamente, fazemos pela razão de que tem uma relação direta com o que vem a seguir (tanto historicamente quanto no percurso desse estudo), que são os desenvolvimentos em lógica e suas consequências práticas no campo do que chamamos de tecnologia digital.

Voltemos ao exemplo da matemática. Auroux afirma:

Não conhecemos civilização oral que tenha desenvolvido técnicas calculatórias, mesmo elementares como nossas operações de adição ou de subtração. A maior parte das línguas unicamente orais e sem contatos com civilização grafenizadas dispõe somente de um sistema de numeração muito restrito. O cálculo só se tornou possível através do recurso a elementos externos (lat. *calculus* – calhau), e até a objetos técnicos como os *bouliers* ou os *abaques*. De maneira geral, a escrita parece ser a condição de seu desenvolvimento. Isso aparece de modo relativamente fácil se reconhecemos simplesmente o papel que desempenha a posição em nosso sistema de numeração ou a disposição gráfica que nos permite efetuar nossas operações. É preciso sem dúvida ir extremamente longe nesse reconhecimento.¹³²

Tentaremos agora ir, então, “extremamente longe nesse reconhecimento”.

O que nos é sugerido aqui é que ao invés de pensarmos, por exemplo, na matemática, como sendo representada no papel, ou sendo facilitada pelo papel, a pensemos como uma *invenção* do papel. Quer dizer: a ordem dos números e dos sinais operantes, o fato que eles duram e permanecem, a possibilidade que a folha abre de grafar *em linha* (ou, dito de outra forma: *online*) e sem interrupções, isso tudo *é a substância* da matemática. Se nos propormos a pensar dessa forma, e mais uma vez subjugar o necessário ao contingente, então não temos relutância em dizer que um certo tipo de matemática é invenção *do* papel, *da* grafia linear, e assim por diante. Isso nos ajudaria a pensar como nenhuma pessoa ou grupo de pessoas guia, portanto, um desenvolvimento dessa espécie, mas ao invés disso, sugere que na relação comanda/demanda que impulsiona o sistema infra e superestrutural, algo das práticas de conhecimento e técnicas – como diria Althusser – *pega*, quer dizer, produz um campo prático que a partir de então se torna indispensável para o funcionamento social.

O apagamento está justamente em olhar para o conteúdo da matemática, por exemplo, como substantivo, e suas formas de existência como representações.

¹³² AUROUX, S. A Filosofia da Linguagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. p. 73-74.

“Os algoritmos e o infinito matemático são inconcebíveis sem a escrita”¹³³. Se levamos esse dado histórico ao encontro do que vimos até aqui, chegamos à conclusão que a razão pela qual a matemática é inconcebível sem a escrita é porque *o tipo específico de prática linguageira que constitui a matemática é consequência* (entre outras coisas) *da existência da escrita*. A escrita é, Auroux afirma, “uma etapa tão importante quanto o aparecimento da linguagem articulada”¹³⁴. Ora, como interpretar isso a não ser pela via de afirmar que a escrita é *outra coisa* que a linguagem articulada. Não sua representação, mas seu outro: uma outra instância do exercício linguageiro, ligada, mas não espelhada à primeira pela via das exigências econômicas e históricas de seu tempo. A escrita herda da fala todas as convenções linguageiras já historicamente produzidas que viemos a denominar de linguagem. Não há debate. Mas dizê-lo não é o mesmo que dizer que as duas *fazem* a mesma coisa. Isso, que Goody chama de uma nova tecnologia intelectual, e que Auroux traduz como a razão gráfica, não é um tipo de ganho mental ou desenvolvimento intelectual ou avanço civilizatório, mas um tipo de deslocamento, a abertura de um campo prático que se realiza no gesto de produção técnico da escrita¹³⁵.

Enfatizemos esse ponto crucial com outro exemplo. “Conhecimento linguístico”, como Auroux já apontou, é um termo que aponta para dois fenômenos. Dois tipos de saber diferentes. A divisão inscrita nessa expressão, na medida em que ela é largamente ignorada até os estudos em História das Ideias Linguísticas do século XX, aponta precisamente para o tipo de esquecimento que vamos a seguir tentar demonstrar. Mas por enquanto nos satisfará notar que Auroux¹³⁶ os denominou conhecimento *epilinguístico*, e *metalinguístico*. Sabe-se falar uma língua, aprende-se outra, desconhece-se uma terceira. Sabe-se que uma frase não está correta mesmo sem a justificação sintática ou morfológica. Regula-se, inclusive, as relações sociais. Esse é o conhecimento epilinguístico, e ele é certamente atribuído a sociedades orais.

O outro tipo de conhecimento descrito por Auroux, metalinguístico, é consequência da própria escrita, característica própria das sociedades letradas, e passa pela construção das gramáticas e dos dicionários, é berço para a instituição

¹³³ AUROUX, S. A Filosofia da Linguagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. p. 74.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Como, aliás, Auroux muito bem descreve em *A Filosofia da Linguagem* (1998).

¹³⁶ AUROUX, S. A Revolução Tecnológica da Gramatização. 2ª ed. – Campina, SP: Editora da Unicamp, 2009.

científica e jurídica, e chega até o desenvolvimento da linguística. Um leitor poderia se subsumir ao desejo de atribuir a esses saberes um arco de complexidade: sociedades mais economicamente complexas ou hierarquicamente estratificadas produzem mais consistentemente a demanda por uma prática de conhecimento mais robusta, universal e reproduzível. E, entretanto, somente o inverso é observável: a própria demanda de saberes universais é consequência da existência da escrita como prática técnica. Não se trata então do fato de que a escrita é anterior ao saber metalinguístico – disso não há dúvida. A questão é que a própria concepção desse tipo de saber está inscrita nas propriedades da prática da qual ela advém. Da mesma forma que a matemática é (tem como propriedade fundamental e irrevogável) a *linha*, a grafia *em linha*, a *extensão imemoriável*, a *repetibilidade*¹³⁷, e etc., o saber metalinguístico – como todo o saber científico, de fato – se constitui também nas características dessa prática técnica: o arquivamento, a reproduzibilidade da letra, a densidade de informação, a latência da composição da frase, enfim: todas essas especificidades da prática de textualização e possivelmente tantas outras particularidades que – não modulam, ou permitem ou incentivam, mas – inventam uma forma de produção de sentidos; e conseqüentemente de sujeitos. Esse processo, o da escrita, não tem de forma alguma relação de representação da fala. É, *justamente*, seu outro: aquele com o qual a fala se vê, aquele ao qual opomos a fala, e assim por diante. Esse processo é a abertura de um campo onde o gesto linguageiro, como expressão dessa relação necessária entre os homens, acontece por outros meios, e produz outras condições de possibilidade para o sentido.

A escrita é o que a fala *não é*. A tarefa central agora é buscar entender o que isso nos pode ensinar sobre a computação.

¹³⁷ O algoritmo, por exemplo, é uma repetição: uma série de instruções lógicas ou matemáticas que se segue num tipo de mapa que só é possível na bidimensionalidade do papel.

O ESQUECIMENTO: OU A CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE DE SE ESCREVER O QUE SE DIZ E SE DIZER O QUE SE ESCREVE

O leitor pode ter notado que nossa posição em relação à alguns autores, centralmente Fischer, Havelock e Auroux, alterna. Hora nos sustentamos em seus achados, ora colocamos em questão suas formulações. Vale precisar aqui que se trata de uma questão de análise: enquanto o percurso de trabalho desses autores não nos permite prosseguir sem contar com seus achados, ao mesmo tempo tentamos acusar um tipo de corrente subterrânea idealista implícita em certas concepções e formulações. Se trata de um percurso no qual tentamos equilibrar esses dois aspectos que nos interessaram em seus trabalhos. Em *Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso* (1984)¹³⁸, Michel Pêcheux deixa claro que, por causa da relação entre a forma-histórica e as práticas de conhecimento, os especialistas (psicólogos) não tem nenhuma vantagem sobre o resto de nós quando se trata do que se sabe sobre a experiência subjetiva de se ser o que se é. O que viemos tentando demonstrar até agora poderia ser paralelo a esse efeito (que é o efeito ideológico elementar¹³⁹), mas que diz respeito ao que se diz.

Então, a questão que se apresenta agora é a seguinte: sabemos bem o suficiente, pela via da paleografia e da história, sobre quando as inúmeras formas de escrita nascem. Mas se sabemos que desde Aristóteles há uma brecha que permite pensarmos a escrita como representação da fala, então a pergunta se torna: se sabemos quando a escrita nasce, quando exatamente ela *desaparece*? Quando ela deixa de ser uma prática estranha e nova e passa a ser uma parte “necessária” e “natural” da existência social dos homens?

Se estamos certos em entender a escrita como *outra coisa* que não a fala, então a questão urgente é entender em que momento, em qual instância, na história da escrita ou em seu exercício, ela passa a ser *dada*.

Para reiterar dizemos que na Análise de Discurso não falta sustentação teórica sobre a relação íntima entre as instituições sociais e a escrita¹⁴⁰. O exercício da escrita, por ter sido apropriado pelas instituições que dominaram as relações

¹³⁸ In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

¹³⁹ ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença.

¹⁴⁰ GALLO, Solange. *Discurso da Escrita e Ensino*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

produtivas da Europa medieval e moderna (a Igreja, a academia, o Direito), constrói seus efeitos na relação que estabelece com essas formações discursivas (religiosa, científica, jurídica, e assim por diante). De forma que, na modernidade, os discursos de escrita já podem funcionar por outras vias que não a tecnologia linguageira que é seu berço: um cientista que fale a partir dessa posição (por exemplo no caso de uma palestra, aula, ou vídeo de Youtube) fala *do lugar da escrita*. Os discursos *de* escrita são possíveis mesmo na especificidade de um pronunciamento oral. O mesmo vale para um recado anotado entre amigos: grafado, mas produzido a partir de um discurso *de* oralidade.

Se poderia supor, portanto, que o *apagamento* da escrita como prática particular e radicalmente distinta da fala se dá no nível histórico, nas instâncias infra-estruturais que levam a escrita a se estabelecer largamente como prática institucional, como no caso da modernidade que descreveremos agora. Olhamos agora, para essa suposição, mais a fundo.

A HISTÓRIA DE UM ESQUECIMENTO: SOBRE AS ESPECIFICIDADES MODERNAS DAQUILO QUE DESAPARECEU

Em *Sobre o Sentido e a Referência* (1892), Frege postula:

Certamente deveria corresponder, a cada expressão, que pertença a uma totalidade perfeita de sinais, um sentido determinado; mas, frequentemente, as linguagens naturais não satisfazem a esta exigência e deve-se ficar satisfeito se a mesma palavra tiver sempre o mesmo sentido num mesmo contexto. Talvez possa ser assegurado que uma expressão gramaticalmente bem construída, e que desempenhe o papel de um nome próprio, sempre tenha um sentido. Mas com isto não se quer dizer que ao sentido corresponde sempre uma referência.¹⁴¹

O exemplo acima é uma entre outras formas de demonstrar algo bem entendido por Pêcheux, a saber: que, no entrecruzamento de certas teorias do conhecimento com certas abordagens linguísticas, podemos traçar o percurso de uma

¹⁴¹ FREGE, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. In: *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, NF: 1982. p. 63.

corrente filosófica que assume a possibilidade de relações naturais entre a linguagem e os objetos do mundo, ou, nos termos de Frege: entre um nome e sua referência.

Dito de outra maneira, a lógica (e a “teoria do conhecimento” que lhe corresponde) é o fundamento primeiro, e a “arte de falar” não tem outra finalidade senão a de se confrontar às regras que a constituem, enquanto regras imanentes à própria ordem das essências. Nessa perspectiva, o *bom uso da palavra* é o de reconduzir o sujeito às verdades do mundo das essências, a “arte de falar” é constitutivamente uma pedagogia: a *explicação* torna-se, assim, *aquilo pelo que se reabsorve o desencontro* entre meu pensamento e os seres aos quais meu discurso se refere [...].¹⁴²

Como Pêcheux demonstra, essa é uma questão que constitui um vínculo entre certos campos da linguística e a filosofia moderna e suas vertentes herdeiras (no campo da teoria do conhecimento) – de uma forma ou de outra - desde o advento da modernidade. Aqui, se trata de descrever a especificidade da articulação entre a linguagem e o que (variando de período e posição) vão se chamar as verdades necessárias (ou de razão), as ideias universais, a *referência*, as propriedades essenciais, os juízos analíticos, e assim por diante. Trata-se inclusive de localizar a filosofia da linguagem no campo do saber moderno e dar-lhe propósito dentro dos novos pressupostos teóricos.

Uma das formas dessa articulação é o que Pêcheux denomina de um empirismo lógico, que apesar das variações consiste fundamentalmente em assumir que a origem da linguagem é *necessária*, dito de outra forma, inevitável, pois é o simples aprofundamento e desenvolvimento da experiência imediata do homem no mundo.

O começo da linguagem é, pois, a produção desses sons emitidos a propósito de objetos imediatos, e sob o império da necessidade; mas essa linguagem é ela mesma o prolongamento natural daquilo que Condillac chama a *linguagem da ação*, isto é, “aquela que a natureza nos impõe em consequência da conformação que ela deu a nossos órgãos”. Ora, a maneira pela qual Condillac concebe a combinação dos gestos da “linguagem da ação” e dos sons da linguagem articulada mostra, resumidamente, como um embrião de uma teoria da enunciação encontra desde então seu lugar [...].¹⁴³

¹⁴² PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso. 4ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 40.

¹⁴³ Ibid., p. 46.

Pêcheux também descreve como, após Immanuel Kant (1724-1804), esse mesmo problema, que está relacionado com o fato de a linguagem simultaneamente poder e não poder reproduzir a experiência unívoca da lógica, se materializa no par *objetivo/subjetivo*. Dito de outra forma: o problema se centra na questão do particular e do universal, na diferença entre aquilo da linguagem que depende e aquilo que não depende das circunstâncias nas quais se diz. Por exemplo, afirmar que um triângulo tem três lados constituiria nesse contexto uma afirmação universal (proposições analíticas), pois o conceito do predicado está contido no conceito do sujeito (um triângulo é um objeto de três lados). Inversamente, afirmar que hoje está calor constituiria uma afirmação particular (proposição sintética), já que nada do predicado está contido no sujeito (nada do dia de hoje é *necessariamente* indicativo da temperatura).

Ora se isso não nasce da relação entre fala e escrita!

As especificidades dessas tradições filosóficas nos serão relevantes somente mais à frente, mas é importante notar aqui que o próprio Pêcheux, com Haroche e Paul Henry, demonstra como o corte Saussuriano não foi o suficiente para desfazer totalmente esses pressupostos idealistas inscritos na linguística moderna:

Se a ruptura saussuriana foi o suficiente para permitir a constituição da Fonologia, da Morfologia e da Sintaxe, ela não pôde, entretanto, evitar um retorno ao empirismo em Semântica. Ao contrário, parece que o desenvolvimento da Fonologia possibilitou esse desvio, tornando-a um *modelo* que permitiu reinterpretar, em um quadro formalista, concepções bastante tradicionais da Semântica.¹⁴⁴

A escrita, nesse contexto da teoria do conhecimento, ocupa um lugar interessante, como podemos ver no par saussuriano língua/fala. É um *resto*, de fato, da oposição entre o necessário do conceito (que, como vimos, já é *efeito histórico dos discursos da escrita*) e o contingente da fala (que é variabilidade da instância de uma temporalidade específica). A escrita é, simultaneamente, um espaço de formulação das verdades contingentes, dos juízos sintéticos, etc., e a condição de possibilidade para o efeito de verdades necessárias, juízos analíticos, etc..

¹⁴⁴ PÊCHEUX, M. Língua, Linguagem, Discurso. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

Nos parece que a forma de prosseguir no âmago dessa contradição foi (e até hoje é, pelo menos superficialmente) resolvê-la subjugando a escrita à fala, e tornando a primeira representação da segunda em um movimento paralelo e muito similar a como o idealismo racionalista subjugou o contingente ao necessário no campo da filosofia da linguagem.

O quadro então se formaria de modo que - pela via desse idealismo - a linguagem aparece como uma espontaneidade (relacionada ou com as faculdades inerentes ao sujeito, ou com sua relação imediata e unívoca com a realidade) da qual a fala é manifestação primária. A escrita seria então, nesse contexto, simplesmente uma manifestação secundária dessa linguagem necessária e originária, ou seja: nessa fantasia, a escrita é representação da fala não porque faz a mesma coisa que a fala, mas porque compartilha com a fala a sua origem inevitável: a linguagem, ora, essa coisa que se faz de várias formas, mas que em todas as suas formas manifesta um só gesto, caracteriza uma só prática, que é a prática da linguagem.

A HISTORICIDADE DOS ESQUECIMENTOS: SOBRE AQUILO QUE INSISTE EM DESAPARECER

Não gostaríamos de dar a entender, entretanto, que o esquecimento em relação à natureza determinante da escrita é somente característica da modernidade e da teoria do conhecimento moderna. Isso que descrevemos parcialmente acima é relacionado com a especificidade desse esquecimento nos nossos contextos. Mas a prática de assumir que as tecnologias languageiras são meros veículos para o exercício da linguagem não é exclusividade da modernidade. Aristóteles afirma: “Os sons emitidos pela voz são os símbolos dos estados da alma e as palavras escritas, os símbolos das palavras emitidas pela voz”¹⁴⁵. Não nos cabe aqui, por falta de fôlego ou formação, recuperar a historicidade de como isso se deu na Grécia Antiga. A distância demasiada constitui um obstáculo intransponível nesse estágio da pesquisa. Mas suporíamos que cada forma histórica produz, para si, as práticas de

¹⁴⁵ ARISTÓTELES Apud AUROUX, S. A Filosofia da Linguagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. p. 66.

conhecimento que engendram esse esquecimento necessário da mesma forma como produzem o esquecimento em relação ao efeito ideológico elementar.

De forma que as práticas de conhecimento que, lembrando a nossa introdução, são práticas ideológicas que sofrem o *corte epistemológico*, estão sempre associadas ao campo produtivo no sentido de engendrar essa sequência materialmente necessária de esquecimentos.

O que o estudo da escrita como prática nos revela, seus períodos de invenção, a história de seu desenvolvimento, suas relações econômicas com as sociedades nas quais se institui, é que a expressão “*prática de linguagem*” pode ser *escutada* de outra forma. E ali revelaria um certo tipo de idealismo latente em nossas concepções linguísticas, já que pode reproduzir um efeito de mitificação da linguagem como *anterior* às suas instâncias e independentemente de suas práticas, reforçando assim a ideia de uma unificação entre oralidade e escrita que não corresponde à materialidade e às condições de produção de efeitos de sentido próprias a duas práticas tão distintas. Isso possivelmente explicaria por que não encontramos ênfase na questão da materialidade técnica.

Em relação a isso, é justo dizer que inúmeras formas da oralidade produzem um certo campo prático possível, e as formas da escrita, outro. A oralidade produz certos tipos de tecnologias, de sociedades, de sujeitos; a escrita, outros. Dessa forma, as cisões que habitam o âmago das sociedades ocidentais desde muito antes da revolução industrial podem, portanto, ser pensadas também a partir de suas tecnologias languageiras constituintes¹⁴⁶.

Como afirmamos no início, um de nossos principais intuitos aqui era determinar se a linguagem mantinha sua identidade no exercício da escrita. Acabamos por reconhecer que não, mas muito pelo contrário: a própria identidade da linguagem como exercício arquetipicamente humano é um trabalho historicamente datado, que se realiza em cima de uma determinada prática.

Então, o que se quer dizer quando se diz que historicamente, a escrita produziu o efeito de ser *representação da fala*? Do que se trata ser representação da fala? Ora, da forma como o entendemos, esse efeito não tem tanto a ver com a

¹⁴⁶ Sejam claros, isso não é proposta nossa, esse trabalho já vem sendo feito há muito tempo e em muitas vertentes dos estudos sobre escrita. No campo da A.D. o trabalho de Mariza Vieira da Silve se destaca.

oralidade propriamente dita, mas com certas concepções espontâneas/teóricas do que constitui a fonte da linguagem.

Dizer que a escrita representa a fala nunca parte do pressuposto de que todo dizer nasce na tradição oral: não há condição de sustentar tal proposta. Muito pelo contrário, descrevemos até agora como a escrita traz consigo textualizações impossíveis para a oralidade, como a da matemática, da gestão pública, da história, e assim por diante. Isso não é fácil ignorar. Então, como é possível que produza efeito de representação da fala? Havelock afirma: “A verdade é que a revolução era algo que se estendia por muitas gerações, de modo demasiado gradual para que os participantes tivessem consciência de sua base técnica, e do que estavam fazendo com ela. Essa inconsciência não é atípica”¹⁴⁷. E mais à frente completa essa noção:

[...] o surgimento de uma consciência histórica, a separar passado de presente, não foi forte o bastante para permitir identificar o caráter originalmente oral da cultura então herdada. Este fato torna-se compreensível quando se percebe que a técnica alfabética é de um tipo que deixa de ser reconhecível como técnica. Ela se entretetece com a consciência letrada dos que a usam, a ponto de parecer-lhes que eles nunca poderiam ter passado sem ela.¹⁴⁸

Afirmamos no começo de nossa investigação sobre a escrita que “*o gesto linguageiro produz o efeito de ser livre do aspecto técnico que é determinante em sua produção*”.

A eficiência acústica da escrita teve um resultado que foi psicológico: uma vez aprendida, não se tem que pensar nela. Embora ela seja uma coisa visível, uma série de marcas, ela cessa de interpor-se, como um objeto de pensamento, entre o leitor e sua recordação da língua falada. Desse modo, a escrita veio a assemelhar-se a uma corrente elétrica ligando uma recordação de sons da palavra falada diretamente ao cérebro, de modo que o sentido parece ressoar na consciência sem referir-se às propriedades das letras usadas.¹⁴⁹

Isso de novo sugere que a transparência das práticas técnicas não seja exclusividade da modernidade. Muito está em jogo aí, sobre a questão do arquivo, da

¹⁴⁷ HAVELOCK, E. A Revolução da Escrita na Grécia e Suas Consequências Culturais. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 36.

¹⁴⁸ Ibid., p. 37.

¹⁴⁹ Ibid., p. 83.

circulação, da autoria e do *leitor*. Por enquanto basta apontar para como o trabalho do técnico, (“de cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação, etc.”) está fortemente afiliado às práticas técnicas languageiras, e o apagamento de um deve estar também costurado ao apagamento do outro. Isso não é específico à modernidade, como Pêcheux bem aponta quando fala dos copistas em *Ler o Arquivo Hoje* (1982), mas talvez tenha simplesmente ganhado corpo teórico-científico na modernidade nas formas dessa dissociação descrita acima entre a linguagem e as suas práticas constituintes.

Chegamos, portanto, finalmente à possível conclusão de que essas concepções espontâneas/teóricas da relação pensamento/fala/escrita são sejam contingentes, mas sintomáticas. Ou seja, de que ela aponte para algo que se insiste em esquecer. Esse esquecimento talvez se personifique até (por que não?) na Análise de Discurso.

Há, de fato, uma heterogeneidade irreduzível na fonte daquilo que chamamos de discurso. Especificidades que resistem apropriação. E se há um real da história e um real da língua, então porque não um real da escrita, da fala, da digitação?

Continuamos então na trilha de algumas dessas especificidades e consideramos essa investigação uma forma de construir a metodologia para aquilo que é um objeto central do nosso trabalho, e que provisoriamente caracterizaríamos como *tecnologias languageiras digitais*.

O que esperamos ter desfeito neste capítulo é esse apagamento em relação às especificidades, as particularidades e a heterogeneidade das práticas técnicas nas quais se sustentam os gestos languageiros.

Quando falamos da linearidade do enunciado escrito, da quantidade das letras alfabéticas gregas e da sua forma de grafia; quando falamos da reproduzibilidade da letra e do seu distanciamento do gesto de pronúncia da fala; quando falamos sobre a latência da sentença escrita, a variabilidade, a temporalidade, o arquivamento, as novas formas de textualização, as novas formas de circulação particulares à escrita; todas essas são questões que nos levam a pensar que a escrita alfabética já carrega no emaranhado de suas próprias práticas técnicas determinações, clivagens subterrâneas, que atravessam as condições de possibilidade do sentido. Essa e outras questões trataremos a seguir, ao nos adentrarmos na análise do Microsoft Word.

DO MICROSOFT WORD: MEMÓRIA, TECNOLOGIA, ESQUECIMENTO

Há pessoas (entre as quais eu me incluo) que acreditam que não poderiam viver sem escrever. E não porque queiram tornar-se um novo Homero [...] mas porque acreditam que precisam escrever, já que só no gesto do escrever podem expressar sua existência.

– Vilém Flusser, A Escrita.

NOTA INTRODUTÓRIA

Nessa secção do nosso trabalho, nosso objetivo é uma análise discursiva do e com o editor de texto *Microsoft Word*. Nessa nota introdutória queremos somente explicar uma escolha incomum em relação a como dar sequência a essa análise.

De acordo com tudo que vimos e viemos trabalhando em relação às tecnologias linguageiras, consideramos o próprio editor de texto como *texto*, e evitamos a todo custo pensá-lo como ferramenta ou suporte. Por um lado, da mesma forma que na escrita, ele é uma imbricação de práticas técnicas distintas que no seu encontro produzem efeito de tecnologia linguageira. Mas por outro, (e isso talvez seja um desenvolvimento recente na categoria das tecnologias linguageiras), o editor de texto também produz certos efeitos de sentido com seus usuários interlocutores, como veremos a seguir.

Para dar conta de sua análise, portanto, precisamos, como é procedimento de qualquer análise discursiva, tornar opaco aquilo que antes era transparente, e fazer questão daquilo que antes era evidente.

Para tal, fizemos algumas escolhas inusitadas sobre como conduzir a redação desse capítulo. Usamos algumas fontes diferentes, algumas cores e efeitos diferentes e, talvez a mudança mais marcante: deixamos marcadas as revisões do texto. A importância dessas escolhas deve se fazer clara até o fim do capítulo e não cabe desenvolver agora. Basta que o leitor perdoe o trabalho dobrado que oferecemos, pela dificuldade que essas marcas inusitadas causam à leitura. Também pedimos que o leitor confie que tais escolhas se fizeram absolutamente necessárias para produzir o caminho que precisamos traçar, fazendo daquilo que era antes transparente, opaco. As consequências dessas escolhas estéticas serão propriamente dadas na medida em que formos progredindo pela análise e o leitor fica então convidado a se encontrar com esse processo íntimo que é o da revisão. Sobre o incômodo e estranhamento que essa forma de leitura está fadada a causar, o leitor pode se consolar no fato de que estas não são consequências acidentais do trabalho.

INTRODUÇÃO

Investigamos as especificidades técnicas da escrita, especificamente durante o surgimento da escrita alfabética na Grécia antiga, para demonstrar entre outras coisas, algo que, na verdade, não é de todo desconhecido nem ignorado, e que pode ser resumido da seguinte forma: *da mesma forma que as práticas discursivas, a prática técnica da escrita produz como consequência de seu entrelaçamento histórico com as formas sociais, efeito de evidência*. Esse efeito é parte constitutiva da condição de possibilidade dos efeitos de sentido. Apesar de acreditarmos que isso está bem estabelecido no decorrer desse trabalho, contamos ainda assim com a incredulidade do leitor, e nos propomos a demonstrar novamente esse mesmo fenômeno, agora do ponto de vista do invento do digital. Se a grafia e o alfabeto são práticas e produtos técnicos importantes na investigação do gesto languageiro da escrita, então avaliamos que o editor de texto é uma possível forma de investigação do gesto languageiro no contexto do contemporâneo. Ce concentramos assim a primeira parte de nossa análise neo Microsoft Word e suas iterações.

~~QB1: Não esquecer do ponto do rafael: o word não é o presente do editor de texto. Ele existe num contínuo. O editor de texto online é uma ponta desse multivectorial, onde o direito de editar, ver, etc. também tem efeitos. Feito.~~

O leitor também vai perceber que, embora esteja delineado, no capítulo sobre Escrítaescrita, um método para conceber essa instância (técnica e de conhecimento) do gesto languageiro, o capítulo mesmo assim não contém uma análise. As conclusões sobre os efeitos da escrita nos discursos são inteiramente bibliográficas, já que não tomamos (nem teríamos competência para tomar) a escrita grega do período helênico como objeto. Aa questão da escrita constituiu para este trabalho, portanto, uma fundamentação epistemológica e não um objeto de análise.

O mesmo, entretanto, não pode ser dito sobre o digital. Nos propomos, portanto, a desenvolver um programa de dessintagmatização do aplicativo, do site, enfim: comode texto inscrito na tecnologia-materialidade do produto digital que é o editor de texto. Precisamos, entretanto, notar um obstáculo e fazer uma distinção importante que caracteriza o trabalho por vir.

A primeira questão é metodológica: para que se torne possível uma análise do técnico do digital, é necessário se aventurar em disciplinas pouco exploradas pelo

Formatado: Fonte: Itálico

Comentado [VP1]: Isso aqui precisa ser melhor ressaltado.

analista de discurso, a saber: a programação, a engenharia de computadores, a lógica, a cibernética e o design de programas. Não insistiremos em ressaltar quão pouco preparados para essa tarefa estamos, mas apostamos na ideia de que nosso investimento nesse campo é necessário e que o mínimo de familiaridade com esse campo já provará profícuo para nossos interesses.

A segunda nota que fazemos é uma distinção importante: analisamos o Microsoft Word como texto, sim, mas não só como texto. Da mesma forma que a escrita alfabética, ele também é tecnologia linguageira. O leitor, portanto, notará dois processos analíticos concomitantes acontecendo no percurso do capítulo. De um lado tentamos pensar o próprio editor de texto do ponto de vista da teoria do discurso, ou seja: como objeto discursivo, algo que é produzido com (e produz) um leitor (nesse caso usuário) imaginário.

Por outro lado, esse capítulo também se ocupa dos efeitos que o editor de texto tem sobre o texto (sobre o gesto linguageiro), da mesma forma que pensamos nos efeitos que a escrita tem sobre o gesto que dela se vale. Assim, podemos pensar a questão da revisão, que o leitor experimenta aqui em primeira mão, e dos efeitos dessas tecnologias sobre a materialidade da escrita (não da língua). Esse exercício concomitante não é acidental: uma série de questões necessariamente deriva da outra. A única coisa que se pede do leitor é que ele admita (pelo menos por enquanto) um estatuto de exceção para o programa aplicativo: Ele fará aqui um caminho duplo e nós nos encarregaremos de lê-lo por dois caminhos, de um lado como discurso (pois é efeito de sentido entre interlocutores), por outro como constitutivo de um ~~(outro)~~ gesto linguageiro, como produto e prática técnica.

Reconhecemos a dificuldade desse procedimento e esperamos que essa leitura seja, mesmo assim, possível. Até lá procederemos assumindo que o leitor está disposto a fazer conosco, pelo menos, a tentativa.

O OBJETO MICROSOFT WORD

O Microsoft Word não é inteiramente diferente da maioria dos mais bem-sucedidos programas de computador pessoal na medida em que a sua história acontece como resultado de um jogo entre os acontecimentos econômicos corporativos do fim do século XX, e os desenvolvimentos técnicos das áreas da computação. De fato, a história de desenvolvimento do Microsoft Word está intrinsecamente ligada à existência concomitante de programas como WordPerfect e WordStar. Podemos olhar para esses ~~esses~~ programas por uma perspectiva existencial em dois espectros: o primeiro é longitudinal; pois ~~esses~~ programas nunca estão prontos, ~~eles~~ continuam se transformando e sendo transformados pelo uso e pela relação com outros programas e empresas com os quais competem, dos quais emprestam (como por exemplo o uso pela Microsoft de uma interface de usuário muito parecida com a da Apple na década de 80), e dos quais precisam (como por exemplo os editores de texto precisam dos sistemas operacionais e dos pacotes de aplicativos nos quais são inclusos). Portanto, a escolha de um programa é mais ou menos equivalente a à escolha de um enunciado. Ou seja: parte do pressuposto presume que esse programa existe num contínuo e numa ordem onde ele é possível. Dito de outra forma: presume-se que ele exista em relação parafrástica com outros programas. Mas isso é parte do que pretendemos demonstrar: que como a escrita, o editor de texto é também uma coletânea de práticas de temporalidades diferenciadas¹⁵⁰, heterogêneas e muitas vezes contraditórias. O importante de notar aqui é que o Microsoft Word não constitui o presente ou o estabelecido do que é um editor digital de texto. Ele é uma possibilidade, entre tantas, com a qual poderíamos nos ocupar. O crucial é na verdade recuperar a historicidade do aplicativo.

O primeiro Word se chamava *Multi-Tool Word* e tinha sido desenvolvido como um editor de texto programa para os sistemas *Xenix* e *MS-DOS*. Ambos eram sistemas desenvolvidos pela *Microsoft Corporation*, mas na época (durante os anos 70 e 80) nenhum dos dois sistemas operacionais tinham o que programadores vieram a chamar de uma *interface gráfica* (GUI ou *graphic user interface*). O que se tinha como interface era uma tela muito similar à do próprio sistema operacional:

Comentado [VP2]: Lauro, aqui é a questão de definição que o Rafael trouxe. Não tinha tempo de fazer uma etnografia dos aplicativos, mas dava pra pelo menos recuperar um pouco da historicidade da coisa e reconhecer a questão aqui.

Formatado: TCC Título Primário

¹⁵⁰ Citar Althusser, eu queria na verdade já ter trabalhado essa noção na parte da escrita. Voltar lá depois.



Se selecionamos algo como um programa: “Microsoft Word”, e assinalamos que se trata de um objeto, ~~algo~~ a ser analisado, ~~um texto~~, então é apropriado selecionar características que fizeram parte de cada iteração desse programa, assim determinando aquilo que se constitui tanto como indispensável ao objeto quanto algo que ~~produz~~produza, de uma forma ou de outra, efeitos de sentido. Não nos ateremos, portanto, a uma só versão do popular editor de texto. Pelo contrário: a possibilidade de um corte arqueológico do objeto enriquece nossa análise e nos dá informações sobre o que se pensa sobre o programa e, talvez mais importante: sobre o sujeito que o usa. Precisamos, portanto, definir a materialidade do que tomamos, propriamente, como objeto de análise. O problema aqui é acentuado pois o procedimento mais usual de um analista de discurso demanda a materialidade da língua para proceder: um texto, um enunciado, uma série, os documentos de um arquivo, e assim por diante. Quando esse não é o caso (como por exemplo no caso do imagético) precisamos ser muito específicos com relação ao que estamos selecionando como objeto. Essa especificidade não é do nível da organização, mas da ordem: precisamos colocar nosso objeto (que aqui não é nem a materialidade da língua, nem da imagem) no contexto da ordem dos discursos. Fazemos, portanto, um breve desvio metodológico pela máquina.

A QUESTÃO DO CÓDIGO E DA INTERFACE, UMA INTERPRETAÇÃO DISCURSIVA

Comentado [VP3]: Lauro, todo esse trecho veio daquele comentário do Rafael sobre em quem eu estava me baseando pra falar de interface: cheguei a conclusão de que não tinha como me basear nos livros de desenvolvimento de software, justamente por causa da definição discursiva que seria necessária pra constituir um objeto de AD. Me diverti horrores. Vê se dá!

Minha Nossa pretensão nesse subcapítulo é fazer uma distinção discursiva de certos aspectos do programa computacional. Essa distinção é necessária para recortar o nosso objeto, e, de novo, não pode estar baseada nas definições da própria bibliografia da computação, já que é uma distinção discursiva, interessante somente para os propósitos da-do nossa-nosso análisecampo¹⁵¹.

A atividade de definir quais são as funções necessárias do programa (por exemplo, um editor de texto que precisa aplicar estilos aos textos), a atividade de determinar como essas funções serão implementadas (por exemplo, por meio da seleção do texto, e depois o pressionar de um botão dedicado na interface inicial), a atividade de desenhar graficamente a disposição dos elementos na tela (onde vai o botão e qual o ícone que o identifica), todas essas são atividades distintas, realizadas por profissionais especializados. E, entretanto, eu as ~~agrupe~~ agruparei aqui sob a nomenclatura de interface¹⁵², pois todas são de uma espécie inteiramente diferente do que a atividade de programar todas essas decisões.

Veja: o ato de programação em si é, empiricamente falando, frequentemente realizado pelo mesmo programador que idealizou o programa (e, portanto, fez alguns dos papéis descritos acima), mas o ato de idealizar um programa e de modelá-lo em código computacional são dois gestos profundamente distintos. O primeiro é uma relação de interlocução com um usuário imaginado, o segundo é a produção de instruções de máquina. Esse ato de idealização, de desenho, de projeto (ou projeção) tem como resultado a *interface* (no processo de produção do software, a interface é inclusive muitas vezes desenhada em papel, idealizada antes mesmo de ser programada). O ato de programação por sua vez tem como resultado um programa (não passível de ser desenhado em papel). O programa não é então simplesmente a interface, mas todo um imenso arcabouço de sistemas computacionais invisíveis ao usuário, cuja função é fazer possível que aquela interface seja interpretável por uma máquina, ~~o dito~~ de outra forma: toda a coleção de imagens, instruções, botões, caixas de diálogo, menus e mais todo o resto com o que de fato interagimos ao “usar”

¹⁵¹ Por causa das especificidades do campo do materialismo histórico, tanto quanto os objetivos do próprio trabalho, se torna difícil fazer aproximações a noções já dadas em outras correntes de pesquisa, como por exemplo a noção de “mediação por computadores” de Shoshana Zuboff ou de “objeto técnico” de Gilbert Simondon. Não pois o trabalho não é valioso, mas em termos simples: por não olhar para o mesmo objeto. Esperamos que nossa leitura desse campo transpareça em outro nível do desenvolvimento do trabalho.

¹⁵² Por razões que se tornarão claras mais adiante.

um computador não é linguagem de máquina: é atravessado por um pré-construído (imagético, textual, etc.) e funciona para nos fazer capazes de realizar certas operações computacionais sem nenhum conhecimento de programação. Esse pré-construído é justamente um dos focos dessa investigação. A programação é, então, aquilo que estabelece uma forma de comunicação entre a superfície (discursiva) da interface e a materialidade do processamento computacional binário.

Essa descrição não é, obviamente, o suficiente. O importante é registrar que esse nível da interface - o nível no qual o programador ou designer decide sobre o que é função do programa e como realizar essa função - esse é o nível no qual encontramos certas propriedades e especificidades particulares (do que na análise de discurso definiríamos como) do texto: a instância na qual o sentido se materializa como efeito de certos gestos¹⁵³.

Formatado: Recuo: Primeira linha: 0"

Para reforçar a distinção necessária entre arcabouço técnico (instrução de máquina) e gesto linguageiro (interface), como duas partes notavelmente diferentes de um mesmo objeto, sugerimos um exemplo. Esperamos que ele desperte a curiosidade e o interesse dos acadêmicos das ciências humanas, pois se trata da materialidade daquilo que, muito frequentemente, falamos com ares de mistério ou através de metáfora.

Suponhamos que, por qualquer motivo, houvesse demanda por uma calculadora que produzisse a sequência de Fibonacci. A sequência de Fibonacci é,

¹⁵³ A nossa primeira tentativa nessa foi, precisamente, uma análise do código computacional e não da interface. Nosso objetivo era mostrar como mesmo no arcabouço técnico de construção dessas possibilidades, as escolhas feitas materializam as posições daqueles que as produzem. Essa ainda é uma suposição na qual acreditamos e uma premissa que pretendemos investigar, e no capítulo seguinte, sobre o arquivo, uma breve tentativa é ensaiada. Entretanto, dois obstáculos se entropõem m o primeiro e menor obstáculo é nossa falta de familiaridade com as linguagens computacionais, algo necessário para levar a-diante a análise. O maior é um problema ligado à enunciação. É difícil relacionar caracterizar as formas de escrita computacional com as categorias atuais da linguística e da A.D.. Não há algo como o enunciado, a palavra, ou a sentença. Mas há sim, operadores, há uma estrutura (disposta diferentemente, mas ainda assim presente), há uma forte dependência do campo dos discursos logicamente estabilizados, como define Pêcheux, e há efeitos produzidos, e portanto pontos de deriva. O trabalho, portanto, de produzir ferramentas para tal análise constitui um projeto de mais longo prazo.

até onde entendemos, qualquer sequência de números na qual o próximo número é equivalente à soma dos dois anteriores. Então a sequência (que começa com 0 e 1), seria: 0, 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, e assim por diante, infinitamente¹⁵⁴. Então se você começar a partir de zero seguido por um, você pode construir uma sequência Fibonacci, onde F^3 é o terceiro número da sequência, ou: 1, pois $0 + 1 = 1$.

Mas o centésimo número da sequência não é tão fácil de encontrar para alguém sem conhecimento matemático avançado. Se realmente precisássemos encontrar o centésimo número de Fibonacci, ao invés de passar os próximos 45 minutos fazendo adições entediadas, escreveríamos o seguinte programa:

```
public static void main(String[] args) {
    int n = 100, t1 = 0, t2 = 1;
    System.out.print("First " + n + " terms: ");

    for (int i = 1; i <= n; ++i)
    {
        System.out.print(t1 + " + ");

        int sum = t1 + t2;
        t1 = t2;
        t2 = sum;
    }
}
```

O analista de discurso que não se assuste: se trata do que, muito *en passant*, nos acostumamos a chamar de *algoritmo*. Nada mais na verdade do que uma receita para produzir, a partir de qualquer ponto e com qualquer *input*, um resultado previsível.

Rapidamente, podemos escandir alguns trechos importantes acima da seguinte forma¹⁵⁵:

¹⁵⁴ Damos esse exemplo pois ele é surpreendentemente fácil de programar em linguagem Java, ~~mas mesmo~~ sabendo que a demanda por uma calculadora que só fizesse esse trabalho é inteiramente hipotética. A proposta de uma calculadora dos números de Fibonacci não é, necessariamente, o melhor exemplo, mas é o menor exemplo relevante que conseguimos dar de um programa completo: um programa mais reconhecível, com uma interface e diversas funções seria substancialmente maior do que a tese que o leitor agora tem em mãos. ~~Nesse momento Até a presente página,~~ esta tese está escrita em ~~3,5006,500~~ linhas. Algumas estimativas colocam um aplicativo como o Facebook entre 50 e 60 milhões de linhas.

¹⁵⁵ ~~Citar o manual de Java aqui.~~

1. `int i = 1, n = 100, t1 = 0, t2 = 1;`: Há um número inteiro chamado “i” que representa a instância da operação (por exemplo, essa é a quinta vez que faço isso, $i = 5$). O valor padrão de “i” será 1. Haverá instâncias de operação (a quantidade de vezes que faremos isso), chamadas “n” e numerando cem. Haverá um objeto de operação chamado “t1” cujo valor inicial será 0. Haverá um objeto de operação chamado “t2” cujo valor inicial será 1.
2. `while (i <= n)`: enquanto “i” for igual ou menor a “n”, fazer a operação abaixo.
3. `System.out.print(t1 + " + ");` / `int sum = t1 + t2;` / `t1 = t2;` / `t2 = sum;` / `i++`: Apresentar o valor de “t1” e depois o sinal “+”. Depois da operação anterior, haverá um número inteiro chamado “sum” e ele será equivalente a “t1” somado a “t2”. Depois da operação anterior, “t1” será equivalente a “t2”, “t2” será equivalente a “sum”, e o valor de “i” será incrementado, retornando à fórmula como valor inicial.

Formatado: Fonte: 12 pt, Cor da fonte: Automática, Português (Brasil)

Ora, esses são alguns dos passos mais importantes do algoritmo: os passos para a produção repetida e regular de um valor específico. Mas veja que aqui, todas as instruções dadas, inclusive os corta-caminho disponíveis na própria linguagem Java (por exemplo o “++” depois ou antes da variável “i”), são instruções de máquina, ou: passos automatizados, não envolvem interlocução entre ~~homem~~ sujeito e máquina. Se o leitor copiar o código acima em qualquer compilador¹⁵⁶, descobrirá que o programa produzirá como resultado as primeiras cem instâncias da sequência de Fibonacci:

First 100 terms: 0 + 1 + 1 + 2 + 3 + 5 + 8 + 13 + 21 + 34 + 55 + 89 + 144 + 233 + 377 + 610 + 987 + 1597 + 2584 + 4181 + 6765 + ...

Esse exemplo acima descreve portanto a produção de uma sequência-série de instruções de máquina que tem como resultado a imagem-sequência numérica acima.

¹⁵⁶ Vários estão disponíveis online: <https://www.jdoodle.com/online-java-compiler> é um exemplo possível no momento de escrita da tese.

Mas o que queremos com essa demonstração é mostrar a diferença entre a instrução dada pelo programador para a máquina realizar um trabalho, e a instrução dada (ainda pelo programador, e ainda para a máquina, mas agora) para que o usuário possa dar instruções para a máquina realizar um trabalho. É claro, pois, que a automação, como por exemplo o algoritmo, não é a extensão total das possibilidades da máquina. Como Simondon mesmo lembra¹⁵⁷:

Aquela parte que ele fala sobre automatização e a máquina aberta. Uma máquina totalmente automática, completamente fechada sobre si própria num funcionamento pré-determinado não poderia fornecer senão resultados reduzidos. A máquina dotada de alta técnica é uma máquina aberta, e o conjunto das máquinas abertas pressupõe o homem como organizador permanente, como intérprete vivo de umas máquinas em relação às outras.

Vamos voltar ao mesmo exemplo, mas agora adicionamos um pouco do nosso próprio código em cima dele¹⁵⁸, uma abertura que permitisse essa interpretação do usuário:

```
import java.util.Scanner;

public class Fibonacci {

    public static void main(String[] args) {

        Scanner scanner = new Scanner(System.in);
        System.out.println("Ola, aqui voce pode calcular a sequencia
Fibonacci.");
        boolean inputAccepted = false;

        int n = 0;
        do {
            System.out.println("Informe a quantidade de numeros a serem
calculados: ");
            n = Integer.parseInt(scanner.next());
            System.out.println("Voce selecionou " + n + " numeros a serem
calculados. Esta correto (y/n)?");
            String yOrN = scanner.next();
            inputAccepted = yOrN.equals("y");
        } while (!inputAccepted);

        int t1 = 0, t2 = 1;

        System.out.print("First " + n + " terms: ");
```

¹⁵⁷ SIMONDON, G. Du Mode D'existence des Objets Techniques. Paris : Editions Montaigne, 1969. p. 11^{Citar}

¹⁵⁸ E de novo aqui precisamos agradecer nosso querido Leonardo Farage, pela assistência, que chamamos de técnica, mas somente agora, quando já sabemos o quanto de nós mesmos a técnica contém.

```

for (int i = 1; i <= n; ++i)
{
    System.out.print(t1 + " + ");

    int sum = t1 + t2;
    t1 = t2;
    t2 = sum;
}
}
}

```

O leitor pode estar começando a sentir um certo nível de ansiedade, mas nossas adições são, na verdade, muito simples. Pedimos para que o programa importasse uma função padrão (`java.util.Scanner`) cujo trabalho é ler o que o usuário escreve. Adicionamos uma mensagem de ~~boas-vindas~~~~boas-vindas~~ (nossa calculadora é simpática, mas o compilador é estadunidense, então omitimos os acentos do Português). Depois adicionamos outra mensagem, perguntando quantos números da sequência o usuário gostaria. Finalmente adicionamos uma pergunta final, de confirmação, um “n” digitado pelo usuário aqui significa “no” e faz o programa rodar novamente. Um “y” digitado aqui significa “yes”, e faz o programa continuar o algoritmo com a variável “n” determinada pelo usuário. O produto final parece com algo assim:

```

Ola, aqui voce pode calcular a sequencia Fibonacci.
Informe a quantidade de numeros a serem calculados:
13
Voce selecionou 13 numeros a serem calculados. Esta correto (y/n)?
n
Informe a quantidade de numeros a serem calculados:
19
Voce selecionou 19 numeros a serem calculados. Esta correto (y/n)?
y
First 19 terms: 0 + 1 + 1 + 2 + 3 + 5 + 8 + 13 + 21 + 34 + 55 + 89 + 144 + 233 + 377 + 610 + 987 + 1597 + 2584 +

```

Aqui, damos um passo mais próximo a isso que Simondon chamou de uma *máquina aberta*, que em nossos termos é: uma máquina costurada por gestos de linguagem. Avisos, encaixes para a mão, informações para os olhos, para os ouvidos, espaço para o desuso, a apropriação, o mal-entendido.

Eu escolhi explicar, no começo do programa, sua função. Uma escolha incomum para uma calculadora, mas feita “devido” a-à especificidade da função que faz-: ~~perceba por tanto que no imaginário de quem programa essa calculadora, sua função é específica ou restrita demais para não vir acompanhada de uma explicação.~~ Decidi também adicionar a “quantidade desejada de números na sequência”, pois *imaginei* que se o usuário quisesse somente, por exemplo, o décimo terceiro número da sequência, ele só precisaria pedir 13 números, e encontrar o último. A calculadora

Formatado: Fonte: Itálico

é hipotética, sim, como são seus usuários (não são muitos usuários que precisam da sequência de Fibonacci frequentemente), mas o trajeto de codificar o programa passa por essa projeção que o programador produz de seus usuários. Orlandi¹⁵⁹ o explica da seguinte forma:

Se pensarmos o campo da leitura, isso fica assim: a função-autor tem seu duplo no efeito-leitor. E isto está constituído na materialidade do texto. Não se pode falar do lugar do outro; no entanto, pelo mecanismo da antecipação, o sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta e, assim, “guiado” por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde, como seu duplo.

Portanto, e isso é importante: não se trata do usuário empírico, esse para quem produzo meu programa. Poderíamos, se assim não fosse, descrever todos os produtos técnicos, como pela via das disciplinas estatísticas e de propaganda que tem públicos-alvo e mapas demográficos delineados. Mas como Pêcheux já notou¹⁶⁰, se engana duas vezes aquele que pretende saber com quem fala. Se engana pois no imaginário há equívoco sempre, e se engana por acreditar não estar enganado.

Existe, entretanto, uma especificidade a esse leitor imaginário do programa, que não é qualquer leitor, mas sujeito-usuário, uma formação imaginária produzida justamente na discursividade da computação, da propaganda e do marketing, do design, e assim por diante. As especificidades desse sujeito-usuário não são o foco desse trabalho, mas algo que pretendemos ir demonstrando pelo nosso percurso de análise.

Voltemos ao exemplo.

Ao invés de pedir a quantidade de números a serem calculados poderia, também, logo abaixo, pedir ao computador que automaticamente calculasse os números e os dispusesse numa tabela. Na medida em que o usuário baixasse a barra de rolagem, a tabela continuaria sendo preenchida, assim fazendo com que o *input* do usuário fosse gráfico (com o mouse, por exemplo, baixando a barra de rolagem) e não digitado (o preenchimento de um campo de informação). Essa estratégia, da barra de rolagem, por exemplo, é o que empresas como o Twitter e o Facebook

¹⁵⁹ ORLANDI, E. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 61. (Orlandi, 2005, p. 61)

¹⁶⁰ PÊCHEUX, M. *Foi “Propaganda”, Mesmo Que Você Disse?* In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

Formatado: TCC Texto

Formatado: Português (Brasil)

Formatado: Português (Brasil)

Formatado: Português (Brasil)

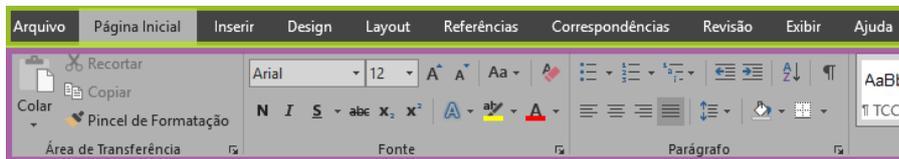
implementaram em seus produtos: na medida em que você vai baixando a página, mais informação vai sendo requisitada dos servidores, mais cálculos vão sendo feitos, e assim por diante. Isso é consequência do usuário que o programa projeta/imagina: um programa desenhado para especialistas no funcionamento da própria máquina (como por exemplo o programa de desenvolvimento de programas Java) exige um modo de operação totalmente diferente de um programa como Twitter ou Tinder. Dito de outra forma: Reiterando, portanto, que existem especificidades em cada aplicativo, o relacionando com: o programa computacional comporta, sempre, um efeito-leitor¹⁶¹. Projeção imaginária construída, justamente, no espaço onde “a máquina é aberta”, a saber, onde ela é desenhada para trabalhar junto de um usuário e não em tarefas independentes ou automatizadas.

Portanto, o espaço de um programa é (muito parecido com no caso da arquitetura) é tanto um espaço de engenharia quando de linguagem, de suporte automação e de discurso. Tudo o que também é produzido por código, mas não é instrução de máquina, chamamos, a partir desse—deste trabalho, de interface. Tentamos tornar mais complexa assim a comum distinção entre interação e interlocução a partir dos mesmos pressupostos que levantamos ao falar sobre ordem e organização. Se o programador é levado a desenhar espaços de preenchimento, ele não o deixa de fazer a partir de um certo paradigma. Se o sujeito é levado a interagir com a máquina de formas seriadas e seriáveis, ele mesmo assim o faz a partir de uma certa memória. Se esse encontro parece da ordem do unívoco, é somente pois foram assim que as tradições científicas conduziram nosso percurso até aqui. Isso não deixa de ser da história, não deixa de ser da língua, não deixa de ser da ideologia.

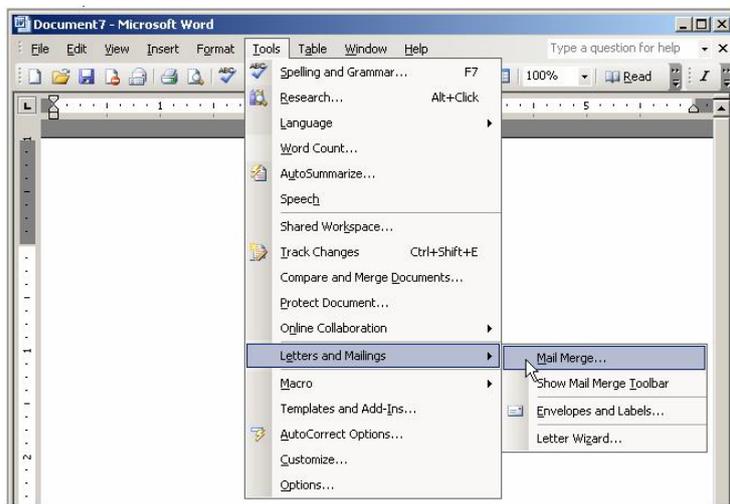
¹⁶¹ Podemos, portanto, estabelecer ferramentas em Análise de Discurso para lidar com a materialidade da escrita, ou das tecnologias digitais, mas o projeto de análise dos aplicativos permanece aberto, já que cada um implica em leitores específicos, efeitos particulares, assim por diante.

A FAIXA DE OPÇÕES: PRÉ-CONSTRUÍDO E PARÁFRASE NO APLICATIVO

A primeira forma de ler a interface como texto é admitir que nela se inscreve uma certa memória, justamente o que produz no sujeito o efeito de simplicidade e naturalidade frente a um dispositivo que é, de fato, tão infinitamente complexo que a primeiro contato poderia parecer mágico. A “faixa de opções”, formulação desenvolvida a partir do Word 2007, nos dá mais uma pista sobre o leitor produzido no programa. Usamos a faixa de opções para investigar como que a interface funciona e tem certos efeitos textuais associadas a ela, no âmbito do uso dos aplicativos:



A “faixa de opções” (acima sublinhada em roxo) do Word 365 é herdeira de certas escolhas de design que existem desde a década de 90, e foi uma escolha dos designers da Microsoft substituindo os clássicos menus *drop-down*, no qual se clicava uma categoria de opções que mostrava então uma lista de opções (sublinhadas no exemplo acima em roxo), como abaixo:-



Formatado: Centralizado

Na secção do programa destaca da acima (Word 2007), podemos ler uma forma de paráfrase dos antigos menus do Word. Para comparação, abaixo vemos a mesma secção do Word 1.0 (1990):

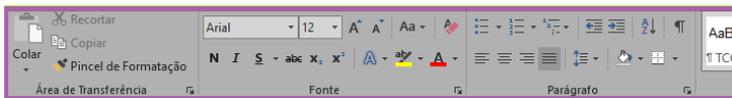


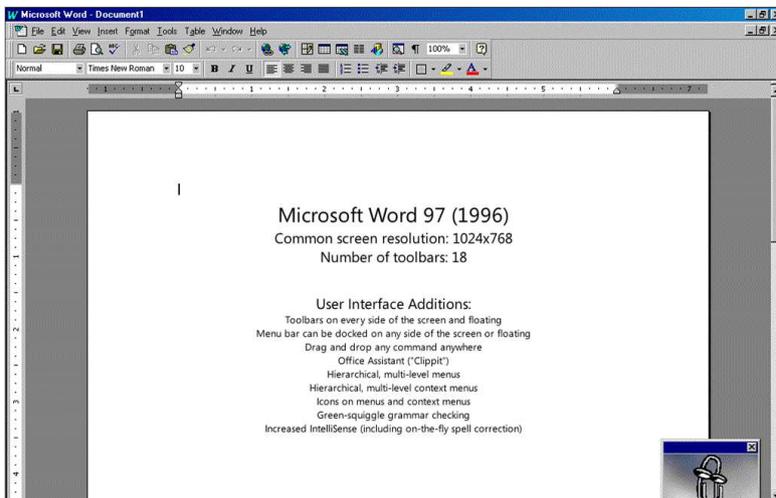
Formatado: Centralizado

Se nos atermos à secção “Página Inicial” da faixa de opções do Word 365, veremos muitas similaridades com a barra de funções do Word 1.0: a edição de fonte, indenação a opção de recuo e de parágrafo estão todas presentes em ambos. As categorias sob as quais as funções do Word são divididas também se assemelham: Inserir a Insert, Format a Layout e Design, Utilities a Referências e Revisão, Exibir a Window, Ajuda a Help.

Como se assemelha à versão de 1997? Sabemos que a faixa de opções (abaixo sublinhada em roxo) é bastante diferente das antigas barras de opções que desciam na vertical apresentando menus. Uma das maiores diferenças na versão atual (365) é a eliminação de um segundo (vamos chamar de) quadro gráfico na tela: quando você seleciona uma categoria de edição, a faixa abaixo da categoria (que, como mostramos acima, desde a primeira versão se fazia presente) muda, por via de uma animação, a organização de suas funções se transforma para mostrar a categoria escolhida.

- Formatado: Fonte: Itálico





Formatado: Centralizado

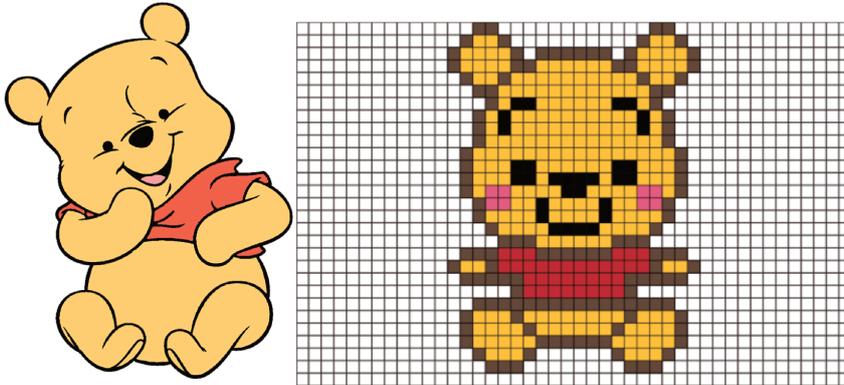
A FAIXA DE OPÇÕES: O APAGAMENTO DA HISTÓRIA TÉCNICA

Comentado [VP4]: Talvez precise expandir? Não sei. Me parece de bom tamanho...

Ora, algumas coisas acontecem entre 1990 (Word 1.0), 1997, e 2003. A primeira é que a resolução das telas dos computadores pessoais aumentam. Isso significa dizer que uma tela do mesmo tamanho (externo, medido em polegadas) pode produzir mais detalhe, e por tanto, imagens menores são legíveis. A segunda consequência disso é que mais botões são passíveis de serem colocados na tela do aplicativo e a forma de leitura das imagens digitais muda. Não seria possível discernir tão bem a animação em uma tela de menor resolução: as imagens de baixa resolução exigem mais familiaridade com a renderização imagética possível-própria-na-da-computação. que é a pixelagem da imagem¹⁶². A leitura das duas imagens abaixo, não são, por exemplo, o mesmo exercício de leitura.

¹⁶² Um exemplo interessante desse fenômeno é a tendência atual de jogos de computador com o design visual de baixa resolução, como que imitando telas antigas de baixa resolução: <https://bit.ly/2HL08F2>. São jogos que contam com o efeito produzido pela memória imagética inscrita nesse processo de transformação dos computadores pessoais.

Formatado: Português (Brasil)



A segunda coisa que acontece é que o Microsoft Word já é (em 1997) um líder de mercado há quase sete anos, o que implica, para os desenvolvedores do programa, que há uma certa familiaridade de sua base de usuários com o aplicativo. O time de desenvolvimento do aplicativo já pode contar com certos pré-construídos próprios ao uso do computador pessoal. Essa espessura é, o tempo todo, parte do nosso uso dessa tecnologia de linguagem. Mais à frente falaremos do gesto de *salvar* um arquivo, mas se o leitor olhar para o canto esquerdo de seu editor de texto preferido, vai seguramente encontrar o ícone de um disquete de 3½ polegadas, marca inconfundível de um produto de armazenamento de arquivos digitais que é hoje senão totalmente obsoleto. Marca também, então, de um pré-construído:

Pré-construído de um jeito legal aqui. Não deveríamos, ao invés disso, considerar que há separação, distância ou discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase? [...] Foi isso que levou P. Henry a propor o termo “pré-construído” para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “construído” pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático.¹⁶³

Formatado: Fonte: Não Itálico

Formatado: Fonte: Não Itálico

Nesse contexto, a forma do pré-construído não se dá pelo encaixe sintático¹⁶⁴, pois se trata de uma materialidade imagética, mas o efeito é o mesmo: de

¹⁶³ PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 89.

¹⁶⁴ Que no exemplo de Pêcheux – “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu” – tem a ver com a relação da sentença com a relativa restritiva.

Formatado: Português (Brasil)

construção de uma relação evidente sustentada na materialidade histórica de uma discursividade.

Além disso, os processadores dos primeiros computadores pessoais certamente não dariam conta do tipo de exigência computacional que hoje faz a faixa de opções mudar suas funções (os processadores Intel Core desde o *Core 2 Duo* de 2006 já incluem circuitos especializados para aceleração gráfica).

~~Outro ponto que~~ Portanto, o que não podemos deixar de levantar em relação a essa forma de organizar o programa é que da mesma forma que a escrita no mundo antigo, ela deriva também de certo número de desenvolvimentos relativamente independentes de seu próprio percurso. A questão das temporalidades diferenciadas retorna aqui, no desenvolvimento das impressionantes engenharias de produção dos microprocessadores, das linguagens de programação de “alto nível”, e assim por diante.

Esses desenvolvimentos nas áreas técnicas não deixam de produzir efeitos nas condições de possibilidade de produção do sentido. Essa não é, portanto, uma questão paralela ou de menor importância e não é uma questão *afetando* os discursos, mas o cerne de um problema que – até hoje e de forma geral – não constituiu extenso objeto de estudo interesse para a Análise de Discurso ~~até agora: s~~ As especificidades da materialidade das práticas e produtos técnicos que são condição de possibilidade para o efeito de sentido de um enunciado.-

Mas o que, precisamente, produzem como efeito essas funções que descrevemos até agora como parte da interface?

A FAIXA DE OPÇÕES: PARÁFRASE, POLISSEMIA E O MARTELO

~~Mas s~~ Se as telas de maior resolução e a idade do programa já permitem, no imaginário dos desenvolvedores do programa, um aumento da quantidade das suas funções, mesmo assim sua organização é – ainda – bastante parafrástica. O leitor poderia protestar: “ora, mas então qualquer similaridade empírica deve ser paráfrase! Isso não está correto: um martelo não é paráfrase de outro”. E isso é, de fato, verdade: um martelo não é paráfrase de outro. A noção de paráfrase em análise de discurso não está relacionada com similaridades empíricas, mas com como uma

Comentado [VP5]: Aqui a questão das temporalidades diferenciadas.

Formatado: TCC Título Secundário

formação discursiva produz uma regularidade historicamente determinada para os sentidos possíveis dentro de um certo campo material de relações sociais.

Os processos parafrástico são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços de dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização.¹⁶⁵

Formatado: TCC citação Longa

A paráfrase constitui, portanto, um exercício de relação com a memória e é por via dela que produz seus efeitos. É nesse sentido que usamos desse conceito, mesmo que ele tenha sido originalmente elaborado para dar conta de certo aspecto do enunciado e não da ferramenta. Dito de outra forma: nem todos os produtos técnicos são da mesma espécie, e o martelo e o editor de textos têm tantas diferenças quanto similaridades. De novo notamos a importância de conceber o editor de texto, Microsoft Word no nosso caso, em dois registros concomitantes. Em um, ele é tecnologia de linguagem, parte das nossas formas contemporâneas de produzir sentido. Em outro registro o editor de texto é gesto linguageiro, no sentido de ser interface: estabelece interlocução a partir da posição de seus programadores¹⁶⁶ em relação com a projeção imaginária de seu-um usuário.

Comentado [VP6]: Claudinha mandou olhar.

Assim podemos demonstrar como quando dada uma certa quantidade de tempo, a espessura (do que Paul Henry chamaria) de pressupostos inscritos em uma ferramenta como o editor de texto passa a ser densa demais para funcionar no nível da intenção daquele que a usa e até mesmo daquele que a constrói. A herança, por exemplo, do Word 365, não começa no Word 1.0 como demonstramos, mas muito antes.

Formatado: Fonte: Itálico

Formatado: Centralizado, Recuo: Primeira linha: 0"

¹⁶⁵ ORLANDI, Eni. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 36.

¹⁶⁶ Sabemos que não se trata, na realidade, de seus programadores. Muito como os copistas no exemplo de Pêcheux, hoje quem toma o lugar do autor é um problema a ser revisto teoricamente. Isso se dá desde a criação da pessoa jurídica na sociedade moderna, que de alguma forma responde (legalmente, conceitualmente) pelo produto que faz circular, confundindo a noção de autoria. Isso deverá ainda ser confrontado em momento mais oportuno.

~~Mas sua herança não começa aí.~~ O manual para a primeira versão do Word é, para padrões atuais... longo. São 44 páginas de instrução de instalação e preparação antes mesmo de se começar a explicação de como usar o programa. O manual inteiro tem 448 páginas. Mas de acordo mesmo com a fórmula Pêcheuxtiana de comanda/demanda que mencionamos antes, uma prática nunca se estabelece sem se sustentar em sua relação com a última, essa que eventualmente substitui. Então muito dos manuais dessa época, e muito da construção dos programas, telas, teclados e mouses são associados nos espaços dos manuais, vídeos instrucionais e no próprio programa, com aquilo que já foi estabelecido, como a televisão e a máquina de datilografia. O manual explica:

Em certos sentidos, você usa o Word da mesma forma como usaria uma máquina de datilografia: você digita seu texto no teclado do seu computador e ele aparece na sua tela, da mesma forma que o que você escreve em uma máquina de datilografia aparece no papel. Entretanto, você vai logo descobrir que o Word faz muitas coisas que uma máquina de datilografia não consegue fazer. [...] Por fazer mudanças aos documentos na tela ao invés de no papel, você não precisará de borrachas, apagadores líquidos, ou papel de correção.¹⁶⁷

Demonstra-se então que a *naturalidade* com a qual um aplicativo produz o efeito de funcionar (principalmente para seus próprios criadores) provém *precisamente* do mesmo lugar que provém a transparência de um enunciado *evidente*, a saber: *do pré-construído* e do *efeito de sustentação* dado pela construção histórica de uma prática discursiva. Tentar retraçar as origens dessa memória é tão impossível quanto traçar as origens de um *dito*: o sistema das formações discursivas, determinadas nas formas históricas, garantem que *e*-cada enunciado se sustente por filiação a *algum outro*, mas sempre com efeito de que por si só: marca do esquecimento em funcionamento. O programa, o site, o app não são diferentes. Os exemplos são abundantes: a *relação-paráfrase entre* ~~da~~ primeira versão do Facebook ~~em e~~ os fóruns sociais ubíquos na virada do século *é patente*:-;

Comentado [VP7]: Não esquecer a questão da forma-usuário. Cláudia: O que mostra que o usuário precisava conhecer ou se colocar a conhecer algo da programação que hoje já não necessita mais, ou dito de outro modo, que o programador continha o usuário em seu gesto como um interlocutor/parceiro para que se efetivasse o que hoje com ícones e janelas com instruções seguidas de opções binárias (sim/não; cancelar/aceitar, etc) se realiza?

Comentado [VP8]: Isso aqui tá claro?

¹⁶⁷ Manual do Word 1.0, p. vii. Disponível em: < <https://archive.org/details/MicrosoftWord1.0-Manual>>. Acesso em: 15/05/2019.

Formatado: Português (Brasil)

Código de campo alterado

Formatado: Português (Brasil)

Formatado: Português (Brasil)



O maior deslocamento no caso do Facebook não é nos elementos imagéticos da interface, mas em seu modo de funcionamento. Enquanto os antigos *message boards* e *discussion boards* giravam em torno de um tema, declaravam seus propósitos de existência, (como ainda se faz em espaços informatizados como o *Discord*, por exemplo) o Facebook produzia novas formas de discursivizar a si próprio. Isso nos leva a apontar que é por via da memória de certas práticas que novas práticas surgem. E essas mudanças, por vezes profundas, nas operações da interface são só é, justamente, possível-possíveis por estar em costuradas em procedimentos já-dados de interface, como vistos acima.

Outro exemplo são os *podcasts* atuais, que reservam profundas similaridades em suas marcas textuais em relação aos programas de rádio das décadas de 80 e 90. Estes podem ser pensadas sob a luz do funcionamento paráfrástico. As práticas de cartografia apropriadas pelos apps de geolocalização, também. E assim por diante. É o jogo paráfrase/polissemia que observamos, quando olhamos para a história do desenvolvimento de aplicativos.

Retomando então a citação de Orlandi, podemos dizer: um martelo não é paráfrase de outro pois o martelo não constitui um gesto de linguagem. O mesmo não pode ser dito sobre o aplicativo, que é, o tempo todo, um jogo uma forma de negociação (construída pelo gesto de programação) entre as demandas (produtivas) sociais, a memória das práticas produtivas e discursivas, e as operações fundamentalmente lógicas da máquina. Parte e parcela dessa jogo negociação é a coleção de gestos linguageiros que produzem a interface do usuário.

A composição imagética, a disposição das informações necessárias, as formas de mostrar o trabalho que está sendo executado¹⁶⁸, todas-todas essas-esses

¹⁶⁸ Algumas das primeiras máquinas de datilografia, por exemplo, imprimiam o papel era imprimido do lado oposto ao usuário, que precisava terminar a página para ver o que tinha digitado.

constituem gestos languageiros, produzidos por funcionários de empresas, participantes de coletivas, programadores independentes, e assim por diante, a saber: sujeitos ocupando posições específicas em relação a leitores imaginários.

Um programador pode (tem o luxo de) trabalhar sob o efeito de estar produzindo programas cada vez mais simples e *intuitivos*¹⁶⁹, *mas* somente na medida em que é determinado pela memória das práticas e produtos técnicos que o antecederam.

É claro que, para demonstrar o funcionamento parafrástico temos que, enfim, não só demonstrar a espessura histórica do pré-construído que é condição de possibilidade para nosso objeto, mas também precisamos demonstrar uma regularidade em seus efeitos de sentido. Isso faremos um pouco *a-à* frente com respeito à construção do *efeito-leitor* na organização do editor de texto. Por enquanto insistimos um pouco mais nessa questão do gesto languageiro inscrito no programa.

O que é importante notar aqui é que desde aquela primeira tela branca e preta do Word para MS-DOS mostrada no início do subcapítulo, e mais: desde muito antes dela, vem-se depositando, camada por camada, os gestos languageiros cuja espessura constitui a memória discursiva da interface.

¹⁶⁹ É urgente uma análise desse significante "*intuitivo*" na medida em que é usado nos campos de design de programas e programação. Infelizmente não cabe aos nossos interesses aqui.

SALVAR: LEITOR, PRÉ-CONSTRUÍDO E(M) PRÁTICA

~~O que vemos, entretanto, com as versões mais antigas dos editores digitais de texto, é que quanto mais baixa a linguagem de programação, mais é necessário que o próprio usuário se comporte como a própria máquina.~~

Na versão do Word que eu uso para escrever esse texto (Word 365, escrito predominantemente em uma linguagem de programação desenvolvida em 2000 pela própria Microsoft chamada C#), o salvamento é feito automaticamente para mim, e eu nunca preciso me preocupar com a preservação do meu arquivo, já que o programa constantemente salva e manda meu arquivo para um sistema de armazenamento externo ao computador (a “*nuvem*”). A única coisa que se requer de mim, é que eu tenha um entendimento mais ou menos abstrato¹⁷⁰ do que significa um arquivo estar *salvo*. Isso para que, caso algum problema aconteça, eu posso tomar devidas providências (mudar o nome do arquivo, salvar em outro local, etc.). Nos processadores de texto da década de 80, incluindo o Word 1.0 (escrito na linguagem C, desenvolvida nos anos 70), algo de nível bem mais procedimental é necessário. É necessário que se saiba em qual disquete se quer salvar o arquivo, é necessário que se saiba se o disquete tem espaço livre suficiente para o arquivo. É necessário que se troque os disquetes e se tome uma diversidade de passos para salvar o arquivo, como por exemplo, clicar a tecla *Control* depois *F2*, e um prompt aparece, no qual se clica a opção de salvamento desejada. Ou em outro caso, abre-se a tela de comando, se digita *save*, se navega pelas opções apresentadas pelo programa com as teclas numéricas, e finalmente se salva.

Veja que essa versão antiga do Word exige que se tome uma série de passos— ~~bastante procedimentais, específicos que instruem a máquina a fazer exatamente o que se pede.~~ Nesse tipo de programa (~~que hoje não constitui mais a norma mas a exceção~~), instrução de máquina e interface são muito mais próximas do que em um app para smartphone, ou um jogo de computador.

-O Word 1.0 é ainda um exemplo sutil desse problema. Os mais antigos editores de texto exigiam que o usuário programasse o texto final que, portanto, não aparecia na tela (se houvesse tela), como no exemplo abaixo.

¹⁷⁰ Continuamos a tentar sugerir que esse significante cristaliza uma questão cara a esse estudo, relacionada as formas de esquecimento das tecnologias linguageiras.

Comentado [VP9]: Tá fraca essa parte, eu vou precisar dar uma dar uma reforçada e depois uma limpada antes de entregar. A tentativa aqui acabou sendo de mostrar o monte de coisa técnica inédita que cerca a produção do texto no editor: essa invenção de salvar um arquivo, esse “assistente” que é o Word, e assim por diante. Mas não... produziu efeito, a escrita.

Formatado: TCC Título Primário

Comentado [VP10]: Horrível essa dicotomização gratuita. O Rafael tem toda razão em pedir a leitura do Simondon. Rafael: o que significa isso? que divisão é essa entre o que é o escrever da máquina e o do humano?

Formatado: Fonte: Itálico

Formatado: Fonte: Não Itálico

```
.nf
.ll 4.0i
.in 2.0i
101 Main Street
Morristown, NJ 07960
15 March, 1997
.sp 1i
.in 0
Dear Sir,
.fi
.ti 0.25i
I just wanted to drop you a note to thank you..
```

Nesse exemplo, os comandos com pontuação, como “.nf” e “.ll 4.0i” são instruções de formatação para o arquivo. Esse tipo de edição de documento é, hoje, a exceção¹⁷¹ e não mais a norma, mas antes era necessário compilar o arquivo para ver o resultado final, portanto, o usuário era diretamente envolvido em instruções computacionais na sua relação com o editor de texto¹⁷². Mas se dizemos que na medida em que o hardware (as máquinas computacionais) e o software (os programas computacionais) se desenvolvem, eles passam a fazer *automaticamente* aquilo que antes exigia uma ordem explícita, devemos, então, nos atentar à questão do *automaticamente*. É essa uma questão central que materializa aqui o problema que viemos a levantar, pois esse *automaticamente* é *qualquer coisa menos* automático, e precisamente-precisamente o contrário do que Simondon chamou de automatização (pois depende de uma relação contínua com seu usuário). É uma clivagem mas é específica ao uso e a demanda de um sujeito-usuário particular. No canto esquerdo superior da janela do meu programa-aplicativo fica um aviso estático acusando: “salvamento automático V”.



Essa é a mesma operação que antes fazíamos manualmente, e à duras penas, só que agora, automática? Talvez, em algum sentido, do ponto de vista computacional (seguramente algo muda entre os paradigmas de salvamento físico,

Formatado: Centralizado

Formatado: Fonte: Itálico

¹⁷¹ Em programas como LaTeX, por exemplo.

¹⁷² Alguns sistemas operacionais atuais também ainda mantém esse mesmo padrão de instrução de máquina. É uma questão interessante notar que esse tipo de programa pensa um sujeito-usuário inteiramente diferente. As questões de linguagem envolvidas aí são mais um caminho de pesquisa que não pudemos tomar nesse momento, mas que merece atenção.

no caso do disquete e do HD, e sincronização com servidores, no caso mais recente das nuvens de backup). Mas do ponto de vista da relação do sujeito (nessa forma usuário-que-ocupa) se relacionando com o computador, as operações são profundamente distintas por uma razão teórica específica: elas constituem duas posições diferentes em relação ao aplicativo/programa.

Em realidade, as mudanças de um mesmo programa no período de trinta anos são radicais. E os Words 1.0 e 365 O programa “esperam” do sujeito dois gestos totalmente diferentes. Como descrevemos acima, o primeiro aplicativo espera do sujeito um certo nível de fluência técnica que – na época – poucos possuíam. Ou seja: é uma relação de especialistas escrevendo aplicativos para especialistas. Na medida em que o uso dos computadores pessoais vai se tornando prática comum e produtiva para as classes médias, para as grandes empresas e para os profissionais liberais, outra coisa passa a estar em jogo: de uma posição de especialista, se passa a contar com uma certa memória. Grandes empresas e escolas particulares começam a oferecer cursos de computação, os *hackers* e o vale do silício começam a aparecer na cultura popular, os videogames invadem o dia a dia da família burguesa, quer dizer: aquilo que antes contava com uma fluência técnica, não deixou de contar com um alto nível de construções prévias, mas agora, na forma do pré-construído. Sejam claros: quando falamos de uma fluência técnica estamos precisamente falando sobre aquele discurso de referencial logicamente estabilizado que já mencionamos desde a descrição do nosso problema. É na medida em que o consumidor, posição imaginária produzida no interior da forma histórica, vai se transformando (pelas questões da demanda) que as práticas discursivas dos aplicativos também se transformam. De exclusivo à ubíquo, de especializado à generalista¹⁷³, e assim as práticas discursivas que costuram os aplicativos se deslocam para o campo dos discursos equívocos do design, dos jogos, do entretenimento, e assim por diante. Essa distância entre o especialista e o usuário ordinário é a latência histórica que contém, em si, a espessura do pré-construído necessária para que os aplicativos produzam sentido. O disquete como “salvamento”, as categorias de edição do texto, os avisos e caixas de diálogo,

Comentado [VP11]: Deixar mais claro que estamos falando desse programa, e levar a sério as implicações dessa nota. Rafael: esperar ou mobilizar o usuário em torno de uma atividade ou não por vezes é uma demanda política. ver o movimento software livre e as discussões sobre a “facilidade” para o usuário, que muitas vezes é vista como um atalho de emburrecimento (e desumanização). ver aracele torres e os debates na califórnia nos anos 1970.

Formatado: Cor da fonte: Vermelho, Tachado

Formatado: Cor da fonte: Vermelho, Tachado

Comentado [VP12]: Claudinha diz que nem sempre.es

¹⁷³ A demonstração mais evidente da relação entre tecnologias languageiras e suas formas de inscrição histórica é essa questão da popularização de seu uso que aconteceu com as tecnologias digitais na mesma medida em que aconteceu no caso da escrita: se trata, primeiro, de uma questão de produtividade. Voltaremos a esse ponto até o fim do trabalho.

enfim, toda a miríade de gestos linguageiros que levam essas novas tecnologias linguageiras ao lugar onde elas podem, sob certas circunstâncias, serem evidentes.

O que isso nos leva a entender é que a crescente *espessuraespessura técnica* de práticas e produtos digitais se dispersando pelas diversas temporalidades e espaços produtivos a partir da década de 70 nos Estados Unidos produz, finalmente, um campo de memória: um campo onde um sujeito ocupa uma posição *evidente* em relação a algo, (geralmente um enunciado, mas) nesse caso, um aplicativo.

Formatado: Fonte: Itálico

SALVAR: EFEITO-LEITOR E(M) PRÁTICA TÉCNICA

Em análise de discurso, podemos¹⁷⁴ pensar o estatuto epistemológico de uma formação discursiva como aquilo que está no lugar de todo um campo de coisas que *podem ou devem ser ditas*. É, portanto, dado e inscrito nessa definição também um processo sistemático de exclusão: o que não se pode e o que não se deve dizer, e por decorrência, *aquele* que não pode e não deve dizê-lo. *Além disso*, ~~Em~~ análise de discurso, ~~portanto~~, a construção do enunciado contém em si, por definição, um *leitor*, produzido no próprio interior do gesto enunciativo e com o qual o leitor empírico estabelece uma relação. Esse leitor, projeção imaginária construída materialmente no interior do enunciado, Orlandi chamou de *efeito-leitor*.

Essa materialidade textual já traz, em si, um efeito-leitor, produzido, entre outros, pelos gestos de interpretação de quem o produziu, pela resistência material da textualidade (formulação e pela memória do sujeito que lê. A textualidade é feita desses gestos. Estão assim articulados os gestos de interpretação, que correspondem a pontos de subjetivação, e à formulação.¹⁷⁵

Refazemos brevemente esse percurso teórico para *retomarmos o que viemos desenvolvendo até aqui e* demonstrar que o “salvamento automático” que

¹⁷⁴ *Podemos* é a palavra imperativa aqui já que o estatuto da noção de formação discursiva é assunto de um longo e importante debate no interior da disciplina. Tomamos aqui uma posição bastante clássica e ordinária em relação ao conceito, pois não vemos a necessidade presente de adentrar mais a fundo na questão para respondermos o problema dado aqui.

¹⁷⁵ ORLANDI, Eni. Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos. 2ª ed. – Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 63-64.

habita discretamente o canto esquerdo do meu editor de texto tem endereço e interlocutor: ele fala com alguns, e não com todos, pois a ideia de um arquivo de texto, a ideia de um armazenamento de arquivos, a ideia de que a grafia não é mais permanente por causa de um funcionamento específico das correntes elétricas, a ideia de que é necessário passar esse tal arquivo de texto de um tipo de dispositivo de armazenamento (temporário) para outro (permanente), a ideia de que a substância desse arquivo não é física, mas é informacional... todas essas e mais tantas outras são inalcançáveis sem a determinada memória **que faz de tudo isso um gesto tão intuitivo e natural quanto, de vez em quando, olhar para o canto esquerdo do editor para confirmar que minha tese está salva. Os sujeitos para os quais esse aviso produz sentido são alguns sujeitos e não quaisquer sujeitos. Esses sentidos, que estão relacionados com a produtividade de certas profissões e não outras, com os dizeres de certas posições e não outras, com as possibilidades de certas classes e não outras,** é costurada em como um editor de texto é produzido, e isso denota que dentro do editor algo funciona inconscientemente: no nível da memória, **e se materializa como um pré-construído na construção do editor de texto.**

Formatado: Realce

~~Voltando ao~~ O aviso: “salvamento automático” no canto da tela ~~denota,~~ ~~podemos portanto ver~~ que o gesto de salvar conta não só com o lastro da memória de alguma(s) outra(s) prática(s), mas também com uma interlocução: o programa me avisa que o arquivo está salvo. Não sou eu – usuário – que verifico essa informação, esse aviso é dado. Ou seja: eu conto com a interlocução do aplicativo, não só dou ordens, ele me dá ordens também, me parabeniza, me avisa: “tentativa falhou”, “operação bem-sucedida”, “faça de outra forma (ou novamente)”, e assim por diante.

O programa, portanto, constitui no caso do editor de texto, um intermediário com ~~identidade no texto do programa~~: você pede para que ele execute funções, e recebe informações de volta ~~dele~~ e não do objeto sobre o qual você trabalha. O programa oferece sugestões, explica funções, confirma escolhas e até avisa sobre a presença de erros. Tomemos um erro fatal de abertura no Word 2003, por exemplo:

O Microsoft Word encontrou um problema e precisa ser fechado. Desculpe pela inconveniência.

Ora, o programa usa a terceira pessoa para se identificar (talvez a primeira nos enchesse de medo ou pudor!), mas ainda assim se identifica: há um sujeito (O

Microsoft Word) - que encontrou um problema e precisa ser fechado. Esse sujeito é ainda afetado pela forma passiva (“ser fechado”) do verbo. Quem o fecha? Há um equívoco sobre a agência do programa em relação às suas próprias ações. No original Inglês: “*Microsoft Word has encountered a problem and needs to close. We are sorry for the inconvenience*” (O Microsoft Word encontrou um problema e precisa fechar. Nós sentimos muito pela inconveniência), a questão fica ainda mais problemática, materializada pelo infinitivo. Afinal, quando apertamos *Salvar*, é essa uma descrição do que nós fazemos, ou um pedido para que um *outro* faça? Quando abro um arquivo, sou eu que o abro, ou sou eu que peço para que o Word, este que encontrou um problema, o faça? Ele ainda pede desculpas (um programa capaz de culpa deveria nos apavorar!), uma indicação de que ele espera estar em uma relação de trabalho com um ser humano. ~~Demonstremos~~. Se não um ser humano, a presunção de *culpa* não seria necessária: uma máquina não pede desculpas para outra máquina: máquinas não precisam ser desculpadas. ~~Temos~~ De novo, então: temos então aí, a formação imaginária que constitui isso que em Análise-análise de de Discurso-discurso chamamos de um efeito-leitor. Isto é: no ato de produzir um sujeito que enuncia (esse que encontrou um problema), o programa também produz necessária e automaticamente, um sujeito com o qual se relaciona, para o qual se desculpa, para o qual talvez ou talvez não *abra e salve e edite arquivos*. No corpo do editor de texto que é o Word (no layout, nos avisos, nos passos automatizados, enfim, nos sinais imagéticos e linguageiros), encontramos uma formulação específica, sinal inconfundível do esquecimento ~~nº 1 e 2~~, marca de que o que está dito ali está dito daquela forma e não de outra, pois para isso se sustenta na relação imaginária com um interlocutor específico.

Formatado: Inglês (Estados Unidos)

Formatado: Português (Brasil)

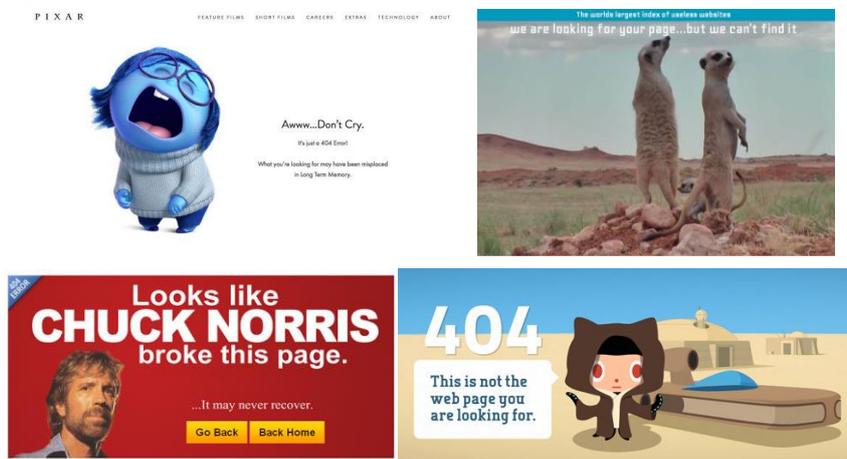
Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. Descobrimos, assim, que os dois tipos de discrepância, respectivamente, o efeito de *encadeamento do pré-construído* e o efeito que chamamos de *articulação* – que consideramos, de início, como leis psico-lógicas do pensamento – são,

Formatado: TCC citação Longa

na realidade, determinados materialmente na própria estrutura do interdiscurso.¹⁷⁶

Igualmente, o pedido de desculpas acima presume uma relação produtiva, uma relação de trabalho, relação de consumo, ou de serviço. Cada vez mais, os produtos digitais são oferecidos como serviços e não produtos. Hoje não compramos mais álbuns musicais, mas assinamos um serviço de *streaming* de música. O mesmo vale para filmes e seriados, para armazenamento de dados e até para programas produtivos como a suíte Adobe ou Microsoft. O sujeito plural “Nós sentimos muito”, portanto, sugere que aqui, quem enuncia é a empresa, Microsoft, e não mais o programa, da mesma forma que uma garçonete pede desculpas por um prato frio, ou um atendente pede desculpas por um produto defeituoso, a dizer: não por si mesmo, mas em nome de uma empresa.

Para dar o exemplo inverso, a internet é repleta de ironia e humor quando se tratando de erros graves. A mesma assunção de relação-produtiva não é feita: como exemplo, abaixo ressaltamos o uso de humor das páginas 404, que são páginas de erro que substituem páginas não encontradas.



Examinemos o primeiro exemplo. Temos ali uma situação enunciativa que não faz parte do imaginário corporativo/produtivo. Em primeiro lugar, a brincadeira faz referência a um desenho da produtora Pixar, um produto de entretenimento, fora do

¹⁷⁶ PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso. 4ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 149.

escopo da formação imaginária do trabalhador de escritório, usuário do Office. Em segundo, não é uma resposta séria: tem tom de humor, conta até com o efeito do sarcasmo. O erro fala como que para uma criança: “Aw, não chore, é só um erro 404!”. O sarcasmo está relacionado com a expectativa de uma situação imaginada: perder uma página no site da Pixar não seria fonte de sofrimento emocional. O Word despertaria a fúria nos seus usuários se, frente a um arquivo perdido, ele mostrasse esse mesmo enunciado sarcástico a mesma página, pois o Microsoft Word, ao contrário dos sites sobre filmes, faz parte de um imaginário de atividades produtivas que podem, sim, trazer sofrimento emocional ao usuário. tanto quanto perdas materiais, como por exemplo na escrita de uma carta de demissão contrato ou promessa, ou na perda de uma tese de doutoramento, e assim por diante. Ou seja: é uma relação de trabalho que está implícita no modo de construção do Word. O próprio nome do pacote no qual é vendido – Office (escritório) – já acusa o seu *leitor imaginário*. que não é nem mesmo qualquer trabalhador, mas um tipo muito específico de trabalhador.-

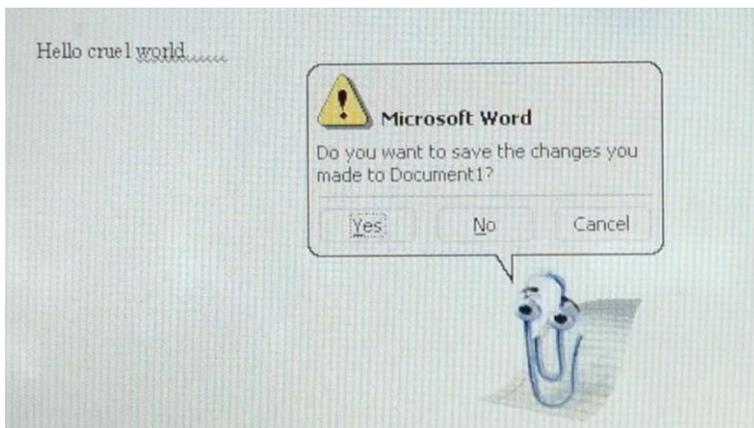
Como descrevemos no início do capítulo, o Word 1.0 era um programa que poderia ser imaginado como muito mais intrusivo e exigente do tempo do usuário do que o Word 365 atual (em 2018): a quantidade de comandos para executar cada função diminuiu, a automação aumentou, o layout se torna cada vez mais gráfico, continuam as iterações nas formas de organização dos comandos. Claro, defendemos que isso é sempre efeito, já que o fato de que o programa *automaticamente* salva meu arquivo ~~pode~~ ria ser ~~considerado~~ muito mais intrusivo do que os passos necessários para o salvar no Word 1.0. Da mesma forma, seus comandos talvez hoje sejam mais rápidos em termos de tempo de execução, mas as transformações nas formas e relações de trabalho garantem que cada um de nós passamos muito *mais* e não muito menos tempo na frente dos aplicativos de produtividade como o Microsoft Word. Além disso, a velocidade na execução dos comandos não apaga (pelo menos por enquanto) a latência do gesto humano, da elaboração e da formulação, enfim, das especificidades materiais da relação simbólica do sujeito na linguagem.

E assim, o Word toma o seu lugar nessa relação de interlocução com o sujeito-usuário que, por essas vias, produz. Está ali, dando avisos e pedindo desculpas, um ressoante “eu” justamente no eixo desse encontro entre sujeito e tecnologia linguageira. Esse encontro, é claro, como viemos tentando sugerir, não é nunca *encontro* mas sempre *contínuo*: não há corpo sem máquina, nem máquina sem

Comentado [VP13]: Por algum motivo, parece que tá estranho isso aqui pra mim. Onde eu errei, Lauro?

linguagem. Mas talvez pela primeira vez na história das tecnologias languageiras, a tecnologia *fala*, com tanta eloquência e vigor. É a posição das empresas (no nosso exemplo, a Microsoft), é o lugar do programa (que precisou fechar), é a memória da tecnologia (o ícone do disquete), é o aviso sobre classe (*Office*, ou escritório), são os sistemas de gestão automatizada (“Salvamento Automático: Ligado”). Dito de outra forma: são as determinações da forma-histórica capitalista, se costurando de forma inédita como discurso, no interior das nossas tecnologias languageiras.

Escrever no papel constitui uma experiência imaginária de se registrar uma posição. Quando se salva um arquivo, por outro lado, se pede para que *um outro* execute um trabalho sobre um objeto que contém uma posição. A escrita analógica, desde seu nascimento no berço das civilizações antigas, é um exercício individual. De fato: a oralidade sempre foi muito mais gregária, pois exigia um interlocutor presente. A escrita, pelo tempo que toma e por sua forma silenciosa, desde sempre foi, em grande parte, uma prática solitária. O Word, quanto mais se automatiza, se embeleza, se simplifica, mais passa a fazer parte das nossas operações imaginárias sobre o texto: ele está cada vez mais longe da máquina de datilografia, e cada vez mais perto do “assistente eletrônico”.



Um *terceiro*, clippy, neutro e operacional, nos entremeios de nossa técnica da escrita. Não estamos mais sozinhos com o nosso leitor imaginário quando escrevemos e, aqui, a escrita lentamente deixa de ser uma dança a dois.

O Word avisa, mesmo agora, enquanto escrevo, quando estamos em perigo e quando estamos seguros (que alívio o recado “salvo” no topo do programa), ele mal-entende quando pedimos um novo estilo ou quando ditamos o texto, ele pede desculpas quando precisa fechar: ele tem – comigo – uma relação equívoca, de às vezes estar, e de às vezes não estar, de às vezes ser uma ajuda, e às vezes mal entender. ele Temos evidências para admitir que o imaginário sobre essa ferramenta é de que ela é herdeira e evolução da máquina de datilografia e, entretanto, esse “terceiro” tem um certo corpo: volta a mim pelas pontas dos dedos, cansa meus olhos, é teimoso, enfim: no equívoco entre o que nele foi programado e no que nele foi mal programado, ele se faz presente. Como continuar sob o efeito de que o editor de texto é a representação da escrita?

Comentado [VP14]: A Cláudia tem razão, isso é o centro analítico da tese inteira e precisa ficar espalhado pelos quatro cantos até cansar.

SALVAR: ARQUIVAR, ARQUIVOS (EM PASTAS) E MEMÓRIA (RAM), MATERIALIDADE E METÁFORA

Apesar de toda a nossa defesa do pré-construído que habita o aplicativo, o gesto de *salvar* um arquivo é não obstante, um gesto inteiramente novo, particular ao meio digital. Não se *salva* um manuscrito, o manuscrito está ali. Dito de outra forma: não há *gesto* de salvar, se não talvez o gesto de arquivar (que não é o mesmo gesto). O “salvamento” que acontece ao escrever um manuscrito é consequência da própria materialidade da prática e dos produtos da escrita. Existe, portanto, uma diferença entre salvar um arquivo e arquivar um manuscrito. O manuscrito pode ser arquivado (organizado no campo de *outros* manuscritos), mas não pode ser *salvo*. Seu estado de permanência não é consequência de um gesto, mas de uma substância, não decorre de uma escolha, mas é de uma consequência: da especificidade concreta do papel.

Salvar é, nesse sentido, uma invenção digital, uma atividade completamente nova que é igualmente uma consequência da substância do digital. Se trataria de uma nova forma de relação com a temporalidade da enunciação: temos que decidir quando é hora de salvar um texto, quando ele já se qualifica como texto (e talvez não mais como esboço, por exemplo). Mas salvar também é a admissão de

um novo texto no arquivo pessoal, então também compartilha da dimensão do arquivamento.

A memória temporária na qual os computadores trabalham depende de uma corrente elétrica constante e no instante em que o computador é desligado, a substância do escrito digital desaparece sem rastro¹⁷⁷, não permanece como as marcas da tinta e do grafite no papel. Como então que se explica esse gesto para um usuário? O manual não diz nada demais sobre o assunto:

“Depois que você acabou de escrever sua nota, salve-a em um disco para que você não precise digitá-la novamente”¹⁷⁸.

Nenhuma metáfora, nenhuma longa explicação sobre a diferença entre memória temporária e permanente, somente um implícito ameaçador: você vai perder seu trabalho se não lembrar dessa tal função. Aqui o trabalho de salvar é novamente associado ao trabalho de arquivar, com a diferença de que quando se tratando do computador, o que não se arquivar não fica sobre a mesa esperando: some.

Perceba: enquanto não há, na prática da escrita, nada próximo da prática de *salvar* da computação, há, entretanto, essa prática concreta de arquivamento¹⁷⁹, onde se organiza e preserva o texto físico produzido. É nessa memória de arquivamento que o Windows sustenta seu sistema de pastas e arquivos (no qual o Microsoft Word é projetado): objetos organizados em recipientes, gavetas metafóricas. Perceba que nada da materialidade computacional exigiria essa forma de organização: a ideia de objetos contidos em pastas é totalmente analógica. Sua transformação em sistema computacional não é uma *abstração*, muito pelo contrário: é concreto: uma “materialização”, por assim dizer, a criação de um lastro com alguma memória disponível. Mas claro, no caso do editor de texto, essa não é a memória da

¹⁷⁷ Inúmeros sistemas foram desenvolvidos ao longo dos anos para evitar justamente esse caso. O Microsoft Word, por exemplo, têm sistemas redundantes contra a perda de material produzido: a função *autosave*, o histórico de mudanças do documento, e o seu serviço de *nuvem* são três exemplos. Estamos falando da natureza de como funciona o hardware: a memória com a qual o computador executa suas funções de sistema é temporária e depende de corrente elétrica. Portanto, a perda de documentos não é mais um problema constante no uso de editores de texto como o Microsoft Word, mas o paradigma [memória rápida e temporária / memória lenta e permanente] ainda é parte da construção e comercialização dos computadores pessoais.

¹⁷⁸ [Manual do Word 1.0, p. 21. Disponível em: < https://archive.org/details/MicrosoftWord1.0-Manual>, Acesso em: 15/05/2019, Manual do Word 1.0, p. 21](https://archive.org/details/MicrosoftWord1.0-Manual)

¹⁷⁹ Diferenciamos arquivamento (como prática empírica) de arquivo (como conceito discursivo).

produção de um manuscrito, mas algo mais similar a memória do burocrata ou do bibliotecário: alguém responsável pela manutenção e pelo acesso dos *objetos* concretos nos quais os textos estão contidos.

É difícil enfatizar para o leitor sem experiência em computação o *quanto* de todo o universo da computação depende desse tipo de metáfora. *Toda* a estrutura de funcionamento de um sistema operacional, por exemplo, é sustentada sobre uma lógica de acesso de arquivos diretamente relacionada com a hierarquia das empresas. Sugerimos esse experimento para qualquer leitor que tenha um sistema operacional Windows em mãos: abrindo as *Propriedades* de qualquer arquivo (com o botão direito do mouse), o leitor achará ~~uma~~ seção de *Segurança*, onde ele poderá verificar “quem” tem acesso àquele arquivo. Ele poderá encontrar ali um sistema hierárquico onde ele (o consumidor e dono do aplicativo) nem mesmo é o chefe! Há usuários e ~~há~~ administradores do sistema.

Como outro exemplo, no código de computação o leitor achará mais casos desse jogo entre pré-construído e produto técnico. Se voltarmos à nossa ~~ca~~lculadora do começo do capítulo, veremos que a primeira linha de código é uma declaração das propriedades do- ~~nosso programa?~~:

```
public static void main(String[] args) {
```

A primeira dessas propriedades é “*public*”, mas poderia ser “*private*”, ou “*protected*”, implicando diversos níveis de acesso (por outras partes do programa) àquela parte do programa. A distinção público/privado é, com certeza, algo inteiramente particular no campo da programação, mas ao mesmo tempo, construído a partir de distinções anteriores, exteriores e independentes. Isso com certeza não ~~deixa de produzir-se~~ seus efeitos no código computacional¹⁸⁰.

Mas voltando ao nosso exemplo, *Salvar*, não é, portanto, nem um pouco abstrato como conceito, mas relação material ~~e discursiva~~ com práticas produtivas anteriores. Se pensarmos em uma criança que começa a usar um editor de texto hoje, como explicamos a ela o ícone de disquete que representa o salvamento? Como mesmo explicar o próprio salvamento, se pensarmos na miríade de programas que ~~não~~ mais tem a função de salvamento (redes sociais, WhatsApp, apps de transportes, de namoro, etc.).

¹⁸⁰ E como dissemos antes, precisa ser deixado como projeto à longo prazo.

Formatado: Inglês (Estados Unidos), Realce

Formatado: Inglês (Estados Unidos)

O que é, afinal, o arquivo de texto? Se trata do texto? Ou é um produto técnico que *contém* o texto? Ora, o que já tentamos demonstrar em nosso capítulo sobre a escrita na Grécia antiga é que a *noção* de um dispositivo que *contenha* o texto, ou *traduza* o texto, ou *transcreva* o texto faz parte dessa corrente idealista (muitas vezes) subterrânea na filosofia da linguagem e é uma posição que o materialismo precisa ser cuidadoso em rejeitar a cada momento. O leitor atento pode notar essa mesma posição (idealista) na citação do manual agora à pouco: “[...] para que você não precise digitá-la novamente”. Digitá-la, não escrevê-la, não se refere a uma nova forma de escrita. Não poderia, em 1990, quando o manual foi escrito. A noção de digitação aqui se refere ao trabalho de *transcrição*, de “pegar uma ideia, um texto que você tem na cabeça, e digitá-lo”. Mas a materialidade do novo texto mudou nossas formas de relação com (e produção de) textos. De forma que esse digitar do texto, essa transcrição do pensamento ou da mensagem na forma digital desconsidera a materialidade do digital como sendo constitutiva das formas de sentido possíveis nesse contexto.

Pois ~~o~~ salvar é também *digitalizar*, a saber: transformar em dígito, em linguagem de máquina. Dito de outra forma: salvar um texto (transformá-lo em arquivo de texto, ou arquivo de Word, ou .docx) é também ~~torná-lo~~ ilegível¹⁸¹. Trataremos da questão do ~~Arquivo~~ arquivo mais à frente, por enquanto basta ressaltar que desde o desenvolvimento da escrita, muito antes do alfabeto grego, as sociedades ocidentais produziram suas formas de fazer (ou não fazer) circularem as materialidades significantes. As castas profissionais, políticas e religiosas; as instituições; o Estado; as empresas. Todos foram (também) sistemas de acesso e proibição (e de novo aparece a metáfora: *public/private*). Mas quando acessamos um texto por meio de um arquivo digital (de Windows, por exemplo), temos um segundo sistema de acesso/proibição. Um sistema que muitos correriam a chamar de *automático*, mas que é qualquer coisa menos isso. O arquivo (de texto) é em parte código binário e impulso elétrico, legível somente pela máquina, mas o *gesto* de produzir, tecnicamente, essa mediação maquinica está inteiramente costurado com as formas produtivas e de consumo do nosso sistema econômico. ~~A~~ O ~~eserita~~ manuscrito fica para os lembretes, para a poesia, para a pichação, e começa (ou

¹⁸¹ Pois a materialidade mesmo de um arquivo de texto digital é uma sequência binária de impossível leitura para os olhos humanos.

termina) de desaparecer das salas de aula, das empresas, dos sistemas de gestão do Estado e assim por diante.

Isso é outra forma de dizer duas coisas.

A primeira é que cada vez mais a análise de discurso tem um compromisso em pensar as novas formas de *legitimidade* e *efeito-de-fecho*¹⁸² na medida em que as formas produtivas se associam à-a novas práticas languageiras, materialidades técnicas distintas. Esse é um percurso em aberto e um convite para um trabalho que necessariamente não termina aqui. Para traçarmos esse caminho, precisamos, justamente, estar atentos não só à materialidade da história e da língua, mas das tecnologias languageiras na medida em que são atravessadas pela história e pela língua, e na medida em que também as atravessam em troca.

O segundo ponto a ser enfatizado é que “automático” ou “maquínico” precisa ser permanentemente desvinculado da oposição orgânico/mecânico, computacional/humano, afetivo/lógico, e assim por diante. Essa ordem de oposições há muito danificou nossas possibilidades de olhar para os produtos técnicos, e a distinção entre o que é e não humano o não é só epistemologicamente fraca, mas historicamente e politicamente perigosa.

Citar a haraway aqui [...] certos dualismos têm sido persistentes nas tradições ocidentais: têm todos sido sistêmicos às lógicas e práticas de dominação das mulheres, dos povos de cor, da natureza, dos trabalhadores, dos animais – em suma, de dominação de todos constituídos como *outros*, cuja tarefa é espelhar o *self*. Centrais entre esses dualismos problemáticos estão os de *self/outro*, *mente/corpo*, *cultura/natureza*, *macho/fêmea*, *civilizado/primitivo*, *realidade/aparência*, *inteiro/parte*, *agente/recurso*, *criador/criado*, *ativo/passivo*, *certo/errado*, *verdade/ilusão*, *total/parcial*, *Deus/homem*. O *self* é Aquele que não é dominado, que sabe disso pelo serviço dos outros, o outro é aquele que tem em mãos o futuro, e que sabe disso pela experiência da dominação, que é o que dá a mentira à autonomia do *self*. Ser Aquele é ser autônomo, poderoso, ser Deus; mas ser Aquele é ser uma ilusão, a ser invocada em um apocalipse dialético com o outro. E no entanto, ser o outro é ser múltiplo, sem claras fronteiras, desfiado, insubstancial.¹⁸³

Formatado: Realce

Formatado: Realce

Não se trata, portanto, do que é da máquina e do que é do homem. Nem mesmo será mais defensível distinguir, nesse contexto, entre o que é empírico e o que é simbólico. O que se trata é de localizar no interior da análise de discurso, cada vez

¹⁸² Noções que vamos trabalhando no percurso desse capítulo.

¹⁸³ HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue. In: TADEU, T. Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 90-91 [tradução nossa]

Formatado: Português (Brasil)

mais, o espaço teórico no qual se pense sobre o que, das tecnologias digitais é dominação e o que é resistência. Como se formulam as formas de subjetivação, como se estruturam as práticas de identificação, e como se desestabilizam os regimes discursivos hegemônicos. Do nosso ponto de vista, essa é a prática crucial a partir de agora.

~~O SELECIONAR: PERMANÊNCIA, SEQUENCIALIDADE E ESTABILIDADE EM JOGO PERMANÊNCIA, SEQUENCIALIDADE E ESTABILIDADE EM JOGO NA MATERIALIDADE DO DIGITAL~~

Comentado [VP15]: Aqui eu tento começar a falar sobre as contradições embutidas no editor de texto, entre as questões clássicas, institucionais e o novo da materialidade digital...

O que os escritores dos manuais de editores de texto chamaram de cursor é o aviso gráfico, a espécie de notação, que acusa a presença de uma interface, de uma *abertura* imagética, ao usuário.

[...] Primeiro você precisa selecionar a palavra que você quer mudar. Visualmente, isso significa selecionar a palavra. Então, você precisa saber como mudar a seleção do fim da sentença para a palavra *prioridade*. Primeiro, olha na seção "O Teclado". Encontre as teclas direcionais Direita, Esquerda, Para Cima e Para Baixo. Quando você encontrar as teclas: aperte Para Cima, Direita, e Esquerda até selecionar o *p* em *prioridade* [...] ¹⁸⁴.

No Word que usamos hoje (2007, 2013, etc.) é o traço vertical preto, piscando, de onde escrevemos. Nos editores mais antigos, tinha a mesma aparência que a do sistema operacional, no caso do MS-DOS, um sublinha verde ou branca.



O nome desse aviso (o cursor) é (como viemos tentando demonstrar desde o começo) mais um exemplo desse processo ~~de metáfora metafórico de~~, empréstimo e apagamento. Ele é dado por analogia a um pedaço da antiga regra de cálculo que mais tarde foi substituída pelas calculadoras eletrônicas.

O cursor é, da mesma forma que a função *salvar*, um elemento linguageiro inédito até o editor de texto. Por isso mesmo precisa derivar seu nome de algo conhecido. E da mesma forma que o *salvar*, o cursor é colocado no lugar de uma especificidade material que falta ao computador: ora, quando escrevemos, no papel,

¹⁸⁴ [Manual do Word 1.0, p. 10. Disponível em: < https://archive.org/details/MicrosoftWord1.0-Manual>. Acesso em: 15/05/2019, P.-10](https://archive.org/details/MicrosoftWord1.0-Manual/)

não é necessário que nada aponte nosso lugar na página nem avise onde estamos ou de onde vamos escrever. Isso pelo motivo óbvio (e já apontado acima) de que há um terceiro na prática linguageira do editor de texto, e não é nosso próprio corpo, que aponta nossa localização. Mas também por outros motivos, que são os da edição.

Explicamos.

Por causa da especificidade material dos instrumentos de pigmentação ou gravura (o grafite, a tinta, o entalhador, etc.) e das superfícies de grafia (como o papel, a pedra, a madeira, etc.), o texto escrito é sempre (vamos chamar aqui de) semipermanente. Semipermanente parece uma contradição em termos, mas queremos dizer aponta para o fato de que: se nenhuma medida for tomada, aquele gesto de escrita permanece. É difícil mudar alguma coisa que se escreveu no papel: o papel é delicado, a borracha mancha e não apaga perfeitamente, o que foi escrito à caneta precisa de corretores caros e impraticáveis em larga escala. Acabamos por escrever notas nas margens, riscando por cima de palavras, e ou seja: suportando a permanência do traço enunciado.

Mas o mesmo não pode ser dito sobre a especificidade material da edição computacional do texto. Aqui o texto é semiprovisório (que é, aliás, também uma contradição de termos). Será que podemos dizer que O-o editor de texto enfraquece o funcionamento prático do segundo esquecimento¹⁸⁵: ? a-A frase escrita podia sempre ser outra, espera para ser corrigida, melhorada, adicionada. O texto não é mais sequencial pois ele não é mais permanente. Volta-se ao parágrafo anterior, adiciona-se algo, remove-se outra coisa, muda-se uma terceira coisa de lugar, pode-se ainda mudar de ideia amanhã¹⁸⁶. Sustentando esse efeito está o cursor, nos lembrando de nossa localização e, simultaneamente, de nossa mobilidade: no papel não há outra direção a não ser pra frente. Da mesma forma que a escrita desloca o gesto linguageiro da temporalidade da fala e produz, portanto, novas condições de possibilidade para o enunciado, também o editor de texto faz algo parecido. Retomaremos essa questão mais a frente.

Por enquanto, vale Queremos ser claro aqui: Há, sim, mobilidade empírica no papel na forma de exceções: há notas de rodapé, de margem, livros infantis com múltiplas escolhas e assim por diante. Mas não estamos tratando do empírico do

¹⁸⁵ Aquele relacionado ao encaixe sintático, ou ao jogo inerente à estrutura da língua, como citado anteriormente.

¹⁸⁶ As marcas de revisão como essa que o leitor agora encara são indícios justamente desse jogo.

Comentado [VP16]: Enfatizar isso aqui. A unidimensionalidade empírica da escrita produz uma unidimensionalidade material na escrita.

Formatado: Português (Brasil)

papel, tanto quanto das consequências *materiais* desse empírico. Pois como já vimos, a especificidade da prática da escrita tem relação estrita com as especificidades dos discursos de escrita. Dizer que no papel não há outra direção a não ser para frente significa dizer: a prática da escrita na linha, da escrita sequencial, da escrita permanente é *(inter)*determinação direta *da* prática de discursos sequenciais, linearidades narrativas, práticas sequenciais de leitura e assim por diante. Tudo o que a tecnologia digital (não pela primeira vez, mas com certeza pela última) desafia e desestabiliza. Se podemos dizer tudo isso sobre o manuscrito, então isso já sugeriria certas especificidades do gesto de linguagem inscrito no editor de texto. Se a definição de Ted Nelson de que “por hipertexto, entendo simplesmente a escritura não sequencial”¹⁸⁷, então o editor de texto é justamente o espaço enunciativo que é condição de possibilidade para o nascimento do hipertexto: “decididamente rizomático, o hipertexto rompe com nossos hábitos enciclopédicos”¹⁸⁸. É, de novo, essa indeterminação que configura o gesto de linguagem a partir daqui.

Como demonstramos em nossa breve investigação da escrita, a prática linguageira da escrita é *frequentemente sempre* pensada como representativa da fala. O tempo (como pensando no ocidente) é linear e, portanto, a fala segue uma linha. Essa é a linha escrita, que é a representação da linha da fala. Aqui, no caso da edição do texto, esse *tempo* da escrita, a saber, essa linearidade representativa é substituída por uma linearidade imagética. Como? Ora: o texto não é mais linear no tempo, ele é sempre reeditado e reeditável. *(como estamos exatamente demonstrando aqui, por meio desse experimento de marcar a revisão do texto).*—Sua linearidade é, então, puramente *imagem*, a imagem de uma *forma material* que não é mais essa na qual está representada. Quando dizemos “a imagem de uma forma material”, estamos nos referindo exatamente a isso que *Orlandi* definiu como forma material: “*que se distingue da forma abstrata e considera, ao mesmo tempo, forma e conteúdo enquanto materialidade*”¹⁸⁹.

Formatado: Fonte: Itálico

¹⁸⁷ NELSON, T. Apud ROBIN, R. *A Memória Saturada*. Campinas: SP, Editora da Unicamo, 2016. Apud Robin, *memória-saturada*

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 440.

¹⁸⁹ ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 47.

A forma material funciona portanto como a materialização de uma forma histórica, e está relacionada com a ordem dos discursos. Mas como também já lembramos: ordem e organização não são opostos. No nível das práticas sociais, ordem e organização funcionam como dois níveis do mesmo processo de circulação, formulação e constituição dos sentidos. Por isso, quando vemos no Word a *imagem*, a paráfrase imagética do processo de datilografia, também estamos olhando para um índice de que uma antiga ordem de discursos caminha em direção a uma transformação. Da mesma forma que se transforma do Microsoft Word para o Google Docs, da mesma forma que se transforma da lírica para a literatura na virada de durante o primeiro milênio B.C.E. na Grécia antiga. Quer dizer: a “representação” já não se sustenta, dobra sob o peso da mudanças materiais que a convocam a deixar de existir, e subsiste como imagem e como memória. Se a escrita começou como esse exercício permanente e linear por motivos técnicos, institucionais e principalmente: sustentado pelo mito da representação, hoje ela se sustenta assim no Word na forma de uma imagem do que foi a escrita.

Comentado [VP17]: Voltar nisso aqui depois, é importante.

Nesse contexto de funcionamento, o cursor é o índice dessa contradição entre materialidade (computacional) e prática linguageira (da escrita). Ele como que acusa: “escute... há uma linearidade e uma sequência na qual o texto se renderiza, mas ela é absolutamente opcional. Se você quiser voltar, mudar de lugar, fique à vontade. Ali onde eu acuso com um piscar, é onde você está”. Esse, que é o instante e a instância da enunciação, o momento da liga da identificação, é também o encontro da enunciação com uma clivagem subterrânea específica: uma materialidade técnica que tem efeitos irreversíveis e indissociáveis sobre o sentido.

Um exemplo das contradições nas quais se constituem dessas novas práticas é o OneNote, programa companheiro do Word nos pacotes Office desde 2003.

relações que prevalecem dentro da imagem caracteriza o mundo para aqueles que a usam para seu entendimento, para aqueles que “imaginam” o mundo. [...] O olho que decifra um texto segue suas linhas e estabelece a relação unívoca de uma corrente entre os elementos que compõe o texto. Aqueles que usam os textos para entender o mundo, aqueles que o “concebem”, dão significado a um mundo com uma estrutura linear.¹⁹⁰

Seria, portanto, talvez possível uma outra forma de se enunciar por via do computador? Precisamos nos ater para sempre à linearidade herdada dos primórdios da prática da escrita? Pensamos que o OneNote não está no limite das transformações por vir. E essa distância entre o que Flusser chama de o “imaginar” e o “conceber” do mundo sugere que mais contradições estão, ainda, por vir, para produzir novas tecnologias languageiras.

A história das práticas técnicas mostra que o impedimento para formas radicalmente diferentes de enunciação não é da ordem prática, muito menos simbólica, mas infraestrutural. Se tomamos o caso do editor de texto, vemos que da mesma forma que a calculadora eletrônica substitui a régua de cálculo e os outros aparelhos analógicos de computação de dados, o editor de texto não nasce por si mesmo ou para seus próprios fins, mas para aprofundar e acelerar um sistema já dado de produção textual (com as várias formas de produção de texto tipográfico como a máquina de datilografia).

No caso do cursor, se localiza em sua transparência-está dada toda essa imbricação histórica de práticas em permanente contradição. Enquanto produz o efeito de negociar o espaço e a linearidade da prática da escrita, com as especificidades materiais do computador, ele ao mesmo tempo atualiza a incongruência fundamental de que duas práticas sustentadas em materialidades diferentes existem em um mesmo programa, em um mesmo produto, em uma mesma prática languageira. Os efeitos resultantes não acontecem no nível da soma ou da subtração, mas constituem uma imbricação em permanente transformação. A noção de Laçazzi de imbricação:

[...] a imbricação das diferentes materialidades que compõe um material de análise se faz pelo movimento na incompletude e na falha de cada materialidade, que cada materialidade significativa se demanda na(s) outra(s) com que compõe modos de formulação, uma demanda pela constante

¹⁹⁰ FLUSSER, V. O Mundo Codificado: por uma filosofia de design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2013. O mundo codificado, p. 140-141.

possibilidade de estar em movimento, estar em relação a esta(s) outra(s) materialidade(s).¹⁹¹

vai de encontro com o que sugerimos aqui como imbricação¹⁹²; produzem sentido, não por soma nem subtração, mas no jogo entre o equívoco de suas partes constituintes, assim encenando o insuportável desse encontro.

Formatado: Recuo: Primeira linha: 0"

O cursor, nesse sentido é uma marca de uma impossibilidade que o tempo todo ~~se atualiza e acontece~~, e consigo traz novas formas de ser sujeito ~~linguagiere de linguagem~~. Deve-se, portanto, reconhecer as imbricações materiais que constituem a condição de possibilidade para um programa como o editor de texto. ~~EMas~~ para além disso também se trata ~~de~~ olhar para o depósito de práticas de temporalidades diferenciadas que constitui uma tecnologia linguageira como ela se dá. Para isso precisamos admitir que da mesma forma que no caso da escrita, não encontramos somente uma imbricação material (que é uma noção relacionada à materialidade significativa em análise transversal, ou sincrônica do texto) **mas também uma espessura – material espessura técnica** que está relacionada com a progressão longitudinal, ou diacrônica, da materialidade **técnica** do texto. Essa se constitui em um processo de sedimentação contínuo de práticas linguageiras que finalmente produzem o efeito de "representação". É sobre essa ~~espessura – material espessura técnica~~ que gostaríamos de continuar nosso trabalho ao longo do capítulo.

Comentado [VP19]: Chega? Não sei mais o que fazer aqui...

SELECIONAR: O IMAGÉTICO, O BIDIMENSIONAL, O ABSTRATO

O *selecionar* é parte integrante de cada edição do Word (e, de fato, de todo editor digital de texto que encontramos) desde suas versões *beta* (anteriores ao 1.0). O que podemos definir como selecionar? Bom, primeiro pode-se dizer que como já demonstramos, há um cursor. Esse cursor presentifica esse *terceiro* do qual já vimos

¹⁹¹ LAGAZZI, S. Trajetos do Sujeito. In: BENEDETTO, G. F. (et al.). *Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. Vol. 3. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 17.

¹⁹² A dificuldade (teórica) está no fato de que a autora propõe a noção para lidar com materialidades significantes (como a imagem e a música) e não práticas linguageiras (que também são significantes, mas as quais não podemos equivaler arriscando anular importantes distinções).

evidência, no gesto linguageiro, colocando assim em permanente suspeita a relação simples entre interlocutores, ~~emissor e receptor~~, concebida ~~na~~ no paradigma da escrita.

Selecionar é posterior à escrita: não há função em nenhum Word para selecionar espaço vazio, só se seleciona aquilo que, de uma forma ou de outra, já se escreveu. Selecionar é também sempre um gesto gráfico: *salvar*, por exemplo, diz respeito ao digitado e tem efeito no digitado, mas esse efeito não é gráfico, salvar não é visível no digitado, selecionar é: desde as primeiras versões do Word, o programa ~~escurece ou~~ **inverte as cores da secção selecionada**, produzindo um espaço de forte contraste. Isso produz um efeito sobre o texto, pois uma seleção é também um *meio* passo, já que selecionar não é o fim de um gesto de edição. Se seleciona *e então* se muda o estilo, o tamanho da fonte, se deleta, se copia. Selecionar, portanto, é todo um *grupo* de ferramentas do editor de texto: (selecionar + ~~deletar~~), (selecionar + *itálico*), (selecionar + change review language), (selecionar + **mudar fonte**), etc.. A questão aqui é que *selecionar* não corresponde somente a uma ferramenta de edição, mas a uma interpretação sobre a relação ~~de~~ daquele que digitado~~+~~ com aquilo que ele digitado¹⁹³.

Formatado: Realce

Voltando ~~a~~ à questão da imbricação material, salientemos que, em primeiro lugar, a edição do texto constitui uma relação bastante contraditória ~~bastante~~ no campo dos gestos linguageiros, que se estabelece entre o que chamaremos de sistema e imagem. Como Saussure nos lembra: "A tarefa da linguística será [...] b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam refletir todos os fenômenos peculiares da história [...]194".

Contrariamente a essa lógica de lei universal da língua, a imagem é a prática contingencial por excelência: nenhum traço é igual ao último: a imagem é particular e de difícil reprodução:

¹⁹³ Estamos propositalmente evitando termos mais comuns como *autor* e *texto*, pois estes e outros correspondem a conceitos caros à Análise de Discurso que utilizaremos aqui. O leitor deve perdoar, portanto, escolhas lexicais talvez incomuns.

¹⁹⁴ SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Linguística Geral. 27ª ed., São Paulo: Cultrix, 2006. p. 13.



Uma letra “A” é de fácil reprodução, pois não é necessário que eu produza uma letra graficamente idêntica para que se leia “A”. As características da letra são muito mais facilmente generalizáveis do que as características da imagem. Copiar uma letra depende de pouca informação, enquanto que copiar uma imagem depende de muita informação. ~~E, entretanto, no nível computacional uma imagem é também concebida e operacionalizada na forma de sistema. Na interface de um monitor, uma imagem pode ser produzida por um pacote de informações sobre o endereço de cada pigmentação nas linhas de um espaço bidimensional (os pixels da sua tela), pode ser uma pacote de procedimentos de como renderizar uma imagem a partir das proporções relativas de suas partes (imagens vetoriais), e assim por diante.~~

Assim, portanto, podemos apontar para um modo particular que o editor tem de fazer funcionar um texto. ~~O Word, pois, renderiza a imagem. Pois na medida em que a prática da escrita se inscreve no editor de texto, isso faz com que este precise manipular as imagens digitadas (as letras do alfabeto, os enunciados, as fórmulas, as tabelas, etc.) na forma de uma série de sistemas (o sistema alfabético, o sistema sintático, e assim por diante, pois o editor não é cego para a estrutura da língua,—). mas—Mas a particularidade do computador garante também que ele renderize~~ ~~esses~~ sistemas ~~(alfabéticos e linguísticos)~~ na forma de imagens. De forma que digitar como faço agora não produz o mesmo efeito que digitar dessa forma. *Qu dessa forma. Qu dessa forma.* É insistentemente imagético, o texto

produzido no editor. A seleção é evidência disso: o contraste é a marca de que o que se manipula aqui não é simplesmente sistema linguístico, mas também quadro

imagético. Como citado acima, Flusser aponta muito bem a diferença, quando sugere que se trata de uma diferença que produz também diferentes visões de mundo.

Isso de novo destaca o que há de *inédito*, ou polissêmico, no funcionamento do editor de texto. Remete a—à iluminura e faz desestabiliza a *universalidade* proposta pelos *sistemas* linguísticos da escrita: o alfabeto, a sintaxe, a gramática, e assim por diante. Pois enquanto-enquanto a letra “O” escrita no corpo do texto reforça o efeito de que todo “O” é valor fonético, instrumento de construção da sílaba, elemento em um sistema de valores, e assim por diante; este:



faz valer a contingencialidade da letra, e a especificidade material necessária para que mesmo a letra, exemplo máximo dos sistemas de valor, produza efeito.

O editor de texto, portanto, pode ser (do ponto de vista do efeito-leitor), um programa pensado para os discursos de escrita: dos escritórios, das instituições, e assim por diante. Mas a materialidade do programa (e do computador que o sustenta) fazem com que a *universalidade dos sistemas* disputem, no interior mesmo de seu sistema contemporâneo de reprodução, com a contingencialidade da imagem. Tudo isso certamente terá efeitos sobre as questões do efeito de fecho e do efeito-autor.

Discutiremos isso mais a fundo a seguir. Mais importante: terá efeito sobre as formas de uso dos aplicativos digitais. O que queremos ressaltar aqui é o fato de que a memória que se inscreve na construção desses aplicativos produz essa contradição entre a lógica dos sistemas universais e a particularidade e contingência dos gestos linguageiros. O que é crucial é nos desfazer da noção de que as formas de resistência aos discursos hegemônicos de referencial logicamente estabilizado só são possíveis na apropriação, no uso mesmo, dos aplicativos. O próprio aplicativo nos mostra, no âmagio de seus processos constitutivos, a contradição inerente a qualquer prática social humana: o Word briga consigo mesmo no nível da memória e, por causa desse nível de contradição, nunca se estabiliza. É possível que o efeito de representação

Comentado [VP20]:

Comentado [VP21R20]: Tinha alguma coisa aqui, esqueci, voltar depois.

não se cristalize aqui, produzindo um espaço enunciativo resistentes às suas óbvias sobredeterminações hegemônicas.

SELECIONAR: A INSTITUIÇÃO, A FORMULAÇÃO E O EFEITO DE FECHO

O leitor pode perceber que enquanto no começo do capítulo nos focamos mais na *textualidade* do aplicativo (com a questão do efeito leitor), investimos agora nos seus efeitos textuais, justamente na batida daquilo que descrevemos no início do capítulo como “um caminho duplo [...] de um lado como discurso (pois é efeito de sentido entre interlocutores), de outro como constitutivo de um—(outro) gesto linguageiro, como produto e prática técnica”. Continuamos aqui essa dialética.

O gesto de selecionar também é significativo, pois a seleção é mais um tipo de relação inédita com e-um digitado-texto na medida em que, no selecionar, o escrito digitado é colocado no lugar de *ainda-não-dito*. “Há algo a se fazer com esse texto, podemos deletá-lo, podemos colocá-lo em outro lugar. Ele não precisa estar pronto”. Uma importante pergunta então guiará nosso próximo passo de pesquisa:

Poderia ser Será possível que selecionar um texto no editor é um ato de reformulação de perturbe o funcionamento do que, desde sempre no sujeito de uma formação discursiva, Pêcheux descreveu como esquecimento nº 2? Lembramos:

Concordamos em chamar de esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*. Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento nº 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento nº 1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão.¹⁹⁵

Para respondermos a essa pergunta, precisamos retomar por um instante o que Gallo denominou como efeito de fecho.

¹⁹⁵ PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso. 4ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. p. 161.

[...] procuramos diferenciar a língua escrita do que chamamos de Discurso da Escrita, relacionando a esse discurso todo texto que tem um “fecho”, efeito de fim, unidade, legitimidade. Textos públicos, publicados, com efeito de autoria, um efeito produzido pelo próprio Discurso da Escrita e que recai sobre o sujeito desse discurso. Assim, por exemplo, o sujeito que se inscreve como jornalista em uma instituição, e produz seu texto a partir dessa posição, sofrerá o efeito de autoria dessa instituição, passando a ser por/com ela identificado. O mesmo acontece com qualquer outro Discurso da Escrita. O EFEITO-autor é o efeito que emana dos discursos institucionalizados, estabilizados, legitimados e que ressoam nos sujeitos aí inscritos. Os textos inscritos no Discurso da Escrita, obviamente originaram-se na forma linguística grafada, mas, tendo passado por um longo processo de institucionalização e de legitimação dos seus sentidos, esses textos, hoje, podem apresentar-se de muitas formas, por exemplo, na forma audiovisual, como no jornal televisivo, ou como uma música executada por uma orquestra sinfônica, como vimos no exemplo acima etc. Enfim, o importante, neste caso, é ser um produto “acabado”, com efeito de “fim” e legitimidade, ou seja, com EFEITO-autor.¹⁹⁶¹⁹⁷

Existe, portanto, uma relação no interior do texto, que é condição de possibilidade para o efeito de sentido produzido pelo texto, e que **é determinada pela ~~está relacionada com a~~** história das instituições que legitimam os textos produzidos pelos sujeitos inscritos em determinadas formações discursivas. Essa relação é a relação entre certas marcas textuais e a história da construção dessas marcas nos contextos institucionais¹⁹⁸.

Na ciência, por exemplo (como aqui e agora), se usa o sujeito indefinido, se evitam formulações designando estados emocionais do autor ou suas opiniões políticas, se evita o uso de adjetivação e hipérbole, e assim por diante. Essas marcas são parte da história de construção das instituições e dos efeitos produzidos pelos textos legitimados por essas instituições.

¹⁹⁶ GALLO, Solange. Da Escrita à **E**scritorialidade: um percurso em direção ao autor online. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade (orgs.). Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Campinas: Editora RG, 2011. p. 414.

¹⁹⁷ Notar que a autora ressalta a questão do “efeito” para diferenciar da noção que Orlandi já propõe de função-autor.

¹⁹⁸ **O exemplo que estamos tentando, tacitamente, deixar em evidência é o desse próprio texto que o leitor agora tem em mãos. Qualquer leitor que se deparasse com esse capítulo sem estar contextualizado com o trabalho que tentamos realizar assumiria, e não o culparíamos, que se trata de um texto ainda não acabado: algum acidente deve ter acontecido no arquivo institucional acadêmico, alguém certamente enviou a cópia errada de algum arquivo ou algo do tipo. Que esse texto não é legitimado acidentalmente e sua existência no cânon acadêmico não é uma “falha” de percurso é precisamente o que está em jogo nessa discussão.**

Entretanto, combinando nossos achados sobre a escrita ao detalhes técnicos do editor de texto, defendemos aqui nossa hipótese, aqui, em relação ao efeito de fecho, de que: é que há *algo a mais* do que as marcas textuais que tem participação na produção ~~desse mesmo~~ efeito. Esse “a mais” esse seria da ordem da própria materialidade de como o texto é produzido.

Veja: como já afirmamos antes, o caráter físico do papel é tal que aquilo que é grafado é de difícil correção. É de alguma forma mais permanente que o falado e de mais difícil falsificação, pois pode, por via de regra, ser verificado posteriormente. E é também mais rígido permanente que o computado (por exemplo por um editor de texto), pois resiste à correções e edições. Não é à toa que é a ferramenta de ampliação das primeiras cidades¹⁹⁹, e do poder dos primeiros Estados. A grafia em superfície durável, como o papel, a cerâmica e a pedra é, portanto, apropriada para/por²⁰⁰ isso apropriada por essa demanda infraestrutural específica de novas formas de circulação dos sentidos. Afirmamos: isso está diretamente relacionado com o efeito de fecho. Não só a demanda institucional, mas também a *comanda* dessa prática técnica e desse produto técnico que é a superfície durável de grafia.

~~Isso nos permite formular que o esquecimento n°2 não opera de forma homogênea em qualquer situação enunciativa e que as especificidades materiais do texto produzem efeitos sobre seu modo de operação.~~

~~ISSO É ÓBVIO, DADO QUE O ESQUECIMENTO N2 É JUSTAMENTE RELACIONADO A ARTICULAÇÃO DA LINGUA E O ENCAIXO SINTÁTICO. PORTANTO TEMOS UMA QUESTÃO QUE TEM EFEITOS NO ESQUECIMENTO N2 MAS NÃO COMEÇA NA MATERIALIDADE DA LINGUA, MAS DA TÉCNICA.~~

~~Ou seja: nunca se tratou de que o editor de texto traria uma nova forma de fazer funcionar o esquecimento, mas de colocar em relevo que o esquecimento é~~

¹⁹⁹ RODRIGUEZ, C. Escrita e Gramática Como Tecnologias Urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. Caderno de Estudos Linguísticos: Campinas, 53(2): 197-217, 2011/2. RODRIGUEZ, Carolina. Escrita e Gramática Como Tecnologias Urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. Caderno de Estudos Linguísticos: Campinas, 53(2): 197-217, Jul./Dez.2011, p. 199.

²⁰⁰ Para/por aqui é justamente uma forma de expressar a questão teórica da comanda/demanda que determina o desenvolvimento das práticas técnicas.

sempre constituído no âmbito de materialidades significantes específicas. Isso, devemos pensar como o nível da circulação do sentido.

Para responder a pergunta, acima²⁰¹, entretanto, ainda tempos um problema: que as duas formas de esquecimento descritas por Pêcheux em Semântica e Discurso são – para todos os efeitos – bastante específicas em seu funcionamento. Não é tudo, ou qualquer coisa que se esquece, mas especificamente as questões da interpelação (na forma do pré-construído ou esquecimento N° 1) e os jogos entre a independência relativa da estrutura linguística e as práticas discursivas das formações históricas (na forma do encaixe sintático ou esquecimento N° 2). Isto é: não se pode adicionar ao esquecimento número 2 a questão da materialidade das *práticas técnicas*, pois essa não é parte do nível de formulação do *gesto linguageiro*. Formulação, em Análise de discurso é especificamente uma questão ou de *língua*, no sentido de estrutura relativamente autônoma, ou de *materialidades significantes*, na forma como Lagazzi bem definiu:

Busquei, com essa formulação, reafirmar ao mesmo tempo a perspectiva materialista e o trabalho simbólico sobre o significante. Assumindo que o discurso se constitui na relação entre a língua e a história, propus falar do discurso como a relação entre a materialidade significante e a história para poder concernir o trabalho com as diferentes materialidades e reiterar a importância de tomarmos o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significante, na história. Materialidades prenes de serem significadas. Materialidade que compreendo como o modo significante pelo qual o sentido se formula.²⁰² Citar aquele onde ela substitui um pelo outro na homenagem a Eni, acho.

O problema ainda se estende, então recapitulamos.

1. As práticas técnicas ou os produtos técnicos relacionados ao gesto linguageiro têm efeito no texto (como demonstrado no nosso capítulo sobre Escrita e como experimentamos aqui também em relação ao editor de texto).

²⁰¹ “Será possível que selecionar um texto no editor perturbe o funcionamento do que, desde sempre no sujeito de uma formação discursiva, Pêcheux descreveu como esquecimento n° 2?”

²⁰² LAGAZZI, S. O Recorte e o Entremeio: condições para a materialidade significante in: RODRIGUES (et al.): *Análise de Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre, uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas, SP: Ed RG, 2011.

Comentado [VP22]: Foi isso aqui que eu abandonei, tá errado, é contraditório. Não é N°2, não pode ser da estrutura da língua, senão não teria mudado nada.

2. Esse efeito não é do nível da formulação (pois não está diretamente relacionado com o sistema estrutura da língua ou com a formação discursiva).

3. Deve-se também admitir (mesmo sem, por enquanto, saber a causa) o fato de que as especificidades da relação que o sujeito estabelece com essas materialidades técnicas (como o uso de um editor de texto ao invés de um manuscrito, ou de um recado de voz ao invés de uma conversa) e seus efeitos nos discursos é - de alguma forma - esquecida. Ou seja: é transparente ao gesto enunciativo. Isso é demonstrado pelo fato de que, justamente, o ocidente vem trabalhando há, quiçá, 3 milênios sob a suposição de que a escrita é *representação* da fala. Isso também é demonstrado pelo gesto que fazemos aqui de fazer opaca a instância da *revisão* do texto.

4. Finalmente, afirmamos: se há uma materialidade constitutiva da língua, se há uma materialidade constitutiva das instituições e da infraestrutura, e se há também uma materialidade constitutiva das práticas e produtos técnicos e de conhecimento, se todas essas materialidades necessariamente se costuram na instância da enunciação para produzir efeitos de sentido, e se todas essas materialidades só podem ser pensadas ~~fazem sentido~~ no contexto da história e da ideologia, então não temos razões teóricas que sustentem colocar as primeiras duas (a história e a língua) em primazia em relação à terceira (a técnica).

Somos então levados a propor uma terceira instância do esquecimento, que explicaria, ao mesmo tempo, a posição historicamente construída dos *copistas* (como destituídos de um *dizer* institucional), a ideia ocidental de escrita como *representação* da fala, e o apagamento dos efeitos da espessura de práticas técnicas de temporalidades diferenciadas que são condição de possibilidade dos *dizeres*.

Sublinhamos, portanto, a importância desses achados, e assinalamos que suas consequências serão pensadas na conclusão desse capítulo.

~~Somos então forçados a assumir um terceiro nível do processo de esquecimento relacionado especificamente ao modo como se apaga, na instância (e no instante) da enunciação, a série incontável e imbricada de especificidades materiais que constituem uma das condições de possibilidade para o texto.~~

Comentado [VP23]: Isso aqui. Não teve outro jeito.

Formatado

Explica a “representação da fala”

Explica a “linguagem” ao invés do languageiro

Explica certas posições sociais tipo a do copista

REVISÃO: A MATERIALIDADE TÉCNICA DOS EFEITOS

O experimento que realizamos aqui, deixando as marcas de revisão do texto em seu próprio corpo é, de início, uma tentativa de tornar opaco aquilo que no modo de operação do editor de texto, sempre foi transparente, a saber, como ele coloca o texto digitado em uma situação de provisoriade que parece em contradição com sua história de relações com os discursos da escrita. Isso porque a provisoriade concreta do texto digitado está em contradição com a estabilidade discursiva dos dDiscursos de eEscrita.

Devemos primeiro examinar o quê, exatamente, queremos dizer com “modo de operação”. O editor (da mesma forma que o computador que o abriga) é ferramenta: há modos constituídos de operar essas ferramentas, Mas emem igual medida, que certos modos constituídos de existência são consequência dos modos como essas ferramentas nos operam. Esse é mais um sentido no qual uma técnica ou um produto relacionado às práticas languageiras não difere de todo dos próprios enunciados dos quais são condição de possibilidade: inscrevem o sujeito na *ordem* discursiva, pela via de uma certa *organização* das coisas (no caso do enunciado, do *que se pode e se deve dizer*, no caso da ferramenta, de *como se pode e se deve usar*). A análise de discurso, pois, desde sempre tem como pressuposto teórico a busca pela ordem do discurso, e não por sua organização:

Ao se passar da instância da organização para a da ordem, se passa da oposição empírico/abstrato para a instância da forma material em que o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é origem de si. Expliquemo-nos: o que interessa ao analista de discurso não é a organização (forma empírica ou abstrata) mas a ordem do discurso (forma material). Esse sujeito que se define como “posição” e um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do

Comentado [VP24]: Bom, os próximos três são a conclusão dessa questão que eu começo a levantar no selecionar, mas bem mais especificado: achamos novas práticas associadas ao gesto languageiro, delineamos melhor as questões de efeito-autor e a relação entre efeito de fecho, a instituição, a infraestrutura e o efeito-leitor. Nessa primeira parte eu só introduzo o problema.

Formatado: Fonte: Itálico

dizer (o interdiscurso), definindo-se em função de uma formação discursiva na relação com as demais.²⁰³

Como já defendemos, se entende que a organização dos processos discursivos, quando vistos da perspectiva materialista, *falam* sobre a história de um povo e acusam uma memória particular. Quer dizer: a organização contém nela as marcas da historicidade de uma memória, e principalmente: das construções epistemológicas que nos trouxeram até aqui.

Mas o quê se tenta fazer opaco ao deixar visível a instância da revisão?

~~Como mais uma exemplificação de duas instâncias contraditórias em funcionamento, podemos pensar no fato de que o Word nos aponta nosso erros gramaticais, lexicais, até sintáticos²⁰⁴. Isso demonstra uma afiliação com os discursos da escrita que não é, a priori, parte do campo de funcionamento do programador: alguns dos espaços enunciativos da internet chamam atenção justamente pela forma como desestabilizam os modos costumeiros de funcionamento da linguagem (a *hashtag*, os apelidos e avatares, os memes, a escritorialidade dos chats e redes sociais sendo somente alguns exemplos). Não obstante, o Word trabalha sob o efeito da memória do que constituiria (como diria a escola de Port-Royal) a *boa escrita*. É importante notar também que para o programador, a ideia de uma *boa escrita* é muito mais profunda do que a simples normatização, mas tem relação com~~

Bom, o nível imaginário do gesto de enunciação, ~~dito de outra forma, e especificamente:~~ a produção do *efeito-leitor* no texto, sempre foi, no caso da escrita, mediada por certas práticas técnicas e de conhecimento que *o* acompanharam. Dito de outra forma: **o processo imaginário que produz o *leitor no interior do texto* nunca foi descolado de especificidades materiais que acompanham cada gesto linguageiro.**

Lembrando como Havelok o descreve, no caso da escrita:

“No que Shelley escreve [...] Ele não carecia de falar a seu amor em carne e osso, nem mesmo de o ter, se ausente, invocável no momento da composição. [...] Já a poesia grega está imune a essa espécie de idealização

²⁰³ ORLANDI, Eni. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 49.

²⁰⁴ Isso muito bem demonstra o que Pêcheux falava sobre o lugar da linguística Saussuriana e de suas disciplinas: a linguística está muito segura no campo daquilo que é logicamente estabilizado até que se encontra com a questão o sentido, dito de outra forma: até onde se torna semântica.

Comentado [VP25]: Eu gostaria de ter tido tempo pra essa ideia, mas não tive. Deixe pra lá.

Comentado [VP26]: Eu tenho impressão que essa teria sido a melhor forma de mostrar as implicações sérias da questão. Talvez ainda dê tempo. Lembrar.

privada. Ela é, em sua forma e em sua substância, “orientada para o outro”, não num sentido abstrato, mas no sentido de que o outro é uma audiência, um “público” externo à pessoa que fala”.²⁰⁵

Comentado [VP27]: Já usado.

Arriscando uma perspectiva psicologista da questão, podemos até sugerir que o aparelho vocal também tem certas especificidades relacionadas às relações imaginárias do falante: se alguém levanta a voz para um filho, ou abaixa a voz para um chefe, se ele fala em tom alto-agudo com um bebê ou animal, essas são todas especificidades materiais do aparelho vocal que se configuram frente à relação imaginária de um sujeito com seu leitor²⁰⁶.

O editor de texto não é diferente: as formas específicas de produção do leitor que antes se fazia pela via material da permanência da letra grafada em superfície durável, agora se realiza de outras formas por outros meios. Como defendemos até agora, o editor de texto produz um gesto languageiro diferente de qualquer outro justamente pois a materialidade do enunciado é diferente de qualquer outra e, portanto, produz diferentes efeitos de sentido. Especificamente, ele produz uma certa latência do efeito de fecho, que outrora garantia, no próprio instante da enunciação, uma medida de legitimidade do enunciado. Como já tentamos demonstrar acima, a existência do cursor, a possibilidade de selecionar o texto, até mesmo o ato de salvá-lo, fazem com que o tempo ou a latência da escrita produza uma forma diferente de pensar o texto. Nesse caso específico, o digital não é – como no imaginário espontâneo das tecnologias – velocidade. Não se trata de universais. Há, sim, uma ruptura na experiência do tempo (que é a experiência linear do texto), mas aqui se trata de uma fragmentação e de uma multiplicação do tempo enunciativo, temporalidades paralelas e um escoamento da estabilidade do efeito de linearidade que esse tempo produzia.

Formatado: Fonte: Itálico

Dentro do editor de texto, essa garantia do efeito de fecho temporariamente enfraquece, e o efeito de que algo ainda está para ser feito/dito insiste em provocar instabilidade tanto no gesto de enunciação quanto na leitura. Não é à toa a dificuldade de acadêmicos profissionais de ler na tela do computador: não se trata, ao nosso ver,

²⁰⁵ HAVELOCK, Eric A. A Revolução da Escrita na Grécia e Suas Consequências Culturais. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 28.

²⁰⁶ Fazemos assim um paralelo selvagem entre a noção psicanalítica de que “não há relação sexual” e a proposta discursiva (pensada na forma do *leitor*) de que não há relação comunicativa.

de uma questão fisiológica, mas de uma dificuldade inata de se ater ~~aquilo~~ àquilo que, por definição, ainda está na “mesa de preparação”.

É Me encontro em uma posição comprometedora: é difícil descrever todas as especificidades resultantes de ~~de que~~ deixar marcadas as revisões do texto ~~produz~~, pois (que curioso!) como agora escrevo o texto, essas revisões todas ainda não foram realizadas! Ainda mais, tenho que tomar como objeto de análise o próprio texto que escrevo na medida em que o escrevo: não tenho outro objeto a não ser este dado aqui como análise de si próprio. Isso pode parecer um tanto arriscado do ponto de vista metodológico, mas já nos aponta para nosso primeiro achado: de que a transparência ~~apagamento~~ da revisão do texto (que é o modo normal de operação do Word e também da escrita em superfície durável, onde não se vê as edições feitas) apaga consigo a espessura de instâncias ~~de tempo~~ de formulação e revisão do texto. Escrevo isso agora, esperando (mas ainda sem certezas) que nas margens e no percurso desse capítulo, isso tenha ficado claro. As correções que o leitor vê em vermelho ou azul são de algum outro momento que não este, no qual enuncio esse problema: há uma distância esquecida entre uma e outra instância de formulação.

É uma questão indomável, a questão da espessura de instâncias de formulação: na medida em que eu tento descrevê-las, adiciono mais e mais camadas a esse enunciado²⁰⁷. Mas mais que isso: essa estratificação particular de camadas, da forma específica como ela se dá aqui, só é possível pelo editor de texto, além de ser inteiramente costurada por práticas específicas a ele (como os atalhos de referência, nota de rodapé e revisão, por exemplo).

E, finalmente, por causa das especificidades da materialidade do editor, esse texto que se escreve em um segundo momento, ou um terceiro, ou um quarto, os erros ortográficos, as referências bibliográficas repetidas e esquecidas, tudo isso se *achata* na uniformidade do texto limpo e corrigido que aqui escolhemos evitar.

²⁰⁷ Não posso nem mesmo demonstrar quantas mais camadas se dão no decorrer da revisão, pois o Microsoft Word foi programado para fazer todas as correções de cada autor com uma mesma cor, o que significa que o leitor consegue ver minhas intervenções no meu próprio texto, mas não vê quantos momentos diferentes isso exigiu.

REVISÃO: CIRCULAÇÃO E O LASTRO MATERIAL DO EFEITO DE FECHO

~~Pela~~ via do efeito de fecho, tomamos um texto (um livro, um artigo, uma reportagem) como sendo ~~somente~~ unidimensional no tempo: ele acontece em um ponto localizável do passado. Por exemplo: “Kepler (aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias) ~~publicou~~escreveu seu *Tabulae Rudolphinae* em 1627”. Mas a composição de tal importante tabela estelar começou, de fato, 27 anos antes, em parceria com outros acadêmicos da época, por encomenda imperial: o próprio nome da tabela estelar é uma homenagem a um imperador da época: Rudolf II²⁰⁸. Sua publicação foi interrompida por (pasmem!) retirada de fundos da coroa imperial²⁰⁹, que ele somente recuperou parcialmente um ano depois e pagou pela impressão de seu próprio bolso, e assim por diante.

Essa pequena anedota serve~~Descrevemos esse processo~~ para demonstrar que toda a espessura de ~~criação~~formulação de um texto é apagada na instância de sua *publicação* (note que novamente estamos falando aqui sobre o nível de circulação dos sentidos). Isso é parte do que viemos a chamar de efeito de fecho. A função de “controlar alterações” na secção de revisão do Word; faz justamente aparecer isso que, de outra forma e desde o começo dos discursos de escrita, estaria apagado: torna instável a presença um outro no interior da unidade imaginária de um texto, e coloca em questão isso que (o leitor nos perdoe o empréstimo selvagem) está no nível do pré-consciente do leitor e do autor ~~contemporâneo~~—sobre a contingencialidade~~instabilidade~~ do nível da formulação que a instância da circulação (nesse caso, a publicação) garante apagar, pela via do efeito de fecho.

~~Retomamos: Mas do que se trata essa unidade imaginária do texto? que é esse outro invadindo a unidade imaginária do texto?~~ Ora, o paradigma da escrita, na instância de suas instituições modernas e ocidentais (a ciência, o jornalismo, a literatura, etc.) é o paradigma da *autoria*. Um livro é predominantemente identificado pelo seu autor e; pela data de sua publicação (que coloca em contexto seu lugar na grande obra, ou no percurso desse autor). Da mesma forma é a música, as artes

²⁰⁸ Esse é um ponto importante, explorado logo abaixo.

²⁰⁹ Depois da escrita desse capítulo, justamente no período de revisão e edição final do texto, o governo brasileiro também cancelou inúmeras bolsas de pós-graduação, prejudicando imensamente o progresso da pesquisa no Brasil. A história, nos parece, não acontece sem um certo senso de ironia...

plásticas, e assim por diante. A *publicação*, na medida em que é garantida no nível institucional (das editoras, das universidades, das galerias e produtoras, etc.) carrega consigo a garantia *material* que sustenta as marcas do texto como efeito de fecho. Veja: queremos ressaltar a relação infraestrutural das instituições ~~e de~~ com o efeito de fecho. Ele não existe *como puro efeito*, ou por contingência histórica *ou técnica, e ele não produz efeito de legítimo por si só*: ele tem relação com as formas produtivas de uma forma histórica. ~~Sim: O~~ o discurso científico, o jornalístico, o jurídico, o artístico, o ~~pedagógico-religioso~~ e mais tantos outros se sustentam (no interior do texto) nas marcas que produzem a ~~a~~ afiliação às suas instituições respectivas. Mas essas marcas têm lastro: seu lastro é o processo de circulação que garante sua presença no sistema econômico: na “existência social dos homens”. Precisamos reiterar que de acordo com a pressuposição *comanda/demanda* no interior do materialismo histórico, é inútil procurar um determinante e um determinado desse processo: essa relação é interdeterminada, e ~~a ela~~, não há origem marcada, ~~desse processo~~.

Isso nos permite lembrar, e deve ser ressaltado, que é na instância e pelas consequências da circulação do texto que se faz a unidade imaginária que produz o efeito de fecho, onde as marcas (a formulação) de uma formação discursiva *fazem sentido*.

Então temos *dois Keplers*.

De um lado, temos o *Kepler* (conhecido por nós) que, como os grandes filósofos religiosos da idade média, tem um lugar de fala e de leitura, e uma posição autoral que lhe é garantida na associação de sua assinatura com a instituição que a valida. As marcas desse Kepler estão na formação discursiva com a qual ele se identifica: fazendo relações teóricas, criticando conceitos, produzindo conclusões a partir de premissas, e assim por diante. Esse é o Kepler *autor*, efeito do fecho.

Mas de outro lado, temos um segundo Kepler que produz, no texto, as marcas de seu lugar institucional, produzindo e normatizando um objeto de circulação institucional. Essa normatização, que o leitor testemunha *aqui* acontecendo, não acontece somente no nível da formulação: nas marcas discursivas de uma formação discursiva. Acontece também na instância da circulação, criando e sendo criada por práticas técnicas (de ABNT, de formato do arquivo que circulará pelos e-mails e repositórios institucionais, de links inclusos na tese, e assim por diante).

Não nos é satisfatório dizer, portanto, que se trata de um mesmo gesto. Tanto não é, que na academia podemos pagar por uma revisão técnica: que mal toca

Formatado: TCC Texto

Formatado: Fonte: Itálico

nas formulações do texto, mas que produz, justamente, esse *objeto técnico* (pra emprestar a expressão de Gilbert Simondon) que também é parte da *legibilidade* do texto e de sua relação com o arquivo, sobre o qual trataremos mais tarde.

Evidentemente **Portanto**, essa unidade imaginária do texto como texto, como objeto com efeito de fecho, não é exclusivamente produzida pela produção de um objeto de circulação (pois é necessário se inscrever em uma formação discursiva científica, no nosso exemplo), mas também não é exclusivamente produzida pelos *dizeres*, como se o texto flutuasse pela memória discursiva encontrando exatamente seus “interlocutores-alvo”.

A essa altura, o analista de discurso pode estar se perguntando a razão da ênfase na divisão que fazemos **aquigora**. Realmente: os efeitos são consequências da imbricação desses processos, e não há domínio ou prioridade de um sobre o outro. Fazemos o esforço de dividir essas questões pois, teoricamente, elas precisam ser divididas. E enquanto as distinções entre a materialidade da história e da língua sempre foram abundantemente esclarecidas no campo da A.D., acreditamos que as distinções entre as materialidades significantes e técnicas ainda podem ser mais especificadas.

Kepler (posição-sujeito), então, tem que se ver com a formação discursiva a partir da qual diz, e o efeito-leitor é produzido justamente nesse encontro. Mas o autor empírico, Kepler, *aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias*, também tem que se ver com as práticas de arquivo, as políticas institucionais, as obrigações contratuais. Tudo isso também deixa marcas no texto (como é evidente pelo título de seu livro), e é só a imbricação desses dois níveis de marcas que produzem o *efeito-de-fecho* que faz com que possamos dizer que “Kepler escreveu seu *Tabulae Rudolphinae* em 1627”.

REVISÃO: PRÁTICA DISCURSIVA, POSIÇÃO-SUJEITO E A QUESTÃO DA CIRCULAÇÃO

Dada essa elaboração sobre a unidade imaginária de um texto, **suaque-tem** relação com o efeito de fecho e suas raízes materiais, **podemos tratar mais**

Comentado [VP28]: Lauro, eu tô pensando em escrever essa parte à mão pra ficar mais claro.

especificamente disso que é feito opaco pelo controle de alterações da função de revisão, a saber, a presença de uma coleção de práticas no interior da relação de interlocução do texto produzido pelo editor. podemos então perguntar: qMas uem quais são—é esse ~~ou~~ práticas que se intrometem no processo de produção de um texto? Ora, a revisão traz à ~~tona~~ ~~consciência~~ ~~uma~~ espécie de trabalho ~~posição~~ constitutiva do ~~e no~~ texto que não é necessariamente ~~do~~ nível da formulação (com a materialidade significativa da língua), ~~e que o leitor experimenta aqui como todas essas marcas cuja regularidade é determinada por diferentes espaços enunciativos e que garantem o percurso entre a formulação do texto e a publicação do livro, ou quadro, ou álbum, etc..)~~

Mas dada nossa escansão da noção de “representação da fala pela escrita”, não poderíamos também pensar no problema da relação “emissor (A) > receptor (B)” da perspectiva da materialidade técnica e da forma material?

Ora, se a noção de interlocutor é construída como paradigma na era da escrita, isso não é à toa: é ~~justamente também~~ a ~~limpeza~~ do texto escrito que sugere, com toda transparência, essa relação (pois bem, ideologicamente determinada e imaginariamente construída) entre *duas posições*. Essa é mais uma forma como a escrita produz o efeito de ser representação da fala, pois apaga na instância de sua publicação, a espessura heterogênea à fala que constitui seu processo de produção. No mito da escrita, uUma posição produz o texto (função-autor), e outra (~~ou outros~~) o lê (efeito-leitor)(em). Uma breve ~~observação~~~~feleada~~ ~~do~~~~pele~~ documento que se encontra agora nas mãos do leitor denuncia que há mais ao processo de produção material de um texto e de sua leitura do que as determinações de produção do enunciado. Esse trabalho, que eu chamei aqui de prática de revisão, é particular ao discurso de escrita e às questões da circulação institucional, não é reduzível nem à noção da função-autor, pois não é aquela que ocupa a posição de produzir o acontecimento discursivo, ~~e~~ não é aquela que se sustenta no equilíbrio entre a paráfrase e a polissemia; ~~e~~ ~~essa~~ ~~outra~~ ~~posição~~ também não se reduz à noção de efeito-leitor, pois não está construída, no enunciado, como o destino final do texto.

Queremos ser claros: não estamos sugerindo que ~~essa—esse~~ ~~trabalho~~~~posição~~ ~~terceira~~, ~~esse~~ ~~outro~~ no interior da relação universal “A > B”, aparece com o invento do editor de texto, queremos mostrar justamente o contrário: que a função de controlar alterações de revisão torna opaca ~~um~~ aspecto da produção do texto antes transparente ao leitor, e talvez até mesmo ao linguista! Ele é uma

Comentado [VP29]: Trazer aqui depois toda a construção da questão dos interlocutores A e B na introdução do CLG. Não posso parar agora senão eu esqueço.

Formatado: Fonte: Itálico

consequência da materialidade do papel, e das formas de circulação dos sentidos associados aos discursos de escrita, tem relação com o arquivo e com os sistemas produtivos de seu tempo, enfim, a isso, fundamentalmente, que Gallo chamou de normatização. E, entretanto, é importante ressaltar que enquanto essas práticas de revisão são particulares aos discursos de escrita, a ideia de que o texto é um produto técnico não o é. Gallo define a questão da seguinte forma:

Podemos dizer que toda discursividade tem uma instância enunciativa na qual os sujeitos disputam o poder sobre o sentido. O sujeito na função-autor e o seu duplo, o efeito-leitor, são categorias ao mesmo tempo enunciativas e discursivas que estão na base de toda textualidade. Vimos isso com clareza no jurídiso. Essa é a instância que define as condições de produção dos discursos. Ela é limítrofe entre o nível enunciativo e o nível discursivo, pois articula a memória, pela via do esquecimento, o que produz o efeito de evidência e pertinência dos sentidos. Essa articulação do nível enunciativo e do nível discursivo se textualiza segundo normatizações específicas. Em outras palavras, a textualidade formulada pelo sujeito na função-autor poderá confrontar-se ao efeito-autor de um discurso de escrita, e nesse caso sofrerá as determinações normatizadoras daquele discurso. Assim, p.ex., um juiz, ao proferir uma sentença, não poderá fazê-lo senão por meio da forma normatizada já reconhecida de uma sentença judicial. A mesma textualidade poderá confrontar-se ao efeito-rumor de um discurso de escritoralidade, e nesse caso sofrerá determinações normatizadoras desse discurso que, diferentes de um discurso de escrita, não são determinações históricas, mas tecnológicas.²¹⁰

Os processos de normatização se reinventam com a chegada das tecnologias digitais e parte do desafio a partir de agora será redobrar nossos esforços sobre essas práticas textuais que inscrevem os dizeres em seus espaços enunciativos. Citar normatização

Nenhum texto no âmbito do discurso da escrita é produzido espontaneamente. Sim, um analista protestaria: há um pré-construído, isso não é nada novo que precise ser ressaltado. Mas o que ressaltamos aqui não é a existência de um pré-construído, pois não diz respeito à memória de um certo campo de dizeres, mas à a certas práticas que se marcam no interior do texto e que assim o inscrevem nas formas materiais de existência dos textos.

²¹⁰ GALLO, S. O Juridismo e o Desafio de Dizer Diferente, 2019. [no prelo].

Formatado: Centralizado, Recuo: Primeira linha: 0"

Formatado: TCC Texto

Essa existência é parte do que caracteriza um texto como discurso de escrita. Há correções ortográficas, há padronizações de formato, há checagens contra o que foi produzido anteriormente, há avaliadores, comentários internos, heranças. Ora, algumas dessas marcas acontecem na instância de formulação do texto, e a importância dessa noção é indiscutível em análise de discurso, mas há também marcas e especificidades do texto que não são do nível da formulação, mas da circulação, e tem a ver com a *publicação* do texto como discurso de escrita.

Formatado: Fonte: Itálico

No discurso científico, por exemplo, as questões de formatação do texto não são uma simples excentricidade burocrática. Estão colocadas para garantir um sistema comum de referências, cujo propósito é facilitar a comunicação entre trabalhos. A questão da jurisprudência e da regra do precedente no discurso jurídico é muito similar: tem a ver não com a decisão em si e sua formulação, mas com a checagem institucional (*de arquivo*) das decisões passadas relacionadas àquela. *São questões de intertextualidade*. Uma análise mais detalhada de cada discurso de escrita e as instâncias nas quais a circulação produz o texto seria ideal, mas aqui por falta de espaço, nos ateremos a ressaltar então que *a prática técnica discursiva que poderíamos definir como a de revisão é justamente essa que produz, no texto, as marcas dos sistemas de circulação do sentido que garantem o efeito de fecho ao discurso de escrita*.

Formatado: Fonte: Itálico

Mesmo no caso dos textos *digitais*, por assim dizer *(que, de novo, não passam pela especificidade desse processo de revisão, mas certamente por outras formas de normatização)*: *nos blogs, nos vídeos, nos memes, esse* processo de normatização nunca foi *automático (como é frequentemente entendido)*. Quer dizer: esse processo de normatização é *sempre* consequências de clivagens subterrâneas, posições tomadas do interior de lugares sociais: lugares de poder e de resistência. *280 caracteres em cada Tweet, a duração de um vídeo de Youtube, o tamanho das coleções de Pinterest, a frequência e quantidade de fotos no Instagram: essas são questões de normatização. Também São-são* essas relações que produzem o lastro dos discursos com seus espaços enunciativos. *Que-E* não precisamos *nos* limitar à problemática do digital, mas considerar *a questão da relação entre texto como produto técnico e espaço enunciativo* como uma questão crucial quando olhando para o aspecto de circulação dos sentidos.

A conclusão desse processo, onde o texto passa pelas práticas e ganha as marcas dos sistemas de circulação é o que Gallo já chamou de *efeito-autor*, e que citamos acima.

~~Esse efeito~~que é produzido e garantido por ~~essa-essa posição-trabalho. que~~ na particularidade ~~aos-dos~~ discursos da escrita, ~~que~~ podemos chamar de *revisão*.

Formatado: Fonte: Itálico

Ressaltamos a importância dessa descoberta, pois mais uma vez nos encontramos na posição de apontar para uma forma de idealismo no âmago das ciências da linguagem: enquanto que em muitos casos, parece que o texto é entendido como “a sequência de todas as sentenças que se disse naquela instância”, ele tem, na verdade, *corpo*. Uma materialidade própria e uma temporalidade heterogênea ao que nele está *dito*. Então, o quê o leitor tem em mãos? O arquivo (digital), ou o texto?

Em análise mais cuidadosa, o gesto linguageiro parece não ter *unidade conceitual* que resista uma análise da materialidade que o sustenta. Desde os princípios da escrita, cada investida na análise das clivagens subterrâneas, da materialidade técnica, das formas de circulação revela especificidades que resistem a homogeneização e a generalização de alguns dos nossos próprios pressupostos teóricos. Retomaremos essa questão mais adiante.

-Leibniz

-Frege

-Boole?

-Turing

-O valor de verdade

-Sintaxe e

RETOMADA

Ao investigarmos o editor de texto a partir de sua historicidade, de sua espessura histórica, a primeira coisa que notamos foi o processo de heranças, de memórias, de pré-construído que possibilita nosso uso diário. O primeiro Word é construído em comparação à ~~maquina~~ máquina datilográfica, seus recursos, funções e pedaços são pensados e nomeados como recursos e instrumentos passados, e assim o programa – ao ressaltar suas diferenças (no manual, no aviso, no uso, no design) – também reafirma sua herança dessas práticas técnicas, desses produtos técnicos do passado. ~~Nesse sentido, o Word é texto.~~

Comentado [VP30]: Parágrafo sobre a memória.

A segunda coisa que notamos entretanto, é o ~~quando quanto esse a~~ produção do editor de texto a partir de campos heterogêneos de memória resulta em um produto final, que tem, no interior de seu efeito de *natural e intuitivo*, um modo contraditório de fazer funcionar o texto ali produzido. Isso devido ao fato de que ~~os~~ mesmos gestos linguageiros não são possíveis em materialidades ~~significantes técnicas~~ distintas, através de práticas ~~técnicas de produção textual~~ distintas, e em formas materiais distintas. O Word, interpretamos, está fortemente vinculado com os discursos da escrita: ele produz textos na forma de páginas brancas e uniformes (prática do discurso científico, jurídico, religioso, etc.); ele corrige a ortografia, a sintaxe, a gramática dos enunciados, se atendo a esse padrão dado de “boa escrita”; ele possui até mesmo recursos que marcam o texto especificamente com as marcas do discurso da escrita²¹¹. E, entretanto, os discursos da escrita nascem, se instituem e se disseminam em um tempo no qual a materialidade digital (um computador suficientemente avançado para produzir um espaço enunciativo como o editor de texto) não existe. Dessa forma, esses discursos são determinados por ~~outras formas~~ práticas de textualização materiais, especificamente, das superfícies duráveis e dos instrumentos de grafia. Isso faz com que ~~o trabalho de~~ transposição não seja sem suas particularidades e contradições.

Comentado [VP31]: Parágrafo sobre o jogo entre o discurso da escrita e uma forma material nova para ele.

Tentamos mostrar como o efeito de fecho, particularidade dos discursos de escrita, não é derivado somente das marcas na formulação do texto e sua relação com as instituições que as sustentam. Também está relacionado com a própria

Comentado [VP32]: Parágrafo sobre a relação do efeito de fecho com a materialidade significativa, e sobre a contingencialidade do esquecimento número 2.

²¹¹ Como por exemplo a referência bibliográfica nas notas de rodapé, os estilos para titulação, o produtor de fórmulas matemáticas, ~~o corretor ortográfico~~, e assim por diante.

materialidade técnica na qual o texto se produz. Isso é parte da instância de circulação do texto, e na medida em que essa materialidade muda, o efeito de fecho se torna instável e não funciona exatamente da mesma forma: a provisoriamente do texto do editor não produz os mesmos efeitos que a permanência do texto grafado. Esse achado, somado ao nosso estudo da escrita no capítulo passado, nos levou a formular que há alguma forma de apagamento da relevância das práticas técnicas de textualização, práticas ~~técnicas, práticas~~ de normatização, assim por diante, na constituição dos sentidos. ~~Isso nos levou a apontar para o fato de que o esquecimento nº 2, relacionado aos modos de formulação do texto, não funciona uniformemente em qualquer materialidade significante, mas é específico e contingente.~~

Encontramos, finalmente, na análise de nosso experimento de revisão opaca do texto, que há uma série de marcas no texto que *não* são formuladas a partir da posição-sujeito que formula o texto, mas que são ao mesmo tempo posteriores ao texto e anteriores à leitura. Questões como a revisão bibliográfica, ortográfica, ~~a correção de questões de “coerência”~~, as práticas de intertextualização específicas ao campo acadêmico, o padrão ABNT, todas essas são práticas que se inscrevem no texto, ~~que se inscrevem somente no texto que é discurso de escrita,~~ e que garantem ao esse texto o seu lugar em sistemas de circulação específicos. Esse é o nível da normatização dos discursos, relacionado à vida dos textos como produtos, a sua entrada nos arquivos, sua duração e seu desaparecimento. Algo como descreve Foucault:

O sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; ele é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas, já estão extremamente pálidas. O arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade.²¹²

Comentado [VP33]: Parágrafo sobre o revisor e sua relação com a instância da circulação de um texto.

Comentado [VP34]: A revisão se dá em relação à leitura???

²¹² FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 147.

Essa coleção de práticas explica como é navegada a distância entre a formulação de um texto, e a leitura de um leitor empírico. E é também parte da produção do efeito de fecho, na medida em que responde ao que Gallo chamou de *efeito de autoria* (ou efeito-autor), pois esse efeito é produzido na relação *material* com as instâncias *institucionais* de publicação (circulação) do texto.

Por último, devemos retomar então, e tentar levar às últimas consequências, a questão do esquecimento e das práticas técnicas. Lembramos que, derradeiramente, elencamos quatro pontos fundamentais para formular nosso problema:

1. Que as materialidades e produtos técnicos têm efeitos no texto.
2. Que esses efeitos não são da instância da formulação²¹³.
3. Que esses efeitos são “esquecidos” na medida em que se enuncia²¹⁴.
4. Que não temos razão para considerar esses efeitos e seu esquecimento de menor importância ou estatuto para o discurso.

Também somos obrigados a retomar toda a discussão da escrita como “representação da fala” e adicionar aí que o Word é também aquele que produz o efeito de “representação da escrita”. Inevitavelmente, portanto, nos encontramos na posição de propor que o esquecimento constitutivo do gesto linguageiro não funciona somente no nível da constituição (na forma do pré-construído) e da formulação (na forma do encaixe sintático), mas também no nível da circulação (na forma da *espessura material* *espessura técnica*).

A *espessura material* *espessura técnica* é aquilo das práticas técnicas e dos produtos técnicos linguageiros que (por consequência de uma somatória incalculável de práticas e produtos diferentes e heterogêneos) produz efeito de naturalidade e de inevitabilidade (“a linearidade da sentença é a linearidade temporal da fala”, “a letra é

²¹³ Pois não é-são relativos ao encaixe sintático, não é-são relativos ao funcionamento da *língua*, e não partem da formação discursiva.

²¹⁴ A conversa por chat parece tão “natural” hoje para alguém nascido no século XXI, quanto a escrita parece “natural” para nós: “representação da fala”, “representação do pensamento”, “exercício da faculdade da linguagem”, e assim por diante na sequência de mitos espontâneos sobre o gesto linguageiro.

Comentado [VP35]: A questão INEVITÁVEL do esquecimento.

representação do som”, ou, “a folha em branco do Word é a folha em branco de papel”, e assim por diante).

Na ~~espessura material~~ espessura técnica do texto, o esquecimento de sua instância de circulação, responde a como que os textos, como objetos concretos, se *ordenam*²¹⁵ a partir do mesmo princípio ideológico e material que organiza e produz a ordem dos discursos (no caso, materializado como o aArquivo, que exploramos a seguir). Explica também como que até mesmo o linguista (e com certeza o sujeito autor) tem a tendência a tratar uma prática linguageira como representação da última, já que a espessura de práticas técnicas somadas na forma material de um gesto linguageiro é sempre maior do que é possível espontaneamente reconhecer. Para emprestar uma frase de Pêcheux: os linguistas não têm – a priori – nenhuma razão para serem imunes a esse efeito (até porque se trata de práticas e produtos não necessariamente parte de seu campo de conhecimento).

~~Defendemos: esse terceiro tipo de esquecimento é justamente o esquecimento de qual Pêcheux falava quando celebrou nos provocou, dizendo:~~

~~[...] há, entretanto fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de ler o arquivo (entendido no sentido amplo de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”)²¹⁶.~~

~~E explica como que o processo histórico sendo inalcançável à olho nu somos sempre tomados pela evidência do arquivo sendo simplesmente “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”.~~

Finalmente, ~~toda~~ essa construção ~~que eem volta do objeto~~ Microsoft Word ~~nos permite fazer~~, somada aos nossos achados sobre a escrita e o desenvolvimento do alfabeto grego, nos permitem vislumbrar uma possível contribuição para o campo do discurso, já que nos parece que muito do nosso trabalho aqui teve como objetivo desfazer o pressuposto de que há somente uma existência material do gesto

²¹⁵ Note aqui a diferença previamente trabalhada entre ordem e organização.

²¹⁶ PÊCHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, Eni. Gestos de Leitura. 3ª ed.: Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 51.

Comentado [VP36]: Vou continuar a questão do arquivo no próximo, senão mistura e tem que ficar clara a questão das práticas técnicas linguageiras sendo responsáveis pela espessura material causa desse esquecimento.

Comentado [VP37]: Aqui é o parágrafo sobre como que mesmo depois de TODO o papo do Pêcheux na primeira parte, a gente ainda tem um miolo idealista bem no meio do nosso materialismo. E que pra demonstrar isso eu preciso falar de lógica.

linguageiro, essa existência que viemos a chamar de *linguagem*. Esse pressuposto é justamente a consequência teórica-epistemológica do esquecimento que acabo de descrever e especificar como resultado da ~~espessura material~~ *espessura técnica* de um texto. A *linguagem*, dada a análise de suas práticas materiais constituintes, não tem unidade material. Dito de outra forma, e emprestando a formulação Lacaniana: **não há nada que sustente a noção filosófica contemporânea de *linguagem* a não *ser* esse próprio significante, *sua construção histórica-epistemológica*, e seus efeitos.**

Esse não é um argumento filosófico, veja. Não estamos argumentando contra a existência dos gestos languageiros. Estamos argumentando sobre a relação entre uma certa construção epistemológica e a interpretação *universalizante* que produz das práticas languageiras.

É por isso que tentamos *trazer* a historicidade da lógica *e sua relação com a filosofia da linguagem*, desde Leibniz até Frege, e demonstrar como que apesar do desenvolvimento do materialismo histórico no século XIX, a relação da filosofia da linguagem com a matemática e a lógica só fez o trabalho de aprofundar e estabilizar esse efeito de “linguagem como exercício humano universal”, ou “exercício essencial do pensamento”. Essa corrente idealista constituinte de muitas vertentes da lógica, da filosofia da linguagem e da linguística é justamente o que Pêcheux denominou de um empirismo lógico, e que aqui defendo que é sustentado *pelo que poderíamos então descrever e demonstrar* como *uma terceira forma de esquecimento*.

Retomaremos as consequências dessa questão em nosso percurso de conclusão.

DO ARQUIVO: NOTAS SOBRE AS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO E A ORDEM DOS DISCURSOS

Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores, quase imediatos.

- Jorge Luis Borges, em *Funes, O Memorioso* (1944)

O OBJETO ARQUIVO: A FERRAMENTA ARQUIVO, E NOSSO PONTO DE PARTIDA

O leitor pode notar que tanto em nosso percurso sobre a escrita quanto em nossa análise do editor de texto, fomos remetidos, vez ou outra, a questões de arquivo e de leitura. Nosso objetivo, nesse que constitui uma espécie de preâmbulo de conclusão de tese, não é uma extensa revisão teórica da questão do arquivo, mas uma breve recapitulação do que foi desenvolvido em dissertação e a adição de alguns passos que podemos agora fazer baseados nos avanços que esperamos ter feito no percurso deste trabalho.

E se devemos falar sobre o arquivo na medida em que integra a topologia teórica do discurso, devemos primeiramente falar sobre uma cisão. Pois por um lado, o arquivo é objeto de estudo: é difícil encontrar uma coletânea de trabalhos em Análise de Discurso que não contenha extensivas preocupações com o estatuto e a natureza do arquivo. Por outro lado, o arquivo sempre foi, desde os primórdios da A.D. Pêcheuxiana, o lugar de constituição do corpus. Sempre se falou sobre o arquivo como esse lugar do qual se recorta o objeto de análise, e aqui ele é dispositivo metodológico. Não seria justo dizer que este lugar foi construído gratuitamente: desde *Efeitos do Arquivo* (1979), Maldidier e Guilhaumou já advertiam sobre a especificidade e a materialidade próprias ao arquivo:

[...] o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional; ele é, em sua própria materialidade e diversidade, organizado por seu campo social. O arquivo não é um simples documento do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes.²¹⁷

E mesmo assim o arquivo ocupa um espaço duplo na A.D.: de preocupação teórica e de ferramenta metodológica. Esse espaço duplo é também imbricação, pois se configura frequentemente como crítica interna e preocupação teórico-metodológica: o método discursivo informa a teoria e não só o contrário.

²¹⁷ GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. *Efeitos do Arquivo*. In: GUILHAUMOU, J. *Discurso e Arquivo: experimentações em análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. p. 116.

O arquivo jamais é dado; à primeira vista, seu regime de funcionamento é opaco. Todo arquivo, sobretudo manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de um selo de uma instituição etc.; ou ainda pelo lugar que ele ocupa em uma série. Para nós, essa identificação, puramente institucional, é insuficiente: ela não diz tudo sobre o funcionamento do arquivo, aliás, longe disso.²¹⁸

Mas é justamente com Malidier e Guilhaumou que está a nossa aposta: que as *configurações* do arquivo são *significantes*. Mais ainda: que essas configurações, ou seja: os modos como o princípio de seleção produz as formas de circulação do sentido, essas *clivagens subterrâneas*, são justamente o *próprio* do arquivo. Por isso, aqui, tentamos fazer um movimento um tanto diferenciado. Da mesma forma que viemos olhando para as práticas técnicas que são condição de possibilidade para o gesto linguageiro e que, nele, se apagam, gostaríamos de tomar posição análoga em nosso enfoque do arquivo. Não olharemos, portanto, para as séries resultantes, os acúmulos dados por esses princípios de seleção. Ao invés disso queremos tentar olhar para as práticas de construção desses princípios de seleção, de forma a – de novo – fazer certas práticas técnicas se religarem a seu lugar no campo discursivo: passando agora pela *questão da leitura*.

Portanto, é o que exatamente que *constitui* o objeto “arquivo” que está em jogo aqui. Quando Pêcheux problematiza como se *lê o arquivo hoje*, certamente está ciente do jogo contido na proposta, pois vejamos: ler o arquivo diz sobre, no mínimo, duas coisas.

A primeira é justamente metodológica: como ler os conteúdos de um arquivo, vasculhar uma série, ir aos porões e se debruçar sobre os documentos, conseguir acesso a certos livros ou registros protegidos pelas cancelas institucionais, e assim por diante.

Mas uma outra proposta que pode se ler nesse convite é o projeto (que como muitos projetos Pêcheuxtianos, é bastante técnico em natureza) de ler *o que é que constitui um arquivo*, sempre dado no campo de relações sociais e produtivas. Façamos, então, a tentativa a partir do lugar que nos cabe, que é na leitura da *espessura técnica* de práticas necessárias para a produção de um arquivo computacional.

²¹⁸ Ibid., p. 116.

O ARQUIVO: SUBSTÂNCIA E HISTORICIDADE EM UM BANCO DE DADOS

Nosso intuito aqui é um breve percurso pela materialidade técnica de um arquivo digital. Queremos depreender dessa materialidade, o que Pêcheux chamou da discursividade do arquivo ou, literalmente: queremos agora *ler um arquivo*:

Seria do maior interesse reconstruir a história deste sistema diferencial dos *gestos de leitura* subjacente, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de aprendê-los, nas práticas silenciosas da leitura “espontânea” reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam essas leituras, mergulhando a “leitura literal” (enquanto apreensão-do-documento) numa “leitura” interpretativa – que já é uma escritura.²¹⁹

Tentamos depreender desse pequeno passo o vigor para continuar nossa breve exposição das possíveis consequências teóricas que o que viemos desenvolvendo até aqui podem ter para a questão do arquivo em análise de discurso.

Como pretendemos recuperar mais à frente, o que chamamos de arquivo muitas vezes não precisa ser pensado nem tratado teoricamente como objeto sólido e homogêneo. Ao invés disso, pode constituir a imbricação de certas práticas de produção de arquivo e do efeito que essas práticas têm como consequência de sua relação com as instituições que as legitimam. Não podemos, portanto, pensar no arquivo como uma *série ou um acúmulo*, livros que pertencem a tal secção, documentos em tal depósito e assim por diante. Tomar o acúmulo pelo arquivo seria o equivalente a tomar o empírico pelo material, a organização pela ordem ou, por assim dizer, a ignorar as aspas tão marcantes da citação Pêcheuxtiana²²⁰.

Essa concepção discursiva de arquivo é muito bem demonstrada no campo do digital, e pela via da exemplificação que nos propomos a fazer aqui, podemos tirar algumas conclusões adicionais.

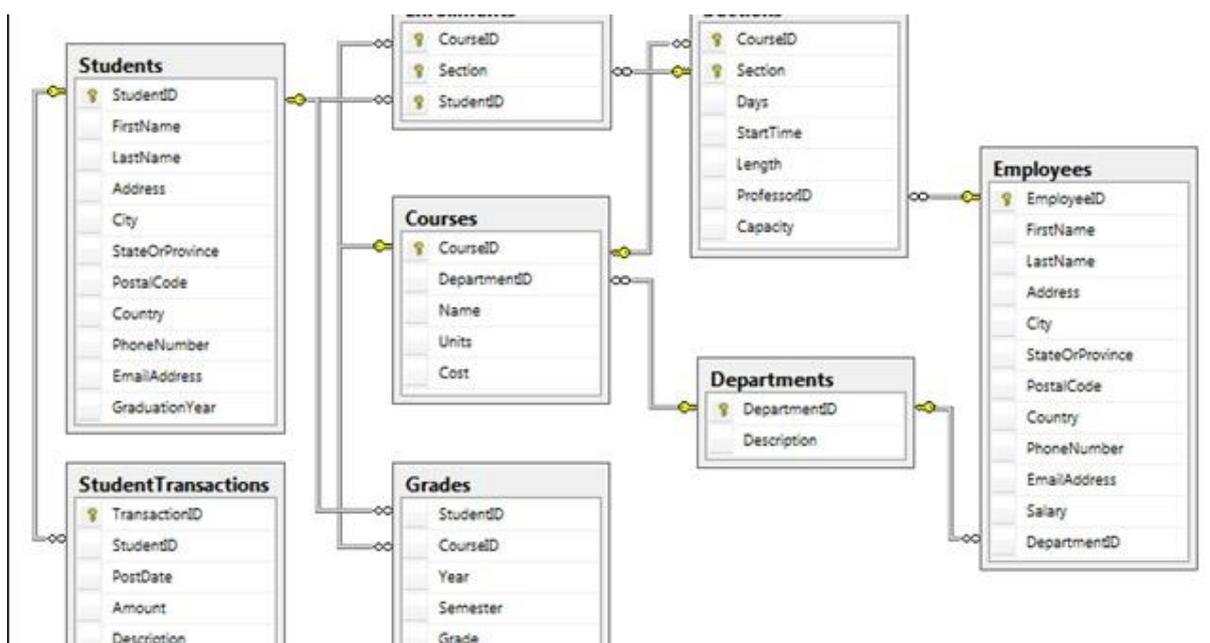
Começamos aqui com uma aproximação. Para os propósitos dessa secção, nossas preocupações com o arquivo tomarão como objeto de trabalho o que, no campo da computação, se chamam as *bases ou os bancos de dados*. Essa

²¹⁹ PÊCHEUX, M. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, E. (orgs.). Gestos de Leitura: da história no discurso. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 51.

²²⁰ Do “campo de documentos disponíveis e pertinentes sobre uma questão”.

aproximação não é automática, mas interpretativa. Sabemos que o arquivo é muitas coisas, toma muitas formas, desliza. Nosso intuito não é tomar um pelo outro. Apenas esperamos que o funcionamento do banco de dados possa dar, senão pistas sobre o que se pode dizer sobre o arquivo *em geral*, pelo menos algo sobre como ele funciona na contemporaneidade das tecnologias digitais. Podemos dizer de saída, entretanto, que o princípio de circulação dos sentidos, o efeito de “campo de documentos pertinentes e disponíveis”, e o lugar do acúmulo e da série, todas essas questões podem ser trabalhadas a partir de uma olhada discursiva para os bancos de dados. Então, começamos nosso trajeto aqui.

De novo por causa de nossa falta de proficiência técnica, tomemos os exemplos mais simples possíveis. O padrão SQL (*Structured Query Language*) é uma linguagem de computação desenvolvida a partir de modelos relacionais²²¹ da matemática e projetada especificamente para a construção de bancos de dados. Apesar de ter aparecido inicialmente na década de 70, é ainda uma forma dominante de produção de bancos de dados tanto no contexto comercial/empresarial quanto para sites e aplicações *online*. Bancos de dados de sites como Google, Facebook e Twitter não se encaixam nesse modelo, são desenvolvidos especificamente para tais aplicativos e são de complexidade proibitiva para descrever de forma generalizada:



²²¹ Este não é o único, existem vários modelos de produção de banco de dados: Network, Hierarchy, NoSQL, e assim por diante.

são, cada um, um animal de sua própria espécie. Não é um problema: começamos demonstrando as questões em jogo em um banco de dados SQL.

Um banco de dados do modelo relacional²²² presume que toda informação²²³ a ser guardada e recuperada pode ser organizada na forma de tabelas: objetos programacionais contendo variáveis ligadas a uma chave. Então, na tabela de estudantes acima, cada estudante seria designado por uma chave (StudentID), ligada à variáveis que são, por definição, *abstrações de características empíricas*²²⁴: nome, sobrenome, endereço, *gênero, raça, nacionalidade, religião*, e assim por diante.

Façamos algumas observações mais aprofundadas sobre esse panorama.

ARQUIVO: E O TRABALHO DE ABSTRAÇÃO DO MUNDO

De novo voltamos aqui à questão que uma certa epistemologia espontânea da “psicologia humana” chama de *abstração*. Da mesma forma que o alfabeto grego é ‘abstração’ dos sons e que o editor de texto é ‘abstração’ da máquina datilográfica.

Como já muito bem vimos, essa palavra está aí para cobrir um buraco: uma operação que não se sabe qual é e que não se sabe o que faz. Mas algumas coisas sabemos.

Sabemos, em primeiro lugar, que se entendermos o significante ‘abstração’ como em um jogo de oposição com ‘concretude’, no par abstrato/concreto, então tanto a operação de divisão entre vogais e consoantes (da forma específica que os gregos

²²² Um banco relacional é construído para resolver um problema de complexidade: se um computador precisa procurar uma só tabela com *toda* informação disponível, a tarefa se torna proibitivamente custosa (de recursos computacionais) em larga escala. Na forma de objetos relacionais, sempre há um caminho curto para qualquer pedaço de informação. Esse modelo também permite operações (de atualização, exclusão, etc.) mais complexa e de forma mais eficiente (de novo, em termos de recursos computacionais, número de computações por segundo) que se a informação fosse armazenada em uma lista ou série. É fácil ver, mesmo no nível superficial desse funcionamento, portanto, que se trata de uma questão produtiva.

²²³ O leitor atento pode perceber quantas noções computacionais fazem operação aqui. Tentaremos, depois da rápida explicação, passar a desconstruir a questão.

²²⁴ O leitor deve ter percebido aqui a complicação. Esse será o foco desse capítulo.

a fizeram) quanto por exemplo a ‘representação’ do caderno no caso do OneNote²²⁵ não se tratam de abstrações, pois têm relações muito concretas com as formas de vida e as práticas discursivas. Os discursos e suas práticas constituintes são concretas: têm materialidade e efeitos sobre a existência social dos homens.

Também sabemos que se tomarmos o significante “abstração” como uma “ideia complexa”, algo que exige prática intelectual para fazer operar, então estaríamos aí fazendo uma distinção de classe e não de objeto, pois – e isso é estabelecido a ponto de não haver necessidade discuti-lo – sabemos que as noções de “inteligência”, “Q.I.”, “capacidade intelectual” são, na verdade, índices de um certo tipo de educação e constituem práticas históricas comuns de exclusão das sociedades burguesas²²⁶.

Sabemos também que o significante ‘abstração’ está em uma série. Ele se encontra com outros como ‘representação’ e no vernáculo moderno ‘modelação’. Podemos até, talvez, fazer uma aproximação que nos ajuda, pois já foi trabalhada em Análise de Discurso. Inserimos, então, nessa série, os significantes ‘tradução’ e ‘transporte’.

Orlandi já muito bem nos lembra que “não se transportam sentidos de um discurso para outro”²²⁷, pois “os meios não são indiferentes aos sentidos”²²⁸. Essa noção não é nova aqui: não há tradução possível para as *práticas* languageiras: não se traduz uma prática em outra. Cada nova forma de produção dos sentidos é também a criação disso que Pêcheux chama de um campo prático, a “realização de um real” que tem parte em determinar as formas que tomam o esquema comanda/demanda do sistema produtivo. Demonstramos, há pouco, como que a escrita é o *outro* da fala, quando olhamos para as especificidades materiais das práticas técnicas de escrita.

É aqui a questão central do problema: o arquivo produz efeitos não só na análise (como lugar de origem do *corpus*), mas como prática de *normatização*²²⁹ dos sentidos. Isso na medida em que os seus parâmetros de seleção são também parâmetros de produção dos sujeitos e dos sentidos. Se um banco de dados diz:

²²⁵ Lembramos: esse aplicativo já foi mencionado na nossa análise do Word anteriormente.

²²⁶ Ver: GOULD, S. J. A Falsa Medida do Homem. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

²²⁷ ORLANDI, E. Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 153.

²²⁸ Ibid., p. 153.

²²⁹ Como a citamos anteriormente.

(tabela>aluno: gênero>masculino/feminino/outros), por exemplo, isso é significativo para a vida universitária. Se a variável 'religião' da tabela aluno é um valor identificado (uma religião dentre uma lista de religiões numeradas e arquiváveis), uma *string* (uma série de caracteres sem valor calculável) ou um valor booleano (tem religião ou não tem religião), essa decisão produz sentido, interpelação. A questão não é abstrata. O resumiríamos da seguinte forma: *a abstração de variáveis a serem armazenadas no banco de dados não constitui uma representação das características externas ao banco de dados, mas a invenção de novas formas de vida que se dão a partir dele.*

Esse panorama de produtividade das formas de vida não é exclusivo, claro, ao digital. O arquivo científico-acadêmico é também dividido de formas específicas, dadas pela biblioteconomia, pela gestão financeira das universidades e pela tradição institucional. Essas formas de organização ressoam nas formas de leitura, produzem efeitos. Assim, enquanto o arquivo em momento algum coincide com a instituição, ele mesmo assim a atravessa e, portanto, atravessa aqueles interpelados nessas instâncias. Assim se produz, progressivamente, o efeito, discutido um pouco mais à frente, de *coincidência* entre instituição e arquivo, materializado na forma de expressões como “o arquivo institucional”.

Ora, ao nosso ver é justamente essa a questão de leitura que Pêcheux provoca quando diz que “os grandes debates memorialistas, filosóficos ou literários [...] são os mais frequentemente estruturados através dos confrontos sobre temas, posições ou, às vezes, sobre métodos de trabalho”²³⁰. A saber: que a forma como essa cisão das possibilidades de leitura é configurada no nível dos arquivos é *transparente* ao leitor. É aqui que esquecimento, arquivo e prática técnica se encontram.

Mas antes de prosseguirmos com esse ponto, voltamos ainda ao banco de dados, na tentativa de olhar minuciosamente para a questão da *informação* implícita ali.

²³⁰ PÊCHEUX, M. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, E. (orgs.). Gestos de Leitura: da história no discurso. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 51.

ARQUIVO: E A INVENÇÃO DA *INFORMAÇÃO*

Não parece coincidência que a história do desenvolvimento da lógica computacional e da teoria da informação, no século XX, seja quase inteiramente composta de homens brancos, europeus e norte-americanos, auto intitulados como ateus e ‘liberais’ ou ‘apolíticos’. Walter Pitts, Claude Shannon, Jon Von Neumann, Warren McCulloch, Robert Weiner, Alan Turing e tantos outros se encaixam aqui. “As feministas não cansam de nos lembrar que o retrato canônico do sujeito que posa como abstrato, universal, racional, reflexivo evoca – coincidência? – um membro típico de um subconjunto particular do gênero masculino”²³¹.

Também é justo dizer que a história das consequências que a “teoria da informação”²³² ou “teoria das mensagens”²³³ teve em algumas vertentes das ciências humanas é resultado do que poderíamos descrever como uma profunda subestimação dos efeitos da linguagem sobre a constituição dos sujeitos. Do ponto de vista dessas teorias – intrinsecamente contemporâneas – o sujeito é aquele que recebe e envia mensagens baseado no aparato fisiológico que tem à sua disposição. Não seria de forma nenhuma selvagem aproximar esse projeto científico do que Pêcheux chamou de o “narcisismo universal do pensamento humano”:

No espaço desse mito psicológico, a história não é outra coisa do que a resultante de uma série de situações de interações, reais ou simbólicas, a língua não é outra coisa que uma (fraca) porção dessas interações simbólicas, e o inconsciente não é outra coisa que a não-consciência afetando negativamente este ou aquele setor da atividade do sujeito, em função das determinações biológicas e/ou sociais mencionadas nesse instante.²³⁴

O que está em jogo, nesse momento, é o estatuto da noção de informação em um certo campo de conhecimento que nasce da matemática e das ciências da computação. Claude Shannon – frequentemente designado como o pai da “era da

²³¹ TADEU, T. *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 9.

²³² Como por exemplo estipulada em *A Mathematical Theory of Communication* (1948) e *Cybernetics: or the Control and Communication in the Animal and the Machine* (1948).

²³³ A nomenclatura específica varia, essa formulação é de Weiner em *The Human Use of Human Beings* (1950)

²³⁴ PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 289.

informação” – em seu trabalho seminal *A Mathematical Theory of Communication* (1948), diz:

O problema fundamental da comunicação é este, de reproduzir em um ponto ou exatamente ou aproximadamente uma mensagem selecionada em outro ponto. Frequentemente, as mensagens tem *sentido*; isto é, elas fazem referência ou são correlacionadas de acordo com algum sistema com certas entidades físicas ou conceituais. Esses aspectos semânticos da comunicação são irrelevantes ao problema de engenharia. O aspecto signifiante é que a mensagem, de fato, é *selecionada de um set* de mensagens possíveis. **O sistema deve ser desenhado para operar para cada possível seleção, não somente aquela que será, de fato escolhida**, já que esta é desconhecida no momento de desenho do sistema.²³⁵

Mas ele certamente não é o único. Robert Weiner, cientista que cunha o termo cibernética em seu uso corrente e funda toda uma área de produção de conhecimento sustentada nessa noção de informação, o formula da seguinte maneira:

A linguagem é, de fato, em algum sentido outro nome para a própria comunicação, tanto quanto uma palavra que se usa para descrever os códigos através dos quais a comunicação acontece. [...] O que distingue a comunicação humana da maioria dos outros animais é (a) a delicadeza e complexidade do código usado, e (b) o alto grau de abstração desse código.²³⁶

Aqui linguagem é código: a mensagem esteve sempre pronta. Lembrando nossa formulação interpretativa de que: o editor de texto é representação da escrita, que é representação da fala, que é representação do pensamento.

Aqui está a contradição literal e espelhada do que Orlandi defende quando diz logo acima que “os meios não são indiferentes aos sentidos”. *Todo* o projeto da computação como sustentado pela matemática contemporânea é *o projeto de produzir um meio indiferente aos sentidos*. E, de acordo com o que defendemos sobre a relação entre ordem e organização: esse projeto não é, *justamente*, sem efeitos sobre os arquivos e sobre os sentidos. Costurando de volta a questão Leibnizeana da linguagem universal e traduzindo a questão em miúdos dizemos: a história da

²³⁵ Shannon. *A Mathematical Theory of Communication* (1948). In: *The Bell System Technical Journal*, New York. Vol. 27, 379-423. 07/1948. p. 1, [tradução nossa], [grifo nosso].

²³⁶ WEINER, N. *The Human Use of Human Beings: cybernetics and society*. Boston: Da Capo Press, 1954. parte IV.

operacionalização do sonho de uma linguagem, de um texto e de um arquivo indiferentes ao sentido *teve efeitos sobre o sentido*.

A produção da ‘abstração’ e da ‘informação’ como princípios de operacionalização dos arquivos digitais (no caso, da relação entre as ciências computacionais e o capitalismo contemporâneo) é, portanto, determinante das práticas discursivas resultantes, na forma do que Gallo e Silveira²³⁷ vêm denominando como o processo de *normatização*. A saber: a “abstração” e a “informação” são princípios de produção do campo prático determinantes, na forma de clivagens subterrâneas, das práticas de leitura. Isso é justificado na medida em que esses princípios produzem, na forma do arquivo, aquilo que denominamos como as marcas da circulação (como, por exemplo, as marcas de revisão no caso do texto acadêmico produzido no editor de texto). As *tags* são um exemplo digital disso, como a *hashtag*, por exemplo, mas existem outros. Não se tratam, portanto, de abstrações, mas de concretudes (leia-se materialidades) de outra espécie.

Adicionaremos, ainda, algumas questões importantes antes de darmos consequência a essas questões específicas ao arquivo digital.

O ARQUIVO: GOOGLE E O SONHO DE LIBERDADE

A arte prossegue adiante de nós. Em *A Biblioteca de Babel* (1944), Borges já anuncia esse efeito pelo qual hoje somos tomados quando digitamos qualquer coisa em um motor de buscas como o Google. O *efeito*, materializado pelo número de resultados encontrados (e ainda em tão pouco tempo!), pelo número de páginas a serem vistas (quão raramente passamos da primeira página de resultados), pela homogeneidade desse “arquivo”, é que *tudo* está aqui. E não só tudo, mas cada versão possível, cada variância de cada coisa a se achar. Verdadeiramente: o campo de documentos disponíveis e pertinentes sobre uma questão. Sem as aspas.

[...] Dessas premissas incontrovertíveis deduziu que a Biblioteca é total e que suas prateleiras registram todas as possíveis combinações dos vinte e tantos símbolos ortográficos (número, ainda que vastíssimo, não infinito), ou seja, tudo o que é dado expressar: em todos os idiomas. Tudo: a história minuciosa

²³⁷ XXXX

do futuro, as autobiografias dos arcanjos, o catálogo fiel da Biblioteca, milhares e milhares de catálogos falsos, a demonstração da falácia desses catálogos, a demonstração da falácia do catálogo verdadeiro, o evangelho gnóstico de Basilides, o comentário desse evangelho, o comentário do comentário desse evangelho, o relato verídico de tua morte, a versão de cada livro em todas as línguas, as interpolações de cada livro em todos os livros; o tratado de Beda pôde escrever (e não escreveu) sobre a mitologia dos saxões, os livros perdidos de Tácito.²³⁸

Não tão diferente da definição que encontramos no site da própria Google: “A internet é como uma livraria com bilhões de livros, crescendo infinitamente e desprovida de um sistema central de arquivamento”²³⁹. E que continua:

“O índice de procura da Google contém centenas de bilhões de páginas da Web e é consideravelmente maior do que 100,000,000 de gigabytes de tamanho. É como o índice no fim de um livro – com um registro para cada palavra vista em cada página que indexamos”²⁴⁰

Dissemos que a arte prossegue adiante de nós. Pois a vida imita a arte, e exatamente como acontece no conto de 1944, também na virada do século XXI a progressiva apropriação da internet por grupos de interesses distintos²⁴¹ trouxe consigo, em primeiro lugar, uma “extravagante felicidade”²⁴². A ideia de que tudo poderia ser encontrado e mais ainda: de que tudo poderia ser dito! De que poderíamos nos encontrar! Finalmente a democratização da palavra... e (quem seríamos se não sonhássemos) também: a democratização do sentido.

Não precisamos nem formular o que aconteceu em seguida, Borges já o fez melhor: “À desmedida esperança, sucedeu, como é natural, uma depressão excessiva”²⁴³. Mas a pergunta que deveria incomodar é: exatamente em qual tipo de prisão estávamos, da qual buscávamos, com tanta esperança tácita, a liberdade? Se a internet e o acesso das classes médias aos computadores pessoais prometeram,

²³⁸ BORGES, J. Obras Completas, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1998. p. 39.

²³⁹ Disponível em: <<https://www.google.com/search/howsearchworks/crawling-indexing/>>, Acessado em: 05/05/2019. [tradução nossa].

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Durante muito tempo os primórdios do que se tornaria a internet foi um sistema de comunicação militar e, em alguns casos, acadêmico, nos Estados Unidos.

²⁴² BORGES, J. Obras Completas, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1998. p. 39.

²⁴³ Ibid., p. 40.

em algum momento, a possibilidade de construção e circulação por essa fantasiosa biblioteca de Babel, por quais arquivos éramos antes então, tão limitados e restringidos?

Ora, se o materialismo nos ensina alguma coisa, é que o desejo não é limitado pela regra, mas produzido por ela. Esse “desejo por liberdade” deve ser, portanto, certamente indício dos arquivos que até então foram constitutivos das relações sociais.

Sabemos, pois, e podemos partir do pressuposto que os arquivos institucionais *não são* as instituições²⁴⁴. Sabemos que os arquivos atravessam as instituições, suas formas de constituição e manutenção de certos campos discursivos e de certas práticas sociais, e sabemos também que as instituições atravessam os arquivos, suas formas de reprodução e legitimação.

O que é mais difícil de reconhecer, talvez, é que as práticas constituintes de um arquivo e a sua relação com a instituição é inteiramente contingente e nunca necessária. Podemos formular a questão da seguinte forma: se um arquivo parece institucional, se ele se inscreve na ordem dos saberes e na memória dos discursos, então a materialidade de seu “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” está absolutamente colada com seu próprio gesto de produção desse campo. Quer dizer, as duas coisas se identificam: o gesto de produção do arquivo, e o arquivo produzido. Por estarmos aqui ainda falando de discursos de escrita, temos uma ordem de saberes na qual a legitimação institucional é produzida justamente pela homogeneidade imaginária de seu arquivo. As memórias de arquivo e as posições institucionais que as produzem estão sempre em uma relação estreita de identificação que faz transparente duas instâncias diferentes do arquivo: sua existência como gesto de recorte, e sua existência como campo de documentos.

Como descrevemos na seção anterior, o sujeito – interpelado no contexto institucional²⁴⁵ – não pode senão ser determinado também, nas suas formas de leitura, pela sua relação com o arquivo que, *imaginariamente*, corresponde a tal instituição. Até então, no nível do imaginário, uma coisa sempre coincidiu com a outra. Portanto a heterogeneidade, a instabilidade e a provisoriedade dos arquivos raramente deram

²⁴⁴ Ver FILHO, F. R. B. *Língua, Arquivo, Acontecimento: trabalho de rua e revolta negra na salvador oitocentista*. Tese. Unicamp: Campinas, 2016.

²⁴⁵ XXXX Isso aqui tá errado

as caras a não ser na crítica, na arte, e na teoria. É somente com o advento das práticas *automáticas* de produção de arquivos que este panorama muda, e sua mudança tem efeitos sociais profundos. Voltaremos a esse ponto a seguir.

Antes precisamos olhar para a especificidade dessa identificação institucional. Do nosso ponto de vista, nos vale ressaltar aqui dois movimentos simultâneos em um arquivo entendido até agora como institucional (o arquivo acadêmico de um instituto, o depósito Estatal de documentos pertinentes à alguma guerra ou revolta, os livros proibidos nos porões do Vaticano, e assim por diante).

O primeiro movimento é um procedimento, ou *as configurações*, de seleção: do que merece ser guardado e do que deve ser descartado, do que é importante, e do que é irrelevante, do que tem valor documental, e do que não se pode, ou não se deve, legitimar. Esse procedimento, note, não é um gesto intencional de ocultação ou desvelamento. Não é resultado de algum anjo democrático que “quer que os outros saibam”²⁴⁶, nem do personagem maquiavélico que “precisa manter os segredos e as verdades da população”. Não: esse procedimento de construção de configurações seletivas, dizemos com todas as letras: de clivagens subterrâneas, é um procedimento feito na identificação com o lugar que se ocupa, como demonstraremos mais à frente no nosso exemplo dos arquivos digitais. Assim, da mesma forma que no caso da enunciação, é preciso se esquecer de algo para se produzir um arquivo: é preciso se ter sua posição como natural. Essa posição é, justamente, (o efeito d) a posição institucional, e o resultado desse esquecimento é a *indistinção* entre o arquivo e a instituição com o qual é historicamente costurado. Um exemplo histórico desse fenômeno de identificação é descrito com todas as (belas) letras por Roudinesco:

Preocupado em classificar e organizar toda a memória de um mundo engolido do qual conhecera apenas os últimos momentos, [Eissler] recusou aos historiadores profissionais o acesso aos arquivos a fim de preservar intacta a imagem do mestre falecido. Eissler tinha uma concepção “soberanista” do arquivo, no sentido em que este, embora depositando num local laico, garantido pelo Estado, era reservado exclusivamente aos membros de uma comunidade definida e constituída num reino soberano: a IPA. Dessa forma, o arquivo era “propriedade” dos psicanalistas formados no serralho do

²⁴⁶ Recentemente encarnado justamente em figuras do digital como Julian Assange e Edward Snowden, mas no nosso caso personificado na figura do jornalista investigativo, por exemplo.

movimento freudiano. Os “outros”, pertencentes a outro campo, outra noção, outra comunidade, estavam excluídos dele.²⁴⁷

Muito bem. A segunda coisa que acontece é que essas configurações, esses princípios de seleção, essas clivagens subterrâneas, produzem, então, um “campo de documentos”.

Sejamos bem claros: esse campo *não é* - empiricamente - um campo de documentos “disponíveis e pertinentes sobre uma questão”. Esse campo é um campo de batalha. Ele é um campo heterogêneo, fragmentado, atravessado por inúmeras determinações que não são a “posição monolítica institucional” (como se houvesse tal coisa a não ser como efeito). Da mesma forma que no sujeito, a condição de possibilidade do sentido dos arquivos é a contradição. Entretanto, na *relação* entre legitimação institucional e campo heterogêneo de documentos, o que se produz é justamente o *efeito* de “campo de documentos disponíveis e pertinentes sobre uma questão”. Ou seja: esse campo fragmentado e heterogêneo se constitui, por via de um efeito institucional, como o campo de respostas possíveis ao problema. *Esse efeito só é possível na relação da interpelação do sujeito com as instituições. É da estabilidade dessas relações, que os procedimentos de leitura ganham sua legitimidade e ele está diretamente relacionado com o efeito de fecho do texto.*

O leitor atento, portanto, percebe o problema que apresentam as novas formas de produção automática de arquivos. Perguntas urgentes demandam resposta. Qual o efeito desses novos arquivos sobre o que já chamamos de “arquivos institucionais”? Como eles se imbricam? Como o efeito de legitimidade desses novos arquivos é engendrado? Ao invés de arriscarmos elaborações prematuras, passemos à especificidade da questão, onde isso pode ser mais bem observado.

O ARQUIVO: DE FUNES, QUE NÃO PENSA, À QUESTÃO DA QUERY: DA INTEGRIDADE COMO TÉCNICA, E DA NEUTRALIDADE POLÍTICA

²⁴⁷ ROUDINESCO, E. A Análise e o Arquivo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 13.

No padrão SQL de linguagem de computação²⁴⁸, há toda uma suíte de comandos destinados a *query* (do inglês pergunta, ou indagação), relacionados a como se extrai informação de um banco de dados (previamente alimentado).

Por exemplo, o operador *AND* permite que uma procura apresente resultados relacionados a duas condições separadas. Então eu poderia pedir ao mesmo tempo que o banco me retornasse todos os alunos que têm 17 anos de idade e todos os alunos que são mulheres. No caso do operador *OR* eu poderia pedir resultados diferentes relacionados a uma mesma variável. Por exemplo, todos os alunos que tivessem sido originalmente matriculados em 2016 e em 2017. Um terceiro exemplo é *SUM*, que soma todas as variáveis de coluna específica. Eu poderia, nesse caso, pedir a soma da coluna *idade* na tabela de alunos matriculados na disciplina XYZ²⁴⁹.

Pode-se perceber que o que os operadores estão fazendo, então, são operações lógicas sobre as informações armazenadas nos bancos de dados. Mas como bem sabemos, e sobre o que Pêcheux já adverte: a materialidade da língua escapa, resiste mesmo, aos procedimentos que a lógica gostaria de universalizar. Então, se não escrevemos em termos de lógica, o que é, exatamente que *nós* fazemos quando fazemos uma pergunta ao Google ou quando rolamos a página do site Facebook e assim por diante? Temos um problema sério aqui. Demonstremos por quê.

Se eu digitar no campo de procura do Google “the one who leaked NSA secrets”²⁵⁰, a primeira página disponível não contém nenhuma dessas palavras no título, e é simplesmente uma página de Wikipédia sobre Edward Snowden (o homem

²⁴⁸ A falta de citações desses padrões técnicos é, em si própria, digna de análise. Não encontramos, no campo da computação, a mesma espécie de relação entre assinatura e autoria. Raramente se sabe quais foram os protagonistas no desenvolvimento de um padrão específico de cada linguagem. Frequentemente se tratam de “laboratórios” e não autores. Uma grande parte do que se encontra nessa tese, por exemplo, foi retirado de sites explicativos, cursos tutoriais, conversas com especialistas, sem nunca uma menção de referência ou bibliografia. Vale notar a problemática aí com relação à questão da autoria, mesmo estando esse estudo fora de nossos presentes propósitos.

²⁴⁹ Os primeiros dois operadores (*AND* e *OR*) também são operadores em procuras do Google. Há uma memória desde a lógica Booleana que faz certas funções e operadores serem constantes em várias linguagens de programação vastamente diferentes. As raízes das linguagens de computação (no sentido diacrônico do termo) são outro campo de estudo que pede para ser desenvolvido.

²⁵⁰ “aquele que que revelou segredos da NSA” com um pequeno erro ortográfico (leked ao invés de leaked).

que, famosamente, revelou segredos na NSA em 2013). Voltamos então a Frege e à velha problematização da explicativa em *Sentido e Referência* (1982)! Podemos tomar a frase “the one who leaked NSA secrets” no campo de procura do Google como:

- Eu gostaria de saber sobre aquele que vazou segredos da NSA.
- Eu gostaria de saber sobre Edward Snowden, aquele que vazou segredos da NSA.
- Edward Snowden, aquele que vazou segredos da NSA, é alguém sobre o qual eu gostaria de saber²⁵¹.

Será possível que quando digito “the man who leaked NSA secrets”, o Google não só “perdoa” meu erro ortográfico, mas “entende” esse enunciado como a explicativa de Edward Snowden?

Claramente, não. Como bem demonstra Pêcheux, a explicativa produz seus efeitos no encontro entre a articulação relativamente autônoma da língua e o pré-construído na história, e não como relação mais ou menos próxima com a denotação, como Frege a denomina, que é puro efeito desse encontro.

Para esclarecer essa questão, basta darmos uma olhada mais atenta à certas práticas técnicas de produção de arquivo do Google. O leitor estaria justificado em imaginar que já que o programa que veio a se tornar o buscador Google é certamente um dos produtos mais financeiramente valiosos já produzidos na história da civilização ocidental, ele também deve ser um segredo corporativo inalcançável, como a famosa fórmula da Coca-Cola. Acontece que o Google é, de fato, uma tese: um trabalho de PhD realizado por dois alunos da Stanford University e, portanto, registrado em relatório final. Temos, então, mais informação sobre o funcionamento interno do Google do que se imaginaria inicialmente possível obter²⁵².

²⁵¹ Espelhando aqui o problema da explicativa declarado na forma “Kepler, aquele que descobriu a órbita elíptica dos planetas, morreu na miséria” por Frege.

²⁵² A informação contida aqui é bastante desatualizada, já que consiste de relatório universitário feito pelos estudantes Larry Page e Sergey Brin em seus percursos de doutoramento, mas é mais do que suficiente para nossos propósitos. Uma versão desse relatório se encontra aqui: <http://infolab.stanford.edu/~backrub/google.html>. Também nos baseamos no texto corporativo, e admitidamente vago, do próprio site: <https://www.google.com/search/howsearchworks/algorithms/>, tanto quanto algumas outras fontes. Trabalhar com questões de Web exige uma posição um tanto flexível do acadêmico tradicional, com relação às citações e bibliografia. Essa é, justamente, uma das questões em jogo aqui.

Sabemos, por exemplo, que o buscador do Google contém modelos sintáticos, morfológicos e ortográficos das línguas suportadas²⁵³. Isso significa dizer que no instante de minha procura, o motor de buscas não só substituiu “leked” por “leaked”²⁵⁴, mas muito provavelmente realizou algumas operações estatísticas baseadas na relação entre “the one” (àquele), “who” (que), e “leaked NSA secrets” (vazou segredos da NSA). É interessante notar que “vazou segredos” (expressão equivalente em Português) é idiomática. Segredos não vazam da mesma forma que recipientes de líquidos. Temos, portanto, evidência de um problema com relação à questão da *referência*. A saber: o trabalho que realiza é com a empiricidade estatística do significante. O efeito de *interpretação* é consequência desse trabalho estatístico que o buscador faz com os significantes dados como matéria prima. *É, portanto, um trabalho técnico sobre o significante, além de discursivo*²⁵⁵.

Como exemplo desse trabalho técnico sobre o significante, podemos descrever outra prática do buscador que é seu banco de dados de sinônimos, onde o enunciado passa por substituições dos seus significantes. No exemplo da própria literatura corporativa, “como substituir uma lâmpada” poderia apresentar resultados da procura “como trocar uma lâmpada” e assim por diante.

Precisamos parar por aqui. As questões que nos vale ressaltar nos impedem de ir muito mais a fundo nas vicissitudes cativantes dos buscadores.

Duas questões são dignas de maior investigação. A primeira é a questão do que chamaremos aqui de “integridade técnica”. A segunda é a questão da discursivização de uma espécie de “neutralidade política”.

Funes, o memorioso e sua integridade técnica

²⁵³ 103, no momento de escrita.

²⁵⁴ Essa substituição não é tão simples quanto pode parecer. Uma palavra contendo erro ortográfico em uma língua pode estar corretamente escrita em outra, ou pode ser propositalmente escrita de certa forma, por exemplo no caso do Tumblr ou do Flickr, e assim por diante. Pelo que pudemos depreender da literatura, esses passos são modulados por análises estatísticas de resultados de procuras anteriores.

²⁵⁵ Técnico no sentido citado anteriormente como “transformação de produto primário em produto secundário”.

Não é exagero dizer que há um algoritmo que, no percurso de nascimento e crescimento inicial da empresa Google, representou o principal diferencial entre um motor de buscas e todos os outros. Para o leitor atento, a descrição soará *assustadoramente* similar ao que descobrimos sobre o alfabeto grego. É este o famoso algoritmo de 700 bilhões de dólares:

$$PR(A) = (1-d) + d (PR(T1)/C(T1) + \dots + PR(Tn)/C(Tn))^{256}$$

Na história da Google, esse algoritmo ficou conhecido como *PageRank*, um sistema de avaliação da importância de uma página. Somos, é claro, hiperbólicos. Muitas questões estiveram envolvidas no crescimento desmedido da empresa ao que é hoje. Mas não há dúvidas que, considerando que na época a empresa não tinha a coleção de “dados” sobre as formas e hábitos de procura de seus usuários, o PageRank foi de grande importância para o crescimento da empresa. A descrição do algoritmo segue da seguinte forma:

Nós assumimos que a página A tenha T1...Tn páginas que apontam para ela (ou seja, são citações). O parâmetro d é um fator de amortecimento que pode ser definido entre 0 e 1. Nós geralmente o colocamos em 0.85. Há mais detalhes sobre d na próxima seção. Também C(A) é definido como o número de link que saem da página A. O *PageRank* da página A é dado da seguinte forma: $PR(A) = (1-d) + d (PR(T1)/C(T1) + \dots + PR(Tn)/C(Tn))$. Note que os PageRanks formam uma distribuição probabilística das páginas da web, então a soma de todos os PageRanks de todas as páginas será 1.²⁵⁷

A questão importante a notar sobre esse algoritmo é que (e de novo), *suspeitamente* similar à clivagem do alfabeto fenício em alfabeto grego, a diferença central aqui é a produção de um sistema fechado de valores. *A totalidade de todas as páginas na internet* é equivalente a 1 (ou 100%, e assim por diante), ou seja: à totalidade do sistema. O valor PR de uma página, portanto, é (simplificadamente) a relação que essa página tem com todas as outras, em termos de uma razão matematicamente descritível entre a quantidade de vezes que é citada e a quantidade de citações que contém.

A clivagem aqui é marcadamente ligada às práticas de *consumo*: a importância relativa de uma página no *todo* da internet é diretamente ligada com o quanto ela representa uma demanda importante (ou não) no campo de todas as outras

²⁵⁶ Retirado diretamente do artigo de Page e Brin: <http://infolab.stanford.edu/~backrub/google.html>.

²⁵⁷ Ibidem. [tradução nossa]

páginas similares, representada aqui pela materialidade do hipertexto, ou *link*. Se trata de uma clivagem própria da forma histórica capitalista: poderíamos, por exemplo, pensar em seu inverso, na Idade Média, onde há uma relação íntima entre a importância de um documento e as práticas de *exclusão*, e não consumo, associadas aos seus modos de circulação. Isso demonstra como que mesmo uma fórmula matemática é demonstrativamente *discursiva*, quer dizer, constitui um *dizer* sobre alguma coisa, se formos capazes de reconstituir a historicidade de suas práticas constituintes.

Mas chamamos atenção para a questão do algoritmo *PageRank* por outro motivo. Pois o PageRank, por ser construído para pensar a internet como um *todo relativamente autônomo*²⁵⁸, também acusa uma certa posição em relação à internet, e ao que constitui a “missão” de um buscador. Isso porque o PR de uma página e, portanto seu lugar na lista de resultados retornados ao usuário, é *entendido por seus desenvolvedores como* sendo determinado por razões completamente desvincilhadas das relações capitalistas exteriores à internet. É esse o efeito imaginário do *PageRank*: de que há uma certa *pureza* nas relações de links entre páginas, de que a razão matemática dessa relação é *representação* das vontades, dos interesses e das posições dos sujeitos-usuários.

O que está, portanto, materializado nesse algoritmo é também o que Pêcheux descreve como a posição do copista em *Ler o Arquivo Hoje*, nos revelando que pela via do silêncio, sempre foi *legitimidade* o papel produtivo do copista. Assim, a empresa se sustenta como provedora de serviços para usuários, não para *advertisers*:

“Nós somente vendemos propagandas, não resultados de procura. Mesmo que *advertisers* possam pagar para colocar suas páginas em secções claramente marcadas da página, ninguém pode comprar uma colocação melhor nos resultados de procura”²⁵⁹.

Somada ao algoritmo *PageRank*, poderíamos reescrever então a citação acima da seguinte forma: “o cálculo que determina a razão de importância das páginas da web é invulnerável ao capitalismo. Fazemos dinheiro à parte. Do lado, em secções

²⁵⁸ A expressão não é usada acidentalmente.

²⁵⁹ Disponível em: <<https://www.google.com/search/howsearchworks/>> Acessado em: 07/05/2019.

claramente marcadas. A integridade da prática de produção desse arquivo é inquestionável *por ser técnica*: não é de esquerda, não é de direita, não é conservadora, nem liberal: é automática; uma representação matemática das relações dadas na própria rede, pela própria rede, para a própria rede”.

Voltaremos a esse exemplo mais tarde, mas por enquanto não é necessário insistir em demonstrar em que medida esse efeito é imaginário: se não fosse intimamente ligada aos interesses capitalistas, não seria uma empresa avaliada em 739 bilhões de dólares em 2019. O que é interessante ressaltar é um deslocamento histórico importantíssimo relacionado ao *lastro* ou à legitimidade de produção de um arquivo.

Dissemos que a instituição e o arquivo não coincidem, mas que um atravessa o outro. Pois bem, como já descrevemos, a instituição atravessa o arquivo de forma a lhe legitimar. De forma a produzir, do campo heterogêneo, fragmentado e disperso de documentos, um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Ou seja: o lastro material de um arquivo moderno esteve fortemente relacionado com sua ligação às instituições capazes de o legitimar (o Estado, a ciência, o jornalismo, e assim por diante).

É aqui que podemos assistir à virada. Não se trata simplesmente de ressaltar que as práticas de produção do arquivo são agora técnicas, pois, até uma certa medida, elas sempre foram. Se trata de que a técnica entra aqui, em um jogo discursivo, como legitimação para a produção do arquivo. Page e Brin afirmam:

Nós criamos mapas contendo até 518 milhões desses hiperlinks, uma amostra significativa do total. Esses mapas permitem rápido cálculo da *PageRank* de uma página da web, **uma medida objetiva da sua importância como citação, o que corresponde bem com as ideias subjetivas de importância das pessoas**. Por causa dessa correspondência, o *PageRank* é uma excelente forma de priorizar os resultados por palavras chave na web.²⁶⁰

Se trata por tanto, de mais uma “tecnologia apolítica de representação do pensamento humano”, e por ser baseada nas discursividades da lógica e da matemática, são *objetivas*, invulneráveis à corrupção da política humana.

O leitor percebeu que a distinção interessante aqui é que ao invés de práticas técnicas associadas ao gesto linguageiro, estamos tratando de práticas

²⁶⁰ Disponível em: <<http://infolab.stanford.edu/~backrub/google.html>> Acessado em: 08/05/2019.

técnicas associadas à produção de arquivos. Dito de outra forma: os arquivos também são atravessados por esse esquecimento, relacionado à espessura técnica de práticas que para ele são condição de possibilidade e se sustentam no efeito de não nascerem de posição nenhuma, mas de uma simples “*abstração técnica do real*”. É esse deslocamento, essa mudança na forma das práticas produtivas associadas ao arquivo que transforma, consigo, todo o horizonte de práticas de leitura, pois as práticas de leitura estão sempre costuradas com as práticas de arquivo, como Pêcheux muito bem define quando fala de clivagens subterrâneas. Isso significa admitir que as mudanças tectônicas que experimentamos no novo século não são “desestabilizações” ou “desarranjos” da ordem dada, nem constituem “arquivos fluidos” ou flexíveis, mas algo talvez mais assustador e interessante, a saber, uma reestruturação das condições de possibilidade de produção de *qualquer* arquivo. Ou seja: não fluidos, mas *em fluxo*. Não desorganização, mas reorganização. Não desordem, mas uma nova ordem de arquivos, sustentada justamente no efeito dessa integridade técnica dada pelas práticas de referencial logicamente estabilizado.

Vimos muito sobre o banco de dados, o buscador Google, e a lógica de produção de arquivo digital. Queremos adicionar à nossa equação somente mais uma questão relevante, e passamos então às conclusões.

Funes, o memorioso e sua neutralidade política

Se voltarmos ao algoritmo de Page e Brin:

$$PR(A) = (1-d) + d (PR(T1)/C(T1) + \dots + PR(Tn)/C(Tn))$$

Podemos notar algo mais de interessante que vem da análise dele como clivagem subterrânea. A “justificativa intuitiva” do algoritmo, como designada pelos próprios autores, segue da seguinte forma:

O PageRank pode ser pensado como um modelo de comportamento de usuários. Assumimos que há um “surfista aleatório” que cai em uma página aleatória e continua clicando em links, nunca apertando “voltar” mas eventualmente ficando entediado e começando em alguma outra página aleatória. A probabilidade que o surfista aleatório visitará uma página A é seu

PageRank (PR(A)). E, o fator de amortecimento d é a possibilidade, em cada página, que o surfista aleatório se entedie e peça outra página aleatória.²⁶¹

De praxe, primeiro precisamos notar que “justificativa intuitiva” é *exatamente* o que Pêcheux chama de uma epistemologia “espontânea da ação humana”:

Seria profundamente injusto atribuir só aos psicólogos profissionais a responsabilidade desse mito onipresente do sujeito psicológico: o que eles fizeram foi só dar forma (através de uma série de construções formais-experimentais mais ou menos sofisticadas) às representações que vêm à mente de todo sujeito humano “normal” – ou ao menos de todo ocidental [...] desde que ele é levado, por esta ou aquela via, a produzir sua epistemologia espontânea da ação humana. Os universitários não têm, à prior, nenhuma razão para escapar a esta evidência.²⁶²

Mas o que é importante aqui é olhar para como essa epistemologia espontânea da ação determina as formas específicas de produção de arquivo. E queremos chamar atenção aqui para o “surfista aleatório”.

Um doutorando em ciências da computação não é esperado a saber e, de fato, lucra em *não* saber, que esse surfista claramente não existe. Note bem aqui: ele é, também, uma *abstração matemática* do que constitui um sujeito. Um campo de probabilidade de como um sujeito pode se comportar nas métricas quantitativas da rede.

Como já dissemos, *abstração* é frequentemente um termo que se utiliza quando não se pode descrever exatamente qual a operação que se faz. Nesse caso, a abstração é *produtiva*, no sentido de que produz formas de leitura. Uma olhada mais a fundo no material da empresa pode nos ajudar a discernir que tipo de produção é essa.

A procura também inclui algumas características que personalizam os resultados baseada na atividade de sua conta. Por exemplo, se você procurar “eventos perto de mim”, o Google pode personalizar algumas recomendações para categorias de eventos que supomos que interessem a você. **Esses sistema são desenhados para determinar seus interesses, mas não são**

²⁶¹ Disponível em: <<http://infolab.stanford.edu/~backrub/google.html>> Acessado em: 08/05/2019.

²⁶² PÊCHEUX, M. Análise de Discurso. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 289.

desenhados para inferir características sensíveis como sua raça, religião ou partido político.²⁶³

A questão aqui, então, não é tão diferente das questões marcadas nas regularidades dos discursos neoliberais, que produzem, a partir das marcas do liberalismo clássico, *um espaço de indistinção das condições materiais de existência dos sujeitos*. Ainda em meu trabalho de conclusão de curso, o defini da seguinte forma, em relação aos discursos de autoajuda:

Destaca-se aqui que, através das marcas discursivas como “nós” sendo usado sempre na caracterização, e em frases como: “todos nós dividimos algo em comum”, cria-se um efeito de inclusão, que funciona a partir do que se denomina nessa pesquisa de lógica metafísica, mas tem um efeito de sentido distinto, pois funciona não para caracterizar como o indivíduo funciona, mas sua condição entre outros indivíduos, o que se chamaria de sua posição política. Note, portanto, que a primeira função dessa formação discursiva é a da *igualdade*. Coloca todos os seres humanos na mesma condição material, ou melhor, apaga a variável da materialidade, efeito que claramente corrobora o funcionamento metafísico do mesmo discurso²⁶⁴.

A regularidade discursiva que produz esse apagamento das especificidades materiais da existência dos sujeitos não é, portanto, novidade no campo dos discursos neoliberais. A capilarização (tecnicamente produzida) da relação entre sujeito-usuário e arquivo e o armazenamento dos comportamentos do usuário digital *não* fazem com que a ferramenta “esteja mais próxima da real existência do sujeito” ou que “saiba mais sobre quem cada um é”. Essas práticas têm, de fato, como consequência, a capilarização de um trabalho discursivo de *sobredeterminação* do sujeito por essas práticas técnicas de produção de arquivo: ela é *produtiva*, em outras palavras, *não descritiva*.

Pois é inevitável para qualquer usuário que usa um buscador como o Google que, de uma forma ou de outra, a sua raça, religião e partido político seja, sim, determinante dos resultados de procura, pois “as categorias de coisas que interessam a você” não estão desassociadas da sua posição material. Entretanto, o efeito é justamente esse de despolitização das posições materiais que ecoa as lógicas do

²⁶³ Disponível em: <<https://www.google.com/search/howsearchworks/algorithms/>> Acessado em: 05/05/2019. [tradução nossa], [grifo nosso].

²⁶⁴ PEQUENO, V. O Homem Demasiado Livre: uma crítica ao sujeito do discurso na autoajuda. Monografia de conclusão de curso. UNISUL, Palhoça, 2010. p. 60.

liberalismo e da meritocracia. Esse fenômeno não é novo para a análise de discurso, e Orlandi o definiu como *individuação*.

É preciso se pensar a relação do sujeito com a linguagem como parte da relação do sujeito com o mundo, em termos sociais e políticos. Nessa perspectiva, a transformação do estatuto do sujeito em relação ao saber e à linguagem corresponde à transformação das formas de assujeitamento do indivíduo à religião e ao Estado. A reflexão que articula o sentido, a linguagem e a ideologia visa compreender a ambiguidade inscrita na noção moderna de sujeito que, como dissemos, ao mesmo tempo acolhe o individualismo (como possibilidade de resistência e revolta) e o mecanismo coercitivo de individuação, de isolamento, imposto pelo Estado ao indivíduo.²⁶⁵

É a forma-histórica capitalista, portanto, que produz – na especificidade das condições históricas de constituição dos sujeitos – o efeito de que o sujeito justamente não é sujeito às determinações históricas e materiais (ideológicas) que o constituem. O que notamos aqui é que no caso do buscador, a discursivização do processo de individuação se desloca do discurso (neo)liberalista (do sujeito jurídico) para os discursos de referencial logicamente estabilizados, como se estes constituíssem uma defesa contra a questão do *político*.

Como se o sujeito-usuário, na medida em que é aquele que toma posições *online*, fosse *outro* que não o sujeito político, material, a saber, o sujeito do discurso. E, entretanto, é importante notar que esse efeito de despolitização é dado no próprio trabalho técnico e teórico de criação do buscador Google. Em outros termos: seus criadores não são menos afetados por tais efeitos do que seus usuários. Nas palavras do próprio Larry Page²⁶⁶, não se trata de monetizar os comportamentos dos usuários (que é o que de fato a empresa faz para produzir tanto capital), mas de *valorizar* (no sentido matemático de “estabelecer um valor referente à”) a relação das citações entre as páginas da Web:

[Page] raciocinou que a Web inteira era vagamente baseada na premissa de citações, afinal, o que é um link a não ser uma citação? Se ele pudesse inventar um método para contar e qualificar cada link que apontava a uma

²⁶⁵ ORLANDI, E. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 90.

²⁶⁶ Ainda no mesmo artigo de doutoramento.

página na Web, como ele mesmo disse: “a Web se tornaria um lugar muito mais valioso”.²⁶⁷

Fica inscrita aí a posição de neutralidade mesmo no gesto autoral de construção do buscador, como algo que é revelado pela magia da descrição matemática.

²⁶⁷ Disponível em: <https://www.wired.com/2005/08/battelle/?tw=wn_tophead_4> Acessado em: 16/05/2019.
[tradução nossa].

CONCLUSÕES: ARQUIVO COMO PRÁTICA TÉCNICA, CLIVAGEM E ESQUECIMENTO

Tentamos pensar, a partir de uma perspectiva discursiva, sobre como operam pelo menos dois tipos diferentes de bancos de dados. Olhamos para a questão da “abstração” e da “informação”, pensamos no trabalho técnico sobre os significantes no caso do buscador, e sobre como um banco de dados de proporções históricas como o Google *fala* sobre sua própria posição, pelo que chamamos de sua “neutralidade política” e “integridade técnica”, materializada, inclusive, em seu algoritmo de avaliação de páginas (PageRank). Mas o que é, exatamente, que a nossa investida na materialidade dos bancos de dados pode nos dizer sobre os arquivos?

Falamos aqui sobre a relação historicamente construída de atravessamentos que certos arquivos têm com certas instituições. Ora, do ponto de vista materialista, a legitimação produzida como efeito por uma instituição está sempre relacionada ao seu lugar na infraestrutura produtiva. Isto é: a legitimidade não é um produto criado *ex nihilo* como puro substrato institucional, mas é consequência da relação que as instituições têm com os modos de reprodução dos sistemas produtivos (forças de produção e relações de produção existentes).

Não deveria ser nenhuma surpresa que em uma sociedade capitalista, as mudanças tectônicas viessem, realmente, na forma de produtos e serviços: é aqui que a atividade social é mais intensa e dinâmica, como nos monastérios medievais e na Ágora grega. Hoje, temos a oportunidade de testemunhar esse processo acontecendo em primeira mão no caso das grandes corporações tecnológicas contemporâneas. Entidades como Microsoft, Apple, Alphabet (Google), Facebook e Twitter não são mais simples empresas oferecendo simples produtos. Esses produtos estão irrevogavelmente costurados no tecido social, nas relações produtivas, nas formas políticas, nas formações discursivas e na constituição dos sujeitos.

Não é de se estranhar, portanto, que essas empresas também estejam (como instituições sempre estão) em posições únicas, diferenciadas e privilegiadas. Não é de se estranhar que seus diretores (como os reis de outrora) estejam sob tão intenso escrutínio, passíveis de se tornarem mito (como no caso de Steve Jobs, por exemplo) ou alvo (como no caso de Mark Zuckerberg).

Não notar os paralelos históricos dessas grandes corporações com o lugar antes consagrado às instituições se torna cada vez mais difícil. Produção de conhecimento, determinação das formas aceitáveis e praticáveis de vida, divulgação de notícias, produção de arquivo, contrato social. Todas essas práticas se atravessam hoje pelas redes sociais, pelos motores de procura, pelos apps de “economia digital”²⁶⁸ e assim por diante.

É nesse sentido que defendemos o lastro das corporações digitais com a infraestrutura produtiva. E por esse lastro, defendemos, é que se pode admitir novos efeitos de arquivo surgindo.

A eleição presidencial brasileira de 2018, tanto quanto a estadunidense em 2016 foram, ao nosso ver, evidências justamente desse processo. Mas não são as únicas. O que, nos últimos anos, vem se denominando como *Fake News*, poderia ser pensado por essa lente. Também o surgimento do movimento terraplanista²⁶⁹. Admitidamente, todos esses são acontecimentos de complexidade discursiva e histórica proibitiva: não nos propomos a olhar para isso atentamente agora. Mas é preciso, mesmo tentativamente, admitir que todos esses acontecimentos passam também por questões *de leitura* e das clivagens que produziram, nesse novo século, “maneiras diferentes ou mesmo contraditórias de ler o arquivo”.

O que queremos sugerir, então, é que na medida em que a produção automatizada de arquivos ganha lastro social e começa a produzir suas próprias formas de legitimação²⁷⁰, o que vemos nos acontecimentos mencionados acima é, também, uma diluição dos efeitos de legitimação dos “arquivos institucionais”²⁷¹. Se olharmos para a página brasileira da Sociedade da Terra Plana, por exemplo, o que encontramos é justamente uma *desconfiança* generalizada em relação aos arquivos institucionais modernos (científicos, jornalísticos, do Estado): “Pense: Desde crianças,

²⁶⁸ Como Uber, AirBnB, IFood, JustPark, TaskRabbit, e assim por diante.

²⁶⁹ <https://www.tfes.org/>.

²⁷⁰ Em um estudo mais compreensivo, o termo precisaria ser repensado, já que é historicamente afiliado com as formas de lastro das instituições modernas: “legitimidade científica”, “legitimidade jornalística”, e assim por diante.

²⁷¹ Que como já defendemos: não são, de fato, institucionais, mas produzem esse efeito nos atravessamentos históricos entre instituições e arquivos.

quando passamos a ser educados, nos ensinam a aceitar o sistema global. A nossa mente é programada desta maneira, para apenas aceitar o modelo atual”²⁷².

A questão do *Fake News* não é tão diferente, senão talvez um outro lado da moeda. Ora, o próprio sintagma é evidência de um oxímoro manifestado como desestabilização na ordem dos discursos. *News* (notícias), no sentido de: documentos produzidos na formação discursiva e circulados sob a legitimidade da instituição jornalística são, por definição, *real* (reais). A saber: é esse o efeito que produzem, e dessa forma se legitimam. *Fake News* é, portanto, uma aparente contradição de termos que esconde (revela), materialmente, uma *contradição de arquivos*. Está diretamente ligada à indistinção, produzida no interior dos arquivos automatizados, entre aqueles afiliados à instituição jornalística e aqueles excluídos dela.

De novo: não pretendemos uma análise da questão, somente chamamos atenção para a medida na qual esses acontecimentos históricos esbarram na questão da produção de arquivos. Se retomarmos o algoritmo de *PageRank*²⁷³, vemos que ali não há provisão para determinar associações aos discursos institucionais: o arquivo automático é um bibliotecário que não sabe onde está, não fala a língua local, não conhece os costumes, não sente os cheiros, não tem lembranças espalhadas pela cidade e não entende as referências compartilhadas.

No imaginário do programador, as provisões necessárias para respeitar as realidades institucionais de cada lugar estariam *dadas* pelo poder de circulação dos próprios discursos institucionais. Ou seja: que, por exemplo, os usuários buscando notícias continuariam as recebendo de jornais reputáveis pela simples razão matemática de páginas que os citam. E, entretanto, esse não foi o resultado desses sistemas automatizados de produção de arquivo. Isso é especialmente verdade no caso específico das práticas de jornalismo, que na internet, conseguem cada vez menos distinguir suas páginas de quaisquer outras. Mas não é verdade somente no caso do jornalismo. O talvez inesperado resultado da expressão dessas razões matemáticas contidas nos algoritmos de ranqueamento de páginas não deve ser pensado, da nossa perspectiva, no nível da manipulação maliciosa, como no caso dos

²⁷² Disponível em: <<https://terraplanista.com/quem-somos/>> Acessado em: 15/04/2019.

²⁷³ Que, de novo, é somente uma pequena parte do procedimento de procura da Google.

chamados ataques Sybil²⁷⁴, ou em procedimentos mais complexos como revelados no escândalo da empresa de consultoria Cambridge Analytica. Não devemos ser tomados pela fantasia da “manipulação”, pois esses procedimentos, não só sempre existiram de uma forma ou de outra, mas não podem ser unicamente responsáveis pelas mudanças tectônicas que estamos experimentando nas formas de leitura. A questão central, para nós, é a relação entre o lastro material das instituições, e suas formas de produzir leitura.

No começo do capítulo perguntamos, talvez com um tom de sarcasmo: “exatamente em qual tipo de prisão estávamos, da qual buscávamos, com tanta esperança tácita, a liberdade?”. Ora, sabemos que uma das condições materiais de existência dos discursos é um certo procedimento de exclusão: nem todos podem participar dos espaços de circulação institucionais, a maioria deles exigindo longos e custosos processos de inscrição (como por exemplo esse que o leitor tem em mãos). A divisão invisível²⁷⁵, marcada no sujeito pelas formas possíveis de leitura, sempre esteve se fazendo presente no interior das sociedades universais.

Desde a Idade Média a divisão começou no meio dos clérigos, entre *alguns* deles, autorizados a ler, falar e escrever em seus nomes (logo, portadores de uma leitura e de uma obra própria) e *o conjunto de todos os outros*, cujos gestos incansavelmente repetidos (de cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação, etc.) constituem também uma *leitura*, mas uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega: o grande número de escritãs copistas e “contínuos”, particulares e públicos, constitui-se, através da Era Clássica e até nossos dias, sobre esta renúncia a toda pretensão de “originalidade”, sobre este apagamento de si na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa.²⁷⁶

Aqui, podemos ressaltar então mais uma vez, que são as formas sociais que organizam a relação com o alhures e com o inexistente da forma que, como Pêcheux sugere, é seu trabalho fazer:

²⁷⁴ Ataques que envolvem a criação de centenas ou milhares de usuários ou páginas falsas para artificialmente inflar a importância de uma página determinada. Ver: <https://www2.cs.duke.edu/nicl/netecon06/papers/ne06-sybil.pdf>

²⁷⁵ Descrita mais à fundo e retomada mais à frente em *Delimitações, Inversões, Deslocamentos* (1990).

²⁷⁶ PÊCHEUX, M. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, E. (orgs.). Gestos de Leitura: da história no discurso. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 51-52.

Mas as evidências dessa partição do mundo feudal em *dois mundos* (assegurada por disjunções visíveis, entre as quais as barreiras de língua) supunha referência a um “terceiro mundo” invisível, a um trás-mundo onde a separação se anula: a ideologia religiosa, que dominava a formação sócio-histórica, feudal e monárquica, consistia essencialmente em administrar esta relação com o “alhures”, tornando-o visível através das cerimônias e das festas – inscrevendo-se aí os discursos – que colocavam em cena este corpo social unificado, radioso, transfigurado, que manifesta o *inexistente constitutivo* da sociedade feudal.²⁷⁷

Reordenar as relações infraestruturais de produção (mantendo, obviamente, as divisões de classe) acaba por reordenar a relação autoral como entendida na sociedade moderna. Nos arquivos contemporâneos, organizados pelas novas instituições, a divisão social mais uma vez reorganiza o seu invisível a partir da forma do sonho liberal de igualdade entre sujeitos: esse sonho de liberdade cristalizado em um “poder dizer”. E, entretanto, como Silveira muito bem nota²⁷⁸ esse novo lugar de dizer nem sempre produz o que viemos a chamar de arquivo, mas frequentemente circula de outras formas, como é o caso do que a autora chama de *rumor*. Isso aponta para o fato de que a nossa própria definição do que se trata o arquivo pode ser inadequada para as reformulações radicais que se materializam nas práticas automáticas de “tratamento de texto”.

Pêcheux já nos advertiu sobre as consequências dessas clivagens para o trabalho acadêmico:

E há fortes razões que nos levam a pensar que, no contexto da Europa da década de oitenta, a tradição dos grandes praticantes do arquivo vai se encontrar numa posição cada vez mais delicada, face à proliferação previsível dos “métodos de tratamentos de textos” induzidos pela desordem informática que se prepara em nossas sociedades. A arrogância e a condescendência fóbica dos “literatos” ameaça isolá-los mais e mais (cultural e politicamente) face à paciente e mordaz modéstia “utilitária” dos cientistas de arquivo, que têm o futuro diante deles.²⁷⁹

E essa nova forma de produção de arquivos, arriscamos supor, é parte da razão pela qual o discurso político das últimas eleições na França, na Grã-Bretanha,

²⁷⁷ PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas, Volume 19: 7-24, 1990/2. p. 10.

²⁷⁸ Ver: SILVEIRA, J. Rumor(es) e Humor(es) na Circulação de Hashtags do Discurso Político Ordinário no Twitter. 211 páginas. UEM, Maringá, 2015.

²⁷⁹ PÊCHEUX, M. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, E. (orgs.). Gestos de Leitura: da história no discurso. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 53.

nos Estados Unidos e também no Brasil, se tornou tão polarizado e violento, se sustentando nesse “poder dizer” que ressurge (como realmente ressurge com certa regularidade histórica) nas formas da xenofobia e da violência contra grupos marginalizados e vulneráveis.

Talvez estejamos experimentando agora um percurso para novos sentidos e formas de silenciamento, substituindo antigas por novas práticas de subjetivação, exclusão e violência:

Certamente a difusão massiva [da informática] abre – sob condições que evocamos abaixo, concernentes à análise discursivo-textual – a possibilidade de uma *expansão* dos privilégios “literários” da leitura interpretativa em amplos setores [...] ²⁸⁰.

Sobre isso não podemos, nem mesmo, especular. O que é justo dizer, e que tentamos dizer aqui, é que tornar opacas as formas de constituição dos arquivos contemporâneos se tornou uma proposta de trabalho urgente para análise de discurso. Está, justamente, em jogo, o que Pêcheux profeticamente sugeriu há tantos anos atrás:

[...] não considerar os procedimentos de interrogação de arquivo como um instrumento neutro e independente (um aperfeiçoamento das técnicas documentais) é se iludir sobre o efeito político e cultural que não pode deixar de resultar de uma expansão da influência das *línguas lógicas de referentes unívocos*, inscritos em novas práticas intelectuais de massa. Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de “terapêutica da linguagem” que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados. É uma das significações políticas do desígnio neopositivista esta de visar construir logicamente, com a bênção de certos linguistas, uma *semântica universal* suscetível de *regulamentar* não somente a produção e a interpretação dos enunciados científicos, tecnológicos, administrativos, mas também (um dia, por que não?) dos enunciados políticos. ²⁸¹

Não podendo exaurir a questão aqui, nem a definir melhor do que já foi feito acima, deixamos então esse convite para um esforço redobrado sobre o arquivo digital, e passamos nossas considerações finais para a conclusão.

Resta antes somente fazer uma última ressalva em relação ao arquivo. Dissemos que as formas de produção de arquivo por meio das práticas de tratamento

²⁸⁰ Ibid., p. 54.

²⁸¹ Ibid, p. 55.

automático de texto fazem parte das razões para os acontecimentos históricos que, no começo desse novo século, sacodem a ordem estabelecida dos arquivos e das instituições modernas. Dissemos também que essas práticas passam por um tipo específico de discursivização do processo de individuação, pelo qual a forma do sujeito é pensada pela linguagem de referencial logicamente estabilizado: categorizado, sim, mas também e principalmente: abstraído. Modelado. Algo não tão diferente do que Baudrillard²⁸² chamou de simulacro: uma cópia sem origem.

Retomamos essa questão pois o que nos resta dizer é que se engana o leitor que acredita que não há jogo, não há equívoco, não há possibilidade de subversão e resistência no contexto dessas linguagens de referencial logicamente estabilizado. Como mostramos na nossa análise do Microsoft Word, materialidades distintas, de lugares distintos, *jogam*, se contradizem *permanentemente*. O encontro entre materialidade da língua, da história e, também, da técnica produzem objetos necessariamente equívocos. Não deixa de ser verdade que essas práticas languageiras, da lógica, da matemática, da engenharia e da programação produzem certos efeitos discursivos de univocidade. Mas esses são justamente efeitos: a materialidade dessas linguagens é como a materialidade de *qualquer* linguagem, a saber, “linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis (para nós, deslizos, efeitos metafóricos), oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço[...]”²⁸³ – lembra Pêcheux – que pretende trabalhar a análise de discurso.

²⁸² Ver: BAUDRILLARD, J. Simulacros e Simulação. Lisboa: Relógio d’Água, 1991.

²⁸³ PÊCHEUX, M. O Discurso: estrutura ou acontecimento. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 53.

CONCLUSÃO: NA TRILHA DE UMA MATERIALIDADE, CARA A CARA COM O ESQUECIMENTO

“Eu proibi a existência nos templos de qualquer simulacro porque a divindade que anima a natureza não pode ser representada’. Na verdade pode sê-lo. Mas em que é que se torna quando se divulga em ícones, quando se multiplica em simulacros? Continua a ser a instância suprema que simplesmente se encarna em imagens, numa teologia visível? [...] Era disso justamente que tinham receio os iconoclastas, cuja querela milenária é ainda hoje a nossa. É precisamente porque estes apresentavam esta onipotência dos simulacros [...] e esta verdade que deixam entrever, destruidora, aniquiladora, de que no fundo Deus nunca existiu [...]”

“Pode-se viver com a ideia de uma verdade alterada.

Mas o seu desespero metafísico provinha da ideia de que as imagens não escondiam absolutamente nada e de que, em suma, não eram imagens, mas de fato simulacros perfeitos, para sempre radiantes no seu fascínio próprio.”

Jean Baudrillard – Simulacro e Simulação

ESQUECIMENTO E MATERIALIDADE

Orlandi sempre insiste em lembrar a dupla dimensão do dispositivo teórico da A.D.:

No trabalho intelectual, a leitura aparece como construção de um *dispositivo teórico*. Dispositivo aqui tem a ver com o reconhecimento da materialidade dos fatos. No caso, da materialidade da linguagem, da sua não transparência, e da necessidade, conseqüentemente, de um dispositivo para ter acesso a ela, para trabalhar sua espessura linguística e histórica: sua discursividade.²⁸⁴

Nessa formulação bastante parafrástica em seu trabalho, a *discursividade* – objeto de estudo da A.D. – é objeto constituído na relação entre materialidade da história e materialidade da língua.

Fundamentalmente, esse trabalho que agora encerramos constitui a tentativa de reintroduzir a opacidade de uma materialidade específica e discreta de volta no campo do dispositivo teórico. A falta de ênfase nas instâncias técnicas de constituição dos textos²⁸⁵ no âmbito da investigação da materialidade da linguagem certamente não é acidental. Vem tanto do lugar disciplinar (na Linguística e nas Letras) no qual a análise de discurso se situou na história de seu desenvolvimento (principalmente no Brasil), quanto de uma necessidade imperativa de enfatizar sua filiação ao materialismo na forma da ênfase na materialidade da história, e talvez até em um distanciamento estratégico dos campos acadêmicos sustentados em referencial logicamente estabilizado. Essa é a história, e essas são as partes constitutivas da nossa disciplina, e assim deveriam permanecer.

A grande dificuldade, na verdade, em desenvolver um trabalho sobre as materialidades técnicas que também constituem condição de possibilidade para o gesto linguageiro é que elas são difíceis de isolar e demonstrar. Como sempre soubemos, elas não funcionam isoladamente, da mesma forma que não funciona a materialidade histórica, nem a materialidade significativa da língua.

No pequeno percurso pelas ciências sociais que pudemos fazer durante esse doutoramento, ficou claro que as disciplinas que começam a levar a centralidade

²⁸⁴ ORLANDI, E. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 79.

²⁸⁵ Das práticas técnicas constitutivas dos gestos linguageiros e da organização dos arquivos.

dessa questão (técnica) a sério muito antes de nós têm um projeto similar: de pensar os efeitos das tecnologias digitais (como parte, e) na constituição das formas de vida.

No nível mais específico dos gestos languageiros (sobre os quais nos cabe falar) existe (e nesse sentido esse estudo se pensa complementar) uma discursividade própria de certas tecnologias languageiras. Existem também posições inscritas na produção dessas tecnologias; “tecnologias” (uma última vez) aqui entendidas como efeitos de sentido do próprio apagamento e aglutinação de uma espessura de práticas técnicas languageiras. Quantas práticas de temporalidades diferenciadas tornam possível que eu escreva essa tese em um computador como os que temos hoje? Algo da ordem do incontável. Da ordem do transparente.

É essa discursividade, essa posição tácita, essa ordem transparente, essa *espessura*, que tentamos aqui recuperar.

Na verdade, não se trata de somar esquecimentos *ad infinitum*, contando cada um como uma nova vitória para uma teoria inflada de conceitos desnecessários. Mas falando de uma materialidade específica, se fez necessário ressaltar as especificidades de seu esquecimento. Se trata de desenvolver um reconhecimento (em um momento onde esse reconhecimento é politicamente urgente e analiticamente incontornável) de uma materialidade que não é a materialidade da língua, mas que mesmo assim produz efeitos de sentido nos enunciados. Esse reconhecimento envolve a necessidade de uma transdisciplinaridade para além dos campos vizinhos da filosofia (continental contemporânea), das artes, e assim por diante, em direção à matemática, à lógica, à engenharia, à física, e a todas as disciplinas que ajudaram a produzir esse campo prático de relações sociais *aparentemente* (e somente aparentemente) governado pelo princípio das linguagens de referencial logicamente estabilizado (frequentemente sob a lógica da “boa governança” e da “gestão despolitizada”).

É, em particular, dizer aos “literatos”: vocês acreditam poder ficar à distância da adversidade que ameaça historicamente a memória e o pensamento? Acreditam poder ficar tanto tempo ainda protegidos, na casa do seu mundo de arquivo particular? E é também dizer aos “cientistas”: vocês, a quem chama de fabricantes-utilizadores de instrumentos, vocês acreditam poder

ainda por muito tempo escapar à questão de saber para que vocês servem e quem os utiliza?²⁸⁶

São também materialidades constitutivas dos gestos languageiros que nascem no ventre dessas disciplinas, e que devemos – a toda oportunidade – reintroduzir no dispositivo teórico-analítico da análise de discurso. Dito de novo: é aqui que precisamos sempre lembrar que, nos contextos atuais principalmente, é necessário ler a organização dos dizeres e dos textos para se entrever a ordem dos discursos e dos arquivos.

Se, logo no começo, propusemos que a materialidade da *escrita* não é a mesma que a materialidade da *língua*, então precisamos levar esse reconhecimento até seu fim. Fazer isso é admitir que a discursividade do enunciado é determinada por mais do que a materialidade da história e da língua. Também faz parte do jogo a materialidade de suas formas concretas de circulação. O apagamento regular do papel dessa materialidade técnica constitui, na nossa leitura, algo que não pode ser descrito como menos do que uma *forma de esquecimento* discreta e definível para a análise de discurso. Um esquecimento da *espessura técnica* de um enunciado. É desse esquecimento que nos coube aqui, falar.

ESQUECIMENTO E REPRESENTAÇÃO

A questão da representação, que é *a discursividade do esquecimento que descrevemos*, existe em um campo de memória e em um jogo de paráfrases, algumas mais próximas, outras mais distantes, algumas antigas, outras contemporâneas, algumas teóricas, outras cotidianas.

Abstração, Representação, Modelação, Simulacro, Tradução, todas (e talvez muitas outras que dessas derivem) tocam, central ou tangencialmente, na questão do apagamento do papel que tem a materialidade técnica na constituição do gesto languageiro. São significantes que produzem o famoso *efeito do copista*, esse

²⁸⁶ PÊCHEUX, M. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI, E. (orgs.). Gestos de Leitura: da história no discurso. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 56.

inocente trabalhador fiel, cuja mão não treme, cujo corpo não vacila e cujo olho não desvia, nem lê. Sabemos, é claro, se tratar de uma ficção.

Na base de todo esse efeito está o *efeito ideológico elementar*, como formula Althusser, que diz que:

[...] para você, como para mim, a categoria de sujeito é uma “evidência” primeira (as evidências são sempre primeiras): é claro que eu e você somos sujeitos (livres, morais, etc.). Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua uma significação” (portanto incluindo as evidências da “transparência” da linguagem), esta “evidência” de que eu e você somos sujeitos – e que esse fato não constitui problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.²⁸⁷

E que garante (pela via do que Pêcheux denomina uma *epistemologia espontânea da ação humana*) que cada sujeito entenda a materialidade técnica do gesto linguageiro como mídia ou transporte: no máximo como empecilho ou facilidade para aquilo que é o *pensamento humano*, a ideia, na sua representação linguística compreensível para o interlocutor. *Toda* essa fantasia não poderia estar mais longe do que constitui a *materialidade de um gesto linguageiro*. Tão longe, de fato, que é seu inverso, seu espelho e, também – em certo sentido – seu duplo.

Contra essa fantasia, vimos desde nossa investigação na paleografia e na história da escrita, que as práticas técnicas linguageiras não só têm efeitos, mas é constitutiva das condições de possibilidade de cada enunciado.

O analista de discurso precisa inverter *a todo passo que dá* a fórmula que insiste em colocar o contingente como determinado pelo necessário, e o material como a imanência da ideia.

O desenvolvimento de certas tecnologias linguageiras foram transformações drásticas nas formas de produção de sentido. É, sim, uma questão de enunciação, *mas também* de discurso, já que essas transformações retroalimentam as relações sociais, produtivas e institucionais. Todo o campo social é transformado no rastro das práticas que as tecnologias linguageiras tornam possíveis ou obsoletas. É uma infelicidade que não tivemos tempo para olhar para diversas outras tecnologias que nos interessa, como o invento da imprensa, do tipo gráfico, da máquina de

²⁸⁷ ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa: Editorial Presença. p. 95.

datilografia, e assim por diante. Mas pudemos observar algumas dessas transformações em nossa análise do Microsoft Word.

Pois olhar para o editor de texto é olhar para um objeto composto: ao mesmo tempo tecnologia linguageira e texto, discursividade. Por um lado, é *significante* demonstrar de que formas o Word produz interlocução por meio de um *certo* efeito-leitor. Ou seja: que o sujeito-usuário de um aplicativo tem o tempo inteiro que se ver com esse leitor imaginário, forjado no âmago das práticas corporativas de desenvolvimento da maioria desses aplicativos. No caso do Word, a produção desse leitor nos remete à própria história do desenvolvimento do Vale do Silício, da transformação de nicho especializado em requerimento generalizado e básico do mundo do trabalho. Mais importante: da constituição disso que não somos capazes de chamar de outra coisa a não ser uma nova instituição social. Um espaço de produção e reprodução da forma-histórica, na forma de produção e reprodução de rituais, de arquivos, de práticas sociais, produtivas, discursivas e assim por diante.

As ramificações teóricas dessa questão, do lugar dessas grandes corporações como instituições, não é pouca coisa a se resolver. Coloca em especial relevo o que, durante o século XX, estivemos demasiado contentes em denominar de o *Estado*, mas que frente a empresas como a Alphabet, a Facebook, a Twitter, se deslocam em sentido. O que é o *Estado*, no contexto dessas grandes corporações? O que constituem seus aparelhos ideológicos?

Além de termos que nos ver com a discursividade desses aplicativos, tivemos também que lidar com um problema mais *estranho*, se me permito a expressão, que são os efeitos dessa materialidade do aplicativo na própria escrita. A marcação das correções tentou demonstrar um pouco dos gestos linguageiros que se constituem no Word e que *nunca* poderiam se constituir em manuscrito, por exemplo. Essas práticas, de correção, edição e formatação, forçam o sujeito a se ver com um texto *fragmentado*. Afinal, todo o edifício da modernidade foi construído sobre o pressuposto da linearidade do texto, da linearidade da interpretação, e da linearidade do tempo. É objeto de querida especulação entender qual dessas linearidades é causa, e qual é consequência, mas o que é central admitir aqui é que a desestabilização material de uma linearidade afeta todas as outras. Quando, brevemente, discorreremos sobre a materialidade do OneNote, programa companheiro do Microsoft Office, tentamos salientar justamente esse *jogo* entre materialidades técnicas, práticas discursivas e textualizações que – por estarem em temporalidades

diferenciadas, produziram um aplicativo no qual a textualização carrega a marca dessas contradições. É nessa imbricação, nessa contraditoriedade, que escrevemos. Que trocamos recados, que fazemos campanha política, que amamos.

Exemplos dessas mudanças são, justamente, esse jogo entre escrita como sistema linear e escrita como quadro imagético, que vimos em nossa análise do Word. A distinção é cada vez mais difícil no contexto das tecnologias digitais, e talvez seja justo dizer: também cada vez mais desnecessária. Como tudo isso afeta o efeito de fecho descrito por Gallo é algo com o qual a A.D. terá que lidar cada vez mais.

Se anotar os gestos de revisão é alguma coisa, é na verdade a tentativa de demonstrar nossa própria dificuldade com a linearidade do texto. Para nós, ele vai e volta, é escrito em pedaços, se desmonta, vira tópico, se expande de novo, é despedaçado e reutilizado, seus parágrafos tomados como órgãos transplantados de doadores. É uma bricolagem, o texto do editor; um mosaico, um Frankenstein. Muito mais do que o texto manuscrito. Não só por causa do que a materialidade técnica possibilita, mas pela forma como ela construiu seus sujeitos: não somos mais tanto leitores “literatos”, sentados por longas horas com um único livro físico. Somos agora também como o Word sugere: leitores de textos fragmentados, em uma temporalidade que, de novo, não é *veloz*, mas estilhaçada. Abrimos novas abas, pedimos para ler esse artigo depois, retomamos pedaços, copiamos e colamos pedaços, mandamos por mensagem, recebemos por links, enfim: estamos cercados de fragmentos. Digase de passagem, desde já, que essa é uma nova forma de relação com o texto, mas também com o arquivo.

REPRESENTAÇÃO: UMA ERA EM SEU INESCAPÁVEL FIM

Baudrillard famosamente disse sobre a questão da representação:

Toda a fé e a boa fé ocidental se empenharam nessa aposta da representação: que um signo possa remeter para a profundidade do sentido, que um signo possa trocar-se por um sentido e que alguma coisa sirva de caução a esta troca – Deus, certamente. Mas e se o próprio Deus pode ser simulado, isto é, reduzir-se aos signos que o provam? Então todo o sistema perde a força da gravidade, ele próprio não é mais que um gigantesco simulacro – não irreal, mas simulacro, isto é, nunca mais passível de ser trocado por real, mas trocando-se em si mesmo, num circuito ininterrupto

cujas referência e circunferência se encontram em lado nenhum. Assim é a simulação, naquilo em que se opõe à representação. Esta parte do princípio de equivalência do signo e do real (mesmo se esta equivalência é utópica, é um axioma fundamental). A simulação parte, ao contrário da utopia, do princípio de equivalência, parte da *negação radical do signo como valor*, parte do signo como reversão e aniquilamento de toda a referência. Enquanto que a representação tenta absorver a simulação interpretando-a como falsa representação, a simulação envolve todo o próprio edifício da representação como simulacro.²⁸⁸

O Microsoft Word não é, senão, um arauto dessa relação com o gesto linguageiro. Não esperamos, nem queremos mais, a linearidade do texto. Ela, lentamente, vai deixando de ser a prática dos sistemas produtivos, a discursividade das posições hegemônicas, a forma de identificação das instituições. No percurso histórico dessa dança, toda a estrutura institucional sustentada na escrita balança. E o Word então conta a história de uma forma de produzir sentido que nem mais corresponde a sua própria forma material. É essa contradição que queremos ressaltar, porque ela chama atenção para duas coisas queridas para nós, duas coisas que, a partir de agora, precisa-se continuar estudando.

A primeira é a questão desse esquecimento e dessa herança. Pois como a fórmula materialista prevê, as sociedades se organizam como palimpsestos, e os traços de uma são lidos ainda no corpo de outra. Como o manual do Word, explicando a diferença e semelhança do editor com uma máquina de datilografia, assim também anda nossa sociedade contemporânea: produzindo as metáforas necessárias para interpretar as novas formas de vida. O esquecimento que nos interessa toma muitas vezes a forma dessas comparações, mas também vive no efeito de um processo de generalização do gesto linguageiro que tentamos aqui, mais do que qualquer outra coisa talvez, desfazer. A ideia de que a linguagem é um exercício “geral” e “humano”, que simplesmente se *expressa* nas diferentes tecnologias: a ideia do pensamento humano, enfim, a ideia da *representação da linguagem*, é o que precisamos colocar em questão. E, claro, não estamos sozinhos nem viemos primeiro. Saussure já muito bem notou que “falar da lei linguística em geral é querer abraçar um fantasma”²⁸⁹. Talvez uma das razões para isso seja justamente a materialidade técnica dos enunciados.

²⁸⁸ BAUDRILLARD, J. Simulacros e Simulação. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

²⁸⁹ SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

Mas a segunda questão, relacionada à primeira, é o quanto esse efeito tem justamente uma certa filiação com as especificidades materiais das práticas técnicas linguageiras. Isso porque, não só no caso do digital, mas também no caso da escrita²⁹⁰, o desenvolvimento de uma tecnologia linguageira tem muito a ver com isso que Auroux chamou de um limite na variabilidade possível para o gesto linguageiro.

Retomando nosso trabalho sobre o alfabeto grego, repetimos que se trata de gestos interpretativos sobre o que *é que se faz quando se fala*, e no centro desses gestos, há o movimento em direção à redução da variabilidade material do gesto linguageiro. Como já defendemos, isso se deu na forma da “abstração”, da generalização, do universalismo. A produção e inscrição social de mais e mais práticas técnicas ligadas ao gesto linguageiro é frequentemente a produção de uma diminuição na variabilidade possível desse gesto, já que qualquer materialidade específica e regular estabelece parâmetros particulares de inteligibilidade. Esses parâmetros se somam, e em aplicativos como por exemplo o Microsoft Word, o WhatsApp ou o Twitter, a espessura de práticas técnicas é tão grande, a ponto de se tornar não só invisível, mas também ensurdecadora.

Como tentamos brevemente explorar, isso não é tão diferente para o caso dos arquivos digitais. O efeito é que o tratamento automático dos textos nos libertaria das “políticas de arquivo”, quer dizer, nos libertaria do controle estabelecido pelas instituições (como se as instituições e os arquivos fossem coincidentes) nas práticas de leitura que de outra forma seriam muito mais “livres”. Esse é mais um caso onde a fórmula materialista de inversão da relação necessário>contingente nos ajuda a melhor interpretar o processo histórico, pois nos ajuda a ver que foi justamente o jogo de interdeterminação entre práticas de circulação, arquivos e instituições que produziu – pelo menos no ocidente moderno – esses efeitos de legitimidade discursiva (dos discursos de escrita) que são agora desestabilizados no contexto das tecnologias digitais. Então os arquivos são também os campos de constituição institucional, da mesma forma que as instituições são campos de interpelação dos sujeitos.

O passo dado aqui foi, na verdade, a ideia de que é possível fazer uma leitura discursiva da linguagem de referencial logicamente estabilizado. É possível ler o algoritmo, é possível ler o banco de dados. Neles, se inscreve uma posição. Não se trata de pura estrutura: ainda há pontos de deriva, mesmo que infinitamente estirados,

²⁹⁰ E supomos também no caso do tipo gráfico, da imprensa e assim por diante.

há ainda espaços para interpretação, mesmo que insuportavelmente pequenos. O convite que nos faz Pêcheux em *Ler o Arquivo Hoje* (1982) é, hoje, mais pertinente do que nunca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O SONHO DE UMA MÁQUINA DO MUNDO

[...] as mais soberbas pontes e edifícios,
o que nas oficinas se elabora,
o que pensado foi e logo atinge

distância superior ao pensamento,
os recursos da terra dominados,
e as paixões e os impulsos e os tormentos

e tudo que define o ser terrestre
ou se prolonga até nos animais
e chega às plantas para se embeber

no sono rancoroso dos minérios,
dá volta ao mundo e torna a se engolfar,
na estranha ordem geométrica de tudo,

e o absurdo original e seus enigmas,
suas verdades altas mais que todos
monumentos erguidos à verdade:

e a memória dos deuses, e o solene
sentimento de morte, que floresce
no caule da existência mais gloriosa,

tudo se apresentou nesse relance
e me chamou para seu reino augusto,
afinal submetido à vista humana. [...]

REPRESENTAÇÃO COMO ÉTICA E COMO MÁQUINA DO MUNDO

Na nossa pobre leitura do poema *A Máquina do Mundo*, da qual o trecho citado acima é somente amostra, é justamente o jogo entre desvelamento e constituição que figura no cerne do nosso problema. Seguindo aqui um pouco do que Haraway sugere no *Manifesto Ciborgue* (1985), podemos dizer que enquanto as ciências naturais predominantemente se imaginam revelando a verdade do mundo já dado, os povos, e principalmente os povos às margens da lógica dessas formas de conhecimento e produtividade só podem experimentar esse “desvelamento” como violência simbólica, na forma, entre outras coisas, de normatização. Normatização dos espaços enunciativos é também normatização dos sujeitos da enunciação. E dessa forma, o que observamos são novas discursivizações do processo de individuação descrito por Orlandi, dessa vez nas formas *neutras* das categorias dos bancos de dados, das variações representadas nos algoritmos, nos filtros bolha e assim por diante. O professor Wisnik descreve a questão da seguinte forma:

Não se trata, a meu ver, de uma enumeração abstrata e genérica, mas de uma visão articulada e nítida de um *universal concreto*, captado em voo rasante até o coração mineral da terra: a tecnociência contemporânea e os dispositivos de dominação e exploração do mundo agindo sobre todas as esferas objetivas e subjetivas da existência (o domínio e a exploração dos recursos da terra, extensivos ao domínio das subjetividades e de todas as formas biológicas animais e vegetais, culminando na exploração mineral, com seu toque afetivo mordente e “rancoroso”, tudo regido pela engenharia universal, pelo labor tecnizado e por um pensamento como se já informatizado e premonitoriamente percebido como capaz de superar vertiginosamente seus próprios limites no tempo e no espaço – “o que pensado foi e logo atinge/distância superior ao pensamento”)²⁹¹.

É importante entender, aqui, que não se trata de uma crítica às próprias práticas técnicas, mas de problematizar como essas práticas se relacionam com a infraestrutura produtiva. Baudrillard nos sugere uma outra forma de pensar esse mesmo problema:

[...] é com o mesmo imperialismo que os simuladores tentam fazer coincidir o real, todo o real, com os seus modelos de simulação. Mas já são trata de

²⁹¹ WISNIK, J. M. *Maquinação do Mundo: Drummond e a mineração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 213-214.

mapa nem de território. Algo desapareceu: a diferença soberana de um para o outro, que constituía o encanto da abstração. Pois é na diferença que consiste a poesia do mapa e o encanto do território, a magia do conceito e o encanto do real.²⁹²

É importante notar o quanto dessa nova ordem de produção dos espaços enunciativos e das técnicas de automatização dos arquivos está diretamente costurada com as formas contemporâneas de consumo e produção. A economia virtual, do marketing, dos bens digitais, e assim por diante. Nesse contexto, o “desvelamento do mundo” e até o retorno do mundo à utopia tecnológica, como no caso dos movimentos objetivistas e transhumanistas que nascem nos EUA durante o século XX, têm que ser entendidos nos contextos de uma nova forma de ditadura da neutralidade. Repentinamente, a formulação “todos observados por máquinas de adorável graça” toma diferentes conotações²⁹³ quando pensada no contexto desse capitalismo. Circulamos, aqui, pelo binômio Utopia/Distopia com assustadora velocidade.

Esse panorama do que Wisnik chamou de um *universal concreto*, cientificamente corporizado, por exemplo, no campo da cibernética, se apresenta, cada vez mais, como a única alternativa possível de produtividade (pelo menos e no mínimo para o trabalhador urbano). Aqui a organização logística e cibernética (dizemos: a *governança*) não só extrai minérios e sabe para onde manda-los, mas organiza o trabalho de envio, estipula o preço de acordo com a oferta e a demanda, reconfigura os espaços geográficos da vida e (por que não?) reconfigura também as próprias formas locais e localizáveis de viver, como substrato do processo. Produz novas formas materiais de dizer e no processo (pois como não), escamoteia as formas particulares das vozes periféricas. Dito de outra forma: a busca infraestrutural pelo universal concreto é também a prática de desengrenar o dia-a-dia dos povos que vivem por fora e para fora do discurso hegemônico. É como Pêcheux nos alertou desde o começo sobre a relação das práticas técnicas e o campo que produzem: “Mesmo quando pretendia agir, a Alquimia se colocava, na realidade, no ponto de

²⁹² BAUDRILLARD, J. Simulacro e Simulação. Lisboa: Relógio d'Água, 1991. p. 8.

²⁹³ Do poema californiano de Richard Brautigan que imagina um futuro utópico onde a raça humana vive de volta na natureza, sem conflito, trabalho ou sofrimento, graças à governança de máquinas graciosas.

vista interpretativo que “dita o real”, o ponto que “sempre-já” fala para dizer aquilo que é, como se o próprio real falasse²⁹⁴.

Nos contextos da epistemologia que segue, a variabilidade e a indeterminação não são *falha constitutiva*, mas *erro* eliminável. Esse erro, o grão de areia no engenho (que para nós é a história dos povos, o equívoco da língua, o inconsciente) é o grande inimigo social. O próprio Weiner define o problema muito bem:

Esse reconhecimento de um elemento de determinismo incompleto, quase uma irracionalidade no mundo, é de certa forma paralela à admissão Freudiana de um componente profundamente irracional na conduta e no pensamento humano. No mundo presente de confusão política e intelectual, há uma tendência natural de classificar Gibbs, Freud, e os defensores da teoria moderna da probabilidade como representantes de uma única tendência; e, entretanto eu não insistirei nesse ponto. A distância entre a forma de pensar de Gibbs-Lebesgue e o método intuitivo mas bastante discursivo de Freud é grande demais. E, no entanto, no reconhecimento de um elemento fundamentalmente aleatório na textura do próprio universo, estes homens estão próximos um do outro e da tradição de Santo Agostinho. Pois esse elemento aleatório, essa incompletude orgânica é tal que sem nos expressar violentamente demais poderíamos considerar como o mal; o mal negativo que Santo Agostinho caracteriza como incompletude, ao contrário do mal positivo e malicioso dos maniqueístas.²⁹⁵

Não se pode dizer com certeza, mas nos parece que há uma relação entre certos pressupostos de todo esse campo discursivo e os acontecimentos políticos que assolam a estabilidade social no século XXI. Pois tanto no objetivismo de Ayn Rand, no transhumanismo californiano, quanto na cibernética de Weiner encontramos – expressada de diferentes formas – uma total rejeição a essa incompletude, que aqui é falada como mal, como erro, como falha moral.

REPRESENTAÇÃO SITIADA

Se admitimos que existem formas de vida e de saber que as línguas lógicas são incapazes de incluir na totalidade de seu “universal concreto”, então não são

²⁹⁴ PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso*. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 33.

²⁹⁵ WEINER, N. *The Human Use of Human Beings: cybernetics and society*. Boston: Da Capo Press, 1954. Prefácio, [tradução nossa].

dessas posições que desejaríamos ver novas formas de apropriação das tecnologias digitais? Drummond insiste e insiste:

Cada um de nós tem seu pedaço no pico do Cauê/ Na cidade toda de ferro/
as ferraduras batem como sinos./ Os meninos seguem para a escola./ Os
homens olham para o chão./ Os ingleses compram a mina./ Só, na porta da
venda, Tutu Caramujo cisma na derrota incomparável.²⁹⁶

Em *Maquinação do Mundo* (2018), Wisnik também insiste na relação íntima entre a especificidade da topografia e a materialidade dos enunciados possíveis:

[...] algumas horas em Itabira falam, sem parar e sem palavras, da posição desse sujeito capturado desde o nascimento por uma topografia cenográfica, marcada impositivamente por sua origem de classe, diretamente associada a uma paisagem visual assombrada pela potência silenciosa de um relevo de ferro, ecoando numa paisagem sonora cismada pelo sentimento do tempo.²⁹⁷

Se o autor e o espaço se costuram, então precisamos nos perguntar qual é a topologia do buscador. Qual é o percurso acidentado do algoritmo. Quais são as pequenas vidas, as pequenas vozes da linguagem universal. Alguma coisa fica de fora? O que se perde?

Em suma, para dizer o que viemos dizendo, poderíamos formular como a afirmação de que nenhum gesto linguageiro é universalizável. As especificidades e as particularidades do encontro entre materialidades distintas e irreduzíveis é sempre algo da ordem indescritível do que produz os efeitos de sentido. O acontecimento.

Então, enquanto essa “máquina do mundo” avança na epistemologia, na produção de arquivos, na normatização dos espaços enunciativos informatizados, ela é, ao mesmo tempo que parece hegemônica, também sitiada pela infecção da contingência que Weiner chamou de “o mal”. As sentenças flutuantes, as explicativas incompatíveis, os dêiticos, tudo o que – pela natureza de sua substância equívoca e por sua participação inevitável no panorama das construções lógicas – lentamente corrói o elegante edifício das leis naturais desveladas pelo progresso e pela ciência. A materialidade da escrita dança com a materialidade digital, se engana, e dois

²⁹⁶ ANDRADE, C. D. *Alguma Poesia*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

²⁹⁷ WISNIK, J. M. *Maquinação do Mundo: Drummond e a mineração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 32.

referenciais lógicos, dois sistemas estruturais distintos, de temporalidades distintas, se contradizem como parte do gesto linguageiro que o leitor tem em mãos.

Nesse edifício não cabe a vida equívoca dos homens: ele, ao invés de abrir as portas, espelha imagens estranhas e familiares para dentro de si. São essas imagens, e não nós, que as máquinas vigiam com adorável graça. São essas imagens para as quais os filtros constroem bolhas, que os algoritmos descrevem, que os dados categorizam. São, portanto, as formas materiais de relação com essa imagem que nos preocupam.

Como Althusser muito bem define, as produções imaginárias não são vazias, “inventadas”. Existe um jogo entre ilusão (concepção imaginária do mundo) e alusão (pois a concepção imaginária é determinada pelo mundo). Podemos, portanto, interpretar, analisar, *ler*, a imagem do interior do edifício logicamente estabilizado, e foi isso que aqui tentamos fazer. Se trata, justamente, no caso do *leitor* construído nos aplicativos e sistemas, da “representação da relação (imaginária) dos indivíduos com as suas condições de existência”²⁹⁸.

REPRESENTAÇÃO: CAMPO DE BATALHA OU CAMPO DE ENCONTRO?

O sujeito fica de fora, sempre, desse edifício. Os efeitos são sentidos no corpo. Mas a lei (que nesse edifício é lei *necessária*, determinada por verdades necessárias; e não histórica, determinada pela instituição jurídica) e o fato (que nesse edifício é fato da física, da natureza matemática da matéria, e não fato do acontecimento histórico, determinado pelas instituições do jornalismo e da história) ainda não são objetos passivos. Ainda constituem campos de batalha. Por todos os lados, esse edifício que começou a ser construído com o *Alfabeto do Pensamento Humano* Leibinizeano é sitiado. Mesmo na era da computação, ou, especialmente nela. Sitiado pelo particular, pelo encontro constituído por equívoco. Pois é aí que o equívoco trabalha: no encontro. Não nas falhas dos sistemas e das estruturas, mas no jogo que esses sistemas sofrem no encontro com a materialidade da história, com o sujeito do inconsciente, com a reapropriação, com o desuso.

²⁹⁸ ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença. p. 77.

Sabemos disso no campo das ciências. A univocidade produz, sempre, um resto. Dos sistemas lógicos da língua, sobra o resto da enunciação. Das dificuldades da semântica, sobra o resto da psicologia (o “subjetivo” irredutível). Do resto da psicologia, se produzem as neurociências, e assim por diante. São poucas as disciplinas que se ocupam do que para o edifício social é o resto, que é, por exemplo, o inconsciente, ou a luta de classes.

Restituir alguma coisa do trabalho específico da letra, do símbolo, do traço, era começar a abrir uma fenda no bloco compacto das pedagogias, das tecnologias (industriais e biomédicas), dos humanismo moralizantes ou religiosos: era colocar em questão esse bloco, essa *articulação dual do biológico com o social*, de onde o simbólico é excluído, e esse famoso “sujeito psicológico”, surdo ao significantes, que funde a referida articulação (como a glândula pineal harmoniza no homem a substância pensante e a estendida. Designar essa fenda como efeito irredutível da ordem simbólica, era aplicar um golpe contra o narcisismo (individual e coletivo) da consciência humana, que não cessa de renegociar sua “articulação” entre o nada da inconsciência biológica e a gestão contratual do *si* (como mestre/escravo de seus gestos, palavras e pensamentos, em sua relação com o outro-si).²⁹⁹

Não podemos nos propor a também nos ocupar dos restos das práticas técnicas?

Nesse sentido, esse trabalho, que o leitor agora termina, falha. Talvez por desenho, talvez desde o começo.

Falha, pois sabemos (e isso não é particular à história das tecnologias digitais) que a história das resistências é também a história de apropriações, algumas bem-sucedidas, outras fracassadas, das práticas e produtos desenvolvidos no berço do sistema hegemônico. O que se fez com a urbanidade, com os discursos artísticos, com a política local, com as disciplinas intersticiais é tudo indício de que a questão sempre foi que nenhum sistema de produção (técnica ou discursiva) de universais aconteceu sem suas brechas catastróficas e defeitos de fabricação. São nessas brechas que se construíram os motores da resistência. São esses defeitos que os alimentaram. Isso não é difícil de explicar, já que como nos lembra Wisnik: o sujeito, como categoria, é sempre local. Ele é forjado naquilo que Auroux chamou de

²⁹⁹ PÊCHEUX, M. Sobre a (Des)construção das Teorias Linguísticas. In: Cadernos de Tradução, 2ª ed. Porto Alegre, Nº4. P. 35-55, 10/1998. p. 44.

hiperlíngua³⁰⁰, no espaço e no tempo significado pela linguagem. A missão dessa tese nunca foi cantar a primazia das práticas técnicas languageiras sobre a contingência do gesto languageiro. Esse é o próprio do acontecimento, que é a posição sujeito. É disso que a análise de discurso pode e deve se ocupar.

Nosso desejo é simplesmente reconhecer um resto: uma existência apagada debaixo do edifício da representação e da lógica, e dizer que essa existência, técnica, dos produtos e das práticas sociais é também passível de leitura. O engenho é passível de leitura, a fórmula, o dado matemático. O trabalho de reconstituir toda a historicidade ao dado, para o devolver ao nível da ordem dos discursos é árduo. Mas sem esse trabalho de reconstituição dos pontos de deriva das linguagens lógicas, nos resignamos a um futuro no qual a *contradição* lentamente é tomada pela *controvérsia*³⁰¹. E no qual nos restaria pouca escolha a não ser nos render à imagem refletida nesse edifício, e tomá-la por nós mesmos.

Mas insistimos que esse futuro não chega. Porque vez após vez, novas tecnologias são “mal apropriadas”, “mal-usadas”. Novas formas de fazer circularem novos sentidos. O rumor, a pane, o chiste. Uma totalidade clivada, em permanente contradição. A topografia encerra pontos de disputa, de dominação e de resistência, e cada produto e prática participa da dança que se desenrola nesse mapa. Não somos, todos nós, espectadores: nossos corpos estão em jogo. Cabe a nós desmontar as máquinas, ler os códigos, saber como remontá-los, transfigurados. Cabe a nós suportar o barulho da sirene do brinquedo pelo tempo necessário para aprender como desfazê-lo. Cada vez mais, a partir de agora, saber ler o código tão bem a ponto de identificar seus pontos de deriva é reter controle sobre o próprio corpo, sobre as formas particulares de vida, sobre a geografia local.

Como disse o poeta, estamos implicados.

“Cada um de nós tem seu pedaço no pico do Cauê”.

³⁰⁰ AUROUX, S. A Hiperlíngua e a Externalidade da Referência. In: ORLANDI, E (orgs.) Gestos de Leitura: da história no discurso, 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

³⁰¹ A diferença é feita com mais atenção por Gallo. Ver: GALLO, S. L.; SILVEIRA, J. Forma-Diálogo de Escritorialidade: processos de normatização e legitimação. In: BENEDETTO, G. F. (et al.). Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia. Vol. 3. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. A Corrente Subterrânea do Materialismo do Encontro. In: Crítica Marxista. Campinas, Volume 20: 09-48, 2005.

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. Lisboa: Editorial Presença.

ALTHUSSER, L. Ler o Capital, Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

ALTHUSSER, L. Por Marx. Campinas, SP, 2015.

ANDRADE, C. D. Claro Enigma. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, C. D. Alguma Poesia. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ARNAULD, A; Gramática de Port-Royal: Arnauld e Lancelot. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AUROUX, S. A Filosofia da Linguagem. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

AUROUX, S. A Revolução Tecnológica da Gramatização. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

AUROUX, S. A Hiperlíngua e a Externalidade da Referência. In: ORLANDI, E (orgs.) Gestos de Leitura: da história no discurso, 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

BAUDRILLARD, J. Simulacros e Simulação. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BENJAMIN, W. A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica. São Paulo: L&M, 2018.

BOOLE, G. An Investigation of The Laws of Thought: on which are founded the mathematical theories of logic and probabilities. London: Walton and Maberly, 1854.

BORGES, J. Obras Completas, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1998.

CHOMSKY, N. A Linguística Como Ciência Natural. In: Mana. Rio de Janeiro, 3(2): 183-198, 1997.

CONEIN, B. et al. Materialidades Discursivas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

DAVIS, M. The Universal Computer: the road from Leibniz to Turing. New York: CRC Press, 2012.

DELA-SILVA, S.; MARIANI, B.; MEDEIROS, V. (orgs.). Discurso, Arquivo e... Rio de Janeiro: 7letras, 2011.

DIAS, C. Análise do Discurso Digital: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FILHO, F. R. B. Língua, Arquivo, Acontecimento: trabalho de rua e revolta negra na salvador oitocentista. Tese. Unicamp: Campinas, 2016.

FISCHER, S. História da Escrita. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FLUSSER, V. O Mundo Codificado: por uma filosofia de design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FOUCAULT, M. A Arqueologia do Saber. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREGE, G. Lógica e Filosofia da Linguagem. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FREGE, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. In: Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik, NF: 1982.

GADET, F.; HAK T. Por Uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

GALLO, S. L. Da Escrita à Escritorialidade: um percurso em direção ao autor online. In: RODRIGUES E. A.; SANTOS, G. L.; BRANCO, L. K. A. C. (orgs.) Análise do Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011.

GALLO, S. L. Discursividade Online. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L.; (orgs.) O Acontecimento do Discurso no Brasil. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

GALLO, S. L. Discurso da Escrita e Ensino. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

GALLO, S. L.; SILVEIRA, J. Forma-Discurso de Escritorialidade: processos de normatização e legitimação. In: BENEDETTO, G. F. (et al.). Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia. Vol. 3. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

GOODY, J. A Domesticação da Mente Selvagem. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GUILHAUMOU, J. Discurso e Arquivo: experimentações em análise do discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue. In: TADEU, T. Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A Semântica e o Corte Saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. (orgs.). Análise do Discurso:

apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2007.

HAVELOCK, E. A. A Revolução da Escrita na Grécia e Suas Consequências Culturais. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HENRY, P. A Ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

HIGOUNET, C. História Concisa da Escrita. 10ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

LACAN, J. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LACAN, J. O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

LAGAZZI, S. O Recorte e o Entremeio: condições para a materialidade significativa in: RODRIGUES (et al.): Análise de Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre, uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: Ed RG, 2011.

LATOURETTE, B. Jamais Fomos Modernos : ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. As Tecnologias de Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LIEBNIZ, G. Philosophical Essays. Indiana: Hackett Publishing Company, Inc., 1989.

MACHADO, A. M. N. Presença e implicações da noção de escrita na obra de Jaques Lacan. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

MALDIDIER, D. A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NOSENGO, N. A Extinção do Tecnozauro: histórias de tecnologias que não emplacaram. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E. Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. (orgs.). Gestos de Leitura: da história no discurso. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M. Análise de Discurso. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas, Volume 19: 7-24, 1990/2.

PÊCHEUX, M. Materialidades Discursivas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, M. O Discurso: estrutura ou acontecimento. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. Sobre a (Des)construção das Teorias Linguísticas. In: Cadernos de Tradução, 2ª ed. Porto Alegre, Nº4. P. 35-55, 10/1998.

PEQUENO, V. Nos Subsolos de Uma Rede: sobre o ideológico no âmago do técnico. Dissertação. UNICAMP, Campinas, 2015.

PEQUENO, V. O Homem Demasiado Livre: uma crítica ao sujeito do discurso na autoajuda. Monografia de conclusão de curso. UNISUL, Palhoça, 2010.

ROBIN, R. A Memória Saturada. Campinas: SP, Editora da Unicamp, 2016.

RODRIGUEZ, C. Escrita e Gramática Como Tecnologias Urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. Caderno de Estudos Linguísticos: Campinas, 53(2): 197-217, 2011/2.

ROUDINESCO, E. A Análise e o Arquivo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

Shannon. A Mathematical Theory of Communication (1948). In: The Bell System Technical Journal, New York. Vol. 27, 379-423. 07/1948. Disponível em: <<http://math.harvard.edu/~ctm/home/text/others/shannon/entropy/entropy.pdf>> Acessado em: 10/05/2019.

SILVEIRA, J. Rumor(es) e Humor(es) na Circulação de Hashtags do Discurso Político Ordinário no Twitter. 211 páginas. UEM, Maringá, 2015.

SIMONDON, G. Du Mode D'existence des Objets Techniques. Paris : Editions Montaigne, 1969.

TADEU, T. Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

THOMAS, R. Letramento e Oralidade na Grécia Antiga. São Paulo: Odysseys Editora, 2005.

WEINER, N. Cybernetics, or Control and Communication in the Animal and the Machine. 2ª ed. Cambridge: The MIT Press, 1961.

WEINER, N. The Human Use of Human Beings: cybernetics and society. Boston: Da Capo Press, 1954.

WISNIK, J. M. Maquinação do Mundo: Drummond e a mineração. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ZUBOFF, S. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.